



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

Ana Rita de Lima Ferreira

Investigando a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens

Brasília/2012

Ana Rita de Lima Ferreira

Investigando a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília.

Linha de pesquisa: Ecologia Humana e Práxis Pedagógica.

Eixo: Educação do Campo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laís Maria Borges Mourão de Sá

**Brasília
Julho/2012**

Ferreira, Ana Rita de Lima.

F383i Investigando a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens

/ Ana Rita de Lima Ferreira. - - 2012.

197 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2012.

Inclui bibliografia.

Orientação: Laís Maria Mourão de Sá.

1. Educação do campo. 2. Movimentos sociais. 3. Política e educação. I. Título.

CDU 37.018. 523(81)

Investigando a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Laís Maria Borges Mourão de Sá – Orientadora
Faculdade de Planaltina/FUP/UnB

Prof^a. Dr^a. Conceição Paludo – Examinadora
Universidade Federal de Pelotas/UFPEl

Prof^a. Dr^a. Mônica Castagna Molina – Examinadora
Faculdade de Planaltina/FUP/UnB

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas – Examinador
Faculdade de Planaltina/FUP/UnB

Brasília (DF), 12 de julho de 2012.

Dedico...

Aos meus pais *in memória*, a família de sangue e as famílias da vida (buscapé) que de um modo ou de outro estiveram presentes comigo nessa caminhada.

Ao mestre e amigo João Francisco de Souza *in memória*, que numa distante manhã fria do inverno gaúcho me deixou inquieta com o questionamento: “Educação para incluir o educando onde? nessa sociedade que aí está? educação para quê mesmo nós queremos?”.

Aos povos atingidos por barragens por terem me atingido com a sua luta e causa.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens, particularmente de Rondônia, sou grata pela contribuição, acolhida e apoio para realização dessa pesquisa. Também, agradeço aos que entrevistei pela disponibilidade e ajuda que deram na construção dessa dissertação de mestrado.

Aos atingidos por barragens de Rondônia, em especial da comunidade de São Carlos e do reassentamento Santa Rita, agradeço pela acolhida durante a pesquisa de campo, quando a casa de vocês foi também a minha casa.

A Kelly Patrícia e ao Evandro Nesello, amigos e companheiros da Secretaria do MAB/DF, agradeço pelo apoio e amizade. Vocês ajudaram muito na construção dessa dissertação.

A irmã Zezé (CPT/RO), a irmã Luiza e a Dalva agradeço imensamente pela acolhida e convivência durante a pesquisa de campo no decorrer do quente e úmido setembro de 2011.

A Prof^a. Dr^a. Lais Maria Borges Mourão de Sá quero agradecer pela orientação e dizer de minha alegria pela sua contribuição na produção dessa dissertação e na minha formação.

As professoras Mônica Molina (UnB), Conceição Paludo (UFPel) e ao professor Rafael Villas Bôas (UnB) agradeço pelo apoio e por terem aceito o convite para fazer parte da banca examinadora de minha defesa.

Aos professores e colegas de curso agradeço pelas contribuições que deram para este trabalho.

Aos meus amigos e amigas sou grata pelo apoio que me deram nesse estudo e pela compreensão que tiveram para cada “não” que disse aos convites recebidos. Agradeço em especial a Sheila Araújo pelo apoio “logístico” e a Marcia Terra pela presença e apoio constante mesmo estando distante.

E por fim, agradeço a Deus e à Vida por tudo que vivi nesses tempos de estudos, indagações e produção acadêmica.

RESUMO

FERREIRA, Ana Rita de Lima. **Investigando a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens.** Dissertação (Mestrado em Educação do Campo). Universidade de Brasília, Brasília. 12 de julho de 2012. Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Laís Maria Borges Mourão de Sá

A presente dissertação tem como objetivo identificar e caracterizar as intencionalidades do processo de formação de militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), tendo como objetivos específicos investigar a proposta político-pedagógica do curso de formação de militantes desenvolvido pelo MAB junto aos atingidos pela UHE de Santo Antônio, do Complexo Hidrelétrico do Madeira, no estado de Rondônia, no período de 2008 a 2010; e, identificar as possíveis contribuições que o curso de formação de militantes do MAB pode trazer para a construção do paradigma da Educação do Campo.

Para essa pesquisa adotou-se a proposição teórica de abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso, enquanto metodologia que busca estudar um caso específico, bem delimitado e contextualizado com a preocupação de analisar o que o caso em estudo representa dentro do contexto no qual está inserido.

O MAB surgiu no contexto da expansão do capital no campo, como resistência ao processo de construção de hidrelétricas implementado pelo setor elétrico brasileiro a partir da década de 1970. À medida que se deu a expansão do domínio do capital, o MAB foi redefinindo suas estratégias de ação e de formação de militantes, ampliando o conceito de atingido por barragem e aprofundando a articulação com outros movimentos sociais na perspectiva de somar forças visando à construção de um novo modelo energético e de uma sociedade pautada em princípios e valores socialistas.

Ao situar o MAB e sua trajetória histórica e política no terreno dos conflitos e das contradições esse estudo buscou nos teóricos Antônio Gramsci e Istvan Mészáros referências para analisar a correlação entre o avanço do capital sobre os recursos energéticos e a formação política contra hegemônica do MAB. A concepção e a práxis da formação política do MAB também foi analisada tendo como referência os conceitos gramscianos de intelectual orgânico, sociedade civil, hegemonia e escola unitária, num diálogo com os princípios e as concepções da educação popular e da Educação do Campo a partir das referências de Paulo Freire e Roseli Caldart. As principais conclusões sobre as intencionalidades do processo de formação política de militantes do MAB podem ser expressas nos seguintes aspectos:

- A concepção de formação política emerge no próprio processo de luta contra os impactos da expansão do capital no setor energético sobre as populações atingidas.
- Formação enquanto um instrumento para que o povo se organize, se mobilize e seja capaz de contribuir na construção de uma outra ética visando a luta contra hegemônica para estabelecer um novo sistema de relações sociais.
- A formação política com a finalidade de formar quadros visando à implementação da estratégia do Movimento com base no tripé: organização, formação e luta.

Palavras-chave: movimentos sociais, Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), questão energética, formação política, Educação do Campo.

ABSTRACT

FERREIRA, Ana Rita de Lima. **Investigating the concept of political education in the fight for the rights of citizens affected by dams.** Dissertation (Master in Rural Education). University of Brasilia, Brasilia. July 12, 2012. Advisor: Prof. Dr. Laís Maria Borges Mourão de Sá.

This dissertation aims to identify and characterize the intentions of the training of militants of the Movement of Dam Affected People (Movimento de Atingidos por Barragens - MAB), aiming to investigate the specific political-pedagogical proposal of the training course developed by the militants hit by the MAB with UHE Santo Antonio hydroelectric complex on the Madeira, in the state of Rondonia, in the period 2008 to 2010, and identifying the possible contributions that the course of training militants MAB can bring to the construction of the paradigm of rural education.

For this research we adopted the theoretical proposition of a qualitative approach case study, as a methodology that seeks to study a particular case, well defined and contextualized in the interest of analyzing the case study is within the context in which it is inserted.

The MAB arose in the context of capital expansion in the field, such as resistance to the process of construction of hydroelectric implemented by the Brazilian electric sector from the 1970s. As they gave the expansion of the capital area, the MAB was redefining their strategies and training militants, expanding the concept of hit by the dam and deepening the relationship with other social movements in the prospect of joining forces in order to build a new energy model and a society based on socialist principles and values.

By situating the MAB and its historical trajectory and political field of conflicts and contradictions in this theoretical study sought to Antonio Gramsci and István Mészáros reference to analyze the correlation between the advance of capital on energy resources and training policy against hegemonic MAB. The concept and practice of political MAB was also analyzed with reference to the Gramscian concept of organic intellectual, civil society, hegemony and school unit in a dialogue with the principles and concepts of popular education and rural education from references of Paulo Freire and Roseli Caldart. The main conclusions about the intentions of the policy formation process militants MAB can be expressed in the following aspects:

- The conception of political education emerges in the very process of struggle against the impacts of capital expansion in the energy sector on the affected populations.
- Training as an instrument for the people to organize, mobilize and be able to contribute to the construction of a new ethical order to fight against hegemony to establish a new system of social relations.
- The political education in order to train staff in order to implement the strategy of the movement based on the tripod, organization, training and fighting.

Keywords: social movements, Movement of Dam Affected People (MAB), the energy issue, political party, rural education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bacia Amazônica	63
Figura 2 – Atores envolvidos nos conflitos socioambientais na Amazônia Legal	66
Figura 3 – Complexo Madeira	79
Figura 4 – Comunidade São Carlos de Jamari	89
Figura 5 – P. A. Joana D’Arc	93
Figura 6 – Reassentamento Santa Rita	98
Quadro 1 – Educandos participantes da pesquisa de campo em Rondônia	22
Quadro 2 – Participantes da pesquisa de campo do Coletivo Nacional de Educação	23
Quadro 3 – Participantes da pesquisa de campo do Coletivo de Formação do MAB/RO	24
Quadro 4 – Professores do curso de militantes participantes da pesquisa de campo	24
Quadro 5 – Assessor do Coletivo Nacional de Formação do MAB	25
Quadro 6 – Empresas elétricas distribuidoras privatizadas	40
Quadro 7 – Histórico do MAB e avanço do capital	114
Quadro 8 – Programa de formação política do MAB	147
Quadro 9 – Dados das turmas de militantes do MAB 2008/2010	148
Quadro 10 – Síntese das etapas do curso de militantes em Rondônia	154
Quadro 11 – Temas lembradas pelos educandos do curso de militantes do MAB/RO	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMFORP – American and Foreign Power Company
AMORASC – Associação dos Moradores Rurais e Amigos do Distrito de São Carlos
ANA – Agência Nacional das Águas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APARAI – Associação de Proteção Ambiental e Recuperação de Áreas Indígenas
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CAHTU – Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEPAMI – Centro de Estudos e Pastoral do Migrante
CEPAMI – Centro de Estudos e Pastoral do Migrante
CERON – Centrais Elétricas de Rondônia
CFI – Corporação Financeira Internacional
CGH – Centrais Geradoras Hidrelétricas
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CMB – Comissão Mundial de Barragens
CND – Conselho Nacional de Desestatização
CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI/SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Coordenação Regional dos Atingidos da Bacia do rio Uruguai
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileira
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil
ENERSUS – Energia Sustentável
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
ERN – Rede Européia de Rios
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAPES – Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior
FFE – Fundo Federal de Eletrificação
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GABB – Grupo de Ação pelo Bio Bio

GF – Grupo Focal
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IIRSA – Integração Regional da Infra-estrutura Sul-Americana
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IRN – Rede Internacional de Rios
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAB/RO – Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia
MABRO – Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia
MJT – Movimento Justiça e Terra
MME – Ministério das Minas e Energia
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NBA – Movimento para Salvar o Rio Narmada
ONG – Organização Não Governamental
ONS – Operador Nacional do Sistema
PA – Projeto de Assentamento
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Projetos de Assentamento Dirigido
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PIC – Projetos Integrados de Colonização
PJ – Pastoral da Juventude
PND – Plano Nacional de Desestatização
PNE – Plano Nacional de Eletrificação
PT – Partido dos Trabalhadores
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
STRs – Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UHE – Usina Hidrelétrica de Energia
UNIR – Universidade Federal de Rondônia

Sumário

Introdução.....	13
1. Questões metodológicas e trajetória da pesquisa de campo.....	20
1.1 Pesquisa de campo em Rondônia: “então pé no chão e vai com vontade	25
1.2 Pesquisa de campo em Brasília	29
2. A questão energética brasileira.....	31
2.1 O setor elétrico brasileiro.....	31
2.1.1 As grandes companhias estrangeiras (1890-1934).....	31
2.1.2 O Código de Águas e a tentativa de regular as companhias privadas estrangeiras.....	33
2.1.3 O modelo estatal das grandes hidrelétricas.....	34
2.1.4 Privatização do setor elétrico brasileiro.....	37
2.1.5 Atual modelo energético: energia: para quê e para quem?.....	38
3. Organização do Movimento dos Atingidos por Barragens.....	43
3.1 Região Nordeste: Pólo Sindical do Submédio São Francisco.....	44
3.2 Região Sul: Movimento Justiça e Terra (MJT) e Coordenação Regional dos Atingidos da Bacia do rio Uruguai (CRAB).....	46
3.3 Região Norte: Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU).....	49
3.4 Das organizações regionais para movimento nacional.....	52
4. Contexto da Pesquisa	62
4.1 Região Amazônica: contexto geral.....	62
4.2 Migrantes amazônicos no contexto de Rondônia.....	68
4.3 MAB: duas fases de ação em Rondônia.....	71
4.3.1 Usina Hidrelétrica de Samuel e a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens em Rondônia – MABRO.....	72
4.3.2 Complexo hidrelétrico do rio Madeira.....	77
4.3.3 Organização do Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia – MAB/RO.....	83
4.4 Comunidade de São Carlos de Jamari: impactos a jusante.....	89
4.5 Projeto de Assentamento Joana D’Arc: impactos a montante.....	93
4.6 Reassentamento Santa Rita: expropriados do P. A. Joana D’Arc.....	98
5. Quem é o atingido por barragem: conceito e identidade.....	101
6. O avanço do capital e a formação do MAB.....	114
6.1 MAB e Empresas: hegemonia e contra hegemonia.....	125

7. A concepção de formação política no MAB: história, significados e sentidos.....	133
7.1 Concepção de formação.....	139
7.2 Importância e os objetivos da formação.....	141
7.3 Princípios pedagógicos.....	142
7.4 Níveis de formação.....	144
7.4.1 Formação de base.....	144
7.4.2 Formação de militantes.....	145
7.4.3 Formação de quadros/dirigentes.....	145
7.5 Programa de formação nacional.....	146
7.6 Escola (curso) de militantes do MAB/RO.....	149
7.6.1 Temas trabalhados e atividades do curso.....	159
7.7 Formação política do MAB no contexto da Educação do Campo.....	164
8. Considerações (nem tão) finais.....	169
Referências Bibliográficas.....	179
Anexos	
Anexo A – Quadro roteiro para pesquisa de campo.....	190
Anexo B – Decreto Presidencial 7.342/2010, institui o cadastro socioeconômico dos atingidos por barragens.....	191
Anexo C – Pauta dos 30 pontos do MAB/RO.....	193

INTRODUÇÃO

A região das obras das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, registra uma explosão de criminalidade e de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. O aumento dos problemas supera o ritmo do crescimento populacional. [...] As usinas começaram a ser construídas no segundo semestre de 2008. A população de Porto Velho, onde estão as duas obras, cresceu 12,5% entre aquele ano e 2010. A expansão populacional de Rondônia foi de 2,7%. Já o número de homicídios dolosos na capital aumentou 44% no mesmo período. [...] O número de estupros em Rondônia cresceu 76,5% de 2008 a 2010. A quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18% no período. Mais de 37 mil funcionários, na maioria homens vindos de outros Estados, trabalham nas duas obras. (VIZEU e VARGAS, “Usinas hidrelétricas levam criminalidade a Rondônia” em: <<http://www.folha.com.br/me892719>>).

O trecho da reportagem acima revela alguns efeitos provocados pela construção das barragens enquanto política energética brasileira, que tem como justificativa a geração de uma energia barata, limpa e renovável, assim como a generalização da ideia de progresso, desenvolvimento, geração de empregos e aproveitamento da mão-de-obra local na construção das usinas hidrelétricas.

No entanto, estudos referentes aos empreendimentos hidrelétricos implantados no Brasil apontam que essas obras são frutos de decisões que desconsideram as populações locais em detrimento de interesses do avanço da economia capitalista nacional e internacional, provocando injustiças sociais e impactos ambientais. A opção brasileira pela construção de hidrelétricas tem expulsado milhares de pessoas de suas casas e terras, a perda e destruição de territórios que geram o sustento, produzem a vida e cultura de camponeses, indígenas e comunidades tradicionais (Bermann, 1992, 2007 e 2009; Comissão Mundial de Barragens, 2000; Corrêa, 2007, e Foschiera, 2009).

A partir das questões ambientais e econômicas o tema da construção das usinas hidrelétricas começou a ser contemplado em estudos e reflexões acerca do modelo energético e seus impactos, inclusive porque o próprio desempenho técnico-econômico de muitos aproveitamentos hidrelétricos se via ameaçado pela deterioração ecológica dos reservatórios (Fearnside, 2002).

Contudo, para além da questão ambiental, esse modelo de desenvolvimento sofre a resistência das populações atingidas que se articulam através do Movimento dos Atingidos

por Barragens (MAB), cuja origem está vinculada a um contexto de necessidade de resistência e organização que nos remete ao Brasil dos anos 1970/1980, do século XX, quando foi intensificado o modelo de geração de energia através da construção das barragens.

As populações atingidas lutam para permanecerem no seu território, pela sua sobrevivência, reprodução social e por seus direitos. Assim a luta contra as barragens, tanto em nível nacional quanto internacional, ao contestar o discurso do progresso, do desenvolvimento e da melhoria na qualidade de vida das comunidades atingidas tem colocado as barragens na pauta das Ciências Sociais.

Aos poucos, antropólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores, biólogos, economistas, cientistas políticos, entre outros, passaram a estudar a implantação das hidrelétricas e seus impactos na sociedade, reconhecendo a existência de um modo específico de mudança social e de reconfiguração sócio territorial do capitalismo. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) vem promovendo encontros¹ com o objetivo de reunir pesquisadores das ciências humanas envolvidos com a temática das barragens.

De acordo com os programas de apresentação dos trabalhos nos encontros realizados, a maior parte das pesquisas abordam aspectos antropológicos das populações atingidas, em especial de comunidades indígenas ou remanescentes de quilombos; dentro da área de desenvolvimento sustentável o foco está nos impactos territoriais e ambientais; discutem a questão de território e planejamento, especialmente na área da geografia; fazem a reconstrução histórica do processo de implantação de hidrelétricas e da resistência das populações atingidas; na área dos direitos a abordagem trata das diferentes formas de reparação e compensação. Em relação às temáticas referentes aos conflitos sociais e organização das populações atingidas poucas são as abordagens sobre movimentos sociais, mais especificamente sobre o MAB.

No Caderno Pedagógico (2005) o MAB aponta para o fato da realidade dos atingidos por barragens exigir mudanças sociais de base, necessárias não apenas para o desenvolvimento do campo, mas da sociedade brasileira. Nesse sentido, o Movimento identificou a necessidade de criar espaços de educação próprios, nos quais as lutas

¹ O I Encontro Ciências Sociais e Barragens foi realizado em 2005 no Rio de Janeiro/RJ; O II Encontro Ciências Sociais e Barragens aconteceu em 2007 em Salvador/BA e após ampliação de público, em 2010, em Belém/PA aconteceu o III Encontro Latino-americano de Ciências Sociais e Barragens.

organizadas pelo Movimento fossem ressignificadas em estudos e reflexões que possibilitassem, além da construção da consciência de classe, que os atingidos pudessem recuperar a humanidade que lhes foi roubada com a subida das águas das barragens.

Ao longo da minha inserção no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como coordenadora de um espaço de educação próprio – o Coletivo Nacional de Educação constatei a existência de processos educativos que partem da luta por direitos fundamentais, passam pela defesa do “direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade” (FERNANDES, 2009:141), até a sua vinculação com as questões relativas à Educação do Campo e à construção coletiva de um projeto de nação brasileira.

O artigo 1º da Lei 9.394/1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao afirmar que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” revela a opção por uma educação comprometida com a formação e não só com a informação. Porém na maioria das vezes as ações educacionais estão voltadas para atender demandas do mercado e o que se tem enquanto consenso na sociedade é que educação válida é aquela que acontece nos espaços institucionais, no interior das escolas, nas salas de aula, na chamada educação formal.

Nesse sentido, Calvo (s/d:1 *apud* BRANDÃO, 2006) explicita que na escala de valores da sociedade capitalista, a educação não formal é menos do que a educação formal, uma vez que é entendida como ‘complementar de’, ‘supletiva de’, sendo considerada instrução e não educação, enquanto a educação formal ‘vale por si’, uma vez que prepara e forma o homem integral, o cidadão.

O contexto atual do capitalismo, marcado por um padrão de acumulação flexível, com base na flexibilização (precarização) dos processos de trabalho e de produção, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo que acontecem em nível global, com predomínio do capital financeiro, tem demandado uma educação com ênfase na escolarização e na qualificação dos trabalhadores visando ao desenvolvimento de competências e a formação profissional. Tal contexto tem provocado debates e estudos acerca do papel da educação enquanto formação humana e enquanto escolarização/qualificação. Tanto os governos, organismos internacionais, empresários quanto trabalhadores, pesquisadores,

universidades e organizações da sociedade civil tem se debruçado sobre o tema. (Leher, 2004; Antunes, 2006; Dias, 2009 e Caldart, 2009).

Apesar do grande interesse que suscita o tema educação na perspectiva da formação humana, no que diz respeito às pesquisas sobre os movimentos sociais do campo, devido a sua importância política na luta pela reforma agrária no Brasil, a grande maioria tem como objeto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorrendo o mesmo quando a temática é sobre a Educação do Campo. No entanto, ao mesmo tempo em que essas pesquisas são importantes, acredito que elas acabam de certo modo ofuscando as práticas educativas de outros movimentos sociais do campo, como no caso do Movimento dos Atingidos por Barragens. Contudo, a pequena quantidade de trabalhos que se dedicam a essa temática não diminui a sua importância, como os trabalhos de Moraes, 1994 e Corrêa, 2009.

Em consonância com a compreensão de Caldart (2009), de que a luta social é um princípio educativo e formação não é apenas aquela que acontece na escola, mas também aquela gerada no próprio movimento da sociedade, na família, na igreja, na comunidade, no trabalho e nos grupos sociais, sobretudo na organização dos movimentos sociais populares, é que buscarei investigar as intencionalidades político-pedagógicas do processo de formação de militantes desenvolvido pelo MAB e em que práticas pedagógicas elas se concretizam.

A pesquisa em pauta tem vínculos com minha motivação pessoal em refletir e compreender à luz de teorias, a formação política que o MAB vem desenvolvendo, que acompanhei enquanto coordenadora do Coletivo Nacional de Educação do Movimento. Portanto, não serei uma estranha no cenário da pesquisa, nem um ser neutro e alheio ao objeto da pesquisa, mas um sujeito histórico, participativo e envolvido com a investigação e comprometido com o processo da pesquisa (FREIRE, 1998 e REY, 2005, 2011).

Esta pesquisa tem o propósito de estudar a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens. O foco do estudo de campo será um curso de formação de militantes realizado pelo MAB no estado de Rondônia, com atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, do Complexo Hidrelétrico do Madeira.

Para isso, colocamos como questão central a ser respondida:

- Quais são, como se caracterizam e em que práticas pedagógicas se concretizam as intencionalidades do curso de formação praticado pelo MAB, de 2008 a 2010, junto aos atingidos pela UHE de Santo Antônio, em Rondônia?

- Objetivo geral:

Identificar e caracterizar as intencionalidades político-pedagógicas do processo de formação política de militantes do MAB.

- Objetivos específicos:

- a) Investigar a proposta político-pedagógica do curso de formação de militantes desenvolvido pelo MAB junto aos atingidos pela UHE de Santo Antônio, do Complexo Hidrelétrico do Madeira, no estado de Rondônia, no período de 2008 a 2010.
- b) Identificar as possíveis contribuições que o curso de formação de militantes do MAB pode trazer para a construção do paradigma da Educação do Campo.

Para realizar estes objetivos, no que se refere aos estudos e reflexões que apontam elementos constituintes para uma educação na perspectiva da formação humana, da formação dos trabalhadores, enquanto classe e como sujeitos de um projeto histórico, buscamos referências em Mészáros, 2008, 2011; Freire, 1998; 2008 e Caldart, 2009.

Em relação às categorias de movimentos sociais, coletividade, sociedade civil e suas relações com educação e política, bem como a participação dos movimentos sociais na construção de uma educação contra hegemônica, formadora de um novo sujeito, sujeito coletivo de direitos, nos pautamos na compreensão de Gohn, 2007 e 2008 e Gramsci, 1995, 2011.

O modelo energético brasileiro, o MAB, a luta e resistência aos projetos de hidrelétricas no contexto do avanço do capital (nacional e internacional) e os impactos sociais e ambientais decorrentes da implementação das barragens, serão abordados a partir de estudos de Vainer 2003, 2007; Gonçalves Jr, 2002, 2007; Foschiera, 2009; Benincá 2011; e no relatório da Comissão Mundial das Barragens, 2000.

No que tange aos estudos sobre a construção do conceito e da identidade de “atingido por barragem” enquanto sujeito coletivo, ainda nos primeiros anos de resistência e organização do MAB, destacamos Faillace (1990); Moraes (1994) e Rothman (1996); enquanto que Vainer (2003) contribui também, trazendo presente a construção do conceito de atingido na perspectiva das empresas construtoras de barragens, das organizações

multilaterais, do Estado e do MAB. Nesse contexto a categoria territorialidade será abordada a partir das reflexões de Santos (2006) e Haesbaert (1997, 2006).

Quanto à estrutura, esse trabalho encontra-se dividido em sete capítulos. O Capítulo I traz presente a questão metodológica e a trajetória da pesquisa de campo em Rondônia.

No Capítulo 2 apresentamos um breve histórico do setor elétrico brasileiro com destaque para as diferentes fases que passou até o momento em que se estruturou o atual modelo energético do país.

No Capítulo 3 apresentamos as lutas e resistências dos atingidos por barragens fazendo um resgate da organização do Movimento dos Atingidos por Barragens, de sua trajetória histórica e política a partir da década de 1970.

No Capítulo 4 abordamos o contexto no qual a pesquisa foi realizada. Apresentamos brevemente o histórico da formação do Estado de Rondônia dentro do contexto do avanço do capital na região amazônica, apresentando também características políticas, sociais e econômicas das comunidades da pesquisa de campo.

Em seguida, no Capítulo 5 apresentamos o conceito de atingido por barragem nas diferentes dimensões de sua construção histórica, ou seja, a partir do olhar dos atingidos por barragens organizados coletivamente no MAB, das empresas construtoras das barragens, dos organismos internacionais e do Estado brasileiro.

A partir da construção de um quadro síntese analisamos no Capítulo 6 o processo de surgimento, de organização e as ações do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto do avanço da capital no campo, representado pela construção das usinas hidrelétricas enquanto matriz energética brasileira.

E, no Capítulo 7 apresentamos e analisamos o processo construção da concepção de formação política do MAB, com ênfase no curso de militantes realizado em Rondônia durante o período de 2008 a 2010.

A partir da pesquisa e das reflexões feitas apontamos nas considerações (nem tão) finais algumas compreensões e interpretações que elaboramos, no decorrer desse estudo de caso, sobre como emerge a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens, as intencionalidades dessa formação e as práticas pedagógicas em que elas se concretizam.

Portanto, entendemos que os resultados do presente estudo serão significativos para professores, educadores populares, estudantes universitários, pesquisadores, trabalhadores, movimentos sociais, uma vez que poderá agregar novas informações sobre o papel da educação enquanto projeto contra hegemônico.

E por fim, esperamos que essa pesquisa contribua para ampliar os debates e as reflexões sobre a educação, em especial a Educação do Campo, assim como o papel da escola enquanto espaço institucional que gera oportunidade de acesso à formação e à informação da classe trabalhadora. Implica, também, em contribuir no reconhecimento e na concretização de que a educação pode e deve ser pensada para além de um espaço formal, institucionalizado, no qual ela esteja intimamente ligada à vida do povo, entendendo assim, que a escola deve fazer parte da luta por uma nova sociedade e a luta deve fazer parte da escola.

1. QUESTÕES METODOLÓGICAS E TRAJETÓRIA DA PESQUISA DE CAMPO

Tendo presente que diferentes abordagens de pesquisa orientam o processo de estudo de determinado fenômeno; e compreendendo que a teoria não é uma construção neutra que se limita ao mundo das idéias, conceitos e leis, e sim uma construção histórica permeada pelas práticas e relações sociais e pelas condições materiais da existência de homens e mulheres que se relacionam entre si e com a natureza para produzir e reproduzir suas condições de vida, destaco que a proposição teórica que adotamos para essa pesquisa converge para o modelo denominado por Rey (2005) de epistemologia qualitativa, forma de produzir conhecimentos que ao considerar a complexidade humana, a subjetividade, permite novas articulações e construções que sejam sensíveis para desenvolver e criar novas compreensões frente à realidade a ser pesquisada.

Conforme Minayo (1994), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível da realidade que não pode ser quantificado e nem tampouco reduzida a variáveis ou captável em equações e estatísticas, uma vez que trabalha “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas” (MINAYO, 1994:22).

Nessa direção, esse trabalho de pesquisa compreende a construção do conhecimento enquanto processo permanente que se abre para novas possibilidades e novos caminhos para compreensão do estudado, visando à produção de conhecimentos e não somente a produção de dados, buscando a compreensão, o sentido e o significado que determinado dado representa para os sujeitos da pesquisa: pesquisado e pesquisador. Assim, as relações entre pesquisador e pesquisado constituem-se como o cenário principal dessa pesquisa, havendo grande proximidade entre eles. Para Rey (2005) o pesquisador é um

[...] sujeito ativo, criativo, que constrói todo o tempo as experiências que enfrenta no processo de pesquisa, faz deste um processo vivo e diferenciado, impossível de ser legitimado na “objetividade” das informações produzidas (REY, 2005:136-137).

Cabe destacar que a pesquisa em pauta tem vínculos com minha inserção no MAB, portanto é também uma motivação pessoal refletir e compreender à luz de teorias a formação política que o MAB desenvolve. Logo não fui uma estranha no cenário da pesquisa, nem um

ser neutro e alheio ao objeto da pesquisa, mas um sujeito histórico, participativo e envolvido com a investigação e comprometido com o processo da pesquisa e com a produção de conhecimento.

Assim, no decorrer do Mestrado a idéia inicial de pesquisar o processo de formação política desenvolvido pelo MAB junto aos ribeirinhos atingidos pela UHE de Santo Antônio em Rondônia foi sendo lapidada e alimentada com informações que reafirmavam a importância dos sujeitos da pesquisa ao mesmo tempo em que mostravam a necessidade de limitar a abrangência do tema: da totalidade do processo de formação optamos por estudar um curso enquanto parte do processo de formação.

Em relação à estratégia de investigação a definição foi pelo estudo de caso, entendido como uma metodologia que busca estudar em profundidade um caso específico, bem delimitado e contextualizado, com a preocupação de não analisar apenas o caso em si, como algo à parte, mas o que ele representa dentro do contexto, do todo no qual está inserido.

Na compreensão de Stake (1995 apud André, 2008:18-19) o estudo de caso é “o estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular, levando a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias”. Outra característica é que além de ser adequado para responder questões explicativas do tipo “como” e “porque”, um caso a ser estudado pode ser um grupo social, uma comunidade ou um movimento social, e não apenas um único indivíduo, como pode inicialmente parecer.

Assim, de acordo com André (2008) a presente pesquisa utilizou como estratégia de investigação um estudo de caso do tipo etnográfico, uma vez que a questão estudada era um fenômeno contemporâneo (curso de formação de militantes desenvolvido pelo MAB/RO entre 2008-2010) que estava relacionado a um contexto de vida real (situação de ser atingido pela UHE de Santo Antônio).

Para realizar a pesquisa proposta foram utilizadas como técnicas de coleta de dados o grupo focal, pesquisa documental e audiovisual, observação participante e anotações no diário de campo. Cabe destacar que em algumas situações foi utilizada a entrevista semiestrutura individual. A condição necessária escolhida para a realização da pesquisa foi o termo de consentimento livre e esclarecido dos sujeitos. Porém, para preservar a identidade dos pesquisados optamos por abreviar nome deles nas citações.

O grupo focal e as entrevistas semiestruturadas seguiram o mesmo roteiro (Anexo A), elaborado de acordo com o papel que cada um exercia no contexto do curso de formação

de militantes – educandos, coletivo nacional e estadual de formação, professores e assessores conforme descrição abaixo.

Grupo focal com 13² educandos que participaram do curso de militantes promovido pelo MAB/RO no período de 2008-2010 e que morassem na comunidade de São Carlos e no Projeto de Assentamento (PA) Joana D’Arc, localizadas, respectivamente, a jusante³ e a montante da UHE de Santo Antônio, e também do Reassentamento Santa Rita⁴. Tal definição tem como justificativa a diferença dos impactos que essas comunidades sofrem com a construção da barragem devido a sua localização; o fato do MAB estar organizado por mais tempo em São Carlos enquanto que em Joana D’Arc a organização é mais recente e a comunidade, inicialmente não ter sido considerada atingida pelo empreendimento conforme constou no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Cabe destacar que não houve uma definição com antecedência pela quantidade de educandos de uma ou de outra comunidade, uma vez que encontrá-los dependia do contexto local.

O objetivo foi buscar informações sobre o significado do curso, atividades realizadas, temas trabalhados, conhecimentos e aprendizagens adquiridas e qual avaliação faziam do curso. Em relação às lutas sociais o objetivo era constatar qual o papel desempenhado e a atuação na comunidade e no Movimento. A seguir apresentamos dados dos educandos entrevistados.

EDUCANDOS DO CURSO DE MILITANTES DE RONDÔNIA				
Nº	INICIAIS DO NOME	IDADE	SEXO	LOCAL ORIGEM
1	M. R.C	25	M	São Carlos
2	M. S.L	29	M	São Carlos
3	E.R.L	18	M	São Carlos
4	E.L.S	40	M	São Carlos

² Inicialmente estava prevista a participação de 15 educandos, porém devido a problemas de saúde e atividades fora do estado de Rondônia três educandos não participaram, sendo que um foi substituído por uma educanda da localidade de Itapuã do Oeste.

³ Jusante é referente à região que fica abaixo da barragem, sendo a parte mais seca, enquanto que a montante se refere à região que fica acima da barragem, onde se localiza o lago artificial.

⁴ Local para onde foram removidas 135 famílias que eram do Projeto de Assentamento Joana D’Arc.

5	G.L	18	F	São Carlos
6	D.F.R	20	M	Joana D'Arc
7	M.A.L	47	F	Joana D'Arc
8	W.R.A	23	M	Joana D'Arc
9	R.I.P.S	16	F	Santa Rita
10	R.C.P.S	19	F	Santa Rita
11	A.D.R	44	M	Santa Rita
12	D.S	17	F	Santa Rita
13	C.S.S	34	F	Itapuã do Oeste

Quadro 1: Educandos participantes da pesquisa de campo
Elaboração: Ana Rita de Lima Ferreira

Grupo focal com o Coletivo Nacional de Formação do MAB visando buscar elementos da construção do processo de formação do Movimento, princípios pedagógicos, objetivos, propostas, avanços e limites na implementação dos cursos de militantes a partir do ano de 2008.

COLETIVO NACIONAL DE FORMAÇÃO DO MAB				
Nº	INICIAIS DO NOME	IDADE	SEXO	LOCAL ORIGEM
1	L.M.A	31	F	São Paulo
2	I.F.D.C	40	F	São Paulo
3	S.M.	28	F	Belo Horizonte
4	F.O.S.M	29	M	Porto Velho
5	D.C.H	26	F	Marabá

Quadro 2: Participantes do grupo focal do Coletivo Nacional de Formação do MAB
Elaboração: Ana Rita de Lima Ferreira

Grupo focal com o Coletivo de Formação do MAB/RO a fim de perceber como se deu a construção do processo de formação política no Estado, a concepção de coordenação, as

práticas formativas e qual avaliação têm do curso de militantes e a repercussão do mesmo nas comunidades.

COLETIVO DE FORMAÇÃO DO MAB/RO				
Nº	INICIAIS DO NOME	IDADE	SEXO	LOCAL ORIGEM
1	M.R.C	25	M	São Carlos/Porto Velho
2	F.O.S.M	29	M	Porto Velho
3	W.R.A	23	M	Joana D’Arc/Porto Velho
4	E.P.D.	22	M	Porto Velho

Quadro 3: Participantes do grupo focal do Coletivo de Formação do MAB/RO
Elaboração: Ana Rita de Lima Ferreira

Entrevista semiestruturada com dois professores que participaram do curso de militantes do MAB/RO a fim de perceber a visão de totalidade em relação ao processo de formação do Movimento.

PROFESSORES DO CURSO DE MILITANTES DO MAB/RO				
Nº	NOME	IDADE	SEXO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
1	Ranulfo Peloso da Silva	62	M	CEPIS ⁵
2	Luis Fernando Novoa Garzon	40	M	UNIR

Quadro 4: Professores entrevistados do curso de militantes
Elaboração: Ana Rita de Lima Ferreira

O CEPIS se define como assessoria junto a legítimos processos de luta e organização da classe oprimida e dos setores sociais que sofrem distintas formas de

⁵ O CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae é um centro de formação e assessoria político-pedagógica, no campo da Educação Popular. (<http://sedes.org.br/site/cepis>)

dominação ou opressão, que se dispõem a alterar, pela raiz, as estruturas da sociedade de exploração. Cabe destacar aqui que o CEPIS acompanha o processo de formação política do MAB desde a sua origem, debatendo junto com o Movimento uma proposta formativa a partir das necessidades de resposta à conjuntura e de capacitação teórica de seus quadros.

E, por fim, entrevista semiestruturada com um assessor do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – CEPIS que acompanha a implementação do plano nacional de formação do MAB.

ASSESSOR DO COLETIVO NACIONAL DE FORMAÇÃO DO MAB				
Nº	NOME	IDADE	SEXO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
1	Ranulfo Peloso da Silva	62	M	CEPIS

Quadro 5: Assessor entrevistado do Coletivo Nacional de formação do MAB
Elaboração: Ana Rita de Lima Ferreira

Para reunir mais informações sobre o processo organizativo do MAB, a formação política a partir da Escola Nacional de Formação Política, mais especificamente a proposta pedagógica dos cursos de militantes em nível nacional e estadual, com destaque para o estado de Rondônia, foi preciso também realizar pesquisa documental em relatórios, planejamentos, cadernos de formação, de atividades práticas e temas estudados. Na perspectiva de ampliar o conhecimento do estudo, outros recursos que utilizamos na pesquisa foram fotografias, filmagens e documentários sobre os atingidos por barragens e sua luta contra as barragens.

1.1 PESQUISA DE CAMPO EM RONDÔNIA: “então pé no chão e vai com vontade”

A pesquisa de campo em Rondônia se deu no mês de setembro/2011 e cabe destacar a grande receptividade do MAB/RO que, além de colaborar com minha estadia⁶ possibilitou também a minha participação nas atividades planejadas para o período, conforme descrevo a seguir.

⁶ Minha moradia durante o período da pesquisa de campo foi na casa das irmãs Zezé e Luiza da CPT/RO.

A primeira atividade de que participei foi uma reunião em 08 de setembro de 2011 com 23 lideranças do MAB da região do Baixo Madeira⁷, dos reassentamentos⁸ e dos atingidos pela barragem de Samuel⁹. A reunião teve como objetivo fazer uma análise da conjuntura, realizar um diagnóstico da situação geral das comunidades, organizar uma pauta que contemplasse as demandas das três regiões e organizar a agenda de mobilizações. Nessa oportunidade ao ser apresentada para as lideranças tive a oportunidade de apresentar e explicitar a pesquisa que realizava.

A próxima atividade de que participei foi em 10 de setembro de 2011, uma reunião de planejamento das atividades do MAB/RO para o mês de setembro, sendo que na oportunidade fui inserida na agenda de modo a contemplar a minha pesquisa.

Antes de descrever como se deu o processo de pesquisa de campo nas comunidades, cabe explicitar que ao realizar o levantamento dos educandos para as entrevistas a direção do MAB/RO identificou 06 educandos na comunidade de São Carlos e constatou que dos nove educandos do PA Joana D'Arc apenas dois ainda estavam residindo no assentamento. Em virtude da construção da barragem, quatro foram remanejados para reassentamento, três foram para Porto Velho¹⁰. Diante desse contexto o Movimento avaliou que seria melhor ir até ao reassentamento de Santa Rita para onde quatro educandos passaram a viver e reunir em Porto Velho com os demais, uma vez que estava prevista a ida dos dois educandos do PA Joana D'Arc para a capital, a fim de retirar a cesta básica para o assentamento. As considerações do MAB/RO foram acolhidas e minha agenda foi organizada de acordo com as atividades e deslocamentos da coordenação do Movimento na região.

Então, no dia 12 de setembro de 2011 sob o calor quente e úmido do verão amazônico cheguei à comunidade de São Carlos. Fui acolhida na casa de ribeirinhos que fazem parte do MAB e durante os cinco dias que lá estive, juntamente com lideranças do Movimento, visitei famílias e a região, realizei o grupo focal, participei de uma assembléia do MAB e saboreei a tradicional dieta do ribeirinho: peixe com farinha na beira do rio Madeira.

⁷ Comunidades de São Carlos, Brasileira, Jamari, PA Rio Madeira, Cuniã, Terra Caída, Curicacas e PA Joana D'Arc.

⁸ Locais para onde foram removidos atingidos pela UHE de Santo Antônio: Santa Rita, Novo Engenho Velho, São Domingos, Riacho Azul, Vila de Teotônio, Morrinhos e Parque dos Buritis.

⁹ Lideranças dos municípios de Candeias, Itapuã do Oeste e Triunfo.

¹⁰ Um dos militantes foi deslocado do assentamento para atuar na Coordenação do MAB/RO, os outros dois mudaram em virtude da barragem.

O Grupo Focal (GF) foi realizado em 14 de setembro de 2011 na sede da Associação dos Moradores Rurais e Amigos do Distrito de São Carlos (AMORASC). Inicialmente estava prevista a participação de seis educandos do curso de militantes. No entanto, no dia da realização dois educandos não compareceram, um por motivo de saúde, devido a uma crise grave de hipertensão e outro porque teve compromisso na escola em que estuda e com o cadastramento eleitoral que acontecia na comunidade¹¹. Posteriormente realizei entrevista individual somente com um educando, pois ao realizar a visita na casa do que estava doente, diante do quadro frágil de sua saúde avaliei que não seria bom entrevistá-lo, uma vez que o tema mexe com emoções e sentimentos vividos enquanto atingido por barragem e militante do MAB. Apesar do imenso calor o GF desenvolveu-se de uma forma muito satisfatória com duração aproximada de 50 minutos e, cabe destacar aqui a responsabilidade, disciplina e comprometimento dos participantes com a pesquisa e com o MAB¹².

Após a realização do GF a próxima atividade foi no dia 15 de setembro de 2011, no ginásio de esportes, quando participei da assembléia do MAB com aproximadamente 120 moradores da comunidade. A assembléia teve como objetivo informar a população sobre a situação das negociações com o governo federal e os encaminhamentos sobre a marcha dos atingidos pela barragem de Santo Antônio que aconteceria no final do mês em Porto Velho. Nessa assembléia foi possível observar a atuação dos educandos que fizeram o curso de militantes, sentir a relação da comunidade com o MAB, interagir com os participantes e registrar imagens da atividade.

Ao retornar a Porto Velho, entre um deslocamento e outro para as comunidades, aproveitei para dar continuidade a coleta de informações com pesquisa documental. Para tanto realizei algumas idas à secretaria do MAB em Porto Velho, que disponibilizou espaço e acesso aos materiais, para analisar documentos relativos à Escola Nacional de Formação Política e ao processo organizativo da turma de militantes em Rondônia. Entre esses documentos destaco a proposta política pedagógica do curso, os relatórios de cada etapa

¹¹ Porto Velho será um dos locais onde na próxima eleição o eleitor registrará o seu voto por meio de identificação baseada em medidas biológicas, nas suas impressões digitais, sendo obrigatório o cadastramento eleitoral biométrico da população. Em São Carlos os dias do cadastramento coincidiram com a minha presença na comunidade.

¹² Dois participantes usavam camiseta do MAB e os outros dois utilizavam materiais com identificação do Movimento.

realizada do curso, cadernos de atas de reuniões do Coletivo Estadual de Formação, os cadernos de formação usados no curso, registros fotográficos e filmagens das atividades.

Conforme planejamento feito o próximo deslocamento foi no dia 19 de setembro de 2011 para o Reassentamento Santa Rita. Para me aproximar das pessoas e conhecer um pouco de suas histórias visitei algumas casas, conversei com as famílias e fui convidada às suas mesas e também fui acolhida para dormir em casas de pessoas vinculadas ao MAB, que prontamente cederam seus melhores cômodos para que eu descansasse. Cabe destacar que a aproximação sempre se deu na companhia de lideranças do MAB, que ao visitarem moradores nos trabalhos de base aproveitavam para me apresentar e explicar o motivo da minha presença no reassentamento e a pesquisa que realizava, assim como encaminhar junto aos moradores a organização do grupo focal.

O GF foi realizado na noite do dia 21 de setembro de 2011 na casa de duas educandas que participaram do curso de militantes. Estava prevista a participação de quatro educandos, porém em virtude de dificuldade no deslocamento de uma educanda, o GF teve a participação de três educandos que moram no reassentamento. Na ocasião tive a oportunidade de conversar com familiares dos educandos que estavam presentes e acompanharam o desenrolar da atividade. Apesar da preocupação constante com as incertezas diante da recente mudança¹³ para o reassentamento, o GF desenvolveu-se de uma forma satisfatória com duração aproximada de 50 minutos com destaque novamente para o alto nível de responsabilidade, disciplina e comprometimento dos participantes com a pesquisa e com o MAB. A educanda ausente do GF foi entrevistada individualmente na casa dela pela manhã do dia 22 de setembro de 2011.

Após retornar novamente a Porto Velho dei sequência a pesquisa documental e procurei reunir os três educandos do PA Joana D'Arc que passaram a morar lá com os dois que ainda permaneciam no assentamento e que iriam para a capital retirar a cesta básica. Porém, em virtude de uma educanda ter viajado para uma atividade fora de Rondônia e outro não poder se fazer presente por motivos pessoais, não foi possível organizar o GF, restando então a opção de entrevista individual com os dois educandos do PA Joana D'Arc e o educando que passou a fazer parte da Coordenação do MAB/RO.

¹³ A mudança aconteceu a partir do mês de abril/2011.

As entrevistas individuais com os dois educandos que ainda moram no PA Joana D'Arc foram realizadas cedo da manhã do dia 26 de setembro de 2011, na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em Porto Velho. Assim, sob a sombra de uma mangueira para aliviar o calor intenso e entre uma carga e outra de cestas básicas aconteceram as entrevistas com duração aproximada de 30 minutos cada. Elas trouxeram muitas informações em relação ao curso de militantes assim como sobre a situação de insegurança e incerteza que vivem os moradores do PA Joana D'Arc com a construção da UHE de Santo Antônio. No final da tarde desse mesmo dia, na secretaria do MAB/RO realizei a entrevista com o educando de Joana D'Arc que faz parte da coordenação do MAB/RO. Além desse educando participou da entrevista uma educanda que não estava prevista para ser entrevistada, porém como estava na secretaria para ajudar na organização da marcha dos atingidos por barragens em Porto Velho, aproveitei a oportunidade para ouvi-la. A entrevista durou aproximadamente 40 minutos e a participação da educanda foi muito significativa uma vez que é atingida pela barragem de Samuel, reside em Itapuã do Oeste e após o curso de militantes passou a fazer parte da coordenação do MAB/RO.

Por fim, na noite do dia 26 de setembro realizei o GF com o Coletivo Estadual de Formação do MAB/RO. O GF teve duração aproximada de 1h e 30 min e aconteceu na secretaria do MAB em Porto Velho, num contexto marcado pelo calor intenso e pela animação com a marcha que os atingidos por barragens organizavam para o próximo dia 28/09/2011. E assim, entre toques de telefones e um aroma delicioso vindo da Jatuarana¹⁴ que era pacientemente assada na grelha para o jantar, realizei um profícuo diálogo com os quatro militantes do Coletivo Estadual de Formação do MAB/RO, encerrando a pesquisa de campo em Rondônia.

1.2 PESQUISA DE CAMPO EM BRASÍLIA

Em Brasília, no dia 17 de outubro de 2011 foi realizado o grupo focal com o Coletivo Nacional de Educação do MAB. O grupo foi realizado no decorrer de um encontro do Grupo de Trabalho Estratégico do MAB com a participação de 05 militantes do Coletivo. O grupo focal teve a duração aproximada de 1h e 30min e aconteceu num contexto de muita

¹⁴ Peixe típico da região amazônica.

descontração, animação e parceria. Além das informações sobre a Escola Nacional de Formação do MAB, serviu também para resgatar e partilhar com cada um e cada uma dos participantes a história de vida e de luta no/do MAB, assim como da origem do Movimento. Foram momentos de muita alegria e emoção também. Nessa mesma oportunidade realizei entrevista individual com Ranulfo Peloso, assessor do CEPIS que acompanha o processo de implantação do plano de formação do MAB em nível nacional e que também participou como educador no curso de militantes em Rondônia.

E para finalizar o processo das entrevistas, no dia 21 de outubro de 2011, durante reunião da Plataforma Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)¹⁵ em Brasília, entrevistei o professor e sociólogo Luis Fernando Garzon Novoa, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que acompanhou o processo organização do MAB em Rondônia e também contribuiu como educador no curso de militantes em Rondônia.

¹⁵ Desde julho de 2007, um conjunto de organizações e movimentos sociais se reúne com o objetivo de democratizar o maior instrumento de desenvolvimento do Brasil, o BNDES. Essa articulação, batizada “Plataforma BNDES”, entende que é preciso repolitizar a economia, fonte real de poder em todos os países e campo onde a transparência e os princípios democráticos estão longe de se materializar. <http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/quem-somos>

2. A QUESTÃO ENERGÉTICA BRASILEIRA

Considerando que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surge no contexto de geração de energia através da construção das barragens, e num esforço para tornar a leitura mais acessível para quem não está familiarizado com a questão energética, entendemos que trazer presente, mesmo que de forma breve, o processo de formação do setor elétrico brasileiro ajudará na compreensão do modelo atual, que tem nas hidrelétricas a sua matriz energética, assim como no contexto que acabou levando ao surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Para a elaboração deste Capítulo foram utilizados fundamentalmente publicações da Eletrobrás e do Movimento dos Atingidos por Barragens, artigos eletrônicos especializados em energia, informações do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, além de considerações feitas por Atamis Foschiera em sua tese de doutorado na qual aborda a trajetória do MAB frente às políticas do setor elétrico brasileiro.

2.1 O setor elétrico brasileiro

O modelo de produção de energia brasileiro passou por diferentes fases: i) o período das grandes companhias estrangeiras; ii) o código de águas e a tentativa de regular as companhias privadas estrangeiras; iii) o modelo estatal das grandes hidrelétricas; e, iv) a privatização do setor elétrico e o atual modelo energético (MAB, Caderno nº 6 s/d).

2.1.1 As grandes companhias estrangeiras (1890-1934)

Com a iluminação da Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II¹⁶, no Rio de Janeiro, em 1879, foi que aconteceu a primeira experiência pública com lâmpada elétrica do engenheiro americano Thomas Edison. Somente em 1889, quando a usina de Marmelos, em

¹⁶ Atual Central do Brasil/RJ.

Minas Gerais, entrou em operação, a hidreletricidade¹⁷ passou a iluminar uma cidade, no caso Juiz de Fora.

É no fim do século XIX e início do século XX que a energia elétrica, com a chegada da empresa canadense *Light*¹⁸ que a energia elétrica se expandiu no país. Inicialmente (1901) a *Light* atuou na exploração da geração e distribuição de energia elétrica em São Paulo, e posteriormente (1904) estendeu seu campo de atuação até o Rio de Janeiro, chegando em 1911 com atendimento também no interior de São Paulo.

Na década de 1920 se instalou no Brasil a empresa de energia elétrica American and Foreign Power Company (AMFORP) comprando concessionárias pequenas que existiam no país, passando assim, juntamente com a *Light*, a centralizar as atividades do setor elétrico brasileiro. De modo que até 1960 as atividades ligadas à energia elétrica estavam dominadas pela *Ligt* e pela AMFORP. (FUSP, 2011)

Conforme observa o MAB (Caderno nº 6, s/d:7) nesse período o Estado não intervinha na produção e distribuição de energia, ficando os estados e municípios livres para estabelecer contratos com as empresas privadas de energia. Assim foi se construindo um modelo fundamentado em empreendimentos privados com hegemonia do capital internacional e tarifas que garantiam a rentabilidade dos investimentos com a chamada cláusula ouro¹⁹.

Em relação a esse aspecto, Foschiera (2009:92) destaca que “nesse processo de incorporação, concentração e centralização das empresas concessionárias de energia elétrica ocorreu uma quase desnacionalização do setor elétrico, sendo pouco expressivo o que restou fora do controle do capital estrangeiro”. Segundo o MAB esse período era “o paraíso para as grandes empresas privadas estrangeiras: usavam a água à vontade, produziam a quantidade de energia que queriam e onde queriam. E, para completar: cobravam o preço que achassem necessário” (MAB Caderno nº 6, s/d:7).

Assim, energia elétrica teve sua produção e uso implantados no Brasil num período de desenvolvimento no qual a “expansão do capital internacional na economia brasileira se dava também em outras atividades, principalmente so setor industrial”

¹⁷ Alternativa de obtenção de energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio, normalmente assegurado pela construção de uma barragem e pela consequente formação de um reservatório (BERMANN, 2007).

¹⁸ *Railway, Light and Power Company Limited* era o nome em São Paulo e *Tramway, Light and Power* no Rio de Janeiro.

¹⁹ A Cláusula Ouro consiste na estipulação em que o valor da obrigação é expresso em ouro ou moeda estrangeira, onde a energia era paga em função da cotação internacional do ouro.

(FOSCHIERA, 2009:92). Somente a partir de 1930, com o nacionalismo de Getúlio Vargas, foi que teve início a intervenção do Estado na economia, que atingiu também o setor elétrico.

2.1.2 O Código de Águas e a tentativa de regular as companhias privadas estrangeiras (1934-1961)

Com a promulgação do Código de Águas em 1934 muitas mudanças ocorreram na questão energética, entre elas destacamos: i) os rios passaram a ser propriedade do município, do Estado ou da União, sendo o uso da água prioritário para o abastecimento humano; ii) as quedas d'água e o potencial hidrelétrico passaram a ser patrimônio da União, e seu aproveitamento passou a depender de autorização; iii) as tarifas passaram a ser fixadas segundo os custos de operação e o valor dos investimentos (fim da Cláusula Ouro); e, iv) o Governo passou a deter o poder de concessão e de fiscalização, estabelecendo condições para controlar as atividades das empresas privadas. (MAB Caderno nº 6)

Tais mudanças levaram as empresas privadas (*Light* e AMFORP) a reduzirem os investimentos na geração de energia ao mesmo tempo em que, tanto por parte das indústrias como dos consumidores residenciais, havia um aumento de consumo de energia. Foi um período de discussões sobre a intervenção ou não do Estado no setor produtivo. Esse debate se deu também no setor elétrico, no qual

[...] os que defendiam que o mesmo deveria ser conduzido pela iniciativa privada colocavam a estrutura tarifária, a política cambial e o Código de Águas como elementos que atravancavam os investimentos no setor. Por outro lado, os que defendiam uma forte intervenção do Estado no setor, propunham a construção de hidrelétricas por ele e, quem sabe, até a encampação das empresas privadas existentes (FOSCHIERA, 2009:96).

E nessa perspectiva as ações de maior intervenção pública se deram no Rio de Janeiro, com a Empresa Fluminense de Energia Elétrica, no Rio Grande do Sul, com a criação da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e na região Nordeste, com criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) para construir a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, no rio São Francisco. Cabe destacar que o modelo energético da CHESF, com base em usinas de grande porte que supririam os sistemas distribuidores a cargo dos governos estaduais, tornou-se referênciade para o setor (CABRAL: 2009).

No governo Dutra o setor de energia hidráulica continuou sendo eminentemente privado, e em 1946 foi lançado o primeiro Plano Nacional de Eletrificação, que privilegiava a criação de setores interligados regionais e a apontava para a atuação do Estado, que deveria agir supletivamente a iniciativa privada (Centro de Memória da Eletricidade).

No decorrer da década de 1950, os governos estaduais foram constituindo suas empresas num contexto de discussões sobre os rumos do setor de energia elétrica. Com a volta de Getúlio Vargas ao poder houve a retomada do Estado desenvolvimentista, interventor e planejador, com uma economia baseada na industrialização nacional. Na tentativa de equacionar a crise de energia elétrica foi criado, em 1954, o Fundo Federal de Eletrificação (FFE) e o Plano Nacional de Eletrificação (PNE) que propunha uma reestruturação do setor, cabendo ao Estado a produção e transmissão de energia e a distribuição poderia ser da iniciativa privada. (FUSP: 2011)

No governo de Juscelino Kubitschek o crescimento da economia brasileira foi pautada pela estratégia desenvolvimentista, e teve no capital externo a base do financiamento da industrialização. Em relação a política referente ao setor de energia, “Juscelino privilegiou a criação de empresas públicas federais e estaduais para organizarem a expansão da geração de energia elétrica, mas deixou espaço para investimentos privados na distribuição da mesma” (FOSCHIERA, 2009:99).

O MAB (Caderno nº6, s/d:9) observa que no final dos anos 1950 os cortes e o racionamento de energia atingiu os principais centros urbanos do país e passou a fazer parte do cotidiano da população. Dentro desse contexto, foi criada a Central Elétrica de Furnas com o objetivo de abastecer a região Sudeste que vivia um processo rápido de industrialização e urbanização (FUSP:2011). Outra ação foi a criação, em 1960, do Ministério de Minas e Energia e em 1962, a constituição das Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás, empresa pública responsável pelo planejamento, execução e operação dos empreendimentos do setor de energia elétrica, criando assim as condições para a estatização do setor elétrico, concretizada durante a ditadura militar.

2.1.3 O modelo estatal das grandes hidrelétricas (1961-1990)

Com a formação da Eletrobrás houve uma mudança na estrutura de organização e produção de energia elétrica, que passou de uma produção regionalizada para

um modelo com característica nacional e sistematizada. Assim, a Eletrobrás passou a atuar como empresa *holding*²⁰ das concessionárias públicas de energia elétrica do governo federal. Essa nova organização procurou cobrir todas as regiões do país e se constituiu num sistema elétrico monopolista, também chamado de vertical, sob o controle do setor público (nacional, estadual, municipal) tanto a geração, como a transmissão e a distribuição de energia.

O MAB (Caderno nº 6, s/d) destaca que o modelo estatal de grandes hidrelétricas teve como fundamento os estudos realizados por técnicos e especialistas do consórcio Canambra,²¹ contratado pela Eletrobrás, que concluíram pela construção de uma série de hidrelétricas para atender o crescimento do mercado. O MAB destaca ainda, que o planejamento e a implantação de grandes projetos hidrelétricos das décadas seguintes se apoiaram no inventário de potencial realizado nesse estudo, completado, na Amazônia e na região Nordeste com a participação da Eletrobrás.

No contexto da política de nacionalização e estatização do setor de energia elétrica, em 1964 a Eletrobrás adquiriu as empresas do grupo AMFORP, criou em 1968 a Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), e em 1973 a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), consolidando a estrutura básica do sistema Eletrobrás, que já tinha Chesf (1945) e Furnas (1957).

Com a crise do petróleo, em 1973, ocorreu a substituição do uso de combustíveis fósseis pela eletricidade nas indústrias eletrointensivas²². Em relação a esse momento,

[...] com a elevação dos preços os países centrais passam a transferir para países periféricos, dependentes e ricos em potencial energético, como o Brasil, uma série de indústrias que consomem muita energia. Assim, o Brasil se transformava, progressivamente [...] em um exportador de produtos eletrointensivos (MAB Caderno nº 6, s/d:9).

Foschiera (2009:106) ao resgatar esse período da crise do petróleo aponta para o fato de que com ela houve uma alteração no nível de autonomia das empresas energéticas estatais, no caso a Petrobrás e a Eletrobrás. E assim, a questão da energia passou a ser

²⁰ Agrupava empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Inicialmente com quatro subsidiárias (Chesf, Furnas, Companhia Hidrelétrica do Vale Paraíba (Chevap) e a Termelétrica de Charqueadas, no Rio Grande do Sul) e dez concessionárias estaduais.

²¹ Canambra Engineering Consultants Limited, consórcio realizado em 1962 por firmas do Canadá, Estados Unidos e Brasil. (ELETROBRÁS, 2011).

²² É a chamada indústria pesada, grande consumidora de energia.

considerado caso de segurança nacional, sendo conduzida pelo gabinete da Presidência e pelo Conselho de Segurança Nacional.

Dessa forma, os anos de 1970 presenciaram a construção de grandes usinas hidrelétricas, onde os grandes projetos ganharam sustentação estrutural dentro da doutrina geopolítica do regime militar e financiamento através de uma política de atração de capitais externos.

Nesse contexto empresas de estudos e projetos para a construção de usinas hidrelétricas tiveram enorme crescimento no mercado, assim como as empresas voltadas à construção das hidrelétricas. Com respeito a esse aspecto Gonçalves Jr. (2002:130) afirmou:

Neste cenário, os grandes capitais (nacionais e internacionais) passam a intensificar sua participação no setor elétrico brasileiro, na oferta de mercadorias e nos negócios que proporcionam sua maior valorização. Participando da venda de serviços para os estudos de projeto; ofertando financiamentos a elevadas taxas de juro; vendendo uma série de serviços nas construções; projetando e vendendo máquinas e equipamentos, dentre outras atividades lucrativas. Ademais, são também os grandes beneficiários pela implantação desses empreendimentos, através das tarifas de energia elétrica subsidiadas ao parque industrial.

Foi nesse contexto que os projetos de construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí, pela Eletronorte, e a Usina Hidrelétrica Itaipu, executada pelos governos do Brasil e do Paraguai (Itaipu Binacional) foram implementados. Conforme Foschiera (2009), até a década de 1980 o sistema elétrico brasileiro organizado pelo Estado era reconhecido internacionalmente pela sua eficiência na construção das grandes obras nas usinas hidrelétricas, por meio da interconexão dos sistemas, pela sua autonomia e pela sua capacidade de intervir no território.

O MAB destaca que “o povo brasileiro fica com a dívida externa, as florestas destruídas, os férteis vales inundados e as populações expulsas (...) tratadas como gado, tangidas com violência e total desrespeito aos seus direitos” (MAB Caderno nº 6, s/d:9). Nesse sentido Bermann (2007) nos diz que no relacionamento das empresas do setor elétrico brasileiro com as populações ribeirinhas atingidas pelas obras

[...] prevaleceu a estratégia do “fato consumado” praticamente em todos os empreendimentos. Enquanto a alternativa hidrelétrica era sempre apresentada como uma fonte energética “limpa, renovável e barata”, e cada projeto era justificado em nome do interesse público e do progresso, o fato é que as populações ribeirinhas tiveram violentadas as suas bases materiais e culturais de existência. As obras

promoveram o deslocamento forçado dessas populações, acompanhado por compensações financeiras irrisórias ou inexistentes; o processo de reassentamento, quando houve, não assegurou a manutenção das condições de vida anteriormente existente (BERMANN, 2007:142, grifo do autor).

A partir dos anos de 1980 o setor elétrico foi afetado por uma crise financeira que se instaurou em nível mundial, provocando uma reversão nas políticas adotadas até então, levando o modelo a mostrar suas deficiências, o que repercutiu na situação econômico-financeira das concessionárias provocando um desequilíbrio financeiro no setor elétrico estatal, o que serviu de justificativa para a privatização do setor elétrico brasileiro.(FOSCHIERA, 2009).

2.1.4 Privatização do Setor Elétrico Brasileiro

As pressões dos grandes grupos econômicos internacionais e as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em relação a adoção de uma política com orientação neoliberal e antiestatista, encontraram terreno fértil no Brasil.

É nessa direção que a privatização do setor de energia elétrica brasileiro foi proposta em 1992, no Plano Nacional de Desestatização (PND) do governo de Fernando Collor de Mello²³, que definiu como prioridade a venda das empresas distribuidoras de energia. A privatização foi facilitada durante o governo de Itamar Franco²⁴ com mudança legislativa²⁵ que estabeleceu o novo regime tarifário das empresas de energia elétrica, com Decreto²⁶ que conferiu ao Congresso Nacional poderes para autorizar a venda de empresas; e com a criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND) na gestão de Fernando Henrique Cardoso²⁷.

Em 1994 o Ministério das Minas e Energia (MME) contratou uma consultoria inglesa – *Coopers & Lybrand* – para desenvolver uma proposta para um novo modelo

²³ Presidente do Brasil de 1990 a 1992.

²⁴ Presidente do Brasil de 1992 a 1994.

²⁵ Lei Federal nº 8.361, de 04 de março de 1993 – Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.

²⁶ Decreto nº 1.204, de 29 de julho de 1994 – alterou e consolidou a regulamentação da Lei que criou o Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031 de 1990).

²⁷ Presidiu o Brasil em dois mandatos consecutivos: de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002.

energético. Das recomendações apresentadas destacamos: desverticalização das empresas elétricas, separando geração, transmissão, distribuição e comercialização; introdução de competição na geração e comercialização; criação do produtor independente de energia; livre acesso à rede, permitindo que grandes consumidores comprassem energia fora de sua área de concessão; criação de um órgão regulador; criação do agente responsável pela operação do sistema de transmissão; e, mercado atacadista de eletricidade, para negociar como uma bolsa de energia. (FOSCHIERA, 2009).

Nesse sentido Vainer (s/d:7), no Manual do Atingido, coloca que o modelo neoliberal ao tratar a energia como uma mercadoria, requer um mercado funcionando livre, com as empresas privadas determinando a quantidade de energia a ser produzida, os valores das tarifas, quem recebe e quem não recebe eletricidade. O autor destaca ainda que com a indexação dos preços da energia ao dólar, como garantia cambial, “o povo brasileiro recebe sua renda em reais, mas paga a energia elétrica em dólar” (MAB, S/D:7).

O Estado passou a agir no reforço do modelo neoliberal, retirando-se de determinados setores da economia e desenvolvendo ações favoráveis para a concretização do novo modelo viabilizando o processo de privatização do setor elétrico. Em relação a esse aspecto Vainer (s/d:p.7) aponta para o fato de que junto com a privatização do setor de energia elétrica se dava também a privatização das águas, sendo tudo feito pelas leis sobre concessões de serviços públicos²⁸ quanto pelas leis sobre recursos hídricos²⁹. Assim, o desmonte do sistema até então existente e a montagem do novo sistema foi feito por intermédio da promulgação de leis, decretos e portarias, que oficializaram o projeto neoliberal de colocar à disposição do setor privado um setor produtivo que estava sob domínio estatal (FOSCHIERA, 2009).

2.1.5 Atual Modelo Energético: energia: para quê e para quem?

O novo modelo energético baseou-se na desverticalização do sistema elétrico, criando unidades de negócios em cada uma das fases que compõem o sistema: geração,

²⁸ Lei nº 8.987, de 13/02/1995 - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e Lei nº 9.074, de 07/07/1995 - Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.

²⁹ Lei nº 9.433, de 08/01/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

transmissão, distribuição e comercialização. Em termos institucionais, o novo modelo se estruturou a partir dos seguintes órgãos: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema (ONS), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). E em 2004 o Governo Federal lançou as bases legais³⁰ do novo modelo com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Ainda dentro desse processo de construção do novo modelo energético houve, em 1995, a criação da figura do produtor independente³¹ de energia elétrica, bem como a determinação de que cabe ao poder concedente³² declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação, das áreas necessárias para construção do empreendimento.

No que diz respeito aos consumidores o mercado foi dividido em dois grupos: os consumidores livres e os consumidores cativos. Os consumidores livres podem escolher o fornecedor de quem contratará sua compra de energia elétrica. Os consumidores cativos são os que consomem menos de 3.000KW/h e compreende os consumidores residenciais, comércio em geral, pequenas e médias indústrias que só podem comprar energia da distribuidora que atende à região onde a energia é consumida.

Conforme o MAB (s/d:07), com as privatizações o Estado deixou de ter responsabilidade direta pelo desenvolvimento econômico e social, abandonou o seu papel estratégico de produtor de bens e serviços, propiciou um gigantesco processo de transferência de patrimônio público para grupos empresariais e perdeu a soberania ao entregar para empresas privadas dois bens fundamentais: a água e a energia. Assim que

[...] Fatiadas a geração, a transmissão e a distribuição em nichos de mercado, foi inaugurado um mercado que forneceu elevada rentabilidade aos operadores privados e transnacionais. [...] o setor elétrico deixou de ser um mero instrumento de acumulação para ser espaço prioritário de acumulação, ele mesmo transformado em negócio, (GARZON, 2009:169).

³⁰ Leis nº 10.847, de 15/03/2004 autoriza a criação da EPE e Decreto nº 5.184, de 16/08/2004 cria a EPE. O Decreto nº 5.163, de 30/07/2004 - Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões, de autorizações e de geração de energia elétrica.

³¹ Produtor independente é pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam a concessão ou autorização do poder concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida.

³² O art. 10 da Lei nº 9.074/95 foi alterado para definir que "Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica". ([Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998](#))

Com respeito à privatização das distribuidoras, as empresas foram compradas, na sua maioria, por consórcios de empresas formadas por capitais nacionais e internacionais, conforme demonstra a tabela a seguir.

Empresas	UF	Ano Venda	Compradores	País de origem
Escelsa	ES	1995	Iven e GTD	Brasil (100%)
Light	RJ	1996	EDF, AES, Houston, CSN	EUA (45%) França (22,5%) e Brasil (32,5%)
CERJ	RJ	1996	Endesa, EDP, Enersis	Chile (60%), Portugal (30%) Espanha (10%)
COELBA	BA	1997	Iberdrola Brasilcap, Previ, BBDTVM	Brasil (61%) Espanha (39%)
RGE (derivada de CEEE)	RS	1997	CEA, VBC, Previ	Brasil (66,7%) e EUA (33,3%)
AES Sul (derivada de CEEE)	RS	1997	AES	EUA (100%)
CPFL	SP	1997	VBC, Previ, Fundação CESP	Brasil (100%)
Enersul	MS	1997	Escelsa	Brasil (100%)
Cemat	MT	1997	Grupo Rede, Inepar	Brasil (100%)
Energipe	SE	1997	Cataguases, Uptick	Brasil (100%)
Cosern	RN	1997	Coelba, Guaraniãna, Uptick	Brasil (87,8%) e Espanha (12,2%)
Coelce	CE	1998	Enersis, Chilectra, Endesa e Cerj	Chile (60%), Portugal (30%) Espanha (10%)
Metropolitana (derivada da Eletropaulo)	SP	1998	Light	EUA (45%) Brasil(32,5%) e França(22,5%)
Bandeirantes (derivada da Eletropaulo)	SP	1998	EDP, CPFL	Portugal (56%) e Brasil (44%)
ELEKTRO (derivada da Eletropaulo)	SP	1998	ENRON	EUA (100%)
Celipa	PA	1998	Grupo Rede, Inepar	Brasil (100%)
Celpe	PE	2000	Iberdrola, Previ	Espanha (60,93%) e Brasil (28,67%)
Cemar	MA	2000	Pensylvannia Power & Light	EUA (100%)
Saelpa	PB	2000	Cataguases Leopoldina	Brasil (100%)

Quadro 6: Empresas Eléctricas Distribuidoras Privatizadas
Fonte: Gonçalves Junior, 2007:316 Adaptação: Ana Rita de Lima Ferreira.

Conforme Atlas de Energia Elétrica do Brasil (2008), a participação da energia de fonte hidráulica na matriz energética nacional é da ordem de 14,7%, gerando cerca de 85,6% da eletricidade produzida no país, constituindo-se, de longe, na maior produtora de eletricidade do país.

Dados da ANEEL³³ apontam que atualmente no Brasil, entre Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE)³⁴, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) existem 972 empreendimentos em operação. Desse total, 792 são empreendimentos de pequeno porte e 180 são grandes usinas hidrelétricas, sendo que estas correspondem a 95,46% da capacidade hidrelétrica instalada no país.

Em relação ao consumo, praticamente 30% da energia é consumida por seis setores chamados intensivos: o cimento, a produção de aço, a produção de ferro-ligas, (ligas a base de ferro), a produção de metais não-ferrosos (alumínio), a produção química e o setor de papel e celulose. Sendo que quatro desses setores – produção de aço, ferro-ligas, papel e celulose – são destinados à exportação, ou seja, produzimos energia para gerar produtos que não ficam no Brasil.

Segundo Bermann(2009), o planejamento energético do país está, de forma geral, submetido a ditadura da oferta determinada pelo mercado. E assim, o que se tem é a priorização de atendimento às demandas do capital internacional e nacional, em detrimento a demanda social, onde uma grande parte da população ainda vive sem acesso à energia elétrica. Como afirma o MAB,

[...] os chamados “**donos da energia**” tem sido uma fusão entre os **grandes bancos**, (Santander, Bradesco, Citigroup, Banif Grupo Financeiro, Votorantim,...), **grandes empresas energéticas** (Suez, AES, Duke, Endesa, General Elétric, Votorantim,...), **grandes empresas mineradoras e metalúrgicas** (Alcoa, CBA, CSN, BHP Billiton, Vale, Votorantim, Gerdau, Siemens, General Motors, Alstom,...), **grandes empreiteiras** (Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht,...), e **grandes empresas do agronegócio** (Aracruz, Klabin, Grupo André Maggi, Cargill, Bunge, Stora Enso...). (MAB, 2009:22, grifos do autor).

³³ Dados do dia 23/fevereiro/2012 <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>

³⁴ UHE é usina hidrelétrica de grande porte com faixa de potência acima de 30 MW. PCH é usina hidrelétrica de pequeno porte cuja potência instalada é de 1,1 MW até 30 MW, normalmente opera a fio d'água. CGH são usinas com potência instalada de até 1 MW. http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par2_cap3.pdf

Este processo explicita que a geração de energia elétrica tem como destino abastecer os grandes consumidores constituídos num pequeno grupo econômico representado pelas indústrias eletrointensivas. Sobre esse grupo Foschiera (2009) afirma que “se apossaram, inicialmente, do Estado e na atualidade buscam se apropriar de recursos naturais para garantirem maiores lucros para seus investimentos, controlando seus próprios territórios” (FOSCHIERA, 2009:130).

As mudanças ocorridas no setor elétrico brasileiro e a opção por uma matriz energética com base na construção de grandes hidrelétricas visando atender um projeto desenvolvimentista, principalmente das empresas eletrointensivas do grande capital nacional e internacional, provocam uma série de impactos sociais e ambientais. Juntamente com as mudanças no setor elétrico, outras também aconteceram, em especial com as populações e regiões em que as hidrelétricas foram implementadas.

Uma dessas mudanças está relacionada às resistências, manifestações de descontentamento, indignações e organização por parte das populações que são atingidas, que lutaram (e lutam) contra as construtoras das obras, as empresas, o governo e o grande capital, conforme veremos no próximo Capítulo.

3. ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

*“PARA CADA PROBLEMA UMA PAUTA,
PARA CADA PAUTA UMA LUTA”
(MAB)*

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surgiu nos marcos da organização dos novos movimentos sociais no Brasil, como uma forma de resistência e organização que nos remete ao Brasil das décadas de 1970/1980, do século XX, num contexto de crescimento econômico conhecido como “milagre brasileiro” implementado durante a ditadura militar, quando foi intensificado o modelo de geração de energia através da construção das barragens. Com isso começaram a aparecer resistências e organizações regionais das populações atingidas pelas obras das hidrelétricas.

No entanto, o adjetivo ‘novo’ não representa o surgimento de algo inexistente, segundo Gohn (2007) o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas, o novo estava nas práticas políticas que articulavam as ações localizadas, e que levou à formação de uma rede de movimentos. Porém, os novos movimentos sociais tinham certo distanciamento do caráter classista dos movimentos sindicais, que tinham o foco nas relações de produção e no mundo do trabalho. Conforme Moraes (1996:80)

Os movimentos de resistência aos projetos de hidreletricidade são importantes não apenas por somarem forças na luta contra a expropriação, mas também pela sua capacidade de tocar em um dos pontos nevrálgicos do modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a produção de energia elétrica.

Em documentos do MAB encontramos referências nas quais o Movimento se inspira em lutas e resistências de movimentos e organizações que antecedem a construção das barragens, entre elas as lutas indígenas e quilombolas, o Contestado e as Ligas Camponesas. Destacamos que juntamente à organização dos atingidos por barragens também aconteceu a organização de outros movimentos sociais e sindicais, entre eles temos pastorais rurais, o MST, e também a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), o que proporcionou uma aproximação entre eles.

Para o MAB (2004), a participação, a organização e a consciência do povo devem estar interligadas e ser construídas no dia a dia, como forma de fortalecer a luta e o Movimento, impedir a construção de barragens, vencer os desafios e garantir direitos e conquistas.

E assim, no que diz respeito à participação organizada do povo atingido por barragens, podemos identificar três focos principais de resistência e lutas que podem ser considerados como o berço do MAB, a saber:

3.1 Região Nordeste: Pólo Sindical do Submédio São Francisco

O Vale do São Francisco abrange parte dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. O Vale é dividido em quatro áreas: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco, e por ele corre o rio São Francisco. Ao longo de suas margens se formam os aluviões, solos transportados pelo rio que são utilizados pelos ribeirinhos para cultura de subsistência o que levou ao desenvolvimento de comunidades vinculadas à utilização dos recursos do rio.

Conforme o Observatório Sócio-Ambiental de Barragens³⁵, no final dos anos 1970, no rio São Francisco, a construção da barragem de Sobradinho expropriou 26 mil proprietários e deslocou compulsoriamente 72 mil pessoas, além de provocar mudanças no rio que teve o seu nível reduzido em 70%, problemas de erosão, a vegetação nativa acabou e a pesca foi praticamente extinta. Por sua vez a barragem de Itaparica expulsou cerca de 45 mil pessoas atingindo 10.500 famílias (entre elas cerca de 200 famílias Tuxá, constituídas por aproximadamente 1.200 índios) de três municípios no estado da Bahia e quatro em Pernambuco. Além disso, inundou também diversos povoados e ilhas, onde se encontravam as terras férteis do sertão semi-árido nordestino.

Nesse período lutas sociais e resistências não faziam parte da história da região, sendo que as “iniciativas espontâneas em algumas localidades e a atuação da Comissão

³⁵ O Projeto Observatório Sócio-Ambiental de Barragens integra a linha de pesquisa Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social (SETMACS), desenvolvida pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/apresentacao>

Pastoral da Terra (CPT)³⁶ foram os marcos iniciais da organização dos camponeses” (FOSCHIERA, 2009:139).

Em Itaparica a luta teve como referência o processo que se deu em Sobradinho, onde centenas de famílias foram relocadas em assentamentos sem estrutura nenhuma e as indenizações foram pagas apenas para os proprietários de terra. Em 1979 lideranças de sindicatos rurais passaram a se reunir nos municípios “invocando a trágica situação dos atingidos pela barragem de Sobradinho”, e as reivindicações se concentraram em: “terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes e indenizações justas das benfeitorias” (MAB, s/d:3, Parte I).

Assim, a partir de uma articulação intersindical para além dos limites municipais e estaduais entre as Federações de Trabalhadores na Agricultura, da Bahia e Pernambuco, e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG ocorreu a criação do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Ainda segundo o MAB, a partir da criação do Polo a organização, luta e resistência foi se estruturando, e com apoio de técnicos e assessores, em 1984, houve a elaboração das “Diretrizes Básicas para o Reassentamento”, que reiterava e detalhava antigas reivindicações e trazia também novas demandas dos atingidos.

No entanto diante da ausência de uma política definida para realocação das famílias atingidas a luta por direitos segue até os dias de hoje, conforme demonstra a notícia abaixo veiculada na mídia em 18/03/2010.

Mais de 500 pessoas do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) invadiram a sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) em Sobradinho ontem. O protesto era pela falta de negociações entre a empresa e o Movimento, que reivindica o pagamento de indenizações às mais de 70 mil pessoas que foram tiradas de suas terras para a construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, em Paulo Afonso, no final da década de 70. [...]A agricultora Maria Augusta Rodrigues, 66, era uma das manifestantes. Ela disse que morava às margens do rio, em Casa Nova. Com lágrimas nos olhos, revelou que, com a construção da barragem, ela e o esposo perderam gado, casa e plantação de feijão, mandioca e cana. A indenização prometida pela Chesf, dona Augusta diz nunca ter recebido. “Além disso, meu marido ficou desequilibrado quando viu que perdemos tudo. Não consegui mais trabalhar. Fiquei sozinha com meus sete filhos sem ter como sair de casa para trabalhar. Passei fome e hoje quero meus benefícios”, falou.

Foi nesse processo de lutas que surgiu um dos mártires na defesa dos direitos das famílias atingidas pela barragem de Itaparica, o líder sindical rural de Pernambuco, Fulgêncio

³⁶ A CPT na Bahia surgiu na ação de organizar os atingidos pela UHE de Sobradinho.

Manuel da Silva³⁷, assassinado em 1997, que deixou contado em versos a história de luta e de organização do Movimento.

“Desde o ano de setenta e seis
 Que a gente iniciou
 Nossa organização
 De todo trabalhador
 Para não perder as terras
 Que a gente sempre plantou
 Isso a gente iniciou
 Quando se ouviu falar
 Que essa empresa CHESF
 Aqui ia começar
 A construção de uma barragem
 Pra poder nos afogar (...)”

3.2 Região Sul: Movimento Justiça e Terra (MJT) e Coordenação Regional dos Atingidos da Bacia do rio Uruguai (CRAB)

Em 1978, ocorreu o início da construção hidrelétrica de Itaipu³⁸, na bacia do Rio Paraná, e o anúncio da construção das Usinas de Machadinho³⁹ e Itá⁴⁰, na bacia do Rio Uruguai, o que provocou um grande processo de mobilizações e organização da população na região.

A hidrelétrica de Itaipu provocou a expulsão de aproximadamente 43 mil pessoas e a transferência da tribo indígena Avá-Guaraní Ocoi para uma área de 232 hectares às margens do lago, considerada como insuficiente. As desapropriações ocorreram mesmo sem a existência do decreto que declarava ser de utilidade pública a área na qual seria implantada a

³⁷ Devido ao seu trabalho na região do São Francisco e suas denúncias contra o crime organizado no sertão de Pernambuco, foi indicado para integrar a diretoria do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens – MAB. Integrou ainda a diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. Em 1996, foi candidato do PT ao cargo de vice-prefeito de Santa Maria da Boa Vista <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/medalhaDetalhe.asp?CodMedalha=13>

³⁸ Itaipu Binacional está localizada entre as cidades de Foz do Iguaçu, no Paraná/Brasil e Ciudad del Leste, no Paraguai.

³⁹ A Usina Hidrelétrica Machadinho situada entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e atingiu 4 municípios no Rio Grande do Sul e 6 em Santa Catarina, com aproximadamente 1.850 famílias atingidas. <http://www.observabarragem.ippur.ufrrj.br>

⁴⁰ A Usina Hidrelétrica de Itá atingiu 11 municípios, sendo 4 no Rio Grande do Sul e 7 no estado de Santa Catarina num total aproximado de 3.560 famílias. <http://www.observabarragem.ippur.ufrrj.br>

hidrelétrica, forçando as famílias a deixar suas terras, casas e benfeitorias. E nesse contexto quem tinha propriedade foi indenizado e aqueles que não possuíam propriedades “(posseiros, arrendatários, empregados e bóias-frias), tiveram que abandonar a área de mãos vazias, lançados a própria sorte” (Mazzarollo, 2003:40).

Na época Itaipu usou o argumento de que os agricultores do oeste do Paraná deveriam ser sacrificados para o bem e o progresso do Brasil, o que provocou a reação dos agricultores que se organizaram junto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o apoio da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) para lutar pelo direito à terra, a uma vida decente e a uma indenização justa. Em 1979 foi formada uma comissão de coordenação e representação dos atingidos, constituindo o “Movimento Justiça e Terra”: justiça na avaliação do valor das propriedades, e terra à disposição dos desalojados (Mazzarollo, 2003).

Como reação a organização e resistência dos atingidos Itaipu fez uso de uma campanha publicitária de convencimento à população que contou com a participação de artistas famosos⁴¹. E com o intuito de isolar os desapropriados Itaipu fez uso de mensagens autoritárias e ameaçadoras nas comunidades:

[...] Evite intermediários. Fique tranquilo. Trate diretamente com os homens da empresa. Quem tiver propriedade na região pode ficar tranquilo, seja dono de fazenda, sítio ou casa. Não precisa se preocupar. É do seu interesse. Não aceite intermediários. Não se envolva em agitação. Defenda seus interesses pessoalmente. Agricultor, colono, você sabe mais do que ninguém defender seus interesses (MAZZAROLLO, 2003:50).

Vocês não se metam nesse movimento organizado pelas igrejas, senão não vão receber nada. [...] se não aceitarem o que Itaipu está oferecendo, terão de recorrer à Justiça, e se não saírem da área no prazo estabelecido sairão expulsos pela água quando o reservatório for formado (MAZZAROLLO, 2003:51).

O processo de organização e resistência na região das hidrelétricas de Itá e de Machadinho seguiu um caminho semelhante ao processo de Itaipu: ação de religiosos da Igreja Católica e da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, de militantes da CPT, da participação dos sindicatos de trabalhadores rurais e de professores da Fundação Alto Uruguai

⁴¹ Entre os artistas estavam o cantor gaúcho Teixerinha, o radialista Zé Bétio e o ator Lima Duarte. (MAZZAROLLO, 2003:50).

para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES)⁴² no processo de mobilização, informação e organização dos atingidos nas comunidades e municípios.

Em 1980, na bacia do rio Uruguai foi constituída a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) como sendo também organizadas comissões locais nas regiões e comunidades. Inicialmente o discurso da CRAB abordava somente a questão das hidrelétricas, porém, aos poucos foi sendo ampliado e realizado junto com outros grupos e movimentos sociais, como no caso do MST, trazendo para o debate questões que apontavam para a construção das hidrelétricas enquanto parte de um projeto de sociedade organizada pelo grande capital e com isso proporcionando a participação coletiva em debates e atos públicos.

Cabe destacar que pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar antes do início da obra (MAB, s/d:4, Parte I). No que tange a esse aspecto, a própria Eletrobrás relata em publicação própria que a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), “aproveitou os instrumentos de comunicação do dia a dia da população – a missa, o jogo de futebol, a cancha de bocha – para mobilizar os colonos: as assembleias reuniam 25 mil pessoas” (CABRAL, 2009:184). A luta e resistência dos atingidos extrapolou os limites locais e agregou novas entidades no debate⁴³, cooperativas, partidos políticos, prefeituras da região, movimentos sociais e grupos religiosos, e também ganhou espaço nos jornais, ampliando e divulgando assim o debate.

Dois momentos desse processo merecem destaque. O primeiro, em 1983, está relacionado à participação de 20 mil pessoas na “Romaria da Terra”, em Carlos Gomes com o tema central “**Águas para vida, não para morte**”⁴⁴, e o segundo, organizado pela CRAB, foi a realização em 1985, do abaixo-assinado “**Não às Barragens no rio Uruguai**”, que reuniu mais de um milhão de assinaturas e foi entregue ao poder público federal. A partir daí a resistência passou para o confronto aberto na luta contra a construção das barragens: “**Terras Sim, Barragens Não**” (MAB, s/d:5, Parte I, grifos do autor).

Outro aspecto da resistência e luta diz respeito a hidrelétrica de Machadinho, que mobilizou mais de mil e duzentas famílias da região no movimento “Machadinho Nunca

⁴² A FAPES, localizada na cidade de Erechim/RS, desenvolvia atividades com os agricultores na região do Alto Uruguai. Posteriormente transformou-se em Universidade Regional Integrada (URI). (Foschiera, 2009)

⁴³ Em maio de 1982, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) promoveu, em Brasília, o Encontro Nacional sobre Barragens, envolvendo atingidos de várias áreas do país. (Foschiera, 2009)

⁴⁴ Esse tema mais tarde se transformou na palavra de ordem símbolo do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e também do movimento mundial contra as barragens.

Mais”, levando a Eletrosul a suspender a construção da obra⁴⁵ na tentativa de chegar a um acordo com os atingidos.

No entanto, para o MAB a luta seguiu (e segue) para fazer valer o cumprimento dos acordos feitos, o que é reconhecido em publicação da Eletrobrás quando se refere que a perda de credibilidade por parte da população em relação a empresa foi “inevitável, e muitas negociações voltaram à estaca zero, já que, com a inconstância dos recursos financeiros, a Eletrosul seguidamente descumpria cláusulas acordadas com a CRAB sobre indenizações e reassentamento” (CABRAL, 2009:187).

3.3 Região Norte: Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU)

Localizada no rio Tocantins, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, conforme dados do Observatório Sócio-Ambiental de Barragens, desalojou 32 mil pessoas, atingindo diretamente os povos indígenas Parakana, Assurini e Gavião. No período de construção da hidrelétrica (1975-1984) não existia a exigência de estudos de impacto ambiental, sendo então contratada uma consultoria para realizar um relatório, que elaborou um diagnóstico com algumas indicações do que poderia ocorrer, e como o mesmo foi realizado com as obras já em andamento, as soluções foram paliativas diante do que o relatório apontou. (CABRAL, 2009)

Foi significativa a participação dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da CPT na mobilização e organização das populações atingidas. Em 1981, depois de terem sido enganados pelas promessas de bons assentamentos e indenizações as famílias se organizaram e deram origem ao Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí.

Diante do não cumprimento das promessas e acordos por parte da Eletronorte (responsável pela obra) foi realizado um acampamento como forma de pressão. Devido a vários problemas de planejamento o projeto da obra passou por diversos ajustes e mudanças, entre eles a ampliação da área a ser inundada, que atingiu 600 famílias que já haviam sido reassentadas. Em 1989 foi constituída a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), que reuniu os atingidos de montante e a jusante da barragem. Nesse momento, as reivindicações eram de caráter local e com foco no direito a terra por terra, vila por vila, casa

⁴⁵ A obra foi retomada em 1997, sendo o projeto modificado em relação ao original com a diminuição da altura da barragem e a da área alagada.

por casa, indenizações justas e ressarcimento dos prejuízos. Posteriormente, e até os dias atuais, a luta segue pelo reconhecimento dos direitos e cumprimento dos acordos realizados.

Segundo o MAB, o projeto da Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi criado junto ao Programa Grande Carajás, para abastecer com energia subsidiada as indústrias de alumínio, no Maranhão (Alumar/Alcoa) e no Pará (Albras/Alunorte/Vale). Assim, ao mesmo tempo em que as barragens fornecem energia subsidiada para eletrointensivas, vão negando o problema social e ambiental causado à região.

Embora as lutas em Tucuruí, no Vale do São Francisco e na Bacia do rio Uruguai tenham sido as mais significativas, outras também aconteceram em diversas regiões do país nos anos de 1980, porém cabe destacar que

Todas as obras acima citadas apresentam dois fatos marcantes: a existência ainda hoje, de organização popular, e como aspecto negativo, todas têm ainda problemas sociais e ambientais pendentes de solução devido à construção das barragens (MAB, 2002:7).

Em relação à existência de pendências sociais e ambientais para com os atingidos por barragens, o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, reconheceu em julho de 2009, ter dívidas com o MAB. Segundo o presidente durante muitos tempo se construiu hidrelétricas no país sem que os atingidos recebessem indenizações e reassentamentos.

[...] Esse (o MAB) é um Movimento que eu pedi para o companheiro Dulci⁴⁶ conversar e ver qual é a dívida que o Estado brasileiro tem com eles, porque certamente nós temos dívidas com eles. Durante muito tempo se construiu hidrelétricas, se prometia dar casas, e não veio as casas e não veio as terras” (Luís Inácio da Silva, 2009).

Outro reconhecimento dos problemas sociais existentes está no relatório produzido pela Comissão Especial e aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)⁴⁷, ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

⁴⁶ Luiz Dulci foi ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil nos anos de 2003 a 2010 durante o governo Lula.

⁴⁷ O CDDPH é um órgão colegiado criado pela Lei nº 4.319/1964, ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência República. Tem por atribuição receber denúncias e investigar, e para tanto, constitui comissões especiais de inquérito. Com base em denúncias feitas pela MAB foi instituída a Comissão Especial “Atingidos por Barragens” conforme Resoluções nºs 15/06, 21/06 e 26/06, para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens.

República, que reconhece a existência de um padrão de violação dos direitos humanos na construção de barragens,

[...] os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas conseqüências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual (CDDPH, 2010:13).

Conforme o referido relatório, a comissão identificou, nos casos analisados⁴⁸, um conjunto de 16 direitos humanos sistematicamente violados, a saber:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária. (CDDPH, 2010:15).

Entre os principais fatores, apontados pelo relatório, que causam as violações de direitos humanos na implantação de barragens estão a precariedade e insuficiência dos

⁴⁸ A Comissão recebeu 74 denúncias e acompanhou *in loco* as denúncias em sete barragens: Tucuruí (Pará), Acauã (Paraíba), Cana Brava (Goiás), Aimorés (Minas Gerais/Espírito Santo), Emboque (Minas Gerais), Fumaça (Minas Gerais) e Foz do Chapecó (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (CDDPH, 2010:7). Acesso ao relatório final da CDDPH: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>

estudos ambientais realizados pelos governos federal e estaduais, e a definição restritiva e limitada do conceito de atingido adotados pelas empresas.

3.4 DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS PARA MOVIMENTO NACIONAL

Até meados dos anos 1990 a luta pela terra (reassentamentos), indenizações justas, a questão energética e ambiental predominavam nas pautas das populações atingidas por barragens. Conforme Foschiera (2009) a questão da luta pela terra se deu num contexto discussão política da esquerda ligada ao sindicalismo (CUT) e permitiu uma aproximação maior das organizações dos atingidos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Inicialmente havia a compreensão de que o Estado era o inimigo, pois era quem implementava o projeto modernizador do campo, e no caso dos atingidos, a modernização se dava através da execução de grandes projetos de infraestrutura com a construção das barragens.

Ao buscar apontar as especificidades dos novos movimentos sociais na América Latina, Gohn (2007) afirma que a diferenciação básica do nosso continente em relação à Europa, está na luta que a maioria dos movimentos fazem por terra, casa, comida, ou seja, necessidades básicas elementares à sobrevivência, portanto, não havendo nada de moderno ou de novo nestas lutas.

Por sua vez Scherer-Warren (2008) considera importante para o surgimento dos movimentos sociais as demandas materiais, as carências cotidianas dos sujeitos. Segundo a autora,

[...] quando necessidades materiais transformam-se em representações simbólicas de carências de determinados grupos e, conseqüentemente, eles constroem pautas políticas reivindicativas ou para a transformação social dessa situação, temos o nascimento de uma ação coletiva ou de movimento social específico (SHERER-WARREN, 2008:506-507).

No entanto, a autora destaca que a carência por si só não gera movimentos sociais, para tanto é necessário atribuir um sentido coletivo às demandas materiais dos sujeitos, a transformação dos sujeitos em atores políticos e das carências em demandas e em pautas

políticas e as pautas políticas em lutas e protestos. Ainda é preciso também que o movimento social seja capaz de se auto identificar coletivamente em torno de conflitos, de adversários a serem enfrentados e de construir projetos e utopias de mudança.

Nessa direção, Gohn (2007), nos diz que Touraine define movimento social como um movimento de classe que expressa os conflitos existentes entre classes, devendo, portanto ser compreendido a partir de três princípios: i) princípio de identidade: refere-se à auto definição do movimento sobre o que ele é e em nome de quem se pronuncia; ii) princípio de oposição: refere-se a definição do adversário, do principal inimigo do movimento; e, iii) princípio de totalidade: refere-se a visão dos movimentos sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação que promove.

Com as experiências das lutas, negociações, estudos e formação política, os atingidos passaram a compreender que, além da luta isolada na sua barragem ou na barranca de cada rio, deveriam se organizar em nível nacional para não só questionar a necessidade de construção de tantas barragens e os impactos ambientais por elas provocados, mas para se contraporem ao modelo de desenvolvimento em curso e a matriz energética (MAB, 2006:5).

Nesse sentido, o primeiro passo foi realizar um diagnóstico geral da situação dos atingidos por barragens em todo o Brasil. Com a ajuda da Igreja Católica (CPT), do movimento sindical (Central Única dos Trabalhadores – CUT) e da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP) a CRAB organizou em abril de 1989, em Goiânia/GO, o **I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens**. A preparação do Encontro foi realizada em quatro encontros regionais: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

Com a participação de representantes de várias regiões do país, foram realizados relatos das lutas e experiências dos atingidos em todo o país, que apresentaram em comum a situação de que os projetos hidrelétricos eram decididos sem consultar a população atingida, havia a falta de informações e os direitos dos atingidos eram desprezados. No que tange a luta e resistência, os relatos apontaram que, apesar das dificuldades, o povo atingido foi se organizando e conseguiu impor negociações e ampliar sua influência e alcançar algumas conquistas. Outro aspecto dos relatos diz respeito à forma de ação usada, que compreendia acampamentos, ocupações de canteiros, arrancação de marcos⁴⁹, marchas e abaixo-assinados.

⁴⁹ São marcos de referência utilizados para a quantificação dos deslocamentos horizontais e verticais de uma barragem. São instrumentos construídos com vergalhões de aço e concreto.

Conforme documento do MAB (s/d), no Encontro de Goiânia os atingidos por barragens aprovaram, pela primeira vez na história do país, uma pauta e um plano de lutas em nível nacional, com os seguintes pontos:

1. Elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora;
2. Que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos;
3. Cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias;
4. Fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.

Reforma agrária já, sob o controle dos trabalhadores. Demarcação das terras indígenas. Demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombos. Não pagamento da dívida externa. (MAB:s/d)

Conforme dados do MAB (2002), em março de 1991, em Brasília/DF, com delegados vindos de todo o país, aconteceu o **I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens**, no qual foi criado o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, como um Movimento nacional, popular e autônomo de luta contra a construção das barragens e em defesa dos direitos dos povos atingidos. O Movimento deveria organizar e articular as ações contra as barragens a partir das realidades locais. Foi eleita a primeira Coordenação Nacional do MAB sendo que a sede seria em São Paulo. Para marcar o nascimento do MAB o dia da plenária final, 14 de março, foi escolhido como o Dia Nacional de Lutas Contra as Barragens.

A participação do MAB⁵⁰ na **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento** – RIO92, no Rio de Janeiro em 1992 propiciou a divulgação dos graves impactos sociais e ambientais provocados pelas grandes barragens, assim como colocou o Movimento em contato com organizações e militantes ecologistas que se tornaram aliados da luta contra as barragens e por um novo modelo energético.

Os Congressos Nacionais do MAB passaram a acontecer de três em três anos, e como instância deliberativa reúne representantes de todas as regiões organizadas para num momento de animação interna afirmar princípios e debater a estratégia do Movimento, sendo que as decisões tomadas servem de base para o trabalho e linhas gerais de ação.

⁵⁰ O MAB participou do Fórum Nacional de ONGs e coordenou o Grupo de Trabalho sobre Energia do Fórum.

Em dezembro de 1993 realizou-se o **II Congresso Nacional do MAB**, que entre outros pontos, deliberou pela necessidade da realização de um encontro internacional de atingidos por barragens. Em dezembro de 1996, em São Paulo, aconteceu o **III Congresso Nacional do MAB**, onde além de aprofundar o debate sobre as linhas gerais de ação, trabalho de base, política de alianças, os atingidos reafirmaram e expressaram em documento final suas convicções e posições políticas frente ao setor elétrico brasileiro.

O MAB exige do governo brasileiro a formulação de uma nova política energética que:

- a) Contemple a participação da população no seu planejamento, decisão e execução;
- b) Priorize as questões sociais e ambientais, antes da implementação da barragem, considerando sempre a bacia hidrográfica;
- c) Corrija as distorções existentes no Setor Elétrico, acabando com desperdícios na transmissão, execução e consumo de energia, bem como, o fim dos subsídios aos grandes consumidores;
- d) Invista em pesquisa na busca de novas fontes energéticas;
- e) Priorize o desenvolvimento de fontes alternativas energéticas, por exemplo: energia solar, eólica, pequenas barragens em local adequado com critérios estabelecidos pela população;
- f) Garanta o acesso à energia para todas as famílias e principalmente aquelas atingidas.

As principais bandeiras de luta são:

- Exigir o cumprimento dos acordos já firmados entre atingidos e as concessionárias do setor elétrico;
- Exigir soluções para os problemas sociais e ambientais antes de construir a obra e para os causados pelas barragens já construídas e em construção, e que não sejam concedidas licenças novas até a solução dos mesmos;
- Exigir a destinação, nos orçamentos federais e estaduais, dos recursos necessários para a solução dos problemas socioambientais das barragens já construídas ou em construção;
- Exigir a adoção de critérios socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente corretos. (MAB: s/d – extraído do documento final do III Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens)

Em 1999, em Belo Horizonte/MG, aconteceu o **IV Congresso Nacional do MAB**, onde foi afirmado o compromisso de lutar contra as políticas neoliberais e o processo de privatização do setor elétrico, assim como houve avanço na elaboração das linhas gerais sobre o que poderia vir a ser um novo modelo energético e um projeto popular para o Brasil. Foi reafirmada a prioridade da organização de base e da luta de massa como principal método de organização dos atingidos por barragens.

Em atenção ao encaminhamento do II Congresso Nacional do MAB, em setembro de 1995, com apoio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) realizou-se em Itamonte, Minas Gerais, um **Encontro Internacional**. Neste evento, visando preparar o encontro internacional dos povos atingidos, foi constituído um comitê organizador contando com a participação dos americanos da Rede Internacional de Rios (IRN), dos indianos do Movimento para Salvar o Rio Narmada (NBA), dos chilenos do Grupo de Ação pelo Bio Bio (GABB), dos europeus da Rede Européia de Rios (ERN), e do próprio MAB.

Dois anos depois, em março de 1997, em Curitiba/PR, foi realizado o **I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens**, com a participação de 20 países⁵¹ que compartilharam experiências, fizeram denúncias e debateram sobre as políticas energéticas, a luta contra as barragens em nível internacional e formas de defender os direitos das famílias atingidas por barragens. Do Encontro resultou a Declaração de Curitiba, na qual os participantes se comprometeram em constituir e fortalecer redes regionais e internacionais para alcançar os objetivos, visando à unificação das lutas internacionais dos atingidos e instituiu o Dia 14 de Março, como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

Cabe destacar que como resultado da articulação e da pressão dos atingidos por barragens de todo o mundo, foi criada na Suíça, em 1997, a Comissão Mundial de Barragens⁵² (CMB), um fórum misto, com governos, empresas, agências multilaterais, ONGs e movimentos sociais. O objetivo foi de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construções de barragens em nível mundial, o que veio acontecer no ano de 2000 com a divulgação do Relatório da Comissão Mundial de Barragens.

⁵¹ Participaram representantes da Ásia, América, África e Europa.

⁵² Ao longo de seus dois anos e meio de existência, a Comissão Mundial de Barragens (CMB) desenvolveu o mais amplo conjunto de estudos sobre o tema jamais realizado. Foram realizados: 3 estudos de caso de países; 7 estudos de caso de grandes barragens (entre os quais a Usina Hidrelétrica de Tucuruí); 17 estudos temáticos, envolvendo aspectos ecológicos, econômicos, sociais e político-institucionais; 4 consultas públicas regionais em diferentes continentes (uma destas foi a Consulta Regional para a América Latina que realizou-se em São Paulo, nos dias 12 e 13 de agosto de 1999); reuniões do Fórum Consultivo da CMB, fóruns de debates abertos no site da CMB (www.dams.org). Tanto a Eletrobrás quanto o MAB estiverem representados no Fórum Consultivo

Já em 2003, em Brasília/DF, foi realizado o **I Encontro Nacional de Atingidos por Barragens**⁵³. Na fase preparatória do Encontro o debate nas regiões/estados foi orientado pela cartilha “A crise do modelo energético, construir um outro modelo possível” onde o MAB analisa a história do setor elétrico nacional, as privatizações e apresenta sua visão sobre o atual modelo energético, assim como aponta algumas alternativas para a construção de um novo modelo energético.

Nesse encontro o MAB assumiu a luta em defesa de um projeto socialista para o Brasil integrado a um novo modelo energético, aos valores coletivos e à cultura do campo. Foi deliberada também a necessidade da permanente busca pela formação e informação, da participação nas lutas de massa e de realizar uma aliança entre as lutas do campo e da cidade.

Em 2004, com atingidos por barragens de quinze estados, foi realizada a **I Marcha Nacional “Águas pela Vida”**. A marcha foi de quinze dias de Goiânia/GO até Brasília/DF, cujo objetivo foi denunciar e dar visibilidade a grave situação em que vivem as famílias que são atingidas pelas construções das barragens, ampliar alianças no processo de lutas e mobilização, e, debater com o governo e a sociedade a política energética brasileira.

Assim, o MAB aos poucos foi se transformando em um movimento de caráter reivindicatório enquanto visava organizar a população atingida ou ameaçada por barragens na luta contra a construção de grandes barragens e pela garantia de seus direitos; popular no sentido de organizar o povo visando a transformação da sociedade; e político ao debater e lutar por um novo modelo energético popular nacional e ser uma referência da esquerda nesse debate. (MAB, 2006:6).

Com a decisão política de tornar-se um movimento nacional de massa e de contribuir na construção de uma direção capaz de incidir politicamente na conjuntura do país o MAB, em 2005, visando ao II Encontro Nacional formulou um documento chamado “Plano Popular de Luta por um Novo Modelo Energético”, assim como aprofundou o estudo sobre o capitalismo e o atual modelo energético. Em relação às articulações o MAB passou a fazer parte da Assembléia Popular Nacional⁵⁴ visando inserir na discussão do projeto popular para o Brasil a questão do preço da energia e de um novo projeto energético.

⁵³ Conforme entrevista realizada em 21.10.2011 com L.M.A. da direção do MAB, à medida que foi se definindo a estratégia do Movimento foi também mudando os nomes das atividades, sendo que os Congressos passaram a se chamar de Encontros Nacionais.

⁵⁴ Em maio de 2004 a CNBB lançou a 4ª Semana Social com o lema: “Mutirão por um novo Brasil”. Foram realizados mais de 250 encontros para debater com a sociedade temas como o Estado brasileiro no século 21, a

O **II Encontro Nacional do MAB**, realizado em março de 2006, em Curitiba/PR, com participação representantes de 15 estados⁵⁵, teve como resultado o Plano de Construção Nacional, que apontou novas diretrizes, com ênfase na necessidade de enfrentamento de classe e de que todos somos tingidos pelo setor elétrico brasileiro⁵⁶ e não somente por um empreendimento, daí a necessidade da luta pela construção de um modelo energético que sirva aos interesses da classe trabalhadora. O documento final do Encontro reafirmou dez pontos centrais da luta e resistência, a saber:

1. **Água e energia não são mercadorias.** Água e energia é **patrimônio do povo** e deve estar sob o **controle popular**.
2. É necessário construir um **modelo energético alternativo**, com a utilização dos recursos naturais, **que sirva aos interesses da classe trabalhadora**, hoje e no futuro.
3. A luta é contra **toda privatização da água e da energia** (e reaver o já privatizado) e que se estende à luta contra as barragens e pelos direitos dos atingidos.
4. Lutamos também para combater a **exportação de produtos** de alta densidade energética (eletrointensivos) utilizados para fins da acumulação capitalista.
5. O MAB é um **Movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais**, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução.
6. Nossa principal forma de luta é **a pressão popular**.
7. **Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade.**
8. Nossa prática militante é orientada pela **pedagogia do exemplo**.
9. Construiremos **alianças com movimentos** e com a sociedade no nível nacional e internacional.
10. A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de **amor ao povo e amor à vida**. (MAB, 2006:13 grifos do autor)

Entre os desafios destacaram a necessidade de ampliar a militância e garantir formação política; manter autonomia em relação aos partidos políticos; fazer articulações com outros movimentos sociais do campo e da cidade, tento em nível local quanto regional,

auditoria da dívida, as forças sociais, o trabalho e a crise de sustentabilidade e civilização. Em 2005 para juntar as contribuições sobre “o Brasil que queremos” ocorreu uma Assembléia Nacional com a presença de aproximadamente 8.000 participantes (movimentos sociais, campanhas, fóruns, comitês, associações, articulações, sindicatos, pastorais, comunidades, redes, etc.) <http://www.assembleiapopular.org/>

⁵⁵ Estiveram presentes 1.200 pessoas representando os estados da BA, CE, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PR, RO, RS, SE, SC, SP e TO. Participaram também quatro delegações americanas (Argentina, Bolívia, Nicarágua e Venezuela), além de outros movimentos sociais, entidades, autoridades, estudantes entre outros apoiadores. Uma das mesas-redondas estava voltada para debater movimentos sociais na América Latina.

⁵⁶ Essa questão levou posteriormente o MAB a fazer uma articulação com movimentos e organizações sociais urbanos que resultou na campanha contra o alto preço da energia elétrica: “O preço da Luz é um roubo”. http://www.mabnacional.org.br/menu/preco_luz.html

nacional e internacional; e debater com o governo federal o atual modelo energético visando implementar mudanças estruturais.

Nesse sentido entendemos que o MAB assumiu o desafio de contribuir na reflexão sobre a realidade, influenciar na política energética brasileira, produzir novas agendas para o Estado e para a sociedade, incentivar novas formas de participação popular e promover mudanças na cultura através da assimilação de novos princípios, valores e linguagens. Assim, conforme Gohn (2007:157)

[...] os movimentos são um sinal. Não são apenas um produto da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, “falam à frente”, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência. [...] os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não tem a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos.

Atualmente o MAB se encontra presente em 15 estados⁵⁷ brasileiros e tem articulações com organizações de atingidos de outros países (Argentina, Paraguai, Colômbia, México, Chile, Nicarágua, Guatemala, Tailândia e Índia). Faz parte da Via Campesina⁵⁸ e desde 2005 participa também da Assembléia Popular Nacional.

Gohn (2007) ao buscar apontar as especificidades dos novos movimentos sociais na América Latina destaca entre outros aspectos a forma mais autônoma que os movimentos adotam ao se relacionar com as instituições, com os partidos políticos e com o Estado; a estrutura organizativa mais horizontal e próxima à estrutura de rede; o aprofundamento da articulação em nível internacional; e a utilização de novas tecnologias de comunicação.

⁵⁷ Ceará, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rondônia, Pará e São Paulo.

⁵⁸ A Via Campesina é uma articulação que congrega organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. No Brasil estão vinculados à Via Campesina o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Pastoral da Juventude Rural – PJR, o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC; o Conselho Indigenista Missionário – CIMI; a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB; a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais.

Assim, com o propósito de preparar e organizar um movimento nacional para atuar em regiões estratégicas, resistir, acumular força e enfrentar os inimigos de classe, o MAB construiu um modelo de organização buscando garantir um movimento de massa, uma organização de militantes de caráter nacional, tendo nos grupos de base a parte essencial do Movimento e priorizando a construção de um plano nacional de formação.

Foschiera (2009) destaca que com a globalização ocorreu uma redefinição do cenário das lutas sociais, com destaque para os movimentos sociais de caráter global, em conexão com a ação local. Assim, ocorrerá um “movimento de movimentos, no qual ocorre a conexão de lutas e resistências frente à globalização capitalista, sendo que o eixo de atuação se dirige para uma resposta contra hegemônica global”. (FOSCHIERA, 2009:81).

Ao avaliar o processo de organização nacional o MAB (2006) em documento para debater o plano de construção nacional destacou que era preciso construir na prática, em cada região do país, a nova de organização do Movimento assim como a necessidade de realizar ações concretas que demonstrassem a disposição de luta do Movimento. Para tanto era importante compreender a relação existente entre o problema concreto da região e o modelo de sociedade capitalista, com a luta de classe existente e identificar quem são os inimigos do MAB.

Além da característica já apontada por Sherer-Warren (1996) de ser um movimento social em rede e de formar redes de movimentos sociais, os movimentos antissistêmicos “são autônomos, independentes do Estado, valorizam a cultura e a identidade e buscam, cada vez mais, formar seus próprios intelectuais em escolas ou universidades com uma proposta diferenciada de formação, voltada à educação popular” (FOSCHIERA, 2009:82).

É nesse sentido, que com base em Buttigieg (2003:47) destacamos a importância do pensamento de Gramsci, para quem a educação equivale às operações fundamentais da hegemonia, sendo as “operações de hegemonia” os meios pelos quais a concepção de mundo e os valores de um grupo são difundidos, reforçados e estimulados pela sociedade, tornando-se então hegemônicos. Gramsci enfatiza a necessidade da criação de uma escola que se dedique a formação de intelectuais orgânicos, oriundos da classe trabalhadora, visando à construção de outra cultura, a socialista. Para ele

[...] aos intelectuais orgânicos cabe à missão de levar às massas a filosofia da práxis, não de fora para dentro, mas articulando-a com a reflexão que é possível, através do chamado núcleo do bom senso, a partir da prática cotidiana das massas e de sua experiência na luta política (MOCHCIVITCG, 2004:17-18)

Diante de novas estratégias e com o objetivo de fortalecer o Movimento, o MAB apontou para a necessidade priorizar a formação política e a construção de um plano de formação que estivesse a serviço do avanço e da implementação da estratégia do Movimento, para o tanto o desafio consistia em

- a) Iniciar um processo de formação de formadores em cada região;
- b) Organizar as escolas de formação de militantes nas regiões;
- c) Constituir uma nova turma nacional de militantes;
- d) Dar seguimento ao estudo com a direção e coordenação nacional;
- e) Dar seguimento com os encontros de coordenação nas regiões;
- f) Fortalecer o coletivo nacional de formação; e,
- g) Organizar um curso de especialização em energia⁵⁹ (MAB, 2006:30).

Por fim, destacamos que no contexto atual o Movimento dos Atingidos por Barragens, articulado na Via Campesina e com outros movimentos sociais, vem fazendo frente ao capital, que constrói barragens e gera a expropriação e a exclusão de milhares de pessoas dos seus territórios. Entendemos que o MAB desempenha um papel relevante ao organizar e empoderar populações que historicamente foram excluídas na luta por direitos e no combate ao capitalismo que transforma a água e energia em mercadorias. Nessa dinâmica Gohn (2007) escreveu,

[...] os movimentos não surgem espontaneamente. O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos. Eles não existem a priori, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história. Organização e consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar. (GOHN, 2007:174)

⁵⁹Com objetivo de formar militantes com conhecimento na área da energia o MAB e a UFRJ construíram em 2009, em nível de extensão e especialização, o curso “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”. O curso tem como base de estudos quatro eixos temáticos: Elementos de Economia Política; Economia Política e Meio Ambiente; Economia Política da Energia; e, Estado e Classes Sociais. (MAB, 2009:10-11).

4. CONTEXTO DA PESQUISA

O estudo da presente dissertação é a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens, tendo como foco de estudo o curso de militantes desenvolvido pelo MAB, no estado de Rondônia, que se deu entre os anos de 2008 a 2010, no contexto de construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira.

Considerando que a formação de quadros é um processo lento e sistemático, e não é algo que acontece separada do contexto histórico, nos desafiamos a conhecer e estudar o curso de militantes da turma Luis Ferreira Castil⁶⁰ conhecendo a realidade do mundo que vive os atingidos por barragens a partir de suas próprias práticas, expressas nas lutas, resistências e vivências no estado de Rondônia.

Para tanto apresentaremos alguns elementos sobre a região amazônica, a formação do estado de Rondônia, a organização do MAB no estado, o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, assim como descreveremos o contexto histórico, social e político das comunidades ribeirinhas de Joana D'Arc e São Carlos localizadas a montante e a jusante da UHE de Santo Antônio, locais de origem dos entrevistados que realizaram o curso de militantes promovido pelo MAB/RO.

4.1 REGIÃO AMAZÔNICA: CONTEXTO GERAL

A região amazônica ocupa uma área mais de sete milhões de km² de superfície e sua extensão abrange nove países do continente sul-americano: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. A Amazônia brasileira chega a quase cinco milhões de km², o que representa 70% do total amazônico e cerca de 60% do

⁶⁰ Luis Ferreira Castil foi um militante do MAB que no ano de 2008 faleceu juntamente com outros 13 militantes num acidente de ônibus que transportava pessoas de movimentos sociais para Ouro Preto. A turma acolheu a sugestão de homenageá-lo por ele ter sido um exemplo de militante. Segundo o educando "W", "tombou um companheiro, mas a sua história tá gravada em nossa memória, ele foi um exemplo de militante pra gente também tá seguindo e tocando a luta né! Daí a origem do grito de ordem: Luis vive em cada um de nós e o MAB eleva a sua voz!".

território nacional. A chamada “Amazônia Legal”⁶¹ é formada pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, pertencentes à Região Norte do Brasil, e, também os Estados de Mato Grosso e Maranhão, respectivamente Estados pertencentes às Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Em território brasileiro, a bacia hidrográfica amazônica percorre mais de 4,5 milhões de Km² e possui cerca de 1.100 afluentes. Cerca de 80% da água disponível no Brasil flui pelos rios da Amazônia, fazendo com que o Amazonas seja talvez o maior rio do mundo em volume de águas e, portanto, responsável por 20% da água doce do planeta, além de possuir um imenso potencial hidroviário e hidrelétrico.

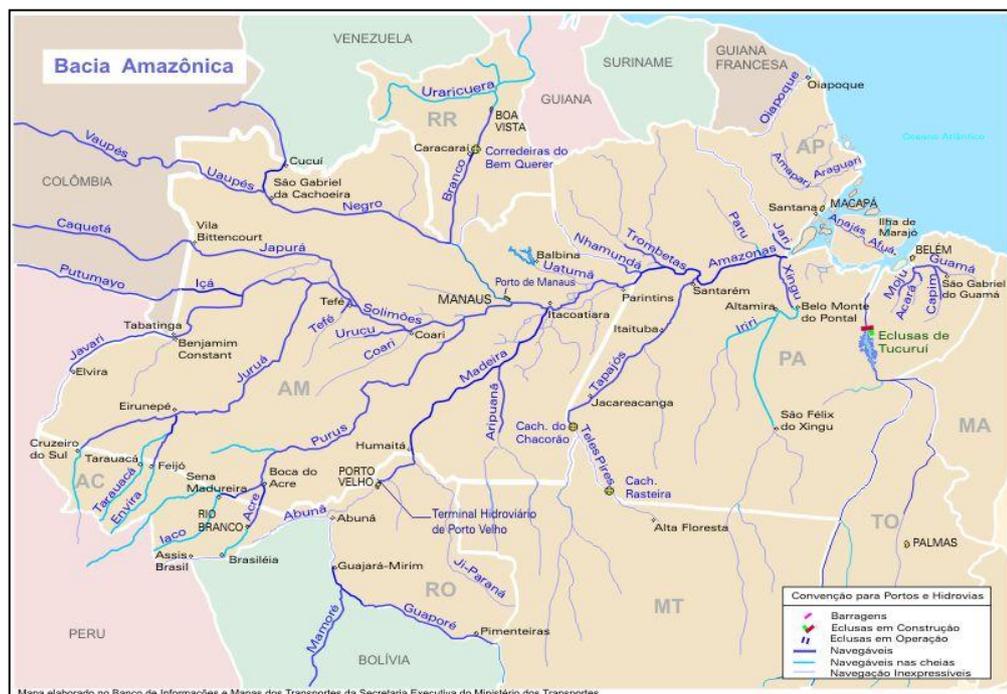


Figura 1: Bacia Amazônica
Fonte: Sec. Executiva do Ministério dos Transportes.

Conforme Martins (2009) a Amazônia brasileira passou por diferentes processos de ocupação, que podem ser identificados na caça e escravização do índio, na coleta das plantas conhecidas como “drogas do sertão”, do látex e da castanha. Porém, foi na década de 1970, com a ditadura militar que a região viveu uma ocupação territorial massiva, violenta e rápida. Nessa mesma direção, Bertha Becker, geógrafa e estudiosa da Amazônia, aponta que o processo de ocupação territorial da região amazônica, desde a colonização até os dias de hoje, é baseado numa visão externa, voltado para a exportação e forjado “no paradigma

⁶¹ A Amazônia Legal foi instituída em 1953 pela Lei Ordinária Nº 1.806.

sociedade-natureza denominado “economia de fronteira”, em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais percebidos como igualmente infinitos” (BECKER, 2001:135).

Portanto, a ocupação da Amazônia foi concebida através dos planos econômicos chamados de Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). A implementação de grandes projetos de colonização (Polamazônia⁶², Pólo Noroeste em Rondônia), os investimentos na mineração (Carajás), a construção das rodovias federais Belém-Brasília, da Transamazônica e das grandes usinas hidrelétricas (Tucuruí/PA, Balbina/AM, Samuel/RO), bem como a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência da Zona Franca de Manaus provocaram mudanças radicais na forma de ocupação da terra e de produção na Amazônia brasileira. A partir de então houve um aumento no fluxo migratório provocando o crescimento da população regional com sua concentração ao longo das rodovias, gerando com isso grandes faixas de desmatamento e a ocupação predatória do solo com a chegada de proprietários, grileiros, posseiros, arrendadores e arrendatários.

Outro aspecto a ser considerado na ocupação da região é que ela serviu para aliviar as tensões sociais geradas pela modernização da agricultura que expulsava pequenos produtores das regiões Nordeste e Sudeste. E, associado a esse processo está também a questão geopolítica da região, que levou a uma ocupação planejada com uma visão militar caracterizada pela ideologia da segurança nacional considerada fundamental para o desenvolvimento nacional e necessária para impedir que na região se desenvolvessem focos revolucionários. Para Martins (2009:76)

O sentido dessa opção estava no próprio fato de que a classe dos proprietários de terra e as oligarquias tradicionais de base fundiária foram uma importante base social de sustentação do Golpe de Estado e do regime militar. Golpe que fora dado para conter uma suposta revolução agrária, de orientação comunista, levada a cabo por camponeses pobres, sobretudo do Nordeste do Brasil.

Sobre o processo de ocupação e suas consequências, Martins (2009) ao estudar a reprodução do capital nas frentes de expansão no país, em especial na Amazônia, destaca que diversas tribos indígenas e milhares de camponeses foram expulsos de suas terras, sendo seus

⁶² O POLOAMAZÔNIA consistia em 14 pólos de desenvolvimento com base em incentivos fiscais e estímulos aos pólos de mineração como Carajás e Trombetas, visando à reorganização do espaço regional em benefício da expansão do capital através da mineração e da agropecuária.

territórios destinados às novas atividades econômicas que “instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e internacionais.” (MARTINS, 2009:75).

Em documento que traz considerações sobre a Amazônia no contexto do capitalismo, o MAB aponta que ao longo de sua história a Amazônia tem servido como base para abastecer com recursos naturais outras regiões, empresas e grupos econômicos nacionais e internacionais. Tem sido um lugar de exploração e de extração de riquezas, e atualmente vem sendo explorada como geradora de energia para outras regiões do Brasil e para grandes projetos de empresas eletrointensivas.

Partindo dessa compreensão, o MAB destaca que a região amazônica é considerada um grande quintal onde todos são donos e, portanto se pode fazer uso legal e ilegal das riquezas naturais lá existentes. Os lemas *integrar para não entregar*, e *uma terra sem homens para homens sem terra*, resumem a visão de ocupação, colonização e de desenvolvimento para a Amazônia nos anos de 1960/1970, assim como também revelam o quanto o governo militar ignorava os povos que habitavam a região. As políticas desenvolvimentistas desse período geraram grandes impactos sociais, ambientais e conflitos na região, onde as lutas pela terra, pelo território e por direitos passaram a ser constantes.

A abertura da Amazônia para o grande capital internacional se utilizou do discurso da geração de empregos como possibilidade para desenvolver a região enquanto espaço e direito de todos, criando no imaginário da população um consenso favorável a uma política de desenvolvimento com investimentos nas áreas de mineração, energia, agronegócio e manejos florestais como ícones do desenvolvimento econômico e sustentável. Nesse sentido, o sociólogo Garzon (2010), em artigo publicado no Correio da Cidadania afirma que

[...] o avanço da fronteira econômica na região passa a ser crescentemente dirigido por cadeias globais de valor. As mediações políticas derivadas de uma rígida divisão inter-regional do trabalho foram sendo substituídas por fórmulas territoriais flexíveis condizentes com as novas estratégias de deslocalização dos investimentos e ajustes espaciais consecutivos. O que não significa ausência de política ou do Estado, e sim seu pleno disciplinamento em coalizões privado-públicas.

Atualmente o capitalismo se manifesta em diferentes espaços e contextos e que a tendência globalizante do capital afastou a possibilidade da reprodução sustentável da humanidade. Nessa direção Mészáros (2006:21-22) assevera

Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o “aumento do círculo de consumo”, para benefício do “indivíduo social pleno” de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois, do perverso ponto de vista do “processo de realização” do capital, consumo e destruição são equivalentes funcionais. (grifos do autor)

Nesse sentido a região amazônica tem um papel estratégico enquanto espaço para o desenvolvimento e expansão do capitalismo, sendo alvo de interesses externos a ela, de políticas de desenvolvimento formuladas, definidas e implementadas de forma autoritária e unilateral, sem considerar as demandas e necessidades locais.

Em publicação na qual aborda as dinâmicas de ocupação, a exploração do território e os conflitos socioambientais da Amazônia Legal, Paiva (2007) destaca os segmentos envolvidos na disputa pelos recursos naturais na lógica do capital, assim como os segmentos em situação de vulnerabilidade que sofrem os impactos negativos frente ao modelo de desenvolvimento preponderante na Amazônia (Figura 2).

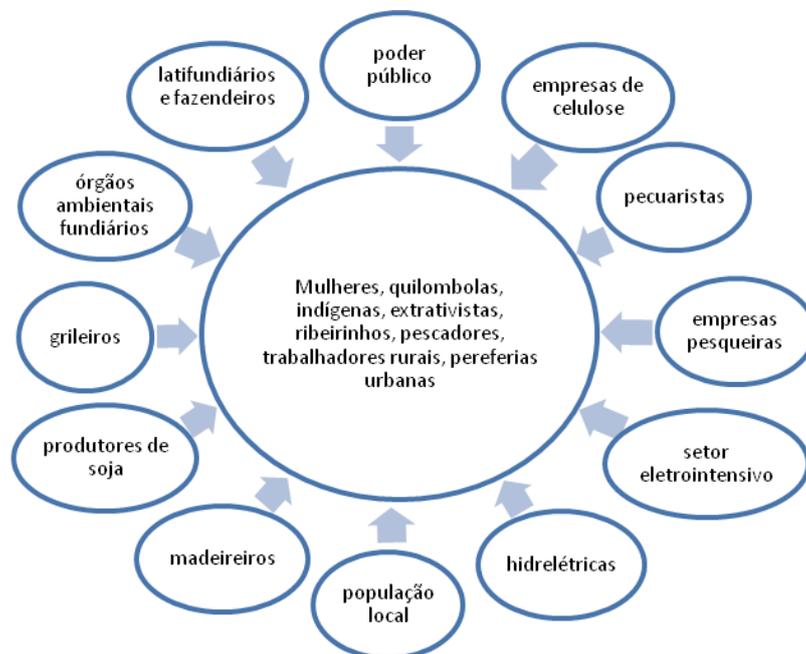


Figura 2: Agentes causadores e segmentos impactados pelo desenvolvimento na Amazônia Legal
Fonte: Ângela Paiva (2007) com adaptações de Ana Rita de Lima Ferreira

A busca pelo domínio de novas fontes de energia, principalmente de origem hidráulica, colocou o Brasil como um dos centros de investimentos de grandes grupos econômicos internacionais, devido a suas características hidrográficas, com destaque para a

região Amazônica, pela quantidade de rios existentes e por eles terem sido ainda pouco explorados. Na região Amazônica, além do domínio sobre os rios, o interesse do capital internacional estaria ligado às áreas de mineração, biodiversidade e de terras para a agropecuária.

Entre as hidrelétricas construídas na bacia Amazônica⁶³, destacamos a Usina Hidrelétrica de Balbina no rio Uatumã, no Amazonas e de Curuá-Uma, no rio de mesmo nome no estado do Pará; no rio Araguari, no Amapá, está a Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes e no rio Jamari, em Rondônia, está a Usina Hidrelétrica de Samuel. Na região também está localizada boa parte da bacia do Tocantins, onde está instalada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará. Em fase de implantação no rio Madeira, as Usinas Hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio no estado de Rondônia e na bacia do rio Xingu, no Pará, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Há também a previsão de construção do complexo de Tapajós⁶⁴, na bacia do rio Tapajós, entre os Estados do Amazonas e do Pará, que compreende a construção de cinco usinas (São Luiz de Tapajós, Jatobá, Cachoeira dos Patos, Jamanxim e Cachoeira do Caí).

Cabe destacar que experiências anteriores com empreendimentos dessa natureza na Amazônia produziram exclusão social, deixaram populações com os direitos básicos negados, ocasionaram uma série de consequências provocando uma nova dinâmica de reorganização do espaço, do território e mudanças expressivas na qualidade e no modo de vida das populações. Nessa direção, o biólogo Philip Fearnside (1990), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) aponta que a UHE de Balbina tornou-se indefensável em todos os aspectos: técnicos, financeiros, ambientais, humanos, tal a gravidade dos problemas gerados pela sua construção.

⁶³ A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apresentou, em abril de 2012, inventário hidrelétrico, realizado pela THEMAG Engenharia, que propõe a construção de sete usinas hidrelétricas na bacia do rio Aripuanã, afluente do rio Madeira, nos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. Aproximadamente, 112 mil pessoas deverão ser atingidas e deslocadas de suas casas.

<http://www.epe.gov.br/MeioAmbiente/Documents/Bacia%20do%20Rio%20Aripuan%C3%A3/5%20-%20AAI%20Aripuan%C3%A3%20-%20Tomo%203%20-%20Ilustra%C3%A7%C3%B5es.pdf>

⁶⁴ Conforme reportagem no jornal Valor Econômico, de 25.05.2012, a aprovação da Medida Provisória 558/2012, alterando os limites de sete unidades de conservação da Amazônia ao retirar delas a área que será alagada pelos reservatórios das usinas, favoreceu a construção do complexo Tapajós. Boa parte da redução dessas florestas protegidas por lei tem o propósito específico de desobstruir o caminho para o licenciamento ambiental das duas primeiras hidrelétricas previstas para a Bacia do Tapajós: São Luiz do Tapajós e Jatobá.

4.2 Migrantes amazônicos no contexto de Rondônia

O estado de Rondônia é formado por terras desmembradas do estado do Mato Grosso (88%) e do estado do Amazonas (12%). Atualmente, de acordo com o IBGE, o Estado de Rondônia apresenta uma área de 237.590,8 Km², na qual se distribuem 52 municípios. É um espaço geográfico fronteiriço que durante a colonização sofreu com a exploração de recursos primários e, assim como outros estados da região amazônica foi submetida a uma economia extrativista e predatória, com destaques para o ouro (século XVIII) e a borracha (final século XIX e início do século XX).

Até os anos de 1960 as atividades agrícolas em Rondônia estavam limitadas às margens dos rios navegáveis e da Estrada de Ferro Madeira Mamoré⁶⁵. Na década de 1960, a descoberta de minério de estanho e posteriormente a descoberta de ouro no leito do rio Madeira provocou um movimento migratório para a região. Já os imigrantes das décadas de 1970-90 se deslocaram com o objetivo de se fixar e cultivar a terra, com incentivo dos governos estadual e federal, que fazia uso da campanha “o novo eldorado” à sua espera.

O processo de ocupação da região amazônica, com destaque para Rondônia, é caracterizado pela distribuição de terras feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo grande fluxo migratório que ocorreu a partir dos anos de 1970, com a implementação dos Projetos Integrados de Colonização (PIC), dos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e PAR (Projetos de Assentamento Rápido). Nos PICs os colonos eram selecionados, as demarcações dos lotes eram de 50 a 100 hectares, havia a abertura de estradas vicinais e assistência técnica rural. Nos PADs, os colonos deveriam possuir situação econômica melhor, contemplavam pequenos e médios empresários rurais com lotes de 100 a 250 hectares e o governo só abriria algumas estradas como investimento máximo. Os PARs surgiram para atender aos pequenos produtores. Eram lotes de 50 hectares onde existiam somente as picadas ao invés das estradas de acesso e a infra-estrutura estava condicionada à fase de produção.

Conforme Silva et al (2009) no cenário amazônico há uma cultura ribeirinha onde encontramos a Amazônia do pescador, do produtor de farinha, do extrativista, do agricultor,

⁶⁵ Ferrovia construída entre 1907 e 1912 para ligar Porto Velho a Guajará-Mirim, ficou conhecida como a “Ferrovia do Diabo” devido à morte de trabalhadores durante a construção. Foi desativada em 1972 e no seu lugar foi construída as atuais BR 425 e BR 364. <http://pt.wikipedia.org>

da lavadeira de roupa dos rios, dos caboclos, quilombolas e indígenas. A condição camponesa na Amazônia, em especial a das populações ribeirinhas, é caracterizada pela produção familiar e está condicionada ao ciclo da natureza, uma vez que o fenômeno da enchente e da vazante regula em grande parte o dia a dia do ribeirinho, fazendo com que o trabalho obedeça ao ciclo sazonal quando desenvolvem as atividades de extrativismo vegetal, agricultura, pesca e caça.

Em relação ao processo de organização da produção pelas regras de parentesco, Sá (2007) destaca que quando o processo de produção requer força de trabalho que a unidade familiar não pode suprir, são nas relações de parentesco mais amplas – compadrio e vizinhança – que a demanda de mão de obra é atendida. Para a autora “laços extra econômicos unem previamente os produtores em unidades de produção e que é através deles que se dá a apropriação real dos meios de produção” (SÁ, 2007:38).

Para essa população a terra não é considerada como propriedade em si mesma e utilizada para obter lucros, ela é entendida como um instrumento para a realização do trabalho familiar, como um espaço de sobrevivência na qual a produção se dá em escala pequena do roçado, de onde tiram primeiro a própria subsistência para depois, de acordo com as necessidades, vender os excedentes. (MARTINS, 2009).

No entanto, cabe destacar que os assentamentos que constituíram o processo de ocupação da Amazônia, concebidos nos planos econômicos de desenvolvimento na década de 1970/80, não consideraram o modelo de vida dos ribeirinhos amazônicos e suas lógicas camponesas. Os assentamentos enquanto política de colonização trouxeram pessoas que vieram do sul do país de uma experiência de exclusão/expropriação pelo capital. E, portanto são diferentes de quem já estava na região, de quem tem a cultura ribeirinha da Amazônia enquanto morador da região. São lógicas camponesas diferentes, pois ao vir ocupar uma região trazem consigo outra organização camponesa, compondo outro tipo de campesinato.

E situação semelhante ocorre quando há o deslocamento forçado que é submetida a população ribeirinha com a construção das barragens, são realocados em reassentamentos que também não consideram a cultura ribeirinha e tampouco a cultura camponesa que se originou da relação de convivência entre os ribeirinhos e os migrantes assentados.

Em relação ao sentido da migração no Brasil, Perdigão e Bassegio (1992) destacam que o povo se deslocava de uma região para outra em busca de melhores condições de vida, com a ideia de migrar temporariamente para um ganho adicional num momento de

falta de trabalho nos locais de origem, sendo que a raiz central do fenômeno migratório está na questão agrária, pois os migrantes eram vítimas do crescimento do latifúndio. Destacam também que a modernização da agricultura visando a atender aos interesses do capital industrial (máquinas e insumos), a expansão da monocultura (soja) e a expansão da pecuária foram fatores que contribuíram na criação e orientação do fluxo migratório para Rondônia. Nesse contexto encontra-se M.S.L educando do curso de militantes do MAB/RO

[...] eu sou natural do Amazonas, hoje estou em Rondônia, [...] Meu pai era seringueiro e a gente passou eu acho que a minha infância toda no Amazonas. Era o auge da seringa, a borracha dava um preço muito bom. Então os seringueiros se dedicavam muito. E a partir do momento que caiu o preço da seringa foi ficando difícil e aí meu pai começou a procurar outros recursos onde tivesse o melhor preço da seringa. Rondônia taria com um preço melhor, né. Então foi justamente na vinda do meu pai pra cá que nós também migramos pra Rondônia e trabalhamos aqui uns seis anos. Aí foi que caiu mesmo, totalmente, que não teve condições de trabalhar mais com a seringa. E aí nós ficamos já meio trabalhando na pesca, na castanha, na agricultura. E aí fumo construindo família e levando a vida. Aí retornei pro Amazonas de novo. Trabalhei mais três anos lá junto com minha mãe e não deu muito certo, tornamos a vim pra Rondônia de novo. E aqui estamos até hoje né”. (M.S.L educando da comunidade de São Carlos)

Ainda conforme os autores, o modelo de colonização de Rondônia favoreceu o fornecimento de mão de obra para o capital que se expandia na região, pois foram os migrantes que derrubaram a floresta amazônica e prepararam o terreno para as agroempresas. Para tanto, o governo foi um grande aliado, pois o modelo físico de ocupação revela a formação de núcleos de pequenos produtores destinados a se auto reproduzirem como força de trabalho para as empresas agropecuárias, uma vez que os projetos de assentamentos foram executados entre grandes fazendas ou empresas agropecuárias.

Para além dos processos dirigidos de colonização cabe destacar a colonização dita como “espontânea” levada a cabo pela iniciativa popular, onde grupos de trabalhadores rurais “sem terra” ocupavam determinada área e se tornavam posseiros, permanecendo numa situação na qual não tinham amparo legal e sempre ameaçados pelos jagunços dos proprietários. Nesse sentido Martins (2009:150) destaca

[...] quando os camponeses não estão integrados no mercado de trabalho eles eram e são expulsos de suas terras e empurrados para “fora” da fronteira econômica, ou para “dentro” como assalariados sazonais. Se encontram terra livre mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes. É notável a circulação de informações sobre terras livres ou presumidamente livres, entre camponeses, a centenas de quilômetros adiante. A teia de relações de parentesco e

de compadrio se encarrega de difundir as informações sobre novas terras que ainda podem ser ocupadas.

Embora a ênfase das autoridades governamentais estivesse centrada na produção agrícola de colonização, a partir de 1970 começou a expansão da pecuária bovina, provocando as vendas das propriedades agrícolas para grandes pecuaristas ou substituição das produções agrícolas por pastagens. O mesmo ocorreu com comunidades que se dedicavam ao extrativismo, que terminaram seus plantios para produzir capim. Assim, famílias foram expulsas do campo pelo avanço do agronegócio (carne e leite), restando a elas o deslocamento para as periferias dos centros urbanos ou a busca e luta por terras.

A dinâmica desse processo de desenvolvimento desigual, que se dá com o avanço do capital na região, faz com que famílias ribeirinhas e indígenas, que têm na pesca, na agricultura e no extrativismo a base de sua subsistência, fiquem a mercê de um processo forçado de expropriação, sendo obrigadas a saírem de suas terras, deixando para trás sua cultura e relações sociais que revelam a construção de suas territorialidades e vidas.

Nesse sentido, tanto os assentamentos criados por políticas públicas quanto os que se formaram a partir de movimentos autônomos de migração serão igualmente atingidos pelo modelo de desenvolvimento que gera conflitos e provoca a expulsão de milhares de pessoas com a construção das barragens.

Nesse contexto, segundo dados do MAB/RO, os ribeirinhos de Mutum Paraná atingidos pela UHE de Jirau receberam casas de placas em agrovilas, que além de ser um modelo em desacordo com a realidade quente e úmida da Amazônia, dezenas delas caíram mesmo antes de serem ocupadas. No caso dos reassentamentos, a questão envolve camponeses que receberam apenas três hectares quando antes da barragem moravam em áreas de cerca de 50 hectares. A falta de acesso a terra e ao trabalho, por si só gera uma piora na qualidade de vida.

4.3 MAB: duas fases distintas de ação em Rondônia

Assim como nos demais estados e regiões, a organização dos atingidos por barragens no estado de Rondônia também se deu em espaços e tempos diferentes. Inicialmente, nas décadas de 1980-1990, envolvendo as populações atingidas pelas

construções das UHE de Samuel e de Ji-Paraná; e, a partir dos primeiros anos deste século, com os atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, com as UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Em relação à barragem de Samuel, primeira que foi construída, não houve muitos questionamentos e resistência, uma vez que a população acreditou nas promessas de indenizações da empresa, não ocorrendo uma organização dos atingidos enquanto comissão, comitê ou movimento social como aconteceu em outras regiões do país conforme detalhamos no Capítulo 3. Porém, diante da possibilidade da construção da UHE de Ji-Paraná, houve uma articulação das famílias atingidas e também uma aproximação com os atingidos da barragem de Samuel, resultando então na formação do Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia (MABRO), que durou até o final dos anos de 1990.

A partir do projeto do Complexo do Rio Madeira, com a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, o MAB Nacional passou a articular na região a organização da população para resistência e luta, reunindo também os atingidos pela barragem de Samuel, constituindo assim o MAB/RO.

A seguir descreveremos de forma breve o processo de construção das barragens acima citadas e a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens na região. Para tanto os dados utilizados tem como referência as informações constantes nos documentos do MAB, do Observatório Sócio-Ambiental das Barragens, da ANEEL e da Agência Nacional das Águas (ANA), no EIA/RIMA das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, assim como nos estudos de Foschiera (2009), Nóbrega (2008) e da Plataforma Dhesca⁶⁶ (2008).

4.3.1 Usina Hidrelétrica de Samuel e a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens em Rondônia – MABRO

Com a justificativa de atender a demanda de energia elétrica causada pelo processo de migração no estado de Rondônia, foi construída no rio Jamari, a 50 km de Porto Velho e próximo a BR 364, onde se localizava a cachoeira de Samuel (antiga área de lazer e banho para moradores de Porto Velho) a UHE de Samuel. O início da obra se deu em 1982,

⁶⁶ Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma Dhesca.

sob a responsabilidade da Construtora Norberto Odebrecht, o fechamento das comportas ocorreu em 1988 e em julho de 1989 a usina entrou em operação.

A construção provocou diversas transformações nas comunidades, deslocou famílias para reassentamentos urbano e rural e deixou outras tantas sem receber nada. Foschiera (2009) destaca que os poucos direitos que os atingidos conquistaram foram depois de muita insistência individualizada, uma vez que a organização dos atingidos era frágil e incipiente, não se constituindo em um movimento para o enfrentamento e luta em coletividade.

Conforme o Observatório Sócio-Ambiental de Barragens o represamento do rio Jamari provocou diversas transformações nas comunidades atingidas pela barragem, com destaque para o deslocando de 258 famílias, que ocupavam as margens da BR-364. O deslocamento foi planejado pela Eletronorte juntamente com o INCRA, sem a participação dos atingidos, sendo previsto a construção de dois reassentamentos, um urbano e outro rural.

Em seu estudo Foschiera (2009) descreve o processo de deslocamento e construção dos reassentamentos. Segundo o autor, o reassentamento urbano, Vila Candeias, na margem da Rodovia BR-364, a 20 km de Porto Velho, foi destinado para os moradores⁶⁷ do povoado da Cachoeira de Samuel, ficou sob a responsabilidade da Odebrechet a construção, que deveria ter: lotes de 16 metros de frente por 45 metros de fundo cada, casa em condições confortáveis, com água e luz, ruas asfaltadas, escola, posto de saúde, igreja e campo de futebol.

As famílias do meio rural, deslocados da área de reservatório da barragem, foram reassentadas no Projeto de Assentamento (PA) Rio Preto de Candeias (atual Vila Triunfo), em 1987, em uma área pertencente ao INCRA que deveria apresentar a seguinte infraestrutura: uma área de terra igual ou maior a que possuíam na área inundada; pavimentação; posto de saúde com médico; escola; rede elétrica gratuita; casa 3X4; poço com água potável; Os atingidos deslocados deveriam receber indenização em dinheiro das benfeitorias existentes na propriedade de origem; transporte de suas mudanças para o assentamento; alimentação (rancho) durante dois anos; transporte coletivo gratuito por dois anos; e, custeio para preparação da lavoura no primeiro ano.

⁶⁷ Segundo o Observatório Sócio-Ambiental das Barragens, 20 famílias da pequena comunidade da Cachoeira de Samuel foram transferidas para a Vila Candeias em 1984, e seis anos mais tarde, ou estas famílias tinham desaparecido, ou não eram mais distinguíveis como uma comunidade.

No entanto, as expectativas de que as propostas seriam concretizadas viraram desilusões e frustrações, famílias foram abandonadas nos reassentamentos sem infraestrutura nenhuma, as indenizações pagas eram irrisórias, não foram construídos bens coletivos nos lotes, os reassentados tiveram que construir suas casa e roças, ou seja, a condição de vida piorou gerando o empobrecimento das populações atingidas pela barragem.

A irregularidade da vazão da água do rio Jamari foi outro impacto sofrido pelas populações. Antes da barragem as mudanças na vazão do rio ocorriam de acordo com as mudanças climáticas, e depois passou a ser conforme os interesses da empresa responsável pela geração de energia, provocando com isso mudanças na pesca e na formação das praias na época da estiagem. Um aspecto que afetou a população foi em relação aos pescadores a jusante da UHE de Samuel, que foram prejudicados com a diminuição dos peixes e até o desaparecimento de algumas espécies depois da formação do lago artificial.

A divulgação da previsão de construir, a partir de 1991, uma hidrelétrica no rio Ji-Paraná⁶⁸ provocou a mobilização de povos indígenas, camponeses, das igrejas Católica e Luterana e parte da população urbana dos municípios de Ariquemes, Ouro Preto D'Oeste, Ji-Paraná e Jaru, que seriam atingidos pela barragem.

Conforme Nóbrega (2008), a religiosidade e a solidariedade foi um elemento agregador na organização dos atingidos na luta contra a construção da barragem de Ji-Paraná, desconstruindo assim a visão da Eletronorte, que via na condição de migrante da população assentada pelo INCRA, um elemento facilitador no deslocamento compulsório, uma vez que estavam acostumados a mudar de um lugar para outro.

Inicialmente, foram os índios Gavião, da Terra Indígena Igarapé Lourdes, a questionarem a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sobre a construção da UHE de Ji-Paraná. Mesmo diante da desaprovação e da reação dos indígenas que eram contrários à construção da barragem em suas terras, a Eletronorte deu seguimento às negociações e as tentativas de convencimento das tribos Gaviões e Araras para apoiar o empreendimento. Diante desse contexto, os Arara e os Gavião se articularam com outros povos indígenas da região (Cinta-Larga, Zoro e os Surui) e em nível nacional participaram, em Altamira, no Pará,

⁶⁸ Dados da Eletronorte apontavam que o reservatório da barragem inundaria áreas indígenas dos grupos Gavião Ikolen (Terra Indígena Igarapé Lourdes), Arara Karo (Terra Indígena Igarapé Lourdes), Zoró (Terra Indígena Igarapé Lourdes), a reserva ecológica de Jaru, projetos integrados de colonização, projetos de assentamentos, além de áreas ocupadas por ribeirinhos.

do I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, que teve grande repercussão internacional em relação à construção de hidrelétricas na Amazônia, especialmente no Rio Xingu.

Posteriormente as igrejas Católica e Luterana de Ji-Paraná foram à busca de informações sobre a construção da barragem. Em maio de 1988, em reunião com representantes da Eletronorte e do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, os religiosos questionaram falta de informações sobre a obra e o descaso com as famílias nos locais em que vinha sendo feito levantamentos, com o objetivo da construção da barragem. A partir de então, as igrejas se organizaram e fizeram chegar até os assentamentos informações sobre os problemas que a barragem provocaria nas comunidades.

Nóbrega (2008) destacou o uso do jornal “O Migrante”, publicação do Centro de Estudos e Pastoral do Migrante (CEPAMI) e do informativo “Anunciando e Defendendo” da diocese de Ji-Paraná como meios de comunicação para divulgar nas comunidades informações sobre a construção da Usina Ji-Paraná, e também denunciar os problemas provocados por outras hidrelétricas no país. Em relação à estrutura organizativa, a autora destaca que foram criadas comissões locais de atingidos por barragem que se articulavam em comissões municipais, formando em 1989, formando em 1989 a Comissão Estadual de Atingidos por Barragens de Rondônia.

A participação de representantes da referida Comissão no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em Goiânia, em 1989, provocou um impulso, tanto na motivação e animação, quanto na questão das informações sobre projetos hidrelétricos, suas consequências, e as diferentes formas de organização dos atingidos (FOSCHIERA, 2009). A partir de então foram organizados debates e atividades com o objetivo de desmitificar o discurso favorável ao empreendimento, sem negar a necessidade de geração energia, porém defendendo a busca de fontes alternativas de energia com menor impacto social e ambiental. Nessas atividades, eram usados como exemplo negativo os impactos da construção da hidrelétrica de Balbina/AM e de Samuel no próprio estado de Rondônia, o que levou a uma aproximação entre os atingidos de Samuel com os de Ji-Paraná.

Cabe destacar a participação da Comissão Estadual de Atingidos por Barragens de Rondônia no I Encontro dos Atingidos pelas Barragens da Amazônia, realizado em Altamira, em 1990, que entre outros pontos, se propôs a debater sobre a articulação dos atingidos por barragens da região Amazônica e as alianças entre índios e não-índios das áreas atingidas e formou a Comissão de Atingidos por Barragens da Amazônia (CABA

Porém, foi após a participação de integrantes da Comissão Estadual no I Encontro dos Atingidos por Barragens, em Brasília, em 1991, que a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens em Rondônia ganhou mais força. Com efeito, se deu a união dos atingidos que vinham atuando na resistência contra o projeto de construção da Usina de Ji-Paraná com os atingidos pela Usina de Samuel, resultando e não na criação do Movimento dos Atingidos por Barragem em Rondônia (MABRO), que posteriormente veio a ser o Movimento dos Atingidos por Barragens – Rondônia (MAB/RO).

No que tange ao processo de formação política, a Diocese de Ji-Paraná, com orientação na Teologia da Libertação, contribuiu realizando os cursos de Fé e Política, que ocorriam em várias etapas, com duração de 3 a 4 dias. Cabe destacar que os cursos não eram restritos aos quadros do MABRO, mas abrangia também lideranças que atuavam junto a movimentos populares, sindicatos, assim como contribuiu na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região (FOSCHIERA, 2009).

Nóbrega (2008), ao estudar a luta contra as construções de barragens e os debates que MABRO realizava destaca a presença de temas referente às fontes alternativas de energia, como termoelétricas, motor multicomcombustível, energia solar, pequenas barragens (PCHs). A partir do processo de organização e formação do MAB nacional novos temas passaram a fazer parte das atividades do MABRO, como a questão da política energética brasileira e o processo de privatização do setor elétrico, assim como os projetos de construção de hidrelétricas para Rondônia e região Amazônica para atender as indústrias eletrointensivas do grande capital nacional e internacional. Com o passar do tempo o que era proposto como uma solução para a construção das hidrelétricas passou a ser compreendido pelo Movimento como um problema:

Em Rondônia, a percepção positiva acerca das pequenas barragens fez com que só depois de já construídas os movimentos sociais e as entidades de apoio passassem a percebê-las como um grave problema social e ambiental. Daí que hoje, mais do que uma ação preventiva, o Movimento de Atingidos por Barragem de Rondônia se ocupe em buscar soluções para o passivo deixado pelas barragens construídas e dar visibilidade pública as pequenas barragens como causadoras de graves prejuízos sociais e ambientais. [...] Atualmente, o MAB-RO articula a luta contra barragens (contra os projetos hidrelétricos, principalmente os das Usinas do Rio Madeira) e busca soluções para o passivo da Usina Samuel e das hidrelétricas da bacia do Rio Branco (NÓBREGA, 2008: 59-62).

O ano de 1993 foi significativo nas lutas contra a construção da UHE de Ji-Paraná em dois momentos. O primeiro, em março, foi a ocupação da ponte sobre o rio Ji-Paraná,

como ato de comemoração ao dia nacional de luta contra as barragens, reunindo indígenas, o MABRO, o Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO), a Associação de Proteção Ambiental e Recuperação de Áreas Indígenas (APARAI), a Comissão Pastoral da Terra de Rondônia (CPTRO), a Diocese de Ji-Paraná, o Centro de Estudos e Pastoral do Migrante (CEPAMI), o Grupo União e Consciência Negra, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Rondônia (MST-RO), o Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores de Rondônia (CUT-RO), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), políticos e populares.

O segundo diz respeito ao anúncio de suspensão do projeto da UHE Ji-Paraná. Em relação aos motivos da suspensão do projeto da Usina Ji-Paraná, Nóbrega (2008) destaca que a versão da Eletronorte se limitou na afirmação de que era uma escolha da empresa, que após estudos técnicos optou por mudar os planos, com o destaque algumas vezes para a uma restrição orçamentária. A autora destaca também que as denúncias feitas pelos indígenas sobre os impactos sociais e ambientais dos projetos hidrelétricos do Xingu, e a criação e a ação política do Movimento dos Atingidos por Barragem – MABRO foi fundamental para a suspensão do empreendimento (NÓBREGA, 2008).

Com a suspensão da construção da barragem de Ji-Paraná a luta em Rondônia ficou limitada aos atingidos pela barragem de Samuel e aos poucos o MABRO foi se desarticulando. Porém, cabe salientarmos a contribuição que teve na organização e mobilização coletiva nos debates envolvendo políticas públicas ligadas às questões energéticas e na aproximação entre grupos indígenas e não indígenas, revelando assim que o conflito existente não era/é étnico, e sim, ligado aos interesses do capital.

4.3.2 Complexo hidrelétrico do rio Madeira

A bacia hidrográfica do rio Madeira estende-se por três países Sul-americanos (Brasil, Bolívia e Peru), sendo de grande importância em relação à quantidade e qualidade dos recursos hídricos, pois drena cerca de 23% do território amazônico e contribui com 15% da descarga de água doce para formação do ecossistema aquático da bacia Amazônica. O rio Madeira é afluente do rio Amazonas, nasce na Cordilheira dos Andes, na Bolívia, com o nome de rio Mamoré e sua foz fica em frente à cidade de Itacoatiara-AM.

O rio é conhecido pelas suas águas barrentas e por possuir correntezas fortes, que no período de chuvas com a elevação do seu nível, inunda as margens levando troncos e restos de madeira das árvores, daí a origem do nome Madeira. As águas contêm quantidades elevadas de sedimentos que são trazidos pelos formadores do rio desde a cordilheira dos Andes, chegando, em épocas de vazões elevadas, transportar mais de três milhões de toneladas de sedimentos por dia, que desempenham papel importante para o equilíbrio ambiental de lagoas marginais, de igapós, de fertilização das margens nas épocas de cheias e influenciam a formação de ilhas, praias e as mudanças naturais do leito do rio.

Estudos referentes ao aproveitamento hidrelétrico no rio Madeira foi realizado em 1984 pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A (CNEC) contratado pela Eletronorte para fazer estudar a viabilidade hidrelétrica do rio Madeira. Em 2001 um novo estudo foi realizado pelas empresas Furnas, Odebrecht e Projetos e Consultorias de Engenharia (PCE), que finalizado em 2002, concluiu pelos aproveitamentos hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio, sendo o primeiro localizado na cachoeira do Jirau, no rio Madeira, há cerca de 136 km a montante de Porto Velho; e o segundo a jusante do AHE Jirau, há aproximadamente 10 km de Porto Velho, na região da ilha do Presídio, sítio inicial de Porto Velho.

Cabe destacar que os aproveitamentos hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio, fazem parte do Complexo do Madeira⁶⁹, que prevê a construção de quatro usinas ao longo do rio Madeira. Duas delas, a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e a Usina Hidrelétrica de Jirau, em território brasileiro, próximas a Porto Velho, capital do estado de Rondônia. A terceira usina prevista é binacional, chamada de Guajará-Mirim, na fronteira entre Brasil e Bolívia. A quarta usina, Cachoeira Esperança (Cachuela Esperanza), estará em território boliviano, no rio Beni. Além das usinas, o Complexo do Madeira prevê a integração fluvial entre os países com a construção de eclusas, ampliando assim a extensão da malha hidroviária para 4.200 km navegáveis, conforme figura a seguir.

⁶⁹ O Complexo do Madeira se refere a todas as obras que envolvem o rio Madeira e os demais rios que o formam, abrangendo áreas fora do Brasil; enquanto que o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira se refere à construção das duas hidrelétricas em terras brasileiras (Santo Antônio e Jirau).



Figura 3: Complexo do Madeira
 Fonte: Revista Época de 06.06.2011

O sociólogo Garzon (2010) observa que o Complexo do Madeira ao se articular com outros projetos de interconexão de infra-estrutura no continente, serve de trampolim para impulsionar uma série de novos mega-projetos na Amazônia, tendo como meta estruturar e potencializar plataformas e corredores de exportação com a disponibilização territorial que se fizer necessária aos conglomerados privados. Os arranjos empresariais resultantes serão então concomitantemente eleitos pelo Estado e eletivos das políticas setoriais deste.

O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira é parte do projeto da Iniciativa de Integração Regional da Infra-estrutura Sul-Americana (IIRSA)⁷⁰ que prevê: i) integração de infra-estrutura energética e de transporte; ii) consolidação do pólo de desenvolvimento industrial do agronegócio; iii) interligação elétrica dos estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso ao Sistema Elétrico Interligado Brasileiro e Amazonas; iv) acréscimo de 4.225 km de rios navegáveis a montante de Porto Velho (Brasil-Peru-Bolívia); v) geração de energia em quantidade expressiva e de baixo custo; vi) facilitação do acesso ao Oceano Pacífico e ao

⁷⁰ A IIRSA é um fórum que se formou em 2000 com apoio de instituições financeiras multilaterais (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Corporação Andina de Fomento e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata), e envolve representantes de doze países: Brasil, Argentina, Chile, Equador, Peru, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela, Guiana e Suriname. <http://www.iirsa.org>

mercado asiático para o Brasil e a Bolívia; e, vii) facilitação do acesso ao Oceano Atlântico e ao mercado europeu para a Bolívia e o Peru.

Outro aspecto a considerar é que as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio fazem parte de um projeto do Governo Federal, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No que diz respeito ao estado de Rondônia, os investimentos do PAC tem como objetivos ampliar a infraestrutura logística com investimentos em rodovias, ferrovias e hidrovias, e, aumentar a produção de energia elétrica.

Cabe esclarecermos que o contexto de instalação de hidrelétricas no Brasil tem momentos distintos, que aqui serão brevemente explicitados, uma vez que o processo de instalação das UHE no rio Madeira foi bastante questionado. Conforme legislação⁷¹ que rege o licenciamento ambiental brasileiro, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados poluidores, bem como capazes de causar degradação ambiental, dependerão de licenciamento prévio de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

As etapas do licenciamento ambiental compreendem: i) **Licença Prévia (LP)** - licença que deve ser solicitada na fase preliminar do planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento. Contém requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo. Aprova a viabilidade ambiental do empreendimento, podendo não autorizar início das obras; ii) **Licença Instalação (LI)** - licença que aprova os projetos e autoriza o início da obra/empreendimento. É concedida depois de atendidas as condições da licença prévia; e, iii) **Licença de Operação (LO)** - licença que autoriza, após as verificações necessárias, o início do funcionamento do empreendimento/obra, sendo concedida depois de atendidas as condições da licença de instalação.

Assim, no caso de empreendimentos de elevado impacto ambiental, para obter a Licença Prévia, é necessário, entre outros documentos, os Estudos de Impacto Ambiental⁷² –

⁷¹ As leis que regem o licenciamento são a Lei Federal nº 6.938/81 (e alterações posteriores), as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/86 e nº 237/97 e o Parecer 312/2004 do Ministério do Meio Ambiente, que trata da competência estadual e federal para o licenciamento a partir da abrangência do impacto. <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>

⁷² A Constituição Federal em vigência exige que para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, como é o caso da construção das hidrelétricas, seja feito um prévio estudo de impacto ambiental. A Resolução n. 001/86 do CONAMA, considera impacto ambiental

EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. O estudo de impacto ambiental deve contemplar: i) diagnóstico ambiental; ii) identificação, previsão e medição de impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação do empreendimento; iii) interpretação e valoração dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas; iv) definição dos limites da área geográfica a ser afetada; e, v) definição de medidas mitigadoras e programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos identificados.

Nesse sentido, o EIA é um documento complexo, com linguagem técnica, trabalhos de campo e análises de laboratório, com dados e informações de difícil compreensão para quem não é da área. Para tanto, é necessário que ele seja acompanhado do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), realizado posteriormente ao EIA, que detalha o conteúdo do estudo de impacto ambiental, fazendo uso de uma linguagem clara e acessível, ilustrada com mapas, quadros e gráficos, de modo a esclarecer à população os impactos e danos ambientais, suas alternativas e soluções.

Assim, entre os anos de 2003 e 2005 foi elaborado, por uma empresa contratada⁷³ por Furnas Centrais Elétricas S.A e pela Construtora Norberto Odebrechet S.A. o EIA/RIMA das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, visando a liberação da licença prévia. O processo de realização dos estudos de licenciamento foi questionado por diversos movimentos sociais, organizações ambientais e ministério público. Em 2007, devido à fragilidade e insuficiência dos estudos e na proposta de prevenção para os impactos, o IBAMA recomendou a não concessão da licença prévia ao empreendimento, conforme parecer técnico:

[...] Dado o elevado grau de incerteza envolvido no processo; a identificação de áreas afetadas não contempladas no Estudo; o não dimensionamento de vários impactos com ausência de medidas mitigadoras e de controle ambiental necessárias à garantia do bem-estar das populações e uso sustentável dos recursos naturais; e a necessária observância do Princípio da Precaução, a equipe técnica concluiu não ser possível atestar a viabilidade ambiental dos aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, sendo imperiosa a realização de novo Estudo de Impacto Ambiental, mais abrangente, tanto em território nacional como em territórios transfronteiriços, incluindo a realização de novas audiências públicas. Portanto, recomenda-se a não emissão da Licença Prévia” (IBAMA, 2007:221).

“qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e, a qualidade dos recursos ambientais”.

⁷³ Empresa Leme Engenharia Ltda.

No entanto, a conclusão do parecer técnico não foi acolhida e o IBAMA decidiu pela continuidade do processo de licenciamento. Assim, mesmo diante de um processo conflituoso, o EIA/RIMA foi aprovado e os empreendimentos receberam a Licença Prévia em julho de 2007, com a ressalva de que caberia ao consórcio vencedor responder posteriormente sobre as dúvidas e questionamentos surgidos no EIA/RIMA.

Cabe destacarmos que foi nesse contexto que se deu a reestruturação do IBAMA. Segundo Garzon (2008), a liberação da Licença Prévia das usinas hidrelétricas no rio Madeira foi elemento importante na reestruturação do IBAMA, com a criação do Instituto Chico Mendes, que ficou responsável pela gestão das unidades de conservação do meio ambiente.

Conforme citado anteriormente, o processo de construção e o próprio EIA/RIMA do projeto das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau foi objeto de contestações, críticas, questionamento judicial e de denúncia internacional. No que tange às análises e pareceres feitos por consultores e ambientalistas sobre o EIA/RIMA⁷⁴, destacamos entre tantos pontos contraditórios, que o estudo da bacia hidrográfica considerou somente a parte do local de implementação do empreendimento, e não a bacia hidrográfica na sua totalidade. Em relação aos impactos sociais identificados, destacamos: i) elevação do preço da terra; ii) queda no preço de imóveis; iii) alteração na qualidade de vida da população; iv) desestruturação social e política; v) comprometimento das comunidades rurais; vi) intranquilidade da população; e, vii) conflitos de convivência entre população local e migrantes.

Assim, em dezembro de 2007, o leilão de concessão e venda da energia da UHE Santo Antônio foi vencida pelo Consórcio Madeira Energia S.A.⁷⁵ (MESA), após o término do leilão, criaram o Consórcio Santo Antônio Energia S. A. (SAESA), sociedade de propósito específico responsável pelo desenvolvimento da UHE Santo Antônio. Em maio de 2008 o

⁷⁴ Informações mais aprofundadas sobre dados incompletos do EIA/RIMA do Complexo Madeira são feitas pela relatora Marijane Lisboa, no "Relatório de Missão realizada ao Estado de Rondônia entre os dias 15 e 9 de novembro de 2007", da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma Dhesca.

⁷⁵ Consórcio formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (39%); Fundo de Investimento e Participações Amazônia Energia (FIP) formado pelos bancos Banif e Santander (20%); Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. (17,6%); Andrade Gutierrez Participações S.A. (12,4%), Cemig Geração e Transmissão S.A. (10%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%).

Consórcio Energia Sustentável do Brasil S.A. (ENERSUS)⁷⁶ foi o vencedor do leilão de concessão e venda de energia da usina hidrelétrica de Jirau.

4.3.3 Organização do Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia – MAB/RO

Em 2003, uma década após o cancelamento da construção da UHE de Ji-Paraná, representantes do MAB nacional identificaram em Rondônia um contexto no qual estava em andamento projetos de construção de várias PCHs, estudos para a construção de duas hidrelétricas no rio Madeira, projetos para construir hidrelétricas no rio Ji-Paraná e grupos de atingidos pela UHE de Samuel que continuavam sem receber indenizações.

Diante desse contexto, visando (re)organizar o MAB no estado foram realizadas reuniões com grupos de apoio às famílias atingidas, com representantes de comunidades, com agricultores, indígenas, representantes da igreja, da FUNAI, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), representantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pastoral da Juventude (PJ), Consulta Popular, Bispos, além de visitas às comunidades atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos planejados para o rio Madeira.

Com a participação de representantes dos movimentos sociais (CPT, MST, MPA), povos indígenas, ribeirinhos e religiosos, aconteceu em outubro de 2003, na cidade de Alta Floresta D'Oeste/RO, o 1º Encontro Estadual do MAB em Rondônia, visando partilhar informações sobre o setor elétrico, realizar troca de experiências entre os diferentes grupos de atingidos, planejar e organizar lutas em Rondônia, ampliar articulações com outras organizações no campo e organizar o MAB no Estado procurando agrupar representantes indígenas, agricultores e ribeirinhos. Nesse sentido, um representante do MAB nacional foi deslocado para Rondônia com a tarefa de contribuir na reorganização do Movimento no Estado. Em seu estudo, Foschiera (2009) destaca que o MAB/RO se estruturou inicialmente

⁷⁶ Consórcio formado por Suez Energy South América Participações Ltda. (50,1%); Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S/A (9,9%); Eletrosul Centrais Elétricas S/A (20%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (20%).

em quatro eixos de ação, três referente aos atingidos da UHE de Samuel e um envolvendo as UHE do rio Madeira, a saber:

[...] UHE de Samuel - 1) para os que foram reassentados na área rural; 2) para os que foram reassentados ou passaram a residir em áreas urbanas e se diziam impactados pelo empreendimento; 3) para os atingidos residentes a jusante da barragem de Samuel e que agora seriam atingidos, novamente, a jusante, pelas barragens no rio Madeira -; 4) para os que seriam impactados pelas hidrelétricas do rio Madeira, tanto no canteiro de obras como a montante delas (FOSCHIERA, 2009:269).

Com efeito disso, a luta dos atingidos pela barragem de Samuel se pautou no cumprimento das obrigações que deveriam ter sido feitas pela ELETRONORTE quando ocorreu a expropriação. Em relação aos atingidos pelas UHE do rio Madeira, a luta se deu no sentido de impedir a construção dos empreendimentos, e ao mesmo tempo reivindicar indenizações justas.

No que tange a estrutura organizativa, os atingidos se organizaram por comunidades, as quais indicaram dois representantes para formar a coordenação estadual, que, por sua vez, era dirigida, por duas lideranças estaduais. Foschiera (2009) relata que em função de divergência de ideias e de metodologia de ação acabou se formando dois grupos entre as lideranças estaduais, que acabou refletindo internamente no Movimento, uma vez que

[...] Houve a supremacia de um grupo sobre o outro, prevalecendo o grupo com ideias mais paternalistas e menos participativas que, em parte, passou a ser reproduzida nas reuniões das próprias comunidades. Muitas das reuniões não conseguiam extrapolar momentos de simples busca de informações e de distribuição de tarefas, sem maiores discussões (FOSCHIERA, 2009:270).

Outro aspecto a ser considerado nesse processo de reorganização do Movimento era a relação com ONGs que atuavam em comunidades amazônicas, e que junto com outras entidades, associações, movimentos sociais, grupos de pesquisa, religiosos, formaram uma rede contrária à construção das hidrelétricas no rio Madeira, como é o caso da rede “Rio Madeira Vivo⁷⁷”, da qual o MAB/RO passou a fazer parte.

⁷⁷ A rede Rio Madeira Vivo formou um grupo de debate permanente e um centro de divulgação de informações sobre questões envolvendo o rio Madeira, organizou também, a campanha “Viva o Rio Madeira Vivo: Diga Não às Barragens no Rio Madeira”, chamando a atenção para os problemas e impactos provocados pela construção das hidrelétricas, em escala mundial, nacional e na Amazônia. Mais informações podem ser conseguidas no site www.riomadeiravivo.org

À medida que o MAB se reorganizava, o estado de Rondônia vivia um momento de disputa e debates entre grupos favoráveis e contrários à construção das UHE no rio Madeira. Para o grupo favorável havia a expectativa de que as obras resolveriam a maioria dos problemas, trazendo melhoria de vida e desenvolvimento para todos no estado de Rondônia, em especial para o município de Porto Velho.

Foschiera (2009) aponta que grupos econômicos regionais, comerciantes, investidores financeiros, o governador do estado, o prefeito de Porto Velho, vereadores, deputados e senadores, quase que na totalidade, eram favoráveis aos empreendimentos. Passeatas a favor da construção das barragens foram organizadas por lideranças da indústria, comércio e comunidade local, sendo criado adesivos com a expressão: “Sou a favor das hidrelétricas. Usinas Já”.

Em relação ao grupo contrário a construção das barragens, ações de contestação de diferentes tipos foram organizadas em conjunto com várias entidades. O autor descreve que ambientalistas, movimentos sociais, religiosos, indígenas, entre outros, se reuniram com o objetivo de unificar o discurso e chamar a atenção da sociedade para o debate sobre os impactos negativos da construção de barragens.

Em face dessas condições, e com o diagnóstico de que as famílias atingidas tinham poucas informações acerca dos empreendimentos e dificuldade se organizarem frente à questão, o MAB passou a organizar cursos de formação de lideranças e reuniões nas comunidades atingidas, visando consolidar o Movimento na região e organizar ações de massa. O contexto de lutas na região continuava com foco nos atingidos pela UHE de Samuel que viviam com grandes dificuldades, empobrecidos e com urgência nas suas reivindicações junto a Eletronorte e nas ações vinculadas à construção das UHEs no rio Madeira.

Numa demonstração de que os atingidos estavam mobilizados e atentos aos compromissos assumidos pela Eletronorte e como forma de pressão e de chamar atenção da sociedade para os problemas causados pela construção das barragens, a UHE de Samuel foi ocupada em março de 2005, dentro das ações relacionadas ao 14 de março – Dia Internacional de luta contra as barragens.

Se de um lado, reuniões e diálogos aconteciam entre o MAB e a Eletronorte para tratar da pauta dos atingidos pela UHE de Samuel, por outro lado, a morosidade e burocracia tornavam lentas as execuções dos compromissos assumidos. Enquanto isso o MAB dava prosseguimento aos cursos de formação de lideranças com ênfase na questão das hidrelétricas

no rio Madeira, buscando estabelecer vínculos com as comunidades que seriam atingidas pelas UHEs de Jirau e de Santo Antônio.

Nesse contexto, as atividades de alfabetização de jovens e adultos, do projeto de educação do MAB⁷⁸, provocou um avanço na organização do MAB em Rondônia, pois além do processo de formação político pedagógica do projeto, os educadores conviviam de forma mais direta com os atingidos pelas barragens de Samuel e do rio Madeira, facilitando a circulação de informações nas comunidades e com isso favoreceu a relação da direção do MAB com a base, e vice-versa.

No decorrer do ano de 2006, com o intuito de dar visibilidade aos problemas e impactos decorrentes da construção das UHEs no rio Madeira, várias ações de rua aconteceram no estado de Rondônia. Entre elas distribuir panfletos, colar cartazes, levar informações sobre a tarifa social e fazer o debate sobre o valor das tarifas de energia, mobilizando e motivando as pessoas a participarem da campanha “O preço da Luz é um roubo”⁷⁹. Outra ação diz respeito à passeata de barco – “barqueata”, que percorreu um trecho de Porto Velho até as corredeiras de Santo Antônio, local da construção da UHE de Santo Antônio, denunciando os impactos sociais e ambientais do empreendimento. A luta contra a construção das UHEs no rio Madeira teve grande repercussão e visibilidade com a “Marcha pela Vida”, organizada pelo MAB/RO. A marcha percorreu um trecho de 120 km, da cidade de Abunã (divisa com a Bolívia) até Porto Velho e teve como tema “Água e Energia não são Mercadorias”.

A partir de 2007, na perspectiva da construção de um Movimento Social em Defesa da Bacia do Rio Madeira e da Região Amazônica, aconteceram encontros internacionais com a participação do MAB/RO. Dentre eles destacamos o Encontro Internacional dos Rios Amazônicos, realizado em Cobija, na Bolívia, e o Encontro Tri-Nacional, que reuniu representantes de instituições do Brasil, Bolívia e Peru, com o objetivo de “organizar a resistência conjunta aos grandes projetos programados para beneficiarem o agronegócio, as mineradoras, as madeireiras, e em particular, ao Projeto do Complexo do Madeira” (FOSCHIERA, 2009:281). Em documento final intitulado “Não Passarão sobre o Povo do Madeira” os participantes expressaram a insatisfação que tinham com os projetos que

⁷⁸ As atividades faziam parte do Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal e iniciaram em março/2006

⁷⁹ “O preço da Luz é um roubo” foi uma campanha protagonizada pelo MAB em parceria com a Via Campesina Brasil, MST, MPA, CPT, MMC, PJR, FEAB-UNE, MTD, CMP, Assembléias Populares e Pastorais Sociais. http://www.mabnacional.org.br/menu/preco_luz.html

visam servir aos interesses do capital em detrimento das comunidades locais, assim como exigiram a anulação do processo de licenciamento das UHEs de Santo Antônio e Jirau.

Nessa direção, o MAB/RO passou a intensificar as ações junto às comunidades ribeirinhas, no sentido da auto-organização delas como modo de se contrapor a cooptação que algumas lideranças comunitárias e associações vinham sofrendo por parte das empresas responsáveis pelo empreendimento em Rondônia.

No entanto, como mencionamos anteriormente, mesmo diante de um Estudo de Impacto Ambiental que foi objeto de críticas e de ações na justiça, de lutas, manifestações e denúncias feitas pelo MAB, por outros movimentos e organizações sociais, religiosas, indígenas e ambientalistas, a Licença Prévia para a construção das UHEs de Santo Antônio e de Jirau foi liberada.

Diante desse contexto, as ações do MAB/RO se voltaram para a implementação das estratégias do Movimento na região, com destaque para o curso de formação sobre o Modelo Energético Brasileiro e o lançamento da Campanha em Defesa da Amazônia e das Comunidades Atingidas: “Levante do Rio Madeira⁸⁰”. A Campanha tinha como objetivo “fazer uma oposição mais consistente em relação aos projetos de construção de hidrelétricas no rio Madeira e, de forma mais ampla, a colaborar na organização da luta contra a expansão do capital na Amazônia” (FOSCHIERA, 2009:283).

Entretanto, em julho de 2008, diante do impacto provocado por um acidente com o ônibus que transportava lideranças de vários movimentos sociais para uma atividade em Ouro Preto, no qual teve 14 vítimas fatais, entre elas quatro lideranças do MAB/RO, além de várias outras pessoas com ferimentos e queimaduras graves, o Movimento deu uma pausa em suas atividades e priorizou garantir atendimento médico às pessoas que sobreviveram e ajudar os familiares das pessoas que faleceram no acidente.

A retomada das atividades se deu aos poucos, com a realização de um curso na comunidade de São Carlos, com temas relacionados a dominação e crise capitalista, o plano IIRSA e as hidrelétricas no Rio Madeira, e o histórico de atuação do MAB. Na continuidade das ações o MAB/RO organizou junto com a Via Campesina Brasil e outras organizações

⁸⁰ A Campanha foi realizada em parceria com diversos movimentos e organizações sociais: Via Campesina, GT Energia da FBOMS, International Rivers, Núcleo Amigos da Terra Brasil, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, FASE Solidariedade e Educação, Plataforma Dhesca Brasil, PAD, COIAB, Rede Jubileu Sul/Brasil, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, FOBOMADE Bolívia, Jubileu Sur Americas, APOINME e Ação Solidária Madre Cristina.

socioambientais e culturais⁸¹ o “Seminário e Acampamento Contra a Privatização do Rio Madeira e Pela Soberania da Amazônia”, para debater temas como: A Matriz Energética Brasileira e Mundial; Os Projetos do Complexo Madeira: Energia para Quê e para Quem; A Soberania da Amazônia e Lutas de Resistência. Participaram ribeirinhos e lideranças de diversas regiões do Estado, como Baixo Madeira, Jaci-Paraná, São Sebastião, São Domingos, São Carlos, Joana D’Arc, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Triunfo, Ouro Preto do Oeste, Porto Velho, além de participantes de Humaitá (AM) e camponeses de Cachoeira Esperança, do departamento de Pando, na Bolívia.

O seminário e acampamento foram realizados no local em que existia a comunidade Engenho Velho, removida para dar lugar ao canteiro de obras da UHE de Santo Antônio. Conforme entrevista com J.J.O da coordenação nacional do MAB

[...] Acampar dentro do canteiro de obras, no pé da barragem, é extremamente simbólico. Com esse ato, estamos demonstrando claramente que continuaremos a lutar contra a privatização do rio Madeira e essa lógica perversa da construção de grandes obras na Amazônia pelas multinacionais, com o objetivo de se apropriarem dos nossos recursos naturais.

Em entrevista o sociólogo Garzon diz que o seminário acampamento serviu para mostrar que a construção da unidade na luta contra as UHEs se dava não só de maneira conceitual, mas em um enfrentamento real ao modelo, com um acampamento em uma área que já pertence aos empreendedores.

Conforme apresentamos no Capítulo 3 (3.4), o MAB em nível nacional, vivia também um processo de reorganização voltado para a implementação dos quatro eixos estratégicos: a mensagem política para a sociedade; plano de construção nacional; plano de lutas; e, direção coletiva do Movimento. Nesse sentido, o MAB/RO procurava construir um movimento capaz de garantir uma organização de militantes de caráter nacional, capazes de compreender a luta do MAB para além de uma única barragem, articulando a luta por direitos com o debate sobre o modelo energético brasileiro e com o desafio de construir uma nova sociedade.

⁸¹ Dentre outras destacamos o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Madeira Vivo, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Comissão de Justiça e Paz, Movimento Hip Hop da Floresta, Ada Açai e Kanindé.

Para tanto, o MAB/RO tinha a tarefa de construir um processo de formação política que estivesse a serviço da implementação da estratégia do Movimento, visando superar a concepção de Movimento voltado somente para conquistas materiais; promover debates sobre o tipo de sociedade que se deseja; garantir a organicidade, dividindo tarefas, responsabilidades e a participação de todos; e, tornar a base do Movimento protagonista das lutas sociais.

Conforme mencionado Capítulo 1, com o propósito de coletar informações que permitam identificar como se caracterizam e em que práticas pedagógicas se concretizam as intencionalidades do curso de formação de militantes praticado pelo MAB/RO, de 2008 a 2010, realizei pesquisa com educandos das comunidades de São Carlos, do Assentamento Joana D'Arc e do Reassentamento Santa Rita. A seguir apresentamos alguns aspectos políticos, históricos e social das respectivas comunidades.

4.4 Comunidade de São Carlos de Jamari: impactos a jusante

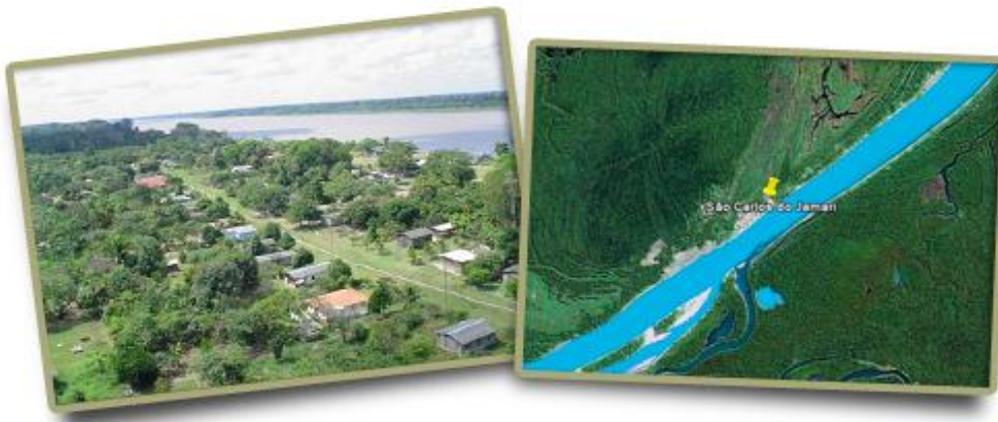


Figura 4: Comunidade de São Carlos do Jamari
Fonte: www.napra.org.br

As informações referentes à comunidade são com base em relatos dos moradores durante a pesquisa de campo, do Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia e do Estudo de Impacto Ambiental.

Conforme o relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000) as pessoas e comunidades que vivem a jusante das barragens, em particular aquelas que dependem dos

recursos naturais, terra, rios e florestas, sofrem efeitos duradouros com as mudanças do regime hidrológico dos rios, uma vez que são afetadas diretamente as áreas da agricultura de várzea, a pesca, caça e a coleta dos produtos das florestas, provocando a perda dos meios de subsistência e do poder econômico, levando ao empobrecimento das comunidades.

No entanto, cabe destacar que os impactos a jusante aparecem após a conclusão da obra, e em alguns casos depois de decorridos muitos anos, o que de certo modo dificulta a organização dos atingidos na luta por direitos fazendo com que muitos não recebam nenhum tipo de compensação e que não se sintam atingidos por não terem suas terras inundadas pelo lago da barragem. Dentro desse contexto está a comunidade de São Carlos de Jamari, atingida a jusante pela UHE de Samuel e atualmente também pelas UHEs de Santo Antônio e de Jirau.

A comunidade é sede do distrito⁸² de São Carlos de Jamari e se localiza na área rural, na margem esquerda do rio Madeira, confrontando com a foz do rio Jamari, a 120 km do município de Porto Velho. São Carlos encontra-se entre duas unidades de conservação de uso sustentável, uma situada na mesma margem do rio Madeira que a comunidade – a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã – e a outra, na margem oposta – a Floresta Nacional do Jacundá. O acesso à comunidade pode ser feito por barco, desde Porto Velho, ou então via terrestre, pela estrada construída na margem direita do rio Madeira que liga Porto Velho até a “boca do rio Jamari”, de onde é possível atravessar a margem de rabeta⁸³. Cabe destacar que a estrada tem sido de fundamental importância para os ribeirinhos do rio Madeira, porém, por não ser pavimentada, há muito tempo encontra-se em estado deplorável, piorando com as fortes chuvas que caem sobre a região no período das águas (novembro a abril).

Em relação a sua origem, conforme relatos de moradores locais, a comunidade foi formada por descendentes de trabalhadores de três seringais que existiam em suas proximidades. Com a partida dos donos dos seringais, em meados do século XX, os trabalhadores se organizaram na localidade em que a comunidade hoje se localiza. Ainda hoje os nomes das antigas colocações de seringas e vilas daqueles tempos são referências espaciais para os moradores das comunidades da região.

São Carlos possui aproximadamente 370 famílias (cerca de 2.000 habitantes), com uma população formada basicamente pela miscigenação de índios, nordestinos e negros. A

⁸² Pela Resolução n.º 122, de 21-11-1985 foi criado o distrito de São Carlos e anexado ao município de Porto Velho.

⁸³ Pequeno barco com motor rabeta.

maioria mora em famílias e próximos uns dos outros. Há uma relação de amizade e colaboração entre os vizinhos. Assim como o restante da população amazônica, os moradores de São Carlos têm o ritmo de vida ditado pelos rios, com os quais mantêm relações vitais, sendo que o rio por ser constitutivo do modo de ser e de viver de cada um, representa muito mais que uma paisagem, sendo considerada a própria vida deles. Como o barco é o principal meio de locomoção, quase toda família possui a sua própria embarcação e o seu próprio porto na beira do rio.

Em relação à gestão, a comunidade tem um administrador local, que é indicado pela prefeitura de Porto Velho, e funcionários que atuam na prestação de serviços públicos básicos. A comunidade possui poucas associações e organizações locais, entre elas estão as que representam os moradores, os pescadores, agricultores e extrativistas, as mulheres, e recentemente o MAB.

A maioria das casas é de madeira e algumas são mistas (madeira e alvenaria), pintadas com cores fortes e apresentam acabamentos talhados nas madeiras que compõem as varandas. As casas possuem quintais com muitas frutíferas e sombras, gramados bem aparados e jardins com plantas e flores. Em geral, as residências têm banheiro e na maioria o esgoto é despejado em fossas. Muitas famílias possuem fogão a gás, geladeira, freezer, televisão (parabólicas) rádios, e linhas telefônicas. Algumas também já contam com computadores e conexão discada à internet.

As ruas são pavimentadas de cimento e tijolo em toda a sua extensão e tem o formato de calçada (passarela) com um metro e meio de largura. Não tem carros na comunidade e nessas calçadas a prioridade é para os pedestres e bicicletas, sendo permitido para motos, desde que desviem dos pedestres.

A energia elétrica é fornecida pela CERON – Centrais Elétricas de Rondônia durante 24 horas, através de geradores movidos a diesel, instalados em meio às casas da comunidade que convivem com um alto nível de ruído e com os poluentes lançados pelo motor. A água que abastece a comunidade vem de poço artesiano comunitário.

Em relação à saúde, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho mantém na comunidade uma unidade básica de saúde cujo prédio passou por reforma com financiamento da empresa construtora da UHE de Santo Antônio. A unidade atende também os moradores de outras comunidades do distrito e conta com uma “ambulancha” para o transporte dos pacientes.

No que tange à educação, os moradores de São Carlos são atendidos pelo município com a Educação Infantil e Ensino Fundamental e pelo estado com o Ensino Médio, sendo que todos os níveis compartilham da mesma estrutura física da Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Dias.

Em relação à produção, além de atividades tradicionais como pesca e extrativismo (castanha e açaí), a população trabalha na agricultura (de várzea e terra firme) em áreas que ficam fora da área da comunidade, onde plantam feijão, banana, mandioca, melancia, milho e jerimum, assim como criam galinha para a própria subsistência. A pesca se dá nos rios Madeira e Jamari, assim como em seus igarapés, lagos e igapós. O alto custo do transporte e as dificuldades na comercialização da produção são dificuldades que os moradores da comunidade enfrentam, ficando muitas vezes na dependência dos atravessadores.

A religiosidade dos ribeirinhos da comunidade de São Carlos se expressa com destaque nos festejos católicos do dia 12 de outubro, quando comemoram o dia de sua padroeira Nossa Senhora Aparecida, e também nas atividades do encontro de Evangelização realizado pela Igreja Assembléia de Deus. Há também outros templos religiosos, como os adventistas, o que leva a uma disputa por fiéis na comunidade.

Conforme Switkes (2008) a comunidade de São Carlos já sofre com os impactos causados pela UHE de Samuel, como a escassez de peixes, mudanças no rio e interferência nos seus modos de vida, e atualmente começou a cair os barrancos da beira do rio levando junto casas e estabelecimentos comerciais dos ribeirinhos.

Com a implementação do Complexo Madeira, a população teme sofrer novos impactos e vive momentos de insegurança e dúvidas, buscando se organizar junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens. Entre os impactos que a comunidade sofre e que aumentará com o término da UHE Santo Antônio está a erosão e a perda de nutrientes que afetarão a agricultura de várzea e algumas espécies de peixes que são importantes na dieta alimentar dos ribeirinhos, assim como mudanças nos níveis de temperatura e qualidade da água provocarão alterações na vida dos peixes, pois peixes típicos de fundo e de águas fortes correntes serão afetados ao ponto de desaparecer (SWITKES, 2008:11).

4.5 Projeto de Assentamento Joana D’Arc: impactos a montante

As informações sobre o Projeto de Assentamento Joana D’Arc tem como referência os estudos realizados por estudantes do Grupo de Pesquisa “Poder Político e Políticas nas bordas da Amazônia⁸⁴”, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), e as informações constantes no ensaio⁸⁵: “Agricultura Familiar. Assessoria Técnica, Social e Ambiental nos Assentamentos em Rondônia” que buscou reunir informações e sistematizar indicadores sobre a realidade social do meio rural de Rondônia.

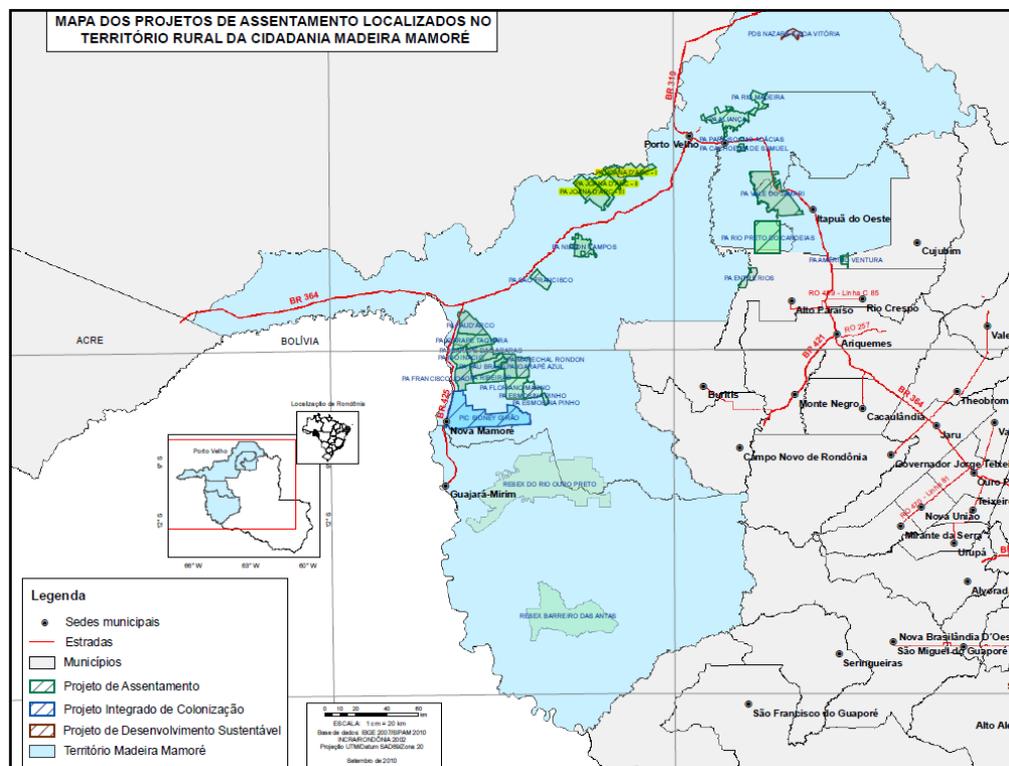


Figura 5: Assentamento Joana D’Arc I, II e III em destaque amarelo
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário com adaptação de Ana Rita de Lima Ferreira

⁸⁴ O Grupo está vinculado à linha de pesquisa “Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional, Planejamento Urbano e Territorial, projetos de infraestrutura e impactos sócio-econômicos-ambientais” sob a coordenação do professor do Departamento de Ciências Sociais da UNIR e doutorando do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional/IPPUR-UFRJ, Luis Fernando Novoa Garzon.

⁸⁵ Ensaio produzido por grupo de professores para o Instituto de Estudos e Pesquisas do Agronegócio Rondoniense – IEPAGRO aborda o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental a Reforma Agrária – ATEs, implantado em 2004 com a finalidade de oferecer um serviço de apoio às famílias assentadas nos projetos de assentamentos em Rondônia, de acordo com as diretrizes do programa dos Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (STD/MDA), Governo Federal.

Conforme resgate histórico realizado por Veppo (2010), a área do Projeto de Assentamento Joana D'Arc está situada dentro da Gleba Jacy Paraná, na margem esquerda do rio Madeira, com uma área de aproximadamente 130.000 hectares, como parte do Projeto Fundiário Alto Madeira, de 1975, que criou diversas subdivisões no território de Rondônia.

Em 1981, devido ao intenso fluxo migratório que o estado de Rondônia vivenciava, foram realizados estudos para avaliar as condições para instalar um projeto de assentamento na Gleba Jacy. Os estudos não foram favoráveis em relação a implementação do assentamento e apontaram algumas condicionantes, entre elas a oferta de assistência técnica e maquinaria para o melhoramento da fertilidade do solo.

Cabe destacar que quando os primeiros estudos foram realizados parte das terras já estava ocupada por pequenos agricultores, em geral posseiros. Segundo INCRA, dos 130.000 hectares da Gleba Jacy, 32.000 já eram ocupados no ano de 1992. Tal situação revela que a ocupação da área não começou com a iniciativa do INCRA.

O período que antecedeu a marcação do assentamento foi de muitas dificuldades para a população. Sobre elas, Veppo (2010:15-16) relatou que nem veículos movidos à tração animal conseguiam transitar pelas vias que davam acesso as regiões habitadas nesse período.

[...] tudo o que era de posse da população, que ali foi morar antes da criação do Projeto Joana D'Arc, assim como dos primeiros assentados pelo projeto, teve de ser carregado nas costas através dos famosos “cacaiois”⁸⁶ [...] ou mesmo nas costas limpas, por toda a distância que separava a margem do rio e o lote de destino. Tal operação se repetiu por longos anos com tudo o que foi posteriormente adquirido pelos moradores da região. Assim sendo, não são poucas as histórias de pessoas que literalmente tiveram de carregar nas costas as suas casas, pois, a inexistência de estradas impossibilitava a utilização de qualquer veículo motorizado para auxiliar no transporte dos materiais utilizados para a construção das casas. [...] Assim sendo, carregar aquilo do que se necessitava a partir de sua própria capacidade física, não era fruto de uma escolha, e sim a única opção que estas pessoas possuíam. Homens e mulheres carregavam, juntos, tudo aquilo que precisava ser transportado, desde crianças a animais para criação, de gêneros alimentícios a utensílios domésticos.

Nesse sentido, o autor aponta para o fato de que as adversidades enfrentadas pelo grupo e em grupo influenciaram na criação e consolidação dos laços de solidariedade, afetividade e espírito de coletividade, assim como, na vida social da comunidade. Destaca ainda que esse tempo vivido gerou uma consciência de interdependência entre os assentados,

⁸⁶ Alforje ou saco de viagem, preso com atilhos por baixo dos braços e pendurado nas costas.

sendo que as relações estabelecidas entre as famílias pioneiras são consideradas fundamentais por aqueles que resistiram e se mantiveram no assentamento Joana D'Arc.

No ano de 2000, mesmo com o não cumprimento das condicionantes, a Gleba Jacy Paraná, localizada à margem esquerda do rio Madeira, numa estreita e longa faixa de terra entre o rio e o estado do Amazonas foi dividida pelo INCRA em três áreas menores (Joana D'Arc I, II e III) para a implementação do Projeto de Assentamento Joana D'Arc.

Em relação aos assentados, Joana D'Arc foi ocupada não só por assentados tradicionais (ribeirinho e seringueiros), mas por trabalhadores da agricultura familiar, em grande parte oriundos de outras regiões de Rondônia, do nordeste, sul, sudeste, centro-oeste ou mesmo da capital, e também por pessoas vindas de outros estados brasileiros.

Toda a área do assentamento pertence ao município de Porto Velho. O acesso ao assentamento se dá com o cruzamento do rio Madeira através de balsa que interliga Porto Velho à BR 319 para Humaitá (AM). A entrada para o assentamento é via estrada do Jatuarana, a 5 km da descida da balsa percorrendo a BR 319, sentido Humaitá. A partir da estrada do Jatuarana iniciam-se as linhas que dão acesso aos lotes rurais, muitos destes com acesso somente no período da estiagem. Para o deslocamento em direção a Porto Velho, região urbana, são gastos, em média seis horas de ônibus mais o trecho de caminhada que o assentado tem de fazer da sua propriedade até o Ramal principal por onde passa o transporte coletivo.

Foi a partir do ano de 2000, com a implementação do Projeto de Assentamento Joana D'Arc que as condições de vida começaram a melhorar. Estradas, escolas e postos de saúde foram construídos, teve início o processo de eletrificação da área e os assentados receberam um auxílio financeiro para a ocupação do território e construção de benfeitorias nos terrenos. Porém, cabe ressaltar que os serviços citados funcionam com enormes limitações e diversos problemas, e que as unidades residenciais situam-se muito distantes umas das outras e estas, distantes dos pontos de serviços, necessitam obrigatoriamente de transporte.

Apesar de melhorias recentes, a educação no assentamento conta com escolas com pouca estrutura, professores não qualificados, merenda insuficiente para todos e com fornecimento inconstante, transporte em péssimas condições de manutenção, estradas mal conservadas, ficando intransitáveis no período das chuvas e impossibilitando a chegada dos estudantes. Tal situação foi notícia no Diário da Amazônia em abril de 2011:

A precária situação das estradas que ficam dentro do Projeto Assentamento Joana D'Arc, que resultou na suspensão das aulas da única escola da localidade [...] deve ser discutida entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria Municipal de Educação (Semed) para elaboração de um plano emergencial para retomar as aulas suspensas desde o início do ano. [...] O principal entrave da falta de acesso é a suspensão das aulas na Escola Municipal de Fundamental José de Freitas, onde estudam cerca de 300 alunos, devido à intrafegabilidade dos ônibus que fazem o transporte das crianças [...] Para chegar aos assentamentos Joana D'Arc I, II e III é preciso atravessar o rio Madeira e percorrer cerca de 90 quilômetros de estrada de chão repleta de enormes buracos e lama. A precariedade da estrada também impede o escoamento da safra da região (Gabriela Cabral, Diário da Amazônia, 06.04.2011).

Em relação à produção, Souza et al. (2008) constatou que as culturas de mandioca, milho, feijão, banana, leite, café e arroz, não contribuem em grande percentual como produção, pois são cultivadas basicamente para subsistência familiar, porém indiretamente contribui para redução dos custos do orçamento familiar. O cultivo da banana tem uma produção expressiva, porém a dificuldade no escoamento da produção gera prejuízos com as perdas. Parte da produção de mandioca, para subsistência, é consumida “*in natura*” ou transformada em farinha, sendo o excedente comercializado. A produção de farinha é feita de forma artesanal. No geral, a comercialização quando ocorre é realizada de forma individual, sem agregação de valor ou beneficiamento primário, com transporte inadequado e feito por atravessador.

Os cultivos praticados são executados de forma tradicional, com utilização da mão-de-obra familiar através da limpeza da área pela queimada, a coivara, alinhamento e coveamento. O sistema de produção não possui diversificação, colaborando para que as famílias tenham renda baixa, fazendo com que busquem alternativas de sobrevivência fora do contexto da agricultura familiar.

No que diz respeito ao sistema de criação, a mais expressiva é a bovinocultura de leite no sistema semi-intensivo. O leite é consumido ‘*in natura*’ ou utilizado na fabricação de queijo, manteiga, doce de leite e requeijão, consumidos pela família e o excedente é comercializado. Outras criações são: ovinocultura, com animais criados soltos ou em instalações precárias; suinocultura, os animais também criados soltos, alimentados com restos de comida, frutas do pomar, mandioca e outros tipo de alimentação disponível na propriedade; e a avicultura formada por galinhas caipiras, criadas soltas, sendo a carne e os ovos destinados ao consumo familiar. Em caso de necessidade financeira esses animais são comercializados.

Em relação ao extrativismo alguns assentados produzem vassouras de cipó e coletam castanha-do-brasil para consumo e comércio. Extraem madeiras para a construção de

benfeitorias como casas, curral, cercas, tulhas, pocilgas, carvão e lenha. O óleo de copaíba, andiroba e cajuí são utilizados como medicação caseira. O assentamento é rico em madeiras de lei que podem ser aproveitadas mediante plano de manejo florestal sustentável. A pesca é ainda realizada por meios artesanais, sendo uma pequena fonte de renda de alguns assentados.

No que diz respeito aos serviços de saúde, a precariedade e o número reduzido de postos de saúde no estado de Rondônia, tem sido alvo de reclamações das populações de assentamentos e ribeirinhas. Resta então, utilizar o conhecimento e a cultura de seus ancestrais para a cura de suas doenças, que se dá através de chás caseiros e plantas encontradas na floresta. Somente quando as alternativas “caseiras” não dão resultados, é que as pessoas se deslocam em busca de atendimento médico nas vilas ou cidades mais próximas.

Cabe destacar que o P.A. Joana D’Arc não constava no EIA-RIMA entregue ao IBAMA, no entanto, consta que com a formação do reservatório do UHE de Jiraua, com perda do povoado de Teotônio extingue-se um pólo de comércio e prestação de serviços à população das vilas do entorno, entre elas Morrinhos e Joana D’Arc. O Parecer Técnico n.º 014/2007, que negou a Licença Prévia para as UHE do rio Madeira, afirma:

[...] é necessário ampliar o diagnóstico e **incorporar os assentamentos da reforma agrária Joana D’Arc I, II e III**, em processo de legalização pelo Incra/RO, comunidades ribeirinhas como Porto Seguro e Engenho Velho, e outras identificadas nas Audiências Públicas e no Relatório oferecido pelo Ministério Público; a adequada identificação e caracterização das pessoas que sobrevivem da atividade garimpeira; A Terra Indígena Jacareúba/Katawixi, no Estado do Amazonas, os povos indígenas Kaxarari, na região de Extrema, os indígenas sem-contato do igarapé Karipuninha e outros povos presentes na real área de influência direta/indireta; a incorporação das áreas a jusante como potencialmente impactadas, a caracterização destes impactos e as medidas de mitigação cabíveis; e demais aspectos considerados neste Parecer. (IBAMA, 2007:103, grifo nosso)

Nesse sentido, desde 2006 o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) vem trabalhando junto às famílias do Projeto de Assentamento Joana D’Arc para que elas tenham seus direitos garantidos com a construção da UHE de Santo Antônio. Para tanto, o MAB iniciou um processo de formação política com as famílias atingidas, assim como iniciou juntamente com elas, um processo de negociação com o consórcio Santo Antônio Energia para tratar do reassentamento das famílias.

No P.A. Joana D’Arc a comunidade organizada no MAB luta por um reassentamento coletivo com uma proposta denominada de “Reassentamento Padrão” e

reivindica a manutenção das condições atuais de vida, ou em caso de modificação no padrão de vida, que este seja para melhor. Segundo o INCRA estima-se que 1.500 famílias residem nos assentamentos e deste total, 176 já foram reconhecidas pelo consórcio Santo Antônio Energia como atingidas pela UHE de Santo Antônio, sendo removidas para o reassentamento Santa Rita. Em relação às famílias que ainda permanecem no assentamento Joana D'Arc a situação é de aflição e angústia diante da incerteza do futuro e do abandono que experimentam, conforme registrou a CPT/RO em maio de 2011:

[...] Na escola é reduzido o número de alunos. Muitos funcionários e professores ficarão sem o emprego. As igrejas perderam a maioria dos fiéis, os jovens se queixam dos colegas e namorados (as) que partiram. Agora, dizem eles, " não há para quem vender nossos produtos, nem para quem fazer diárias, porque nossos negócios se davam dentro do assentamento. Nossos vizinhos e parentes se foram. Aqui ficou um cemitério". [...] As queixas são sobre o temor de que com o término da hidrelétrica suas terras sejam também alagadas, porquanto desde que ali foram assentados a grande maioria dos lotes ficam encharcados em muitos locais impedindo o cultivo.

4.6 Reassentamento Santa Rita: expropriados do P. A. Joana D'Arc



Figura 6: Reassentamento Santa Rita
Fonte: Imagemnews

O reassentamento Santa Rita está localizado na margem direita do rio Madeira, no Km 767 da BR 364 sentido Porto Velho/Jaci Paraná/Rio Branco. Nele residem 135 famílias que eram do P.A. Joana D'Arc. O total da área é de 2.459 hectares e cada família recebeu lotes produtivos com 10 ha e a promessa de mais 40 ha de reserva legal por família. O processo de mudança das famílias para o reassentamento teve início do mês de abril de 2011.

Das visitas e andanças pelo reassentamento observei que as famílias viviam um processo de tentativa de reorganizar a vida, tentavam retomar a vida que a barragem tomou. Chamou minha atenção que na entrada dos lotes estavam as tábuas das casas que os atingidos tinham lá em Joana D'Arc e que trouxeram junto na mudança, sendo que alguns moradores (re)construíram na frente da casa que a empresa fez a sua casa usando as madeiras que trouxeram, outros ainda iriam construir e teve quem usou as tábuas para fazer galpões, galinheiros ou “puxadinhos”.

Durante as visitas ouvi muitas queixas e desabafos em relação ao modo como foram tratados pela empresa Santo Antônio Energia no momento da mudança, tudo feito às pressas, sem cuidado e zelo com os móveis, inclusive com perda de animais (gatos, galinhas, vacas). Em cada casa visitada tinha um tema que predominava nas conversas. Entendi que era o assunto que mais angustiava o morador naquele momento e conversavam sobre ele como uma forma de desabafo e ao mesmo tempo de indignação e revolta com a situação que viviam. Em algumas casas era a construção do galpão para abrigar os bichos; em outra era a área de manejo, ainda indefinida pela empresa; em outra era a madeira da área de manejo do PA Joana D'Arc que tinham sido proibidos de mexer e ficaram sabendo que a Santo Antônio Energia estava desmatando e vendendo as madeiras que eram suas. Havia muita tristeza e revolta nas falas.

Outro aspecto que percebi no reassentamento é que mesmo diante do processo de reorganização da produção, das casas, da vida, existe uma articulação puxada pelo MAB que impulsiona a organização, a luta e o trabalho coletivo. Conforme O.M. dirigente do MAB/RO, até aquele momento das 135 famílias 60 delas estavam vinculadas ao MAB, sendo que as demais conheciam o Movimento, porém tinham pouca participação nas reuniões e lutas. No planejamento do MAB/RO para o ano de 2012 está a realização de uma Escola de Formação de Militantes no reassentamento.

Durante os dias que permaneci no reassentamento, além das visitas nas casas tive a oportunidade de participar de duas reuniões com as famílias, nas quais as lideranças do MAB informaram sobre as questões das negociações em nível federal, sobre a situação dos outros reassentamentos e sobre a Marcha que aconteceria em Porto Velho no final do mês.

Em relação a Marcha que organizavam, conforme documento construído coletivamente com os atingidos das sete áreas de reassentamentos, no qual apresenta o contexto geral de cada reassentamento, o MAB/RO denunciava que a inexistência de uma

política nacional que garanta os direitos das famílias atingidas acaba concedendo total liberdade para que as empresas construtoras adotem uma política discriminatória, preconceituosa, injusta e autoritária de tratamento com os atingidos por barragens. E ao fazer referência aos atingidos de Rondônia, destaca que a grande maioria é formada de ribeirinhos, pescadores, pequenos agricultores e extrativistas que estão sendo remanejados para vilas urbanas sem ter terra, água, acesso ao rio, trabalho, renda e escolas adequadas. Outra questão que o MAB/RO trouxe presente foi as contradições no processo de remanejamento das famílias onde as casas variam de tamanho entre 50m², 60m², 70m² e poucas de 100m², sendo que todos são atingidos pela mesma barragem, porém o tratamento é diferenciado e os direitos são desiguais. Esse contexto remete a uma questão que tem sido o foco dos conflitos nas construções das barragens: o conceito de atingido por barragem. No próximo Capítulo abordaremos esse tema sob a perspectiva das empresa, dos organismos internacionais, do Estado brasileiro e do MAB, ou seja, dos próprios atingidos por barragens.

5. QUEM É O ATINGIDO POR BARRAGEM⁸⁷: conceito e identidade

Na busca de uma terra para constituir um espaço de vida e de trabalho, as barrancas dos rios foram áreas em que o latifúndio avançou menos, sendo então territórios se instalaram populações tradicionais das mais diversas, sejam, camponeses, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores. Território aqui entendido enquanto território usado e não somente enquanto território em si, um sistema natural. Território enquanto chão e identidade que propiciam o sentimento de “pertencer aquilo que nos pertence [...] o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2006:14).

Tendo presente que a competitividade faz parte da lógica do modelo atual de desenvolvimento e “por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental” (SANTOS, 2006:18), os territórios ribeirinhos passaram a ser alvo dos interesses das transnacionais enquanto espaço para novos mercados, rotas de comércio e construção de barragens, e com isso milhares de pessoas que compõem a diversidade camponesa no Brasil têm sido expropriadas e expulsas de suas casas e terras. De acordo com o MAB calcula-se que, no Brasil, cerca de um milhão de pessoas, ou duzentas mil famílias, já foram vítimas de deslocamentos forçados provocados pela construção de barragens hidrelétricas.

Em relação à quantificação das populações atingidas por barragens não existe uma fonte ou pesquisa que aborde essa questão. Os dados que constam nos relatórios de impactos ambientais quando confrontados com a realidade acabam em desacordo com o inicialmente previsto, o mesmo acontece com os dados que as empresas trabalham. Portanto, sabendo que dados quantificadores e totalizadores são ferramentas utilizadas para diversos fins, entre eles para formar opinião, criar consensos e legitimar decisões, a ausência deles em relação às populações atingidas por barragens nos remete a questionar os motivos pela inexistência desses dados, assim como pela inexistência no Estado brasileiro de um órgão próprio para tratar dos atingidos por barragens.

⁸⁷ Usaremos o termo “barragem” em detrimento de “empreendimento hidrelétrico” uma vez que o conceito de atingido para o MAB compreende também os atingidos pelas barragens para abastecimento de água, e não somente pelas de geração de energia.

A partir do anúncio da construção de uma barragem tem início um tempo de incertezas, angústias e sofrimento para a população residente na área onde será instalado o reservatório. É um tempo no qual ocorre a interrupção de investimentos públicos, estradas, escolas e postos de saúdes deixam de serem construídos, serviços existentes muitas vezes são interrompidos ou fechados antes mesmo de a população ser removida do local. Outro aspecto desse tempo se refere ao fato de quem será atingido, quantas casas e propriedades serão inundadas, quem será ou não considerado atingido pela empresa construtora para receber compensação e qual será o valor da compensação.

A retirada compulsória das pessoas de seus vínculos pessoais e afetivos, de seu mundo material e social, de seu espaço que serve de identidade, caracteriza uma desterritorialização. Segundo Haesbaert (2006:66) “[...] desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial”. Assim, as barragens (capital) ao territorializarem-se num espaço onde já existem territorialidades, mais do que impactos ambientais e sociais provocam um processo de des-territorialização e de reterritorialização dos camponeses e das comunidades atingidas pela construção das barragens.

Nesse contexto, sob o olhar das empresas construtoras, os trabalhadores rurais, meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores e mineradores que vivem nesses territórios passam a ser considerados, “invasores” [de suas próprias] terras. Este fato é evidenciado pela antropóloga Lygia Sigaud, que nos anos de 1980 ao estudar as usinas hidrelétricas de Sobradinho e Itaparica, no rio São Francisco e o projeto de Itá, na bacia do rio Uruguai, constatou que o caso dessas hidrelétricas e de Tucuruí, no Pará

[...] são ilustrativos da priorização da energia no processo de tomada de decisões e do desprezo pelas implicações sociais deste tipo de investimento. A demora em definir o destino da população a ser deslocada, que deveria ser objeto prioritário da atenção do Estado, se por um lado revela a imprevidência das empresas do setor elétrico, por outro se constitui numa evidência de que o “social”, corporificado nas populações atingidas, esteve fora de cogitações quando se decidiu construir as barragens, quando se firmou contratos e quando se deu início às obras. Na medida em que o “social” não interfere na tomada de decisões, ele só pode vir a se constituir em “problema”, para o qual deverá ser buscada uma solução qualquer e a qualquer preço, dentro do cronograma apertado das obras civis. E é exatamente porque o “social” ocupa essa posição subordinada que as soluções encontradas são sempre desfavoráveis à população. Por esta razão, se pode afirmar com segurança que as empresas do setor elétrico têm sido responsáveis pelo deslocamento compulsório e

atabalhoado de milhares de brasileiros, pela sua diáspora, pelo seu empobrecimento e pela profunda desorganização de suas condições de vida (SIGAUD, 1988:104, grifos do autor).

No entanto, é neste tempo de incertezas, rupturas e indefinições, na qual os camponeses vivem a situação em comum de injustiça e exclusão, que o sentimento de perda e a desagregação de dimensões da vida social os leva a se organizarem para resistir à expulsão do território e a lutar por direitos, e no decorrer desse processo vai sendo construída e assumida uma nova identidade política: a identidade de atingidos por barragens⁸⁸ (FAILLACE, 1990).

Ao abordar a questão da identidade, Benincá (2011) com referência em Manuel Castells aponta três formas possíveis na construção de identidades: i) a legitimadora que é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade visando a expansão de sua dominação; ii) a de resistência que por sua vez é criada por sujeitos que se encontram em condição de dominação e que reagem criando espaços de resistência com base em princípios contrários aos da lógica da dominação que vivenciam na sociedade; e iii) a de projeto na qual os sujeitos sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir o seu papel na sociedade, assim como de provocar uma transformação na estrutura social.

Ainda conforme o autor, quando determinados sujeitos vivenciam situação de opressão que não seria suportável de maneira individualizada, a identidade de resistência dá origem a formas de reações coletivas, o que seria então uma identidade defensiva. Assim, se inicialmente a identidade de atingido tem uma relação direta com as perdas que a população sofre com a implantação e operação de uma barragem, que as coloca numa situação de vítima do modelo de desenvolvimento, posteriormente, a partir de um trabalho de mobilização, formação política e conscientização do MAB (como veremos mais adiante), o atingido deixa a condição de vítima e se constitui num sujeito social coletivo que luta por seus direitos, atacando o próprio sistema que o criou. Assevera Benincá (2011:97)

[...] parece claro aos integrantes do MAB o reconhecimento de sua condição de “dominados” por mecanismos jurídicos, econômicos, políticos e ideológicos do capitalismo. Isso não significa, porém, que aceitem tal estatuto. O adjetivo

⁸⁸ Sandra Faillace em sua dissertação de mestrado (1990) “Comunidade, Etnia e Religião: um estudo de caso na Barragem de Itá (RS/SC)” desenvolve estudo da relação que se estabelece no interior de determinadas comunidades camponesas quando a identidade de atingido se sobrepõe a outras identidades preexistentes.

“atingido” pode ser transformado em verbo “atingir” [...] por esses indivíduos quando abandonam sua situação passiva e avançam na condição de sujeitos da história. (grifos do autor)

A constituição do MAB, ao mesmo tempo em que unificou a identidade das populações atingidas pelas barragens também buscou resguardar e respeitar as diferenças e diversidades das populações. Em 1989, durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, na busca da unidade nacional do Movimento que estava surgindo, os participantes afirmaram a necessidade de reconhecer e respeitar a diversidade de povos e de culturas ali presentes, assim como as diferentes realidades e formas de organização e de lutas nas regiões (MAB s/d). Cabe destacar que até então eram utilizados diversos e diferentes termos para identificar os atingidos: expropriado, deslocado, desalojado, deserddado, recambiado, desapropriado, relocado, envolvido, abrangido, inundado, alagado, afogado, afetados.

No decorrer do processo de formação política⁸⁹ do MAB é que vai sendo forjada a identidade de atingido por barragem enquanto uma construção social que se dá ao longo do tempo, a partir de relações de poder dentro de um contexto social que envolve conflitos e tensões com a implantação de grandes projetos de investimento e com a resistência à implantação desses projetos. Assim, na construção da identidade de atingido é considerada a complexidade e as diversas variáveis da condição de atingido, as diferentes e diversas formas de estar na terra (água), ou seja, as diferentes condições de campesinato que a população atingida pelas construções de barragens vivencia.

Tendo presente que atingido passa a ser uma outra situação na vida dos camponeses, Failacce (1991), ao tratar da dimensão da identidade de atingido, destaca que no contexto da luta contra as barragens, “a identidade de atingido suplanta a que os identifica comumente, qual seja a identidade [...] porque é primordialmente como ‘atingidos’ que estarão nas negociações”, assim como alerta que o termo atingido se refere tanto às áreas (terras) quanto às populações atingidas, uma vez que as situações que geram os atingidos é a mesma que gera também o território atingido. (FAILLACE, 1990:64).

Enquanto as empresas construtoras das barragens visam ao território como modo de garantir seus interesses econômicos, na ótica das comunidades atingidas o território é o espaço de produção e reprodução da vida, do qual estão sendo expulsas pelo modelo de

⁸⁹ O processo de formação política do MAB será detalhado e analisado num capítulo mais adiante.

desenvolvimento que transforma a energia em mercadoria, destrói a natureza e tira-lhes os meios de subsistência.

Nas entrevistas realizadas com os educandos do curso de militantes atingidos pela barragem de Santo Antônio, em Rondônia, ao serem perguntados sobre o que é ser atingido por barragem, foi recorrente nas respostas o uso do verbo “tirar” para explicar a situação de que se sentem “tirados” ou “saídos” de seus territórios, em detrimento ao uso do termo “sair do local”. Com isso afirmavam que não saíram, o que poderia pressupor que “estariam saindo por conta própria ou por sua própria vontade”, mas que foram tirados dos seus locais de vida pela barragem. Essas expressões revelam o desconforto causado pela expropriação que sofreram assim como a incerteza diante do futuro:

[...] é **tirar** da gente a sustentabilidade nossa. Que nem era antes, antes eu pescava, eu tenho minha carteira, sou pescador profissional, mas hoje eu não posso dizer mais que eu vivo da pesca [...] de uma forma ou de outra ela **tira**, digamos a sua própria subsistência, a sua própria cultura, a sua saúde, a sua educação, então tudo isso é um atingido, porque quando a gente tá num local onde tenha isso, às vezes não é muito boa, mas a gente tem, e quando a barragem chega isso muda totalmente, às vezes **tira** professor, **tira** uma merendeira, ou **tira** um diretor de uma escola ou de um posto de saúde, aquilo fica isolado, as pessoas não tem pra onde ir. (M.S.L educando da comunidade de São Carlos, grifos nosso)

[...] uma pessoa que tem tudo né, tem a sua vida assim, tem sua lavoura, sobrevive da sua pesca e aí vêm as empresas prometendo mundos e fundos e **tira** tudo daquela pessoa, aquela pessoa fica sem nada, sem ter pra onde ir, né, muitas vezes passando até fome na ilusão de que um dia vai ter alguma coisa e nunca tem nada né, como eu por exemplo (C.S.S educanda de Itapuã do Oeste atingida pela barragem de Samuel, grifos nosso)

[...] é aquela pessoa que tem um vizinho aqui, o vizinho é **tirado** dali e ele fica ali sozinho. Eu sou atingido, eu continuo em Joana D’Ac.” (D.F.R educando do P.A Joana D’Arc, grifos nosso).

[...] tem que sair do local que ficou vivendo há muito tempo, e sem estrutura nenhuma eles te **tiram** assim do nada (R.I.P.S educanda ex-moradora do P.A. Jana D’Arc que foi removida para o Assentamento Santa Rita, grifo nosso).

[...] é um caso assim de obrigação, porque ninguém tava pedindo pra sair, as pessoas foi despejada, **foi saída** de suas casas pra outro lugar que não conhecia né (R.C.P.S educanda ex-moradora do P.A. Jana D’Arc que foi removida para o Assentamento Santa Rita, grifo nosso).

Na compreensão de território para Haesbaert (1997), sempre acontecem relações de poder, pois são as relações de força que condicionam e constituem o território. Nesse sentido, cabe destacar que no contexto da construção das barragens são as empresas responsáveis pelos empreendimentos que determinam o conceito de atingido por barragem, que varia no tempo, no espaço e no contexto político e cultural no qual está sendo empregado, assim como

sofre alterações em cada nova barragem construída, ou seja, de um empreendimento para outro. Nessa direção, Vainer (2003) aponta para o fato do conceito não se limitar somente às questões técnicas e/ou econômicas, e que a própria abrangência do conceito de atingido é objeto de uma disputa.

Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (VAINER, 2003:2).

Assim, enquanto para as empresas, o importante é ter um conceito que limite ao mínimo a área e o número de pessoas atingidas, para o MAB objetivo está no reconhecimento de que deve ser considerado atingido todo aquele que tem seus modos de vida alterados pelas construções das barragens.

Em estudo, Vainer (2003) identificou o conceito de atingido utilizado pelas empresas construtoras das barragens sob duas concepções: a territorial-patrimonialista e a hídrica. A concepção territorial-patrimonialista, ainda hoje, bastante utilizada pelas empresas do setor elétrico, compreende duas dimensões: “o território atingido é concebido como sendo a área a ser inundada e a população atingida é constituída pelos proprietários da área a ser inundada”. (VAINER, 2003:4). Tal concepção reconhece como atingido somente quem é proprietário de terra, de quem o empreendedor, com base na legislação brasileira⁹⁰, irá comprá-la. Assim, nessa perspectiva a população é um obstáculo a ser removido para que o empreendimento seja viabilizado. Vainer (2003:3) conclui

[...] nesta concepção, não há propriamente impactos, nem atingidos, e menos ainda qualquer coisa que possa ser compreendida como direitos dos atingidos, o que há é o direito de desapropriação por interesse público exercido pelo empreendedor.

Na concepção hídrica é considerado o espaço da área do reservatório para determinar quem é atingido. Assim, o atingido é o inundado, o atingido pela água,

⁹⁰ O direito brasileiro ao reconhecer o interesse público do empreendimento concede ao empreendedor o direito de desapropriação.

reconhecendo também os não proprietários⁹¹ (meeiros, posseiros, parceiros, arrendatários, etc.), desde que estejam ocupando a área a ser inundada. Essa concepção manteve a prática de omissão das consequências dos empreendimentos na vida das populações não atingidas pela água, prevalecendo assim, a estratégia do empreendedor de assumir o domínio da área a ser ocupada pelo projeto e ignorar a responsabilidade social e ambiental.

Para superar as concepções que tem como centro apenas o direito do empreendedor, Vainer (2003) aponta para a necessidade de entender a natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo que também é econômico, político, cultural e ambiental. Pois entender o processo como mudança social requer considerar a existência de outras dimensões, e não somente as financeiras e materiais.

Nessa direção o conceito de atingido teve avanços na compreensão do Banco Mundial, das diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e das agências multilaterais de financiamento, como no caso da International Financial Corporation⁹² (IFC), que, no seu manual, supera as concepções patrimoniais ou hídricas, ao afirmar que “o objetivo da política de reassentamento involuntário é assegurar que as pessoas que são fisicamente ou economicamente deslocadas como resultado de um projeto não fiquem em situação pior, mas melhor do que estavam antes do projeto ser empreendido” (VAINER, 2003:7).

No caso, o deslocamento para reassentamento involuntário pode ser físico ou econômico. O deslocamento físico inclui a perda de abrigo, de recursos produtivos ou de acesso a eles, (terra, água, florestas). Enquanto que o deslocamento econômico é resultante da interrupção do acesso de pessoas a recursos para desenvolver atividades econômicas, sem conotação físico-territorial, caso de pequenos comerciantes que perdem sua clientela, pescadores com a diminuição do potencial de pescados, agricultores de vazante, entre outros. Outro aspecto que o manual da IFC considera é referente às consequências das novas formas de apropriação e gestão dos recursos hídricos após os empreendimentos, como no caso do desvio do fluxo de um rio para a geração de energia que poderá afetar o sustento de quem está à jusante e necessita de água para irrigar colheitas (VAINER, 2003:8).

⁹¹ Após luta e pressão dos atingidos “Terra por Terra”, na barragem de Itá, o Acordo de 1987, firmado entre a Eletrosul e a CRAB previa a indenização e o reassentamento para quem não tinha o documento de posse da área alagada.

⁹² A International Financial Corporation (IFC) é uma instituição que integra o Grupo Banco Mundial, e financia empresas privadas. (VAINER, 2003:8).

Ainda conforme o autor, a IFC ampliou o conceito de atingido ao explicitar a necessidade de considerar os não proprietários para reassentar, e que a falta de título de legal da terra não poderia desqualificar as pessoas para a assistência do reassentamento; e, ao considerar também as populações e comunidades chamadas de anfitriãs dos deslocados, ou seja, as comunidades que serão impactadas pelo reassentamento das populações deslocadas, onde conforme Haesbeart (2207) ocorrerá re-territorialização. E por fim, a ampliação do conceito da IFC se revela também quando “se refere aos atingidos pelo colapso de comunidades e cadeias de apoio sociais” (VAINER, 2003:9). Como exemplo o autor relata uma situação vivenciada ao realizar entrevistas nas comunidades atingidas pelas barragens de Itá e Machadinho,

[...] um senhor idoso se pôs a chorar, lamentando que, em virtude do deslocamento de parcela expressiva de sua comunidade, não há mais gente suficiente nem mesmo para formar um time de futebol ou para o tradicional campeonato de bocha no clube da Igreja (VAINER, 2003:9).

Em seu relatório final a Comissão Mundial de Barragens (CMB) amplia o conceito de atingido por barragem ao considerar tanto o deslocamento físico quanto ao que se refere aos modos de vida, conforme expressa a citação a seguir.

Deslocamento é definido aqui englobando tanto o ‘deslocamento físico’ quanto o ‘deslocamento dos modos de vida’. Em um sentido estrito, deslocamento resulta do deslocamento físico de pessoas que vivem na área do reservatório ou do projeto. Isso ocorre não apenas pelo enchimento do reservatório, mas também pela instalação de outras obras de infra-estrutura do projeto. Contudo, o alagamento de terras e a alteração do ecossistema dos rios – seja a jusante ou a montante da barragem – também afeta os recursos disponíveis nessas áreas – assim como atividades produtivas. No caso de comunidades dependentes da terra e de recursos naturais, isso freqüentemente resulta na perda de acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, extração vegetal, para falar de alguns. Isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações – em um sentido mais amplo – do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida. Assim, o termo atingido, refere-se às populações que enfrentam um ou outro tipo de deslocamento” (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000:102, grifos do autor)

Nesse sentido, a CMB introduziu a variável da temporalidade no entendimento dos impactos na implantação de barragens, ao considerar que diferentes grupos e indivíduos são afetados de diferentes maneiras e em diferentes momentos. Nesse caso estão as

populações a jusante da barragem, onde os impactos somente são sentidos após o enchimento do reservatório, e os impactos causados pela realização de projetos associados ao empreendimento (canteiro de obras, linhas de transmissão, estradas, alojamentos, etc.).

A partir da década de 1980 houve uma redefinição das concepções, estratégias e práticas relativas ao tratamento dado pelo setor elétrico brasileiro as populações atingidas, o que levou a Eletrobrás assumir a responsabilidade pelos danos causados pelos seus empreendimentos. Outra mudança se deu na delimitação do espaço da área de influência dos impactos, passando a considerar os efeitos a jusante da barragem e a interrupção das relações sociais, dos fluxos de trocas e rotas de migração (humanas e animais). No entanto, enquanto documentos, diretrizes e planos diretores da estatal expressavam um avanço na compreensão da complexidade e abrangência dos processos de mudanças e impactos resultantes da implantação das barragens, na prática o tratamento com os atingidos não mudou, as empresas continuaram usando as concepções patrimonialista e hídrica, limitando assim o conceito de atingido aos proprietários e/ou aos inundados.

Com o processo de privatização do setor elétrico brasileiro, nos anos de 1990, as populações atingidas passaram a ter dificuldade em identificar com quem deveriam dialogar e negociar, pois até então as negociações aconteciam com o Estado. Nesse novo contexto, diante da ausência de obrigações definidas e de legislação a seguir, as demandas das populações atingidas e os problemas sociais e ambientais ficaram/ficam sem respostas e sem quem assuma a responsabilidade por eles.

Porém para o MAB prevalece a definição de atingido do I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens (1989): atingido são todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independentemente de ser atingido direto ou indireto, sejam eles proprietários ou não proprietários, camponeses, urbanos, diaristas, meeiros, parceiros, arrendatários, sem-terra, indígenas, quilombolas, pescadores, lavadeiras, mineradores, entre outros tantos.

Recentemente com a construção da UHE de Santo Antônio em Rondônia, durante entrevista com educandos do curso de militantes, M.A.L ao mesmo tempo em que nega o conceito patrimonialista e hídrico utilizado pelo consórcio Santo Antônio Energia S.A., expressa uma concepção mais ampla sobre o que é ser atingido por barragem. Tal concepção tem por base a situação que vivencia na sua comunidade e o conceito de atingido construído no MAB:

[...] atingido por barragem não é só aqueles que a empresa acha que vai ser alagado, mas todo aquele que não vão mais ter acesso à estrada, tão tirando⁹³ nossos vizinhos de perto de nós, também somos atingidos. Não é só o que a água vai chegar e vai inundar tudo e vai sair. Nós no Joana D'Arc somos atingidos, porque se não arrumarem a estrada pra nós, se der três chuvas não passa mais carro. Nós vamos ficar isolados. Saiu 176 famílias de lá, e provavelmente tem mais família pra sair, (M.A.L educanda do P.A. Joana D'Arc)

Com a compreensão de que não são apenas os moradores das barrancas dos rios que sofrem os impactos das construções das barragens, mas também os moradores das cidades que são “atingidos” pela alta tarifa de energia, o MAB durante o II Encontro Nacional, em 2006, agregou ao conceito de atingido os “atingidos pelo preço da energia”. A mesma compreensão aparece na entrevista realizada com W.R.A atingido pela barragem de Santo Antônio, em Rondônia, ao falar sobre seus aprendizados do curso de militantes.

[...] Então a gente foi percebendo que o povo que ia sair, o povo que ia ficar e o povo que tá na cidade são atingidos pelas hidrelétricas. [...] esse povo tá sendo atingido também pelo modelo energético que tá instalado. Atingido... somos todos atingidos pelo modelo energético que tá instalado. (W.R.A educando do P.A Joana D'Arc)

Na compreensão do MAB (2012) o Estado brasileiro planeja as hidrelétricas, concede as licenças ambientais, libera financiamentos públicos (BNDES) para construir as obras e até hoje não tem uma política de tratamento às populações atingidas. No entanto, a partir do momento em que a ANEEL aprova a concessão e concede a declaração de utilidade pública da área, o empreendedor recebe o direito de desapropriar a população do local de implantação do empreendimento. Diante desse contexto o MAB denuncia:

Quando a empresa chega com as licenças e o poder de “desapropriação” por utilidade pública, passa a ser dona das terras e a situação se inverte: os donos deixam de ser donos e a empresa (invasora) passa a ser dona das terras (MAB, 2008:17, grifos do autor).

⁹³ A entrevistada também faz uso do verbo “tirar” para explicar sua concepção de atingido por barragem, como vimos anteriormente.

A ausência de uma definição estabelecida em lei, com a regulamentação de direitos e deveres para as empresas construtoras, para o Estado e para os atingidos, possibilita que as empresas empreendedoras criem normas a partir de critérios, interesses e arbítrio próprios. Cabe salientarmos que a definição restritiva e limitada do conceito de atingido utilizado pelas empresas foi apontada no relatório final da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) como uma das principais causas de ocorrência de violação de direitos humanos em implantação de barragens.

Portanto, diante de um contexto no qual o conceito de atingido, além de variar de acordo com quem se apropria dele, também varia no tempo e no espaço, e os direitos das populações atingidas só se efetivam sob pressão exercida pelos movimentos sociais, o relatório reconheceu que o conceito de atingido e as formas de reparação são questões tratadas de maneira não uniforme, gerando tratamento não isonômico nas várias regiões do país, o que exige uma normatização específica (CDDPH, 2010:22).

Nessa direção, o relatório apontou algumas dimensões estruturantes que o conceito de atingido, aplicável a indivíduos, famílias, grupos sociais e populações de modo geral, deve considerar. Entre elas podemos identificar pontos que são recorrentes tanto na literatura acadêmica e técnica quanto presentes nas reivindicações do Movimento dos Atingidos por Barragens, a saber:

a) A implantação de uma barragem implica, via de regra, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial.

b) Entende-se que na identificação dos impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos devem ser consideradas as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão, etc.

c) Na identificação dos tipos de impactos, devem ser considerados, entre outros: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda da terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e) ruptura de circuitos econômicos.

d) Em certas circunstâncias também devem ser consideradas como atingidas as comunidades e populações anfitriãs, isto é, que receberam reassentamentos de deslocados pelo empreendimento.

e) Devem ser considerados os efeitos a jusante da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório. A restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais, etc.), assim como todas as interferências a jusante deverão ser consideradas para efeito da identificação dos impactos.

f) Devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que impliquem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, considerada as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas.

g) As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não passíveis de quantificação e, *a fortiori*, de monetarização, devem ser consideradas e objeto de ampla e aberta discussão e negociação.

h) Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.

i) Deverá ser considerada a dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento.

j) Para os Povos Indígenas e demais Comunidades Tradicionais serão consideradas suas especificidades culturais, direitos históricos, constitucionais e reconhecidos por convenções internacionais (CDDPH, 2010:30-31).

Uma das recomendações desse relatório se materializou na assinatura do Decreto nº 7.342/2010 pela Presidência da República (Anexo C), que instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por barragens. Segundo o MAB (2011) entre os avanços do Decreto está a conceituação ampla de atingido por barragens, que considera todos aqueles que têm seu modo de vida afetado pela obra e não somente os proprietários das terras, a obrigação de realizar o cadastro socioeconômico para identificação dos atingidos antes do licenciamento, e a definição de que o cadastro deve ser realizado pelo Estado e não pelas construtoras.

Em novembro de 2011, em carta enviada ao governo federal, o MAB expressou preocupação com o risco de um possível retrocesso no Decreto uma vez que passado um ano da assinatura, a regulamentação do mesmo ainda não tinha sido concluída e pontos como o

conceito de atingido, o período de sua realização do cadastro, os responsáveis pela realização, bem como o objetivo do cadastro estavam sendo modificados, pelo Comitê Provisório⁹⁴, no processo de regulamentação. Para o MAB tais modificações demonstram um recuo do governo no compromisso assumido publicamente de que Estado brasileiro tem uma dívida histórica com os atingidos por barragens. Para evitar que o referido Decreto que visa reparar erros do passado e avança no reconhecimento de uma política de tratamento aos atingidos por barragens se transforme em letra morta o MAB busca na mobilização popular os meios para garantir a sua participação no processo de regulamentação.

Ao longo de sua história e trajetória o MAB sofreu transformações de acordo com as circunstâncias históricas nas quais estava inserido. Tais transformações podem ser identificadas no tipo de ações e lutas que realiza, nos métodos e estratégias que adota, nos objetivos do Movimento e na relação que tem com o Estado e com a sociedade. Nesse sentido, na medida em que o MAB foi se transformando, foi também construindo e transformando o conceito de atingido por barragem.

⁹⁴ Faz parte do Comitê Provisório representantes dos Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, Aquicultura e Pesca, Minas e Energia e do INCRA. A coordenação do Comitê é de responsabilidade do Ministério das Minas e Energia.

6. O AVANÇO DO CAPITAL E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Para compreender como emerge a concepção de formação política no MAB é necessário entender a relação entre o Movimento e expansão do capital, a política de construção de hidrelétricas e a trajetória do MAB, cruzando a linha histórica do setor elétrico brasileiro com a da organização e formação do Movimento. Para tanto, organizamos o quadro a seguir com dados referente ao histórico do MAB e o avanço do capital, sendo que o período considerado se estende desde os antecedentes da questão energética no Brasil, (tal como analisado no Cap. 2) até os anos subsequentes ao período considerado para a pesquisa de campo em Rondônia (2008-2010), incluindo informações que projetam uma perspectiva até 2014.

Porém, destacamos para analisar, o período que vai de 1990 até o ano de 2006, por serem importantes para a compreensão da origem do MAB e do processo de formação política que o Movimento foi construindo concomitantemente com o avanço do capital no campo.

Linha histórica do setor elétrico e a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto do avanço do capital		
POLÍTICAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO		MAB: RESISTÊNCIA E FORMAÇÃO POLÍTICA
1934-1961	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Código das Águas: regulação estatal ✓ Crescimento do mercado, industrialização e urbanização ✓ 1950-1960 – desenvolvimentismo ✓ Expansão: PNE – FURNAS – MME – Eletrobrás 	
1960 a 1990	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Monopólio estatal ✓ Eletrobrás como holding (geração, transmissão e distribuição de energia) 	<ul style="list-style-type: none"> • Lutas regionais – 1970 -1980 NE – Vale do São Francisco NO – bacia rio Tocantins: Tucuruí SUL – Bacia rio Paraná e do Uruguai/SC, RS e PR
1980 a 1990: Rondônia UHE Samuel e Ji-Paraná	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1973: crise petróleo – fósseis para eletricidade ✓ Grandes hidrelétricas ✓ Anos 1980: crise financeira mundial 	<ul style="list-style-type: none"> • 1980-1990 Amazônia: I Enc. de Atingidos por Barragens da Amazônia – Altamira: aliança índios e não-índios Formação pelas escolas sindicais e Igrejas Organização com sindicatos, comissões regionais e locais - CRAB RS e SC Avanços na organicidade e na visão de totalidade

<p>Década de 1990</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Privatização do setor elétrico - ANEEL - ONS ✓ Mercantilização da energia ✓ PND – desestatização (Collor – FHC) ✓ Energia é mercadoria: geração, transmissão, distribuição e comercialização ✓ Ausência de legislação para regular as negociações entre empresas e atingidos ✓ Empresas eletrointensivas em detrimento das demandas sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • MAB Nacional: Intensidade de atividades do MAB • I Enc. Nacional de Atingidos (1989 Goiânia) pauta e plano de lutas em nível nacional: reforma agrária, terras indígenas e quilombolas • I Congresso Nacional (1991 Brasília): unificar luta • II Congresso Nacional – 1993 • III Congresso Nacional – 1996 • I Enc. Internacional (1997 Curitiba) • IV Congresso Nacional – 1999 • Visão de totalidade: - direitos - projeto de sociedade - modelo energético • Contra privatizações e compreensão da luta de classe • MAB passa fazer parte da luta da Educação do Campo
<p>Década de 2000</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capital financeiro – PAC – grandes obras de infraestrutura na região Amazônica ✓ Rondônia: Complexo Madeira <p>2007 – Leilão UHE Santo Antônio</p> <p>2008 – Leilão UHE de Jirau</p>	<ul style="list-style-type: none"> • I Enc. Nacional – 2003 e I Enc. Estadual em RO • I Marcha Nac. “Águas para Vida” – 2004 (Goiânia-Bsb): denúncia e visibilidade - espaço de educação próprio • II Enc. Nacional – 2006 (Curitiba): plano de construção nacional: - água e energia não são mercadorias - enfrentamento de classe: todos somos atingidos - garantir formação política - debater modelo de desenvolvimento com governo - articulação Assemb. Nac. Popular e Via Campesina • Enc. Internacionais da Bacia rio Madeira e região Amazônica (Bolívia e Peru) – 2007 • Cartilha preparatória: - análise de proposta alternativa de modelo energético - projeto de nação: socialismo – cultura do campo - necessidade de formação contínua e luta de massa - aliança de lutas campo e cidade • 2008-2011 Plano de Nac. Formação e Escola Nacional de Formação Política: a serviço da estratégia do MAB. • 2011-2014 – plano de formação - grupos de base e militantes

Quadro 7: Histórico do MAB e Avanço do capital
Elaboração: Ana Rita de Lima Ferreira e Lais Mourão

Por entender que o pensamento de Gramsci se faz atual e abrangente é que buscamos referências em sua ideia de Estado ampliado e nos conceitos de hegemonia, contra hegemonia e guerra de posições para contribuir na análise que nos propusemos a fazer. Dialogamos também com as contribuições teóricas de Mészáros em relação ao capital e na sua defesa de ações que façam frente ao capital.

Como já detalhamos no Capítulo 2, até a década de 1980 o sistema elétrico brasileiro estava organizado pelo Estado e mostrava eficiência na construção das grandes obras de infraestrutura. Se por um lado os governos militares implementavam projetos de

infraestrutura, com destaque para as usinas hidrelétricas de Itaipu (região Sul), Sobradinho (região Nordeste) e Tucuruí (região Norte), e assim aumentava a participação do capital nacional e internacional no setor elétrico, por outro lado surgiram organizações populares de caráter regionais contrárias à implementação desses projetos. Cabe destacar que ao lutarem contra a construção das barragens essas organizações de resistência lutavam também contra projetos que eram fundamentais para a expansão do capitalismo nacional e internacional no Brasil.

É importante salientar que no processo de organização dos atingidos por barragens, as lutas protagonizadas por eles aconteceram em diferentes momentos, às vezes antes, durante e/ou depois da construção das hidrelétricas, com poder de articulação e de negociação também diferenciados, uma vez que as conquistas dependiam da correlação de forças do momento. Inicialmente as lutas dos atingidos tinham (e ainda têm), como foco indenizações justas e o reconhecimento daqueles que não possuíam documentos de posse da terra como atingidos e com direito a indenização. É nesse processo e período (1970-80) que identificamos o início dos questionamentos, por parte dos atingidos por barragens, sobre a política energética do país, assim como os debates acerca do conceito de atingido por barragem.

Conforme detalhado no Capítulo 2 (2.1.4), na década de 1990, durante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, diante de um contexto de crise mundial na reprodução do capital intensificou-se o processo de implementação do projeto neoliberal no país com reformas que levaram às privatizações do setor elétrico, entre outros. Nesse processo o Estado passou a atuar a favor do modelo econômico capitalista neoliberal, retirando-se de certos setores da economia e realizando ações em direção à reforma do Estado, sendo então implementado o Plano Nacional de Energia Elétrica com o objetivo de construir grandes hidrelétricas.

Em relação ao processo de privatização do setor elétrico, Gonçalves Junior (2007) destaca que a Constituição Federal de 1988 não permitia a entrada de capital internacional em algumas atividades econômicas, entre elas a energia elétrica. A estratégia utilizada nesse momento pelas empresas estrangeiras foi de se unirem, a partir de consórcios, às empresas brasileiras de capital estrangeiro e posteriormente articular alterações na Constituição. Nesse sentido foram realizadas campanhas visando à formação de opinião favorável as privatizações ao mesmo tempo em que desqualificavam a capacidade do Estado enquanto prestador de serviços no setor elétrico.

Depreendemos então do postulado de Gramsci no qual o Estado deve ser compreendido a partir da sociedade política e da sociedade civil, sendo a sociedade política o aparelho do Estado que garante a coerção⁹⁵ das classes subalternas, oprimidas; e a sociedade civil compreende as instituições responsáveis pela construção e divulgação dos valores na sociedade, ou seja, a criação de consensos. Nesse espaço se encontram as escolas, igrejas, meios de comunicação, sindicatos e partidos políticos. Assim, a sociedade política e civil, mesmo sendo distintas entre si, agem em colaboração e se complementam nas ações de coerção e de consenso. Para o autor o conceito de hegemonia nos diz que a dominação de uma classe sobre a outra não está só na relação de poder e força, mas no consenso que as instituições constroem. Ou seja, a hegemonia consiste no fato de a classe dominante conseguir convencer, persuadir a classe subalterna a aceitar e compartilhar seu sistema de crenças bem como seus valores sociais, culturais e morais.

A privatização do setor elétrico brasileiro favoreceu grandes grupos econômicos nacionais e internacionais que ficaram com o controle da energia no país. Esse processo aponta para uma nova forma de expansão do capital a partir da união de grupos econômicos com a burguesia e com o Estado brasileiro, que por sua vez passou a exercer o papel de agente financiador das construções de hidrelétricas, apoiando e subsidiando as empresas construtoras através do BNDES. Essa ação ratifica a visão de Mézaros (2011) de que, assim como o Estado moderno é inconcebível sem o capital, o capital precisa do Estado como um complemento necessário para sua existência, expansão e acumulação.

O novo modelo energético foi criado com base em princípios comerciais, sendo o mesmo dividido em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Nesse sentido o “setor elétrico deixou de ser um mero instrumento de acumulação para ser espaço prioritário de acumulação, ele mesmo transformado em negócio”, em mercadoria (GARZON, 2009:169). A partir disso ocorreu a apropriação privada de territórios, florestas, rios (e de seu potencial hidrelétrico) provocando o acirramento dos conflitos com as populações que lutavam e resistiam contra a expropriação e a desterritorialização que os empreendimentos provocavam. Cabe destacar que a ausência de legislação para regular as negociações entre os atingidos e as empresas construtoras das barragens é até os dias de hoje um dos principais motivadores dos conflitos.

⁹⁵ Coerção não deve ser entendida somente como violência, mas também como todos os atos governamentais que somos obrigados a cumprir, mesmo que não concordemos com eles (impostos, serviço militar, votar, etc.) (COUTINHO 2011).

Em se referindo ao sistema capitalista Mészáros (2011) nos diz que ele é poderoso e abrangente e tem como base fundamental de sua constituição o tripé capital, trabalho e Estado. Para o autor a lógica do sistema se baseia no crescimento a todo custo e a todo preço, sem limites para sua expansão, sendo que essa lógica torna o sistema do capital essencialmente destrutivo.

Em relação aos trabalhadores, a reforma do Estado provocou mudanças na legislação sindical (alteração dos direitos de greve) visando enfraquecer o confronto com o capital. Assim, se nos anos de 1980 houve a expansão da atuação de movimentos sociais e sindicais e de organizações da sociedade civil, a década de 1990 passou a ser um período de descenso dos movimentos sociais. No entanto, no contexto dos atingidos por barragens a década de 1990 pode ser considerada um marco histórico na organização das populações na luta e resistência contra as barragens e contra o capitalismo.

O acúmulo das experiências das lutas regionais e da formação política que ocorreram durante a década de 1980 nas regiões Sul, Norte e Nordeste, conforme detalhamos no Capítulo 3, levaram os atingidos por barragens entenderem que a conjuntura na qual as hidrelétricas eram construídas tinha relação com o avanço do capital no campo e que a opção de desenvolvimento do país favorecia o desenvolvimento industrial brasileiro, em especial a indústria eletrointensiva, em detrimento das demandas sociais. Assim, em 1989, quando os atingidos se reuniram pela primeira vez em nível nacional (I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens) é possível constatar que a visão local/regional das lutas desencadeou o processo de construção de uma visão de totalidade, assim como a percepção por parte dos atingidos que existia um adversário (inimigo) em comum em todas as barragens: o modelo energético. Daí a necessidade de se organizarem em nível nacional e de ampliar a luta, que inicialmente se limitou por reivindicar indenizações justas e reassentamentos, para questionar o modelo de desenvolvimento e a matriz energética do país.

Em 1991, em tempos de refluxo dos movimentos sociais, o Movimento dos Atingidos por Barragens se constitui enquanto movimento nacional e iniciou um processo intenso de atividades, conforme quadro no Cap. 6, que foi desde organizar atividades em comum como modo de articular os movimentos regionais e questionar a privatização das empresas estatais até a organização de atingidos em locais onde havia projetos de construção de hidrelétricas, mas ainda não tinha uma resistência organizada.

A bandeira de luta que o MAB assumiu trouxe presente as definições do Encontro de 1989 em três dimensões de lutas: i) enquanto causa específica: ser contra a construção das barragens e defender os direitos dos povos atingidos; ii) enquanto causa mais ampla, para além dos atingidos por barragens: a reforma agrária, a demarcação das terras indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos e o não pagamento da dívida externa; e iii) enquanto tema para debate político: a construção de um novo modelo energético e de desenvolvimento para o país. Encontramos em Mészáros (2011:96) referência de que sob o domínio do capital somente se podem legitimar as demandas integradas, sendo que

Os movimentos de questão única, mesmo quando lutam por causas não integráveis, podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social.

Durante o período em que o setor elétrico era estatal os atingidos negociavam diretamente com o Estado, após as privatizações eles ficaram a mercê das empresas que além vê-los como entraves para a implementação dos empreendimentos, passaram a desconsiderar acordos feitos nas negociações que antecederam as privatizações, usar a violência e criminalizar os movimentos sociais. Nessa direção Mészáros (2011) nos diz que o capitalismo desenvolveu uma lógica de funcionamento na qual ninguém assume responsabilidade por nada, o “sistema [...] toma decisões e nenhum personagem assume a responsabilidade por elas, como se ninguém pudesse ser responsabilizado”.

Cabe trazer presente o contexto da Amazônia, em específico de Rondônia, uma vez que a pesquisa de campo foi realizada em comunidades atingidas pela UHE de Santo Antônio/RO. Conforme explicitado no Capítulo 4, estão presentes no processo de formação da Amazônia o grande capital e a disputa por território. No entanto, mais recentemente o modo de expansão que o capital implementou na região tem um caráter mais agressivo, provocando a expropriação e desarticulação de populações das comunidades rurais, dos pequenos agricultores, assentamentos da reforma agrária, ribeirinhos, indígenas, povos e comunidades tradicionais que tiveram/têm suas áreas usadas para a reprodução do capital.

Mencionamos anteriormente que a partir de 1990, na vigência da política neoliberal, houve uma mudança no papel do Estado e o mercado assumiu a tarefa de

promover o desenvolvimento no país. No caso da Amazônia destacamos que essa presença se materializa no agronegócio, na pecuária empresarial e também no hidronegócio⁹⁶, uma vez que “existe uma oligarquia internacional da água que está privatizando e mercantilizando a água em todo o planeta” (MALVEZZI, 2012:395). Nesse contexto quem assume o processo de desenvolvimento na região são grandes empresas estatais e privadas, nacionais e internacionais com apoio e financiamento público (BNDES). Cabe destacar que mesmo de modo indireto ainda é o Estado, através do PAC⁹⁷ que assume as grandes obras de infraestrutura (ferrovias, portos, eclusas, hidrelétricas e linhas de transmissão de energia) necessárias ao capital para expansão do comércio de soja e da pecuária.

Com referência as barragens, conforme vimos no Capítulo 4, Rondônia no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 viveu o processo de construção das UHEs de Samuel e de Ji-Paraná. Mesmo com limites e dificuldades os atingidos se organizaram enquanto movimento social na região na luta contra a construção de barragem de Ji-Paraná. Porém o que devemos considerar é o processo de alianças que conseguiam fazer, reunindo índios, não índios, camponeses, igrejas, sindicatos e população urbana nas lutas. Outro elemento a ser considerado foi a luta e o debate por uma alternativa à construção das grandes hidrelétricas. Por um período o MAB debateu com a sociedade a possibilidade de implantar uma nova política energética a partir de uma matriz viável, seja pela biomassa, geração de energia eólica, construção de pequenas centrais elétricas, repotenciação de usinas com mais de 20 anos, redução de perdas no atual sistema elétrico ou geração de energia solar e fotovoltaica. (MAB, Caderno N°. 6 s/d).

Ao olhar a trajetória histórica do MAB, desde o período de quando os atingidos se organizavam por comissões regionais, percebemos a presença de outras organizações, instituições, movimentos sociais nacionais e internacionais, entidades sindicais, associações de trabalhadores e movimentos populares dos meios rural e urbano juntos nas lutas. É inegável a contribuição da articulação do MAB com outras frentes de luta e com a sociedade, o que veio a dar visibilidade ao Movimento ao mesmo tempo em que evitou o isolamento da luta dos atingidos por barragens. É possível perceber nesse momento que o MAB buscava construir o que Gramsci chama de vontade coletiva, ou seja, as classes subalternas em

⁹⁶ Ver mais sobre hidronegócio no Dicionário da Educação do Campo organizado por Caldart et al.

⁹⁷ O PAC está dividido em cinco blocos: as medidas de investimento em infraestrutura, de estímulo ao crédito e financiamento, investimento institucional, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/pac-ou-iirsa-nacional>

conjunto passam por um processo intenso de formação da qual nasce uma vontade coletiva com certo grau de homogeneidade que internalizam a crítica ao capital, visando romper o senso comum para superar o modo de compreender e atuar na realidade (COUTINHO, 2011).

Conforme detalhado no Capítulo 3 (3.4) e sistematizado no Quadro 7 do Capítulo 6, após a criação do MAB ocorreram diversas atividades tanto em nível regional/local quanto em nível nacional e internacional. As atividades locais/regionais estavam relacionadas com as lutas referentes às barragens construídas e/ou em construção, com pautas focadas nos direitos dos atingidos; as nacionais tinham o caráter de contribuir na construção do movimento em nível nacional, na unificação das lutas na perspectiva da totalidade e tinha nos Congressos Nacionais o espaço para debater o modelo de desenvolvimento do país, a necessidade de implantar um novo modelo energético e construir um projeto popular para o país; e as atividades internacionais com o caráter de denunciar os impactos sociais e ambientais causados pela construção das grandes barragens, debater sobre política energética, a luta por direitos e contra as barragens em nível internacional e colocar o Movimento em contato com outras organizações e movimentos sociais. Esse modo de agir nos remete a Mézaros (2011) quando diz que para fazer frente ao capital os trabalhadores e grupos críticos do capitalismo precisam, em escala global, desenvolver e propor ações que estejam interligadas.

Considerando o contexto que deu origem ao MAB podemos afirmar que o Movimento resultou e se move a partir das contradições que a expansão do capital provoca no campo. Portanto, entendemos que foi/é nesse contexto que o Movimento foi definindo sua atuação e sua opção ideológica, chegando ao IV Congresso Nacional, em 1999, com a compreensão de que existem duas visões absolutamente opostas em relação ao modelo energético, aos seus objetivos, ao seu modo de implantação, aos financiamentos e à preocupação com os diferentes impactos por ele gerado. Uma diz respeito ao sistema que responde aos interesses do capitalismo em detrimento aos interesses coletivos e a outra está representada na contestação ao modelo vigente que o MAB vem realizando, seja nas lutas por direitos dos atingidos, contra as privatizações do setor elétrico ou nos debates e elaboração de um novo modelo energético e de um projeto popular para o Brasil.

Um marco histórico do processo de construção e formação política do MAB pode ser identificado a partir dos anos 2000 quando o Movimento passou a elaborar cartilhas preparatórias para as atividades, o que expressa a busca por qualificar e aprofundar os temas dos debates visando fortalecer a organização nacional e a unidade ideológica do Movimento,

assim como unificar a pauta sem desconsiderar a diversidade e as especificidades dos estados/regiões.

As definições finais do Encontro Nacional de 2003 apontam para novas visões e compreensões do MAB acerca da construção de uma força capaz de combater a sociedade capitalista. Ao assumir a defesa de um projeto socialista para o Brasil integrado a um novo modelo energético, valores coletivos, à cultura do campo, a busca permanente pela formação, as lutas de massa e alianças entre as lutas do campo e da cidade o Movimento revela a compreensão de que o problema não era a opção por determinada matriz energética, mas o modelo dominante do sistema capitalista. O MAB então, sem abandonar o debate da matriz energética, passa a focar no debate e construção de um novo modelo energético onde a energia seja um bem público e não uma mercadoria. Porém, entende que esse novo modelo não pode ser implementado sob a lógica do capital e sim numa nova sociedade que o MAB identificou/identifica como socialista.

Com referência a essa posição Mészáros (2011) alerta que para se ter alguma esperança de sucesso com um projeto socialista é preciso negar o próprio capital e não algumas de suas variantes, como o sistema hoje dominante do capital global. Para o autor o projeto socialista representa a necessidade de identificar as causas no modo de controle sociometabólico do capital (o processo social que o capitalismo forma, desenvolve e renova para se manter), para então erradicar todas as tendências destrutivas do capital. Nessa mesma direção Coutinho (2011) traz orientações de Gramsci para o avanço e a consolidação do movimento das classes subalternas na conquista do socialismo: a necessidade do que ele chamou de “guerra de posições”, de um bom planejamento, uma boa organização e conhecimentos necessários para a formulação e a difusão de uma hegemonia proletária, ou seja, uma contra hegemonia.

Ainda no ano de 2003 ao realizar a marcha nacional dos atingidos por barragens o MAB realizou uma ação de luta de massas na qual é possível perceber que, ao denunciar a situação em que viviam os atingidos passaram a mensagem de que não estavam marchando enquanto vítimas e sim enquanto sujeitos organizados que buscavam seus direitos ao mesmo tempo em que faziam frente ao capital, e que este sim era o responsável pela situação na qual se encontravam. Assim o MAB caminhava na direção de se consolidar enquanto um movimento nacional de massa e de contribuir na construção de uma força capaz de incidir politicamente na conjuntura do país.

À medida que aprofundou o estudo sobre o capitalismo e o modelo energético, ampliou articulações e consolidou a sua participação na Assembléia Popular e na Via Campesina, o MAB compreendeu que a conjuntura do momento estava marcada pela hegemonia do sistema capitalista e que havia um descenso dos movimentos de massa. A reflexão também apontou que o Movimento vinha atuando de um modo reformista, buscando resultados imediatos e corporativos e sem muita clareza de direção nas lutas.

A partir dessas reflexões o MAB saiu do Encontro Nacional de 2006, conforme detalhamos no Capítulo 3 (3.4), com novas diretrizes e estratégias que apontam um grande passo na direção da totalidade que o Movimento se propôs a construir ainda no início da década de 1990. Sobre as estratégias e diretrizes assumidas destacamos a necessidade do enfrentamento da luta de classe, a construção de projeto popular para o setor energético brasileiro, de uma direção política do Movimento articulada com a massa, de um plano de construção nacional e de um plano nacional de formação.

Desse encontro também destacamos a compreensão do MAB de que todos são atingidos por barragens, uma vez que são atingidos pelo modelo energético brasileiro através das tarifas de energia. Pensamos que tal compreensão além de ampliar o conceito de atingido por barragem também ajudou o Movimento na expansão de suas atividades no meio urbano, somando assim novos atores na sua luta frente à expansão do capital e na construção de um projeto socialista para o país. Nesse sentido podemos dizer que o grito de ordem “Água e energia não são mercadorias” sintetiza bem o processo de compreensão e amadurecimento político que o MAB chegou aos anos 2000.

Ao se colocar o desafio de ampliar as articulações com outros movimentos e com a sociedade em geral, debater com o governo federal o modelo energético na perspectiva de mudanças estruturais, aumentar o número de militantes e que o plano de formação política teria que estar a serviço de sua estratégia, o MAB revela que assumiu a tarefa de organizar o povo com o propósito de acumular forças visando à construção de uma sociedade socialista.

Nessa direção destacamos a criação da Plataforma Operária e Camponesa para Energia⁹⁸, iniciativa que vem se consolidando desde 2010, articulada pelo MAB para

⁹⁸ Nacionalmente, as organizações que compõem a plataforma são: a Federação Única dos Petroleiros, Federação Nacional dos Urbanitários, Movimento dos Atingidos por Barragens, Sindieletrô/MG, Sinergia/SC, Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, SENGE/PR, STIU/DF, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores e Via Campesina. Como resultado da articulação construída pela Plataforma, em abril aconteceu em Brasília o Seminário Nacional sobre o modelo energético:

impulsionar a construção de aliança entre organizações de trabalhadores do campo e da cidade no tema da energia. A plataforma elaborou documento que contém um conjunto de propostas que se configuram como elementos de um Projeto Energético Popular.

Nesse sentido podemos identificar que o MAB, de acordo com Gramsci (2011), passou a priorizar e dedicar esforços para formar novos sujeitos políticos (militantes) na perspectiva de construir forças políticas com elevado grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização. De acordo com o ponto de vista do autor, compreendemos que nesse processo de formação, o MAB ao formar, também foi se formando à medida que os atingidos por barragens passavam por diferentes graus de consciência política coletiva.

Guardadas as proporções, ousamos fazer uma relação entre o processo de amadurecimento político do MAB com o processo que Gramsci identifica como “catarse” – quando uma classe supera seus interesses mais imediatos e se eleva a uma dimensão universal, e que Coutinho (2003:71) destaca que seria o equivalente a passagem da “classe em si” à “classe para si” em Marx ou da elevação da consciência sindicalista à consciência político-universal em Lênin.

Assim podemos identificar que num primeiro momento os atingidos se organizavam mais em função do econômico-corporativo, numa unidade enquanto grupo de atingidos, mas não enquanto grupo social mais amplo. Posteriormente passaram a ter uma consciência de solidariedade de interesses entre os membros do grupo social na perspectiva de modificações e reformas na legislação e administração do Estado, com enfoque maior na reivindicação de direitos e na busca da igualdade político-jurídica com os grupos dominantes. Dessa forma, adquirem a consciência de que os próprios interesses corporativos podem superar o círculo corporativo do grupo e tornarem-se interesses de outros grupos subalternos. Segundo o autor, essa

[...] é fase mais estritamente política, [...] em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”. (GRAMSCI - Cadernos do Cárcere, 3:41)

atualidade e perspectiva. A atividade foi organizada pela Plataforma em conjunto com a Secretaria Geral da Presidência da República e reuniu 200 lideranças de movimentos sociais, sindicais, políticos e religiosos no Palácio do Planalto.

A partir de 2006, o MAB passou a atuar a partir das áreas identificadas como prioritárias, e entre elas destacamos Rondônia que nesse momento vivia os conflitos iniciais da construção do Complexo Hidrelétrico do Madeira onde as ações e lutas foram intensificadas conforme detalhado no Capítulo 4 (4.3.3).

É inegável que a construção das barragens se dá num contexto permeado de conflitos entre os atingidos e as empresas responsáveis pela construção das hidrelétricas, uma vez que estão em disputa interesses distintos. A seguir apresentamos alguns conflitos e disputas ocorridos em Rondônia durante a construção da UHE de Santo Antônio e buscamos compreendê-los a partir dos conceitos de hegemonia, contra hegemonia e guerra de posições presentes nos escritos de Gramsci em "Cadernos do Cárcere", e ainda as de Carlos Nelson Coutinho em "Ler Gramsci, entender a realidade" e "Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político".

6.1 MAB e EMPRESAS: HEGEMONIA E CONTRA HEGEMONIA

Então, nossa casa construímos em Joana D'Arc e aí agora vem esse empreendimento pra tirar nós daí?? Que eu passei dez anos pra conseguir um lugar pra mim morar? ah não...**nós vamos brigar até a carne cair do osso**. Entendeu?! (M.A.L educanda de Joana D'Arc, grifos nosso).

Conforme Gramsci, o centro de conflito social nas sociedades ocidentais, onde existe uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, se dá no âmbito da sociedade civil, visando à conquista progressiva de posições e de espaços ("guerra de posição"), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (COUTINHO, 1999:147).

No decorrer do processo de construção das barragens muitos são os artifícios utilizados pelas empresas construtoras e pelo Estado para justificar a obra. Tais artifícios se revelam em práticas que buscam garantir e dar sustentação aos objetivos existentes nas

diferentes fases de implantação das barragens. Nessa direção, Gramsci nos mostra que as relações sociais no capitalismo acontecem num contexto social onde uma classe domina outras e procura preservar esse domínio através do consenso e da coerção. Para tanto, constantemente “procura articular uma conjunção de grupos sociais em torno dela, com base numa “visão de mundo” compartilhada” e reproduz assim as condições que permitem suas diversas formas de domínio. (CAMPIONE, 2003:53). Nesse sentido destacamos algumas atitudes adotadas pelas empresas para neutralizar as ações contrárias à construção dos empreendimentos hidrelétricos, visando assim à criação de consenso no qual a população da região aceite de forma passiva as obras das barragens.

- a) Colocar nomes característicos das regiões em suas empresas com o objetivo de passar a ideia de que são empresas locais.
- b) Fazer uso de discurso de duplo caráter, formulando ao mesmo tempo promessas e ameaças. As promessas direcionadas para o povo da região na perspectiva de criar esperança num futuro melhor com a geração de emprego, aproveitamento da mão de obra local e a implantação de cursos de qualificação técnica; enquanto que as ameaças procuram pressionar grupos ou toda a população contrária às obras responsabilizando-os por serem contra o desenvolvimento e o progresso, assim como pela futura falta de energia ao povo (apagão).
- c) Realizar e/ou financiar pequenos projetos em comunidades e bairros, patrocinar atividades, fazer doações de ambulâncias e reformar prédios públicos.
- d) Criar comitês, fóruns e frentes pró barragem envolvendo fundações, institutos, políticos, cooperativas, associações, sindicatos, imobiliárias, partidos políticos entre outras organizações, com o objetivo de divulgar os benefícios e legitimar a obra.
- e) Cooptar lideranças comunitárias, presidentes de associações, de sindicatos e de cooperativas.
- f) Realizar parcerias com instituições de ensino superior da região, financiar pesquisas, assim como realizar cursos de qualificação técnica com o objetivo de criar a ideia de que haverá emprego em abundância.

Assim, num processo no qual a hegemonia dominante é imposta às classes subalternas, seja pelo consenso e/ou pela coerção, as populações atingidas são excluídas de decisões que dizem respeito as suas próprias vidas e as empresas, os governos (Estado) e os meios de comunicação assumem o comando e procuram ganhar o imaginário da população. Para tanto divulgam que as barragens são de interesse público, que será para o desenvolvimento da região e melhoria da qualidade de vida, assim como irá provocar a redução do preço da energia.

A empresa veio dizendo que ia construir a hidrelétrica, a barragem, que ia produzir a energia boa de qualidade, que ia ser um desenvolvimento pra cidade, e que prometeu casa, prometeu sítio, prometeu tudo né, [...] Foram prometendo, prometendo, até que chegou a época de encher, aí ou você pega aquela mixaria ou você não pega nada, ou vai ficar sem nada né. E na época meu pai pegou um sítio lá em Triunfo né, mas foi só o sítio mesmo, sem estrada, sem condições nenhuma pra sobreviver, malária até nos macacos dava. Água pra você chegar até o sítio dava até no meio da canela. Como é que ia começar do zero né? Não tinha como. Como é que nós ia sobreviver na época? Não tinha como. A empresa que tem tudo vem e toma o que as famílias tem, deixa sem nada, abandonada, muitas vezes passando até fome né, como nós ficamos sem nada até hoje né, já tem mais de 23 anos e só promessas, e até hoje nada e eles só lucrando com a energia caríssima que nós pagamos, nem energia nós temos né.[...] (C.S.S. educanda de Triunfo atingida pela UHE de Samuel/RO)

O MAB (2008) destaca que outra tática utilizada pelas empresas na tentativa de buscar um consenso visando eliminar os conflitos e reduzir os confrontos para implantar as obras consiste em resolver os problemas de forma individualizada, tratando caso a caso, por família, comunidade ou categoria, convocando reuniões separadamente: garimpeiros por um lado, pequenos agricultores por outro, ribeirinhos, pescadores, lideranças comunitárias, etc. O objetivo é enfraquecer e diminuir a capacidade de resistência dos atingidos e explorar a fragilidade de cada família. A partir do momento que a população está desorganizada as empresas buscam a solução negociada e procuram direcionar os atingidos para espaços paritários de participação para neutralizá-los. Esses espaços são os foros de negociações, comissões, conselhos, mesas, equipes paritárias, que são dominados pelas empresas e/ou por seus aliados na região.

Benincá (2011:66) aponta que as empresas agem de modo que os conflitos passem a ser vistos “como reflexo da falta de capacidade dos atingidos para o consenso e não como expressão de diferenças reais entre projetos sociopolíticos e territoriais”.

Campione (2003) ao tratar da hegemonia e contra hegemonia na América Latina traz presente que a guerra de posições a que Gramsci se refere é um processo que se prolonga

no tempo e acontece num contexto social amplo e heterogêneo, com avanços e retrocessos numa situação de assédio recíproco, em que o inimigo pode contra-atacar e retomar posições a qualquer momento.

Portanto, destacamos que na direção da contra hegemonia, enquanto as empresas procuram dividir o povo, despolitizar a luta e evitar os conflitos, o MAB utiliza a estratégia de unir e organizar o povo na luta contra a construção das barragens e na garantia dos seus direitos. A resistência às barragens e a luta por direitos varia conforme o contexto de cada região, a conjuntura do momento e a relação de forças, que de acordo com Gramsci (2011), vai depender do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançada pelo grupo social.

Por sua vez o MAB/RO destacou que a partir do momento que o Movimento se propôs a fazer lutas e organizar o povo houve reação na região. Diante do histórico da formação do Estado que se deu a partir das décadas de 1960/1970 com migrantes, a tradição na região é de se organizar através de associações, na sua maioria dirigida por pessoas que vem de fora e muitas vezes residem em locais diferentes de onde associações se localizam. O MAB começou a romper essa relação, passando então a fazer lutas e levar as famílias para as lutas: não era mais o presidente da associação que representava as famílias e ia negociar em nome delas, eram as próprias famílias organizadas no MAB que iam para as reuniões e negociações.

Porém, nesse processo o MAB não se colocou contra as associações, mas contra a forma de agir das associações. Aos poucos o Movimento foi ocupando espaço nas comunidades e apresentando sua metodologia de trabalho, sem, contudo desconsiderar as práticas do associativismo que estão internalizadas nas famílias, tanto que os grupos de base do MAB coexistem com as assembléias nas comunidades e nos municípios. Conforme dirigente de Rondônia, o MAB é uma organização que não usa CNPJ⁹⁹, não usa uma associação e não tem um presidente, e para fazer mobilização “precisa de uma bandeira, de uma pauta reivindicatória, de um grito de ordem, de marchas”.

Outro dado que trazemos presente desse processo de construção e formação política do MAB é que no decorrer dessa “guerra de posições”, no contexto de enfrentamento aos projetos hidrelétricos, permeado de conflitos, disputas e de relações de poder, com a mediação do MAB vai sendo construída a identidade de atingido por barragem, que se

⁹⁹ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

constrói, se desconstrói e se reconstrói ao fazer a transição da situação inicial de “vítima” para a de sujeito de direito, para militante, sem perder a dimensão de sua condição de camponês e do vínculo com a terra e com o rio.

Segundo Mézaros (2011) é preciso dar muitos passos até que se chegue a uma emancipação da classe trabalhadora do domínio e da subordinação ao capital, assim como é necessário começar imediatamente, no presente, assumindo o controle das alavancagens e mediações práticas pelas quais deve passar o progresso, desde o presente realmente existente até o futuro esperado de uma emancipação. Com base em documentos do MAB e no estudo Benincá (2011) identificamos ações que o MAB realiza que, além de demonstrar a resistência dos atingidos podem ser consideradas reações ao sistema capitalista, podendo ser caracterizadas como experiências contra hegemônica. Em Rondônia, conforme abordamos no Capítulo 4 (4.3.3) foram realizadas diversas ações antes e durante o período que aconteceu o curso de militantes que pesquisamos. Entre elas destacamos:

- a) **Protestos:** direcionados contra o capitalismo, o modelo energético, o agronegócio e a destruição da Amazônia. Entre as formas de protesto, estão: trancamento de rodovias; ocupação de órgãos públicos, de empresas responsáveis pelo empreendimento e de canteiro de obras.
- b) **Marchas:** para os militantes do Movimento as marchas têm uma conotação política de protesto e reivindicação. Ao marcharem, denunciam e resistem à condição de “vítimas” do modelo econômico, ao mesmo tempo em que reivindicam a condição de sujeitos de direitos.
- c) **Jornadas de lutas:** acontecem em conjunto com outros movimentos sociais com o objetivo denunciar os impactos causados pela construção das barragens. Ao protestar, procuram atacar diretamente aqueles que consideram como “inimigos” — os representantes do capital.
- d) **Moções de apoio:** elaboram moções de apoio e declarações de solidariedade a pessoas e grupos que sofrem injustiças, sobretudo quando estão na luta contra as barragens. Também divulgam notas de denúncia e repúdio à repressão e criminalização dos movimentos sociais.

- e) Campanhas: entre outras campanhas destacamos a Campanha em Defesa da Amazônia e das Comunidades Atingidas: “Levante do Rio Madeira” e a intitulada “O preço da luz é um roubo”, contra a prática das empresas privadas na cobrança de altas tarifas da energia.
- f) Denúncias: elas retratam a realidade enfrentada pelos atingidos e os conflitos que se instalam pela imposição de projetos hidrelétricos, como no caso da nota de denúncia sob o título *Ditadura nas margens do Rio Madeira*, na qual o MAB (2009) denunciou que os ribeirinhos atingidos pelas barragens Santo Antônio e Jirau são alvo de ameaças, perseguições e multas injustas pelos órgãos de repressão do governo, polícia ambiental, Ibama e por órgãos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam). Afirma ainda que as empresas são responsáveis por crimes sociais e ambientais como a queima de casas dos atingidos e a morte de 11 toneladas de peixes em decorrência das obras.
- g) Músicas e poesias: o Movimento utiliza canções e poesias produzidas por autores diversos, entre os quais militantes ou apoiadores do Movimento. Com temáticas que retratam a realidade enfrentada pelos atingidos e os sonhos que buscam realizar o MAB utiliza como recurso pedagógico para fortalecer a luta, principalmente nos momentos de mística.
- h) Gritos de “ordem”: faz parte da história do Movimento o uso de palavras de ordem. No curso de militantes os grupos de base criam o seu próprio grito de ordem que será um modo de se identificar diante da turma. Entre os que o Movimento usa, estão: “Águas para vida não para morte”; “Terra sim, barragem não”; “Água e energia não são mercadorias”; “Água e energia são pra soberania!”; “Pátria livre, venceremos”; “Nossa terra, nosso rio, não se vende; nossa terra, nosso rio, se defende!”
- i) Formação política: o MAB criou seus próprios espaços educativos buscando capacitar política, ideológica e tecnicamente seus militantes.

Nessa direção Paludo (2008:7) nos diz que é nesses espaços que a concepção educativa libertadora se faz e se refaz continuamente, ou seja, “na experiência dos indivíduos e coletivos que a fazem. Não qualquer indivíduo e nem qualquer coletivo, mas os oprimidos e

os que com eles se comprometem na perspectiva da transformação social. Não qualquer transformação, mas a transformação radical da sociedade”.

Num contexto de “guerra de posições” consideramos que o curso de militantes e o trabalho de base são fundamentais para a organização do MAB e construção das lutas. É partir do curso que os educandos conhecem as estratégias das empresas e como de fato acontece o processo de imposição dos projetos hidrelétricos no país. No curso os conflitos são desvelados e no trabalho de base os educandos, ao exercitarem a sua formação militante, levam às famílias informações que se contrapõem as que a empresa apregoa na região do empreendimento. A educanda M.A.L conta sobre o trabalho de base que realiza no P.A. Joana D’Arc.

Mas o trabalho de base tem sido muito bom, a gente chega e conversa com as famílias, orienta as famílias, porque a Santo Antônio¹⁰⁰ vai lá e fala uma coisa, a gente no outro dia vai lá desmentindo o que eles disseram. Eles fazem trabalho contra o MAB na comunidade. Eles montam *data show* pra chamar a comunidade, levam lanche, essas coisas que a comunidade gosta. Eles dão trabalho pra nós, enquanto que eles vão lá articular, nós volta lá e desarticula tudo o que eles fizeram. E aos poucos a gente vai tentando colocar na cabeça das pessoas que a Santo Antônio, esse empreendimento que ela tá fazendo aí, é só pra tirar nós daqui. Eu falo assim: porque se vocês for visitar reassentamento aonde a Santo Antônio colocou gente, tá uma miséria! Tá uma calamidade pública! Vocês não se deixem emprenhar pelos ouvidos. Eles chegam assim com uma conversa sabe, e eles são estudado pra entrar no teu psicológico e virar a tua cabeça rapidinho, mas nós também somos estudado agora no MAB. (M.A.L educanda do P.A. Joana D’Arc)

Ainda em relação aos conflitos e às atividades realizadas durante o curso de militantes, O.M. da Coordenação do MAB/RO relata uma situação que vivenciaram em fevereiro de 2010 durante a realização de um acampamento no município de Mutum Paraná, que ficaria alagado com a construção da Hidrelétrica de Jirau. O objetivo do acampamento era realizar uma audiência pública¹⁰¹ com o consórcio Enersus¹⁰² responsável pela construção da barragem, para negociar o direito a reassentamento dos atingidos pela obra e um plano de desenvolvimento local.

No entanto, além da empresa não comparecer, ela tentou esvaziar a audiência, para tanto colocou um grande número de funcionários para, de casa em casa, avisar que não

¹⁰⁰ A educanda se refere a Santo Antônio Energia, consórcio responsável pela construção da UHE de Santo Antônio.

¹⁰¹ Em 24 de janeiro de 2010 o MAB encaminhou ofício para a empresa marcando a audiência pública.

¹⁰² Consórcio Energia Sustentável do Brasil é responsável pela usina de Jirau. O grupo franco-belga GDF Suez (controlador da maior geradora de energia privada do país, a Tractebel Energia), tem 50,01% da sociedade, que conta ainda com a participação de Eletrosul (20%) e Chesf (20%), além da Camargo Corrêa, com 9,9%.

haveria mais a audiência pública. Em contrapartida o MAB colocou aviso nas rádios desmentindo a empresa e mobilizou seus militantes para reafirmar o convite para a reunião. Sem a presença da empresa, comparecem no dia 18 de fevereiro à Audiência Pública os atingidos pela barragem, jornalistas, lideranças do MAB, do Movimento Popular por Moradia e da Comissão Pastoral da Terra, além de outros apoiadores. Como resultado do acampamento ocorreu uma audiência com o Consórcio Enersus e outra com a Santo Antônio Energia, responsável pela UHE de Santo Antônio.

As situações anteriormente citadas, trabalho de base contra o MAB e desmobilização da audiência pública, são reveladoras das tentativas das empresas na busca do domínio das pessoas e das comunidades pela hegemonia das ideias, pelo imaginário, impondo uma visão de mundo. E, diante desse contexto as reações dos atingidos ao se contrapor as estratégias das empresas podem ser consideradas ações contra hegemônicas. E conforme vimos elas acontecem a partir do curso de militantes que o MAB/RO realizou, onde os educandos (MAB) observam e estudam os inimigos (empresas) e se organizam para se contrapor a eles.

7. A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: HISTÓRIA, SIGNIFICADOS E SENTIDOS

Trataremos nesse Capítulo da formação política do MAB. Para compreender os significados, sentidos e como se dá a construção da concepção da formação política do MAB usaremos os conceitos de intelectual orgânico, sociedade civil, hegemonia, escola unitária do teórico italiano Gramsci num diálogo com os princípios e as concepções da educação popular e da Educação do Campo a partir das referências de Paulo Freire e Roseli Caldart respectivamente.

Para Gramsci (1995:7), “[...] todos os homens são intelectuais”, mas nem todos desempenham a função de intelectual. “Todos são intelectuais” porque todos têm a capacidade de transformação social, assim como possuem capacidade criativa, logo o que existe são diferentes tipos de intelectuais. Ele destaca dois tipos: os orgânicos e os tradicionais. O conceito de orgânico é utilizado em dois sentidos: i) orgânico que faz parte de um mesmo organismo, de uma determinada classe social, nascido dela; e ii) no sentido de quem trabalha para organizar os interesses da classe a que pertence. Para tanto ele afirma que

[...] cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no modo de produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.” (GRAMSCI,1995:3)

Um intelectual orgânico é aquele que tem consciência de sua função e representa os pontos de vista da classe à qual está ligado. E nessa direção ele nos deu o exemplo dos empresários e técnicos enquanto intelectuais orgânicos da classe dominante, do capitalismo, que procuram organizar na sociedade, inclusive no Estado, as condições favoráveis à sua própria hegemonia. Assim como existem também, os intelectuais com o papel de lutar por uma contra hegemonia, que são os organizadores da hegemonia da classe subalterna, proletária. Para Gramsci a contra hegemonia se torna viável a partir de três fatores: a crise de hegemonia, a guerra de posição e a existência de intelectuais orgânicos.

Para ele a função do intelectual é mediar uma tomada de consciência que passa pelo autoconhecimento individual e implica reconhecer, nas palavras do teórico, “o próprio valor histórico”. Daí que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, ou seja, uma relação que “existe em toda sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos” (GRAMSCI apud BUTTIGIEG, 2003:47).

Assim como identificamos momentos distintos na organização do MAB, o mesmo acontece na formação política, que se deu no decorrer do processo de construção do Movimento e foi mudando de acordo com as condições da conjuntura¹⁰³. À medida que ocorre o avanço do capital o MAB é pressionado e demandado e vai respondendo, e por vezes se antecipando ao avanço do capital. E nesse contexto a formação política foi/vai acontecendo por dentro do processo de organização e luta do MAB.

A partir de pesquisa realizada nos documentos do MAB do período de 2002 a 2011 e no estudo de Atamis Foschiera sobre as matrizes teóricas e temas orientadores dos debates dos atingidos por barragens destacamos quatro momentos distintos, porém relacionados entre si, no processo de construção da formação política dos atingidos por barragens: i) a orientação da Igreja Católica (CPT) e Luterana; ii) atuação das escolas sindicais; iii) a formação técnica e política; e iv) formação visando a implantação da estratégia do Movimento.

Conforme abordamos no Capítulo 3, inicialmente a população atingida se organizava em caráter regional, o setor elétrico brasileiro era estatal e a luta era basicamente contra o Estado, responsável pela construção das barragens, e por direito a indenizações justas. Nesse momento são os setores progressistas da igreja Católica e Luterana os responsáveis pelo processo de formação política das lideranças dos atingidos. Foschiera (2009) destaca que a igreja católica, dentro da perspectiva da Teologia da Libertação, foi um espaço de formação de várias lideranças. No caso do MAB o autor aponta que a influência da Igreja pode ser identificada nos símbolos utilizados em ações dos atingidos nesse tempo, como “cruz, cantos, missas, procissões e romarias” (FOSCHIERA, 2009:31).

O processo de formação estava estruturado em cursos de finais de semana, dispersos, sem continuidade a médio e longo prazo. Os temas trabalhados tinham como foco a exploração e o domínio do capital sobre a sociedade junto com a necessidade de organização

¹⁰³ Ver Quadro 7 sobre a linha histórica do avanço do capital no setor elétrico e evolução da organicidade do MAB, no Cap. 6.

dos povos oprimidos para combatê-lo, uma vez que visavam à construção de uma nova sociedade.

Posteriormente, na segunda metade dos anos 1980, o Movimento, ainda em caráter regional, passou a focar forças na formação de lideranças com capacidade de disputar eleições¹⁰⁴. Nesse período o sindicalismo¹⁰⁵ passou a ter um papel importante na formação política dos atingidos. Os cursos eram divididos em várias fases, com cinco dias de duração e tinham como público preferencial lideranças que já participavam dos movimentos. Entre os temas, além da questão das barragens, debatiam também o modelo de sociedade e buscavam formar lideranças para atuarem em diversas frentes da organização social, priorizando ações junto aos sindicatos, a formação e expansão do Partido dos Trabalhadores (FOSCHIERA, 2009).

Nos anos de 1990, num terceiro momento, quando as comissões regionais passaram a se articular nacionalmente e surgiu o MAB, as reivindicações e eixo dos debates se ampliaram. O Movimento viveu um período de muitas lutas e conquistas em torno de demandas imediatas e específicas dos atingidos, surgindo então a necessidade de aprofundar estudos relacionados com questões econômicas e políticas de alianças. A formação política passou a ter um perfil de capacitação que subsidiava seus participantes com informações mais técnicas (custos, gastos, margem de lucro etc.) para que, nos momentos de negociação, tivessem mais elementos e clareza política e ideológica (MAB, 2006:5).

E, a partir do IV Congresso realizado em Curitiba, no ano de 1999, diante de uma conjuntura na qual aumentava o domínio do capital privado sobre o setor elétrico as lideranças do MAB “passaram a fazer uma leitura marxista, pela qual organizaram um pensamento que se fundamenta na compreensão da realidade vivenciada associada a uma nova dinâmica de ação, buscando se inserir nas discussões mundiais sobre a possibilidade de “um outro mundo” e na organização de um projeto popular para o Brasil” (FOSCHIERA, 2009:47, grifos do autor).

Gramsci (1995, 2011) aponta que o espaço onde se dá a disputa de hegemonias entre as classes é na sociedade civil, compreendida enquanto instituições de legitimação do

¹⁰⁴ Eleições para além de cargos legislativos e executivos, mas em sindicatos, associações, cooperativas.

¹⁰⁵ Nesse período surgiram instituições que assumiram a realização de cursos de formação, com destaque para a Escola Sindical Margarida Alves e a Escola Sindical do Alto Uruguai, no Sul do Brasil e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco no Nordeste brasileiro.

poder do Estado. No entanto, é nessas mesmas instituições que as transformações tendem acontecer através do surgimento de uma nova mentalidade construída sob o ponto de vista das classes subalternas. Nessa direção ocorre um embate entre o que é hegemônico e o que busca por hegemonia, uma vez que os espaços de reprodução da cultura hegemônica são os mesmos onde se dá a produção da cultura contra hegemônica (Igreja, escola, família, sindicatos e os meios de comunicação).

Considerando que a realidade dos atingidos por barragens exige mudanças sociais de base, necessárias não apenas para o desenvolvimento do campo, mas da sociedade brasileira, o MAB (2005) identificou a necessidade de criar espaços de educação próprios, nos quais as lutas organizadas pelo Movimento fossem ressignificadas em estudos e reflexões que possibilitassem, além da construção da consciência de classe, que os atingidos pudessem recuperar a humanidade que lhes foi roubada com a subida as águas das barragens.

A decisão do MAB de criar seus próprios espaços de educação dialoga com Gramsci (1995:136) quando diz que “cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental.” E, portanto, as classes subalternas para serem hegemônicas precisam construir sua própria cultura, uma vez que a cultura vigente contém elementos da cultura dominante (burguesa). Para ele a escola deveria ser única, visando à formação de uma cultura geral sem a separação entre o trabalho intelectual e o manual.

Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se evitar a multiplicação e a graduação dos tipos de escola profissional, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entretantes como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (GRAMSCI, 1995:136)

Esse momento do MAB está relacionado ao contexto dos anos 2000 com a ofensiva do capital internacional sobre o campo, especialmente para dominar os recursos naturais estratégicos: energia, terra, água, minérios e a biodiversidade (especialmente as sementes). Nesse contexto está inserido o modelo energético brasileiro, organizado com mecanismos e lógica de funcionamento do capital financeiro, sob a forma de um grande monopólio privado do capital internacional que permite a especulação e as maiores taxas de lucro com a geração, produção, transmissão e comercialização da energia.

Cabe destacar que esse é um período no qual o MAB estava se organizando e começando a se articular com outras entidades, organizações e movimentos sociais, ampliando seu foco de luta para além das barragens e procurando se inserir em uma luta mais geral, o que proporcionou uma maior aproximação com o MST, que por sua vez, cedia vagas para lideranças do Movimento nos cursos de formação política que realizava. Prática essa que perdura até os dias de hoje entre os dois Movimentos.

Nessa direção, o MAB sob as luzes das definições políticas do II Encontro Nacional, realizado em 2006, em Curitiba/PR, ao se compreender um movimento popular, reivindicatório e político, cujo caráter da luta é anticapitalista e anti-imperialista, passou a desenvolver um trabalho específico de formação política dos militantes com ênfase na complexidade do momento atual da luta de classes diante expansão do capital, na perspectiva de construir um projeto capaz de transformar pela raiz as estruturas da sociedade visando à construção da sociedade socialista. (MAB, 2008:13). Conforme mencionamos anteriormente, é a partir desse período o foco de nosso estudo.

A partir destas definições o MAB construiu quatro frentes de ação que compõem a estratégia do Movimento. Dentre elas destacamos a mensagem política para a sociedade que compreende a construção de um projeto popular para o setor energético no qual a água e energia não sejam mercadorias e estejam a serviço e sob controle da classe trabalhadora e o plano de construção nacional que compreende questões relacionadas à organização e formação política de militantes.

Com referência a posição que o MAB assumiu, expressa na estratégia do Movimento, encontramos em Gramsci elementos que apontam para opção do MAB pela construção de um novo consenso, uma nova cultura hegemônica na sociedade, e para tanto, assume o papel de força social transformadora e de organizar o povo na perspectiva de romper e superar a ofensiva da cultura dominante da sociedade capitalista.

A partir de então, compreendendo que a formação é um instrumento para “empoderar” o povo, o MAB procurou propiciar aos atingidos por barragens a elevação dos níveis de compreensão da realidade, não apenas na mobilização e luta, mas também pelo acesso ao conhecimento e à informação. Para tanto, passou a atuar em dois espaços de formação, um em caráter externo, encaminhando militantes para cursos técnicos ou de nível superior, organizados pela Via Campesina ou por convênios e parcerias com instituições de

ensino superior; e, outro de caráter interno, que tem na Escola Nacional de Formação Política a referência na organização do processo de formação política.

Em relação à formação voltada para qualificação de quadros do ponto de vista mais técnico, sem desconsiderar a formação política, o MAB em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizou de 2008 a 2010 o curso de Especialização/Extensão **Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo**¹⁰⁶. O objetivo do curso é aprofundar conhecimentos na área da energia que possam contribuir na construção de um novo projeto energético para o país. Para tanto o projeto pedagógico do curso foi organizado em quatro eixos temáticos: Elementos de Economia Política; Economia Política do Meio Ambiente; Economia Política da Energia; Estado e Classes Sociais.

No que diz respeito à organização estrutural pedagógica e administrativa, destacamos que a Escola Nacional de Formação Política do MAB se estrutura em 2006 a partir de uma direção política e coletiva, chamada de Coletivo Nacional de Formação, constituída por dirigentes dos estados e/ou regiões que com apoio de assessores tem a tarefa de pensar, organizar, encaminhar e acompanhar o processo de formação no MAB.

Cabe destacar que a referida escola não tem um espaço físico próprio (prédio), uma vez que ela se organiza onde está a demanda pela formação, assim, o espaço onde acontecem os cursos de formação é o local onde a escola se faz presente. Nessa direção podemos compreender a Escola Nacional de Formação Política do MAB enquanto uma escola itinerante¹⁰⁷ análoga à concepção das escolas dos acampamentos do MST. Apesar das diferenças, essa analogia se estabelece no sentido de ser uma escola que vai onde está o povo, se desloca e acompanha a luta e não se fecha atrás dos muros como a maioria das escolas faz. Camini (2009:50) afirma que

A Escola Itinerante [...] é fruto da luta dos trabalhadores forçados a buscar uma escola alternativa que possa acompanhar a caminhada dos indivíduos itinerantes [...] e precisa ser vista no movimento dialético de negação e afirmação da escola capitalista.

¹⁰⁶ Foram realizadas duas turmas. A turma I (Haidée Santamaria) iniciou em 2008 com 84 estudantes e terminou em 2010 com 57 estudantes. A turma II (Simon Bolívar) iniciou em 2010 com 75 estudantes e terminou em 2012 com 51 educandos. Em julho de 2012 terá início a terceira turma do curso.

¹⁰⁷ Um maior aprofundamento sobre o tema pode ser encontrado na tese de doutorado de Isabela Camini (2009) "Escola Itinerante dos Acampamentos do MST: um contraponto a escola capitalista"?

O plano da Escola Nacional de Formação Política do MAB foi construído na perspectiva de atuação para três anos¹⁰⁸ e teve por base o que MAB já vinha desenvolvendo na área da formação política, porém com ênfase e intencionalidade na compreensão de que a formação deve ser uma ferramenta na implantação da estratégia do Movimento, baseada em estudos teóricos articulados com ações práticas. (MAB, 2009:2)

7.1 Concepção de formação

Para o MAB a formação é concebida como um processo de capacitação permanente que ocorre em vários e diferentes espaços e momentos, com articulação entre estudos, organização e lutas. Nesse sentido, a formação requer espaços intencionalizados para reflexão da relação entre a teoria e a prática, através do método popular com base nos princípios e valores¹⁰⁹ do MAB. Os princípios são os fundamentos orientadores da vida e da organização dos atingidos, sendo por isso indispensáveis e inegociáveis, conforme relacionamos a seguir.

- a) Dignidade e protagonismo: as pessoas tem potenciais e carências e isto exige de todos uma postura de humildade, de solidariedade e de respeito às diferenças individuais e culturais;
- b) Organização nacional: um movimento autônomo, de luta, de base, de massa e de militantes, com rostos regionais que escolhe forma de luta para conquistar e garantir os direitos imediatos e históricos da classe trabalhadora;
- c) Elaboração de um modelo energético alternativo e popular: um modelo que sirva aos interesses do povo e, por isso comprometido com a preservação, hoje e no futuro, dos recursos naturais
- d) Direção coletiva: contra práticas autoritárias, a direção é escolhida por mérito: confiança, reconhecimento, compromisso, competência, e que busca a participação e a unidade do Movimento.
- e) Articulação política e solidariedade: com apoio a pessoas e processos de luta da classe oprimida por seus interesses e direitos e a luta pela liberdade, em nível local, nacional e internacional;
- f) Orientação socialista: como modelo de sociedade alternativa ao capitalismo e ao imperialismo, onde possa florescer a vida em todas as suas dimensões, contra qualquer forma de exploração e opressão;
- g) Auto-sustentação financeira: como forma de garantir a continuidade da luta, da organização e das atividades do Movimento; e
- h) Avaliação e planejamento permanente: como caminho para a busca de avançar e superar o que possa encobrir a mente da militância e o corpo da organização (MAB, 2008:9).

¹⁰⁸ O plano foi implementado pelo MAB de 2008 a 2010.

¹⁰⁹ Um maior aprofundamento sobre os princípios e valores do MAB pode ser encontrado no Caderno de Formação nº 5 – A organização do MAB, publicado pelo próprio Movimento, em 2004.

Enquanto que os valores são as maneiras como os atingidos vivem a organização e a luta, revelando a própria identidade do MAB, procurando no dia a dia viver, reforçar e consolidar os seguintes valores:

- a) Alegria, auto-estima, esperança;
- b) Fé, paixão e amor pelo povo oprimido e pela causa popular;
- c) Solidariedade;
- d) Indignação e rebeldia contra qualquer injustiça;
- e) Coragem alimentada por convicções;
- f) Humildade, simplicidade e coerência, sem arrogância, submissão ou ingenuidade;
- g) Honestidade, verdade, transparência, compromisso e responsabilidade;
- h) Respeito a todo ser humano, sem discriminação ou preconceito;
- i) Disciplina consciente e voluntária;
- j) Capacidade de trabalho em equipe;
- k) Companheirismo mais forte que os laços de sangue; e
- l) Disposição e espírito de sacrifício.

Assim, para o MAB os princípios e valores são “um sustento ideológico e político aos dirigentes, aos militantes e à base” (MAB, 2009:2). Nessa direção, segundo o MAB (2008) a formação política deve ser um processo para elevar o nível de consciência da militância e da massa no esforço de tornar comum a estratégia, o programa, a metodologia e a organicidade do movimento, buscando garantir a unidade em nível nacional.

Com relação a concepção de formação do MAB, é possível encontrar nela elementos que a aproximam da concepção de escola unitária de Gramsci (1995), como vimos acima, para quem a escola é um instrumento para formar os intelectuais de diversos níveis visando a construção de uma consciência crítica num trabalho educativo-formativo

[...] que não pode se limitar à simples enunciação teórica de princípios “claros” de método; [...] O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, lógica formal e lógica dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas não de modo abstrato, e sim concreto, sobre a base do real e da experiência efetiva”. (GRAMSCI, 1995:174, grifos do autor).

Por sua vez, é possível perceber que essa compreensão também está em consonância com os princípios da pedagogia do oprimido de Paulo Freire (1998) para quem a

educação é um instrumento de colaboração pedagógica e política com setores sociais subalternos na busca de uma transição social através de ações culturais cujo objetivo central está no desenvolvimento da consciência crítica como teoria e prática de classe.

7.2 Importância e objetivos da formação

Para o MAB é fundamental que os militantes conheçam o Movimento no qual estão inseridos, ou se inserindo, assim com também conheçam quem são os inimigos nas lutas que travam e se apropriem da teoria marxista para compreender, agir e transformar a realidade. Nessa direção, ao pensar o processo de formação a curto, médio e longo prazo o MAB considerou os seguintes objetivos: i) fortalecer a luta do Movimento enquanto parte da classe trabalhadora; ii) formar militantes com clareza da estratégia do Movimento e com capacidade de ação na tática; iii) ter presente valores socialistas; iv) criar as condições para fortalecer a consciência de classe; v) criar pertença ao MAB e compromisso com a luta da classe; vi) contribuir na unidade ideológica do MAB; vii) proporcionar espaços de formação para a juventude; e, ix) realizar estudos de temas que contribuam no caráter ideológico e político individual e coletivo das pessoas (MAB, 2009:3).

A partir desses objetivos percebemos a importância que o MAB dá ao processo formativo na organização da classe trabalhadora, ou subalterna, conforme Gramsci (1995), buscando a construção de uma consciência coletiva nacional e de uma vontade transformadora comprometida com a instalação de uma nova hegemonia.

Um aspecto relevante em relação à formação política do MAB diz respeito à construção da identidade de atingido por barragem enquanto identidade política. É na luta e na formação política que o MAB fez/faz que a identidade de atingido por barragem vai se forjando até se transformar em uma identidade que unifica os atingidos, sem ignorar a diversidade dos sujeitos atingidos. O dirigente F.O.S.M., do MAB/RO, em seu relato sobre conceito de atingido por barragem conta como foi a construção de sua identidade de atingido.

[...] quando eu fui atingido por barragem pra mim foi normal, antes de eu ter formação né. Porque a gente foi atingido indireto né, como na época se dizia. A gente não morava na beira do rio, meus avós tinham lote na beira do rio, nós conviviam com eles, mas não morava na terra que foi atingida né. A ideia de atingido foi sendo construída a partir que eu conheci o MAB, porque na verdade eu não me sentia atingido. Pra mim atingido foi minha vó e meu avô. Quando eu comecei a

participar do Movimento, comecei a ler os materiais do Movimento é que eu fui me identificar como atingido por barragem. Porque pras empresas e pros outros em geral eu não sou atingido por barragem porque a minha casa não foi inundada, daí eu tinha esse conceito também, de que eu não era atingido. Mas depois que eu fui conhecer o debate político do Movimento, conviver com as comunidades, é que eu fui perceber que eu também era atingido.” (F.O.S.M. dirigente do MAB/RO)

A partir deste relato e do exposto no Capítulo 5, percebemos que a identidade de atingido é um conceito que vem de uma construção, inicialmente, pessoal, individual do sujeito atingido que vai se percebendo alguém que é atingido, que não sai porque quer, mas é tirado de seu território, e com o decorrer das lutas e do processo de formação político que vivencia vai se transformando até se constituir numa identidade coletiva – o MAB.

7.3 Princípios pedagógicos

A formação política do MAB está fundamenta nos princípios políticos do Movimento, que são “o embasamento e o rumo a serem seguidos pela militância” (MAB, 2008:11), na educação popular e no marxismo, e tem como princípios pedagógicos:

- a) **Filosofia da práxis:** a partir de uma reflexão contínua sobre a relação entre prática, teoria e prática os militantes possam melhorar a sua prática e considerá-la enquanto espaço de ação e de transformação de cada um e da realidade.
- b) **Estudo:** compreendido enquanto espaço privilegiado de acesso ao conhecimento que historicamente (foi) é negado à maioria dos trabalhadores. Os conteúdos são fundamentais no processo formativo e precisam ser pensados e escolhidos intencionalmente para que atendam aos objetivos propostos pela formação.
- c) **Organicidade:** estrutura que possibilita a compreensão do conceito da democracia na visão da construção e da responsabilidade coletiva. Nesse sentido, a vivência e o exercício da organicidade possibilitam a percepção sobre uma nova forma de viver fortalecendo os valores socialistas.
- d) **Troca de Experiências:** entendida pelo MAB como prática que contribui na formação integral e, a partir das experiências de vida, das histórias de lutas e

resistências já experimentadas pelos militantes, proporciona a ampliação do conhecimento da realidade entre os participantes das atividades de formação.

e) **Auto-organização dos militantes:** enquanto forma de exercer direitos e deveres coletivamente, pois ao incluir os militantes nas tarefas e atividades para garantir o funcionamento do curso, incentiva o protagonismo, a disciplina consciente, a gestão democrática, o gosto pelo estudo, pelo trabalho e o acesso ao saber.

f) **Coletivos Pedagógicos:** entendidos enquanto parte da estrutura organizativa da Escola Nacional de Formação Política do MAB e visando garantir os objetivos estabelecidos, tem como tarefa acompanhar as atividades de formação de forma intencional e dirigida.

g) **Pesquisa:** no sentido de conhecer a importância e metodologia de pesquisa, como forma dos militantes investigarem a realidade, fazerem diagnóstico da luta de classes para conhecer a ação do inimigo. É concebida como parte do estudo permanente, condição para traçar planejamento estratégico e tático do movimento.

h) **Avaliação:** compreendida como parte fundamental em qualquer processo de formação e trabalho de organização dentro do Movimento, a avaliação é vista como forma de crescimento individual e coletivo, sendo feita a partir dos princípios do MAB, dos objetivos e metas que o processo de formação estabelece, e com o desafio da superação.

i) **Sistematização:** enquanto ação que visa desenvolver a prática de sistematizar o processo construído, elaborado e vivenciado pelos militantes, enquanto forma de garantir o registro da história na qual estão inseridos.

Assim que por meio do seu Plano Nacional de Formação, conforme expresso nos princípios pedagógicos acima, percebe-se que o MAB busca vivenciar no processo formativo a que se dispõe implementar, princípios e valores ancorados numa visão socialista de mundo, presentes também na organização e na cultura da escola unitária proposta por Gramsci (1995).

Para garantir o processo de formação em nível regional e nacional o MAB constituiu o grupo de formação de formadores, com representatividade dos estados e regiões

com a tarefa de pensar, propor, elaborar, executar e avaliar o processo de formação. Os participantes devem estar inseridos em um processo sistemático de formação política, desenvolver estudos da teoria marxista, a capacidade pedagógica e ter disciplina ao estudo.

7.4 Níveis de formação

Visando garantir a unidade nacional e a organização do MAB, o plano de formação compreende três níveis:

Formação de Base (Trabalho de Base): com o objetivo de elevar o nível de consciência e massificar a participação do povo no Movimento, a formação é feita junto à base e articulada às questões concretas do MAB e da luta.

Formação de Militantes (regiões e nacional): com a formação dos militantes o MAB visa à renovação e a continuidade do Movimento, a construção de avanços do nível da reivindicação concreta e criar as condições para avançar na luta rumo ao socialismo.

Formação de Quadros (dirigentes): ao fazer a formação da base inicia-se também a formação de quadros/dirigentes, por isso um quadro sempre deverá ser base, militante e dirigente e seu processo de formação é lento, sistemático e não é algo que acontece a parte do Movimento.

Para agilizar o processo de formação política o MAB dividiu os três níveis de formação em grupos de estudos, levando em consideração a tarefa de cada um deles dentro da organicidade do Movimento, a saber:

7.4.1 Formação de base

Inicialmente a formação na base é feita com o uso de materiais com orientação política para a militância e, com o objetivo de animar a luta e reafirmar a estratégia política e organizativa do Movimento são realizados encontros massivos, tanto em nível nacional quanto estadual. Posteriormente, à medida que a organicidade avança a formação é feita nos grupos de base, de forma descentralizada e conduzida por militantes orgânicos, sendo que a

prioridade é realizar a formação nos espaços de luta (mobilizações, marchas, acampamentos, ocupações), considerados espaços privilegiado para associar teoria e prática. (MAB,2009:5).

7.4.2 Formação de militantes

Espaço de formação considerado fundamental pelo MAB, as turmas de **militantes estaduais e regionais** têm um programa de formação organizado em dois anos, dividido em quatro etapas, com a duração de cinco a dez dias cada etapa. No final de cada etapa os militantes tem um plano de trabalho com tarefas e estudos para serem realizadas nos seus locais de atuação militante.

Em cada etapa os conteúdos trabalhados são distribuídos entre teoria clássica articulada ao objetivo e caráter do Movimento e ao plano de construção nacional, com atenção especial para a mensagem do MAB para a sociedade: modelo energético e a luta por direitos.

Em relação à estrutura organizativa, os cursos tanto em nível estadual, regional e nacional têm uma Coordenação Político Pedagógica (CPP) com a tarefa de refletir, debater, avaliar e propor questões político-pedagógicas, considerando sempre as necessidades e decisões do Movimento articuladas às condições de cada da turma. Também participam dos cursos dirigentes das regiões, com prioridade para os do grupo de formação de formadores, uma vez que a eles cabe a tarefa de acompanhar os militantes durante a execução das tarefas do plano de trabalho nas suas regiões de atuação. Ao abordar o papel dos dirigentes do Movimento nas Coordenações Políticas Pedagógicas dos cursos de militantes, I.F.D.C. do Coletivo Nacional de Formação, afirma

[...] as Coordenações Políticas Pedagógicas (CPPs) dos cursos, elas não são só a equipe que coordena o curso, porque o curso não é um curso em si, o curso é mais uma tarefa dentro da estratégia, então a coordenação é extremamente política da direção (do Movimento) e a pedagogia tem que está inserida aí.

7.4.3 Formação de quadros/dirigentes

O **Grupo de Estudo (GE)** é formado por representantes regionais do MAB, com a tarefa de formular, elaborar e direcionar as ações do Movimento. Cabe a ele também a tarefa

de fazer o acompanhamento político das regiões e do funcionamento do Grupo de Trabalho Estratégico (GTE), nacional e regional. Para tanto o processo de formação é contínuo e com estudos direcionados para o monitoramento permanente da conjuntura e para a teoria do movimento revolucionário. (MAB, 2009:6).

O **Grupo de Trabalho Estratégico (GTE)** é formado por representantes regionais, estaduais e/ou por bacia hidrográfica, tem a tarefa de dirigir o movimento em nível nacional. O processo de formação deve contribuir para o grupo i) realizar análises do Movimento nas regiões/estados; ii) implementar a estratégia e conduzir a tática do Movimento em cada região; iii) realizar monitoramento e intervenção na conjuntura local e nacional; iv) acompanhar a formação dos militantes; v) organizar e dividir as tarefas em longo, médio e curto prazo; e, vi) fazer o estudo da teoria revolucionária e da realidade local, regional, nacional e internacional. (MAB, 2009:6-7).

Os **Grupos de Trabalhos Estratégicos (GTEs)** têm a tarefa de dirigir o Movimento nas regiões e estados a partir dos debates e encaminhamentos da direção nacional. Enquanto instância de direção nos estados o grupo deve i) realizar estudos da teoria revolucionária, de temas específicos de suas regiões e dos temas conjunturais; ii) conhecer a região geograficamente e as forças políticas existentes; iii) definir prioridades de atuações nas regiões; iv) fazer debates políticos; v) realizar a divisão de tarefas; vi) garantir o caráter nacional e a unidade ideológica do Movimento; e, vii) fazer o monitoramento sistematicamente da conjuntura nacional e local.

7.5 Programa de formação

Conforme entrevista com L.M.A., do Coletivo Nacional de Formação, o conteúdo a ser estudado compreende quatro eixos que o MAB considera estruturantes na relação teoria e prática: i) Ciência: filosofia, economia, política e história; ii) Elaboração política: estratégia e tática na perspectiva de projetar passos futuros; iii) Como trabalhar com o povo: metodologia popular e trabalho de base; e iv) Mística, princípios e valores do MAB.

No que diz respeito aos temas estudados, o MAB considera os conteúdos referentes ao modelo energético, à realidade latina americana, ao marxismo, gênero e classe, clássicos da teoria revolucionária e metodologia do trabalho popular como estratégico para a formação política. Caminha nessa direção o ponto de vista de Gramsci (1995), quando afirma

que a formação deve proporcionar que todos tenham acesso à cultura socialmente construída e historicamente negada às classes subalternas (aos trabalhadores), proporcionando as condições de todos serem dirigentes, ou de estarem em condições de assumirem funções de dirigentes.

Visando a unidade ideológica e política do processo de formação o programa para os militantes e dirigentes foi elaborado na sua totalidade, envolvendo caráter, objetivos, conteúdos, metodologias e materiais a serem usados. Porém, ao ser colocado em prática são considerados os diferentes níveis de formação. No que diz respeito à formação dos militantes o programa foi organizado nos seguintes eixos e etapas:

EIXOS TEMÁTICOS	1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA
Economia e Política	História da sociedade: modos de produção	Exploração capitalista Princípios básicos de economia política Patriarcado e exploração das mulheres	As crises econômicas e políticas na sociedade	Introdução ao pensamento marxista Socialismo
História de luta e organização dos atingidos por barragens	História de lutas e organização do MAB	Plano de construção nacional do MAB Princípios, valores e mística Pauta reivindicações	Método de trabalho de base e o Plano de organicidade do MAB Gênero e classe	Os desafios do MAB para a construção do projeto energético popular
Economia política e energia	Modelo energético brasileiro Campanha contra os altos preços de energia	Análise de conjuntura Estratégia de atuação das empresas do setor energético e o tratamento aos atingidos	História da energia Matriz energética: valor, modelo, crises e planos do setor elétrico	Construção do Projeto Energético Popular (PEP)
Temas práticos – oficinas	Como fazer uma reunião	Comunicação e expressão	A mística Organização da luta pelos direitos dos atingidos por barragens	Agitação e propaganda
Tarefas Tempo Comunidade (TC)	Conhecer o MAB (diagnóstico) Fazer ações de agitação e	Discutir, estudar e tornar conhecida a pauta do MAB Continuar o	Fazer trabalho de base, organizar os grupos de base	Organizar novas turmas de militantes nas regiões

	propaganda: energia	diagnóstico para conhecer as forças existentes na região		
A cada etapa fazer um estudo sobre a questão da energia, história da região e da organização do MAB.				

Quadro 8: Programa de Formação Política do MAB
Fonte: MAB

Assim, o atual processo de formação do MAB traz consigo quatro características importantes: i) formação de quadros, a partir da formação de base (massiva); ii) processo permanente e contínuo de formação, em diferentes espaços, com estudos teóricos e ações práticas; iii) formação dentro dos princípios e valores do Movimento; e, iv) formação para fortalecer a unidade nacional e implementar a estratégia política e organizativa do MAB.

Em documento para debate, avaliação e planejamento, o MAB (2011)¹¹⁰ apresenta os dados referente as turmas de militantes nos estados/regiões, conforme quadro a seguir

ESTADOS REGIÕES	ETAPA 1 PARTICIPANTES	ETAPA 2 PARTICIPANTES	ETAPA 3 PARTICIPANTES	ETAPA 4 PARTICIPANTES
NE	65	50	37	38
MG	64	50	45	36
PA/TO	70	56	40	Não ocorreu
RO	65	60	55	55
RS-SC	55	49	34	Não ocorreu
GO	36	25	–	–
PR	50	–	–	–
TOTAL	405	290	211	129

Quadro 9: Dados das turmas de militantes (2008-2010)
Fonte: MAB Adaptado por Ana Rita de Lima Ferreira

1. Estados que realizaram as quatro etapas previstas: MG, RO E NE

¹¹⁰ Documento elaborado em maio de 2011 sobre o plano de formação para os próximos quatro anos (2011-2014).

2. Estados que realizaram somente três etapas: RS/SC, PA/TO
3. Estados que não deram continuidade ao processo de formação: PR e GO
4. Estados que não organizaram as turmas de militantes: MT e SP

A proposta inicial era organizar 10 turmas de militantes em diferentes estados/regiões para atingir a meta de 700 militantes. Porém foram organizadas sete turmas que envolveram inicialmente 405 estudantes e chegaram ao final do curso 129 estudantes. Cabe ressaltar que, por não ser objeto de estudo dessa dissertação a avaliação do processo de formação desenvolvido pelo MAB, os dados acima apresentados não serão analisados.

7.6 ESCOLA (CURSO) DE MILITANTES DO MAB/RO

Inicialmente trago presente uma questão que aconteceu diversas vezes no decorrer da pesquisa de campo em Rondônia. Independente do local e com quem eu falava, toda vez que fiz referência sobre a pesquisa com educandos que participaram do curso de militantes do MAB eu tinha a minha fala corrigida e de imediato era informada de que haviam participado de uma escola, da “Escola do MAB” e não de um curso. Não identificavam o curso de militantes como um curso, e sim como uma escola. Havia inclusive mudanças na expressão facial, quando ouviam falar “curso” a expressão era interrogativa e séria, questionando por vezes; e quando falavam em “escola” a expressão era de alegria acompanhada por largo sorriso.

Com isso percebi um significado muito especial nessa forma de compreender o curso, em outras palavras, para eles o curso de militantes foi mais que um curso, foi uma Escola, conforme nos disse a educanda CCS, “[...] a escola de militante é uma coisa que você aprende o que em escola nenhuma te ensina, só na escola de militantes do MAB” e que a educanda R.C complementou explicando que “[...] na escola a gente vai pra aprender sobre estudo e a escola do MAB é totalmente diferente, porque [nela] a gente estuda e conhece pessoas, faz manifestação, correndo atrás de luta, dos direitos”.

É possível perceber nesses depoimentos um conceito de escola que dialoga com a concepção de educação enquanto formação humana, que se refere às experiências e situações

do/no cotidiano dos sujeitos, gerada no próprio movimento da sociedade, na família, na escola, na Igreja, na comunidade, no trabalho e nos grupos sociais, sobretudo na organização dos movimentos sociais populares, compreendidos como “sujeitos pedagógicos”, terreno fértil de “formação humana” (Arroyo, 2003; Caldart, 2004).

Antes de abordar o curso de militantes desenvolvido pelo MAB/RO dentro da proposta de formação da Escola Nacional de Formação Política do MAB, cabe trazer presente alguns aspectos da formação política até então realizada no Estado.

Conforme entrevista com O.F.S.M. da coordenação estadual, quando Rondônia passou a fazer parte do MAB nacional a formação política se resumia na participação de um grupo de dez militantes no processo de formação nacional, que por sua vez reunia uma turma de 120 militantes num curso que acontecia geralmente em Brasília. Em nível regional acontecia um processo de formação política semelhante, cada região organizava um curso de 120 militantes para um “cursão” de três dias, sendo dois dias de estudos e um de planejamento das atividades do MAB no Estado.

A partir de 2006 a avaliação foi de que o MAB crescia enquanto Movimento e os cursos não davam mais conta da formação política. Disto resultou que o Movimento passou a considerar a formação política como estratégica para a sobrevivência do próprio MAB. Conforme entrevista com I.F.D.C. do Coletivo Nacional de Formação,

A partir de 2006 existe um deslocamento de quadros pras regiões pra fazer o processo de formação [...] nós precisava formar militantes para a estratégia do MAB, nós não tínhamos, nós falava assim: a camisa do MAB tá pequena, o corpo tá ficando grande e a camisa tá pequena, então nós precisamos ter um processo de formação intencionalizado nacional, ter uma equipe que tenha turmas, [...] Então nós começamos a pensar um plano nacional a partir das regiões pra poder dar conta da estratégia que nós vinha pensando. [...]então era preciso criar **processos de luta, de organização e de formação** né, o tripé, pra conseguir minimamente implementar a estratégia do MAB. (grifos nosso)

É inegável que havia um processo de formação em curso na região, porém não tinha uma clareza na intencionalidade. Conforme o dirigente O.F.S.M. o MAB/RO estava formando um grupo de jovens militantes comprometidos com as tarefas do Movimento, porém em julho de 2008, conforme mencionamos no Capítulo 4 (4.3.3), aconteceu um acidente com o ônibus que transportava militantes para uma atividade e o grupo acabou: uns saíram do Movimento devido ao acidente, outros não voltaram por traumas e ainda havia a perda dos militantes para superar.

Após a realização dos leilões das UHEs de Santo Antônio (2007) e Jirau (2008) o MAB/RO passou por uma reorganização visando construir um processo de formação política a serviço da implementação da estratégia do Movimento; superar a concepção de Movimento voltado somente para conquistas materiais (imediatas); promover debates sobre o tipo de sociedade que se deseja; e, tornar-se protagonista das lutas sociais, contra a expansão do capital, em especial na Amazônia. (MAB, 2008).

Mesmo que tenha realizado atividades no estado após o acidente com ônibus de militantes, o MAB/RO tem na organização da escola de militantes (curso de militantes) o marco da superação das perdas e da sua própria reconstrução no Estado. Segundo O.M. do Coletivo Estadual de Formação o processo de organizar a escola (curso) provocou uma animação e agitação nas comunidades, tanto que na primeira etapa “veio de adolescentes a jovem de 40 anos. Então juntou muita gente. Foi uma primeira etapa de conhecimento das lideranças, dos novos militantes, mas foi uma etapa assim **de juntar o MAB de novo né**”. (grifos nosso considerando a ênfase e emoção da fala)

Cabe destacar que esse processo de formação tinha como público alvo a juventude. Segundo L.M.A. do Coletivo Nacional de Formação do MAB, a juventude podia entrar no Movimento, passar por um processo de formação política e permanecer no Movimento, ou então podia ser uma juventude experimentada, que já fazia parte do MAB, mas precisava de uma formação política e ideológica.

O processo adotado para organizar a turma foi chamado de “arrastão da juventude” pelo MAB/RO, que compreendia a busca por jovens nas diferentes regiões de atuação do Movimento: Araras, Jaci-Paraná (região da UHE de Jirau), Joana D’Arc (região da UHE de Santo Antônio), Baixo Madeira, Jamari e Samuel. Assim, turma que se formou reuniu gente de todas as idades, de origens e de regiões diferentes. O curso de militantes teve início em dezembro de 2008 e sua conclusão foi em fevereiro do ano de 2010.

O programa previsto em nível nacional para o curso era de sete dias de formação, porém nem sempre a conjuntura da região permitiu a realização dos sete dias de curso, sendo feitos ajustes nos temas e atividades planejadas. De modo geral a metodologia do curso compreendia: no primeiro dia era estudo da organicidade, organização dos grupos de base; no segundo havia reunião da coordenação geral do curso e criação da CPP; o terceiro e o quarto dias eram de estudos e reuniões dos grupos de base; no quinto dia tinha reunião da CPP para

avaliar o processo e trazer um pouco o debate dos grupos; e no sexto e sétimo dias o encerramento e planejamento das atividades do tempo comunidade (lutas).

Em relação ao programa do curso, os estados/regiões tinham autonomia para adaptar a proposta nacional de formação à sua realidade, desde que fossem preservados os temas relativos ao debate político da energia, a estratégia nacional do Movimento, o plano orgânico e a concepção ideológica do Movimento. Em Rondônia o planejamento das atividades do curso foi articulado de modo a atender o trabalho de base visando à construção da luta dos atingidos pelas UHEs de Santo Antônio, Jirau e de Samuel. Um desafio que a coordenação do curso enfrentou e teve que considerar no planejamento diz respeito aos participantes em relação à sua localização de origem, se a jusante ou a montante da barragem, uma vez que quem está a jusante da barragem tem uma dimensão diferente do conceito de atingido por barragem, muitas vezes não se reconhecendo enquanto atingido por não terem seus territórios inundados.

Nessa direção, foram trabalhados temas específicos da região, tais como: Estudo da Amazônia; A formação de Rondônia; O que é a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); Hidrelétricas no Rio Madeira e na Amazônia; Pauta reivindicatória dos atingidos. No caso das atividades referentes ao tempo comunidade, a ênfase estava no trabalho de base que consistia em organizar os grupos de base nas comunidades e preparar as lutas. No último dia do curso acontecia o planejamento de uma luta, cada região era dividida e definido quem iria fazer o trabalho de base e quem iria acompanhar esse trabalho.

O MAB tem clareza sobre a necessidade de apoio e da colaboração de assessores para a realização dos cursos que se propõe realizar. Porém, conforme entrevista de L.M.A. do Coletivo Nacional de Formação, como o processo de formação do MAB está relacionado com a organização, às lutas e o plano estratégico do Movimento, a assessoria também tem que estar relacionada com esse processo. Então há um cuidado na escolha de assessorias, não é qualquer um e sim quem está comprometido com a concepção de formação do Movimento e com a causa dos atingidos.

Nesse sentido o MAB tem buscado assessores que possam contribuir tanto em caráter sistemático quanto assistemático, que respondem a demandas de temas específicos, algumas oficinas (comunicação, agitação e propaganda). No caráter mais sistemático o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS) é o principal sujeito no processo

de formação, não somente como assessor, mas como quem está junto na elaboração da estratégia. A respeito dessa relação entre assessoria e o MAB, o assessor Ranulfo Peloso do CEPIS afirma que

[...] então estabelecemos que nós somos assessoria junto a, e, portanto temos uma cumplicidade no objetivo maior, utópico, estratégico, ético. Agora nas divisões das tarefas, [...] quando vai ter votações nas decisões, eu posso até dar opinião, mas nós nos recusamos a participar, pois nós defendemos que o assessor tem que garantir um espaço crítico, até pra ajudar o Movimento.

Quanto a esse ponto, conforme entrevista com I.F.D.C. do Coletivo Nacional de Formação, “na medida em que o MAB discute uma estratégia e que a formação deve estar a serviço dessa estratégia, quem vai contribuir no processo de formação tem que ter clareza disso”. Ainda conforme a dirigente, o Movimento valoriza todos que contribuem na formação e conta com muitas ajudas, porém nesse processo de formação interna, basicamente, quem trabalha os conteúdos é o pessoal do Movimento, é a equipe de formação dos formadores que prepara os conteúdos, é o pessoal da direção. Então os temas relacionados à questão da energia é o pessoal do Movimento que trabalha, e CEPIS contribui mais na questão do método do trabalho de base, educação popular.

Aqui podemos identificar a presença do intelectual orgânico que, segundo Gramsci (1995), faz parte de uma classe, de um determinado grupo social e assume a tarefa de representar sua classe e de conscientizá-la visando à construção de outra cultura, a socialista.

Em relação à concepção de coordenação, para o Coletivo Estadual de Formação do MAB/RO ela está diretamente relacionada à ideia de compartilhar, de cooperação, de divisão e distribuição de tarefas, ou seja, é um modo de se organizar para fazer acontecer o que está previsto. Outro aspecto diz respeito à compreensão de que coordenação e direção andam juntas, pois todo coordenador é um dirigente.

[..] sozinho não se coordena, você não consegue coordenar o Movimento, o MAB sozinho, tem que compartilhar, por isso que no MAB nós temos a organicidade. Então na escola de formação nós tinha a coordenação geral do curso, que é composta pelos coordenadores dos grupos de base, como são chamados os grupos pra se ter um olhar geral da turma né. (O.F.SM. do Coletivo Estadual de Formação do MAB/RO)

Assim, podemos dizer que a organicidade do curso de militantes contribui na formação dos educandos na perspectiva de proporcionar para todos a condição de se tornar dirigente. A seguir apresentamos o quadro síntese das quatro etapas do curso e descrevemos algumas atividades que foram realizadas em cada etapa.

	1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA
Data	01 a 07 dez 2008	24.02 a 01.03.2009	22 a 27.09.2009	20.02 a 26.02.2010
Participantes	65	60	55	55 ¹¹¹
Média idade	18	18	18	18
Homens	37	35	35	35
Mulheres	28	25	25	25

Quadro 10: Síntese das etapas do curso de militantes em Rondônia
Fonte: MAB/RO com adaptações de Ana Rita de Lima Ferreira

O objetivo da primeira etapa foi dar continuidade ao processo de organização do MAB, conhecer o Movimento e como funciona o trabalho de base. Nessa etapa a atividade do tempo comunidade foi realizar o trabalho de base com foco na construção da primeira assembléia dos atingidos por barragens de Rondônia. Assim, o curso iniciou com uma tarefa já definida: começar o processo de formação e organizar a assembléia. Em virtude da conjuntura de lutas na região o trabalho de base se deu num breve espaço de tempo, entre dezembro/2008 e janeiro/2009, uma vez que a assembléia aconteceu nos dias 22 e 23 de janeiro de 2009, e reuniu aproximadamente 700 pessoas em Porto Velho/RO.

Em relação à assembléia cabe destacar que o ponto alto foi a aprovação pauta do MAB de Rondônia, que ficou conhecida como “A pauta dos 30 pontos” (Anexo D), cujo processo de construção se deu no decorrer dos anos de 2007/2008 junto às comunidades ribeirinhas atingidas pelas hidrelétricas do rio Madeira. Conforme registros em documentos da secretaria do MAB/RO foram idas e vindas às comunidades, reuniões e assembléias para debater a realidade, a situação de cada um, fazer o levantamento de demandas, sistematizar, devolver o sistematizado para as comunidades, discutir novamente até chegar aos trinta pontos.

¹¹¹ Do total dos participantes, 45 educandos estiveram presentes em todas as etapas, nas demais houve desistências, substituições e ingresso de novos educandos (MAB/RO).

Ao final do processo de construção, a pauta ficou dividida em três eixos: i) a pauta política do MAB, referente ao modelo energético, para quem ele está a serviço e para quem o MAB discute que ele deveria estar a serviço; ii) a pauta para toda a sociedade de Rondônia; e iii) a pauta específica para os atingidos por barragens, dividida em dois eixos: um referente aos atingidos que iriam para reassentamentos e outro para os atingidos que ficariam nas comunidades, com pontos relacionados ao desenvolvimento das comunidades.

De acordo com entrevista com o professor e sociólogo Novoa, a construção da pauta foi um processo importante para o MAB/RO por revelar um modo de o Movimento pensar a sua base social para além de uma base que pede somente mitigação, mas sim capaz de entender e, por resistência, de criar coletivamente a sua própria pauta política e não ficar a mercê das propostas da empresa construtora dos empreendimentos. Segundo o ele

[...] a pauta dos 30 pontos foi uma das coisas mais importantes que acompanhei. Eu vi ponto a ponto coletivamente sendo discutido, cada ponto era levantado, havia uma situação, a gente fez muito bem essa pauta, foi um momento rico. [...] a gente ia sistematizando as demandas levantadas nas comunidades, antes de voltar para as comunidades, e ali mesmo na sistematização já vi que era um recolhido coletivo.

A assembléia foi também um momento de estudar de novo a pauta, acrescentar novas contribuições, debater, aprovar e apresentá-la para a sociedade, para as empresas e para o governo visando reafirmar a luta dos atingidos por barragens de Rondônia. Destacamos que ainda hoje essa pauta é a base das discussões do MAB/RO, é a pauta central que a partir dela se desdobram questões específicas de cada região.

Esse processo de construção da “pauta dos 30 pontos” nos leva a retomar aqui Gramsci (2011) no que diz respeito a como se formam as vontades coletivas e como elas se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos. Segundo o autor são processos de desenvolvimento de longos debates, estudos e conversações que representam uma vontade coletiva com certo grau de homogeneidade suficiente para desencadear uma ação coordenada no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica (GRAMSCI, 2011:287-288).

A segunda etapa do curso de militantes aconteceu em fevereiro de 2009 em virtude da necessidade de organizar as lutas para o mês de março. O foco maior dos estudos esteve direcionado para o modelo energético e as ações das empresas, na linguagem do MAB as táticas e estratégias das empresas. Para atender a necessidade de compreensão e qualificar a

ação dos educandos o tema metodologia do trabalho de base foi antecipado da terceira etapa para essa e assim foi possível articular os estudos das ações e táticas das empresas com o trabalho de base que os militantes deveriam realizar.

Nessa etapa a atividade do tempo comunidade em fevereiro e março consistiu em fazer o trabalho de base nas comunidades visando organizar o povo para mobilização e lutas que teriam em março. Para os meses de abril e maio foi encaminhada a realização das assembleias regionais e de reuniões dos núcleos de militantes. Cabe destacar que nas entrevistas realizadas com os educandos pesquisados todos trouxeram presente o quanto foi importante, no decorrer da etapa, a realização da oficina de como a fazer uma reunião e de como participar de uma reunião.

Em relação a como organizar uma reunião o educando W.A.R. nos disse sobre seu exercício de ser dirigente.

[...] Chegando lá [Joana D'Arc] convidava as famílias de casa em casa, e convocava pra uma reunião mais ampla pra todo mundo ter as mesmas informações. E na escola de formação nós aprendemos como organizar uma reunião. Aprendemos como é que nós organiza uma reunião. Aí fomo lá se ajuntemo, vamos sentar agora pra vê como é que a gente se organiza uma reunião. O que precisa ter numa reunião? aí fomo lembrando: precisa ter uma bandeira, precisa ter uma pauta, quais são a pauta? a pauta é a mobilização lá em Porto Velho, quais são os maiores problemas daqui e fomo colocando isso no papel, o que nós já tinha aprendido na escola de formação do MAB. Isso foi muito interessante assim, porque a gente foi percebendo assim a importância da teoria com a prática.” (W.A.R. educando de Joana D'Arc.)

E sobre como participar e intervir numa reunião o educando M.S.L deu o seguinte testemunho

[...] a gente aprendeu dentro das escolas¹¹², estudando, aprendeu a ser parte, porque antes a gente servia só como platéia. Se o camarada falasse lá na frente, só ele tinha oportunidade de falar, ele vinha pra tratar a respeito de uma questão de energética, ele explicava lá e a gente só aplaudia né. E hoje através das escolas, a gente já entende de uma forma diferente, a gente faz parte, a gente tem direito de perguntar, a gente tem direito de falar né, de falar aquilo que você sente, aquilo que você acha que é certo, então, a maioria da população hoje que faz parte do Movimento já entende isso aí, quando eles vão pra uma reunião, pode ser reunião de quem for, mas eles querem fazer parte, ser parte né. Eles não querem só ouvir não. Muitas vezes o camarada tá lá na frente falando, falando, aí alguém levanta a mão lá ó, o dedo. Foi isso aí que nós aprendemos no Movimento: se identificar levantando o dedo, “eu quero falar também!” Então alguém se levanta e diz: eu quero falar também porque eu sou um atingido nessa situação. Aí então, hoje eles entendem de uma forma diferente, que a

¹¹² “Escolas” aqui significa cada etapa do curso de militante que o entrevistado participou. Ele chama de “escola” não só o curso que fez como também cada etapa do curso.

gente faz parte desse Movimento né. Não é só pra aplaudir, quem tá falando lá na frente né?!(M.S.L educando de São Carlos).

Esses depoimentos expressam a forma como a Escola de Formação Política do MAB vem contribuindo, mesmo que lentamente, para a formação de intelectuais orgânicos cuja missão é de “levar às massas a filosofia da práxis, não de fora para dentro, mas articulando-a com a reflexão que é possível, [...] a partir da prática cotidiana das massas e de sua experiência na luta política” (MOCHCOVITCH, 2004:17-18).

Nessa direção, Paludo (2008:7) resgata o sentido que Paulo Freire atribuiu à educação popular

Ele define esta concepção educativa como ‘Educação libertadora’, ou melhor, como ‘Educação como prática da liberdade’, uma vez que ela, embora esteja sustentada em grandes lineamentos, se faz e refaz continuamente, na experiência dos indivíduos e coletivos que a fazem. Não qualquer indivíduo e nem qualquer coletivo, mas os oprimidos e os que com eles se comprometem na perspectiva da transformação social. Não qualquer transformação, mas a transformação radical da sociedade (grifos do autor).

Nesse sentido, a educação popular tem sua razão de existir na necessidade que o povo tem de elaborar o seu próprio saber articulado a um projeto social transformador. E, desse modo, ao incorporar o saber como ferramenta de libertação e de superação das diferentes formas de exclusão e discriminação existentes na sociedade, a educação popular se constituiu enquanto prática social cuja especificidade é lidar com o conhecimento, com o saber. De forma muito concreta, Barreiro (2000:38) nos diz

Uma educação popular que não *serve* como instrumento para que o povo se organize e se mobilize para estabelecer um novo sistema de relações sociais *serve* apenas para que os sistemas opressores permaneçam em nossas sociedades. (grifos do autor).

Em continuidade as atividades do tempo comunidade, após as reuniões nas comunidades os atingidos se organizaram para a luta de março e foram para Porto Velho onde realizaram uma marcha até a empresa construtora da barragem que se negou a recebê-los e enviou a polícia para reprimir a manifestação, a marcha então seguiu até o INCRA onde foram recebidos para audiência, porém no final houve momentos de tensão com a prisão dos

bolivianos que participavam do ato sob a legação de que estrangeiros não poderiam participar de mobilização no Brasil.

Em agosto de 2009, antes da realização da terceira etapa, a postura da empresa em continuar se negando a receber o MAB levou a realização de outra mobilização, um acampamento em frente ao cemitério, que fica 2 km longe da barragem. Foi uma luta que contou com a participação dos educandos do curso de militantes na organização e coordenação coletiva. Foram três dias de acampamento na tentativa de abrir diálogo com a empresa e, no entanto o que receberam foi um interdito proibitório que provocou o fim do acampamento.

Já mencionamos anteriormente que a categoria hegemonia em Gramsci (2011) está ancorada no consenso e na coerção das classes sociais subalternas. Sendo que a coerção vem de instituições como o exército, a polícia, a administração pública, entre outras. Nessa direção, Paludo (2005) destaca que a repressão e a violência são acionadas quando os excluídos, os explorados, dominados, sem teto, sem terra, os “esfarrapados do mundo”¹¹³ se organizam em movimentos e se colocam em luta contra o projeto de sociedade que separa, explora e exclui, passando então a serem temidos e reprimidos, pois representam rebeldia e resistência contra o atual projeto hegemônico.

Nas duas últimas etapas os estudos foram mais direcionados para a estratégia do Movimento visando a organizar os atingidos por barragens para lutar pelos seus direitos e por uma sociedade igualitária. Devido a dificuldades financeiras a terceira etapa só aconteceu setembro de 2009. Entre os temas estudados, conforme as entrevistas realizadas com os educandos, o destaque foi o capitalismo e o socialismo, o modelo energético, assim como a organização do MAB.

Conforme cronograma do relatório da terceira etapa do curso, a atividade encaminhada para o tempo comunidade foi dar continuidade à organização dos grupos de base, realizar as reuniões dos núcleos de militantes e as assembléias nas comunidades para divulgar informações das negociações, reafirmar o MAB como mediador dos atingidos e organizar novas lutas.

A entrevista abaixo da educanda C.S.S. nos mostra que ao realizar a atividade do tempo comunidade ela aprendia a ser dirigente dirigindo.

¹¹³ Expressão usada por Paulo Freire.

A gente sempre tinha a etapa e tinha atividade nas comunidades. Terminou a etapa e vai ter uma assembléia em Itapuã e os militantes vão ficar responsáveis pra organizar. Desde a estrutura, alimentação e tudo né, eu mesmo no começo foi um desafio pra mim. Eu e meu sobrinho Robson [...] foi um desafio lá pra nós. E tipo assim, vocês vão organizar a assembléia e vocês se viram né, sem nenhum centavo e tinha que organizar local, alimentação, carro de som, panfleto e tudo. [...] E a gente teve que correr atrás de tudo e foi um desafio que a gente pensou não só na gente, mas em todos, né. Fizemos reunião e convidamos todo mundo, conseguimos local, conseguimos carro de som, conseguimos tudo. No dia era pra umas 500 pessoas e deu mais de mil pessoas, né. Teve alimentação pra todo mundo, teve local pra todo mundo sentar né, e a partir disso eu acho que foi um desafio lançado assim em mim, e eu falei: a partir de hoje eu acho que a gente é capaz de fazer mesmo né, seja uma assembléia, uma mobilização, nós somos capazes de fazer as coisas né. Não pensar só na gente, mas no todo né. (C.S.S. educanda de Itapuã do Oeste, atingida pela barragem de Samuel)

E por fim, a quarta e última etapa foi em fevereiro de 2010 quando aconteceu a formatura¹¹⁴ da turma de militantes do estado de Rondônia. Um dos temas estudados foi a questão de classe e gênero e a construção de um projeto energético popular para o Brasil. A atividade do tempo comunidade foi organizar e mobilizar os atingidos para as lutas do mês de março e ajudar na organização e coordenação de um acampamento no município de Mutum Paraná, que ficaria alagado com a construção da Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira.

O acampamento reuniu aproximadamente 300 atingidos pelas barragens de Samuel, Santo Antônio e Jirau e teve como objetivo abrir diálogo para discutir com o consórcio responsável pela UHE de Jirau o direito a reassentamento dos atingidos e um plano de desenvolvimento local.

7.6.1 Temas estudados e atividades realizadas no curso de militantes

A partir dos dados levantados e das entrevistas realizadas com os educandos do curso, apresentamos no quadro abaixo os temas e atividades que foram mais lembrados e considerados significativos na aprendizagem deles.

¹¹⁴ Em abril de 2010 aconteceu em Brasília o Encontro Nacional da Juventude do MAB com a formatura de todos os militantes que participaram dos cursos nos estados e regiões.

Temas estudados	Atividades realizadas
Capitalismo e socialismo e Como fazer reuniões	Trabalho de base (grupos)
Questão energética	Organizar lutas (acampamentos, marchas, ocupações)
Classe e gênero	Realizar reuniões e assembléias
Princípios e valores do MAB	Agitação e propaganda
Organização do MAB	Debates nas escolas e em outros espaços
Metodologia do trabalho de base	Organizar as turmas para escolas locais de formação

Quadro 11: Temas e atividades mais lembrados pelos educandos do curso de militantes de Rondônia
Organizado por Ana Rita de Lima Ferreira
Fonte: entrevistas com educandos do curso

Em relação às atividades desenvolvidas no tempo comunidade, o educando M.R.C. relata a realização de agitação e propaganda sobre a campanha do preço da luz que aconteceu na comunidade de São Carlos.

Em São Carlos a gente fez agitação e propaganda, a gente pregou adesivos nas caixas de luz todinhas aqui, nas casas das famílias e chegamos abrir debate até na própria escola: energia pra quê e pra quem? [...] trouxemos o cartaz¹¹⁵ do “preço da luz é um roubo” e em plena aula a gente abriu esse debate. Isso foi muito bom, isso repercutiu muito na comunidade. (M.R.C. educando de São Carlos).

No relato do educando podemos identificar um ponto importante que Gramsci mencionou em relação ao desenvolvimento intelectual-moral dos alunos e com os fins que a escola unitária deveria alcançar. Para o teórico a escola unitária de formação humanista “deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (GRAMSCI, 1995:121)

No que diz respeito aos temas estudados e as aprendizagens que o curso proporcionou na vida de cada educando destacamos o relato da educanda G.L. no qual é possível perceber a concepção de escola de Gramsci (1995) no sentido de realizar uma

¹¹⁵ O cartaz da campanha “o preço da luz é um roubo” saiu de uma mística realizada no curso de militantes. O grupo que apresentou a mística transformou numa placa pegou um talão de conta de luz e apresentou na mística com a frase “o preço da luz é um roubo”.

formação que exponha as contradições presentes na sociedade, visando à construção uma consciência autônoma, capaz de fazer a crítica à sociedade capitalista. Ou seja, uma formação onde as classes subalternas se apropriem dos códigos dominantes e a partir daí possam construir uma visão de mundo que supere o que ele chamou de senso comum.

Aprendi sobre o capitalismo e o socialismo. Porque antes pra mim o capitalismo era tudo e lá dentro a gente aprendeu muito sobre o socialismo, assim, muita gente nem sabia muito, que nas escolas a gente não estuda o que é socialismo, só sobre o capitalismo né. Que o capitalismo sempre quer o lucro, o dinheiro, tirar tudo da gente. E lá a gente aprendeu sobre o socialismo, que é o trabalho em sociedade, porque as hidrelétricas só dão lucro para o capitalismo. Que o capitalismo é o lucro. Só tem vantagem pra eles, pra nós não tem nenhuma vantagem. E pra nós só traz desvantagens e desgraças. (G.L educanda de São Carlos)

Outro aspecto que buscamos apreender nas entrevistas diz respeito ao significado e as mudanças que ocorreram na vida dos educandos a partir da participação deles no curso. Sobre esse aspecto destacamos dois relatos que revelam a dimensão do curso enquanto formação humana tendo presente os princípios e valores estudados. No primeiro, o educando traz presente aprendizados que provocaram mudanças no seu modo de agir e de pensar, levando-o a abandonar práticas que não estavam de acordo com os princípios e valores vivenciados durante o curso, como no caso da organicidade do curso que foi com ele para casa e da relação de gênero, no qual o papel da mulher e do homem foi tendo outro significado a partir do processo de formação.

[...] o que influenciou na minha vida pessoal foi o reflexo que eu tive em casa. Cheguei em casa e a primeira coisa que eu fiz foi lavar meu prato, porque na escola de militantes a gente tinha a disciplina e nós temos a tarefa também de ajudar, de contribuir pra que o trabalho seja uma coisa cooperada. Então isso influenciou muito, eu mudei bastante, eu percebi que tinha várias coisas que a gente tinha que lutar pra ir rompendo [...] e a escola de formação do MAB proporcionou muito isso, porque tudo que a gente ia fazer a gente ia fazer em grupos, tudo tinha disciplina, e isso te dava uma vivência coletiva. Aí eu via que nós, todo mundo comia em casa e uma pessoa só lava o prato, e aí adivinha quem era essa pessoa? Era a minha mãe ou minha irmã, e era mulher essas duas pessoas que lavava os pratos dos homens que comiam, meu e de meu pai e de meu irmão. Então foi clareando conforme o processo de formação do MAB foi contribuindo. Aí eu falei: eu tenho o dever de contribuir nesse processo de casa. Então foi um impacto pra minha família. Então começou a mudar muita coisa. (W.A.R. educando de Joana D'Arc)

Nesse outro relato o educando manifesta a sua compreensão sobre ser militante do MAB, de como se identifica com os valores e da pertença que sente em relação ao

Movimento, assim como do significado da luta na conquista de direitos e de uma vida digna e justa.

[...] eu trago muito assim presente comigo mesmo a dignidade com o Movimento. É uma coisa que eu tenho comigo e que qualquer que seja militante, ele tem que saber que quando ele escolhe ser um militante ele conhece o seu caráter que você tem, e tem que conhecer o caráter do MAB. E então por esse motivo a gente também tem que ser digno do que faz ou do que quer né, pra tá numa organização como essa e uma formação dessas que você faz não é à toa, você quer conseguir um objetivo e pra isso você tem que lutar por esse objetivo. E o valor que a gente tem sentimental, é por ele ter essa vida digna, saber que o MAB é capaz de dá essa vida que você sempre pensou em ter e que deseja e que discute e luta muito sobre isso daí. Jamais a gente deve esquecer que através da organização, através do Movimento e da sua capacidade de você fazer isso, não se deixar levar por qualquer besteira, por qualquer coisa e se vende em troca de dinheiro ou de trabalho, ou coisa assim. Então eu tenho isso muito comigo, que eu entrei no Movimento, conheci o Movimento, sei qual é a finalidade dele e aonde ele quer chegar, então enquanto eu tiver vida e saúde eu vou tá dentro do Movimento defendendo os objetivos do MAB. Então pra mim o MAB é tudo e eu levanto a bandeira mesmo e defendo com unhas e dentes pra que a gente consiga tá no Movimento com toda essa sinceridade e essa dignidade. (M.S.L educando de São Carlos).

No que diz respeito ao processo de avaliação e os resultados do curso de militantes, conforme relatórios do MAB/RO e as respostas no grupo focal, dois aspectos devem ser considerados: i) um em relação ao caráter interno do Movimento, tanto em nível nacional quanto estadual; e ii) e outro em caráter externo ao Movimento, na relação dos militantes do curso e do MAB/RO com as comunidades.

Com base em documento da Escola Nacional de Formação do MAB (2011), em relação ao caráter interno a avaliação é de que o objetivo foi alcançado, pois muitos jovens que fizeram o curso se inseriram no Movimento e ajudam na implementação da estratégia no estado e na região. Outro aspecto destacado diz respeito à articulação dos cursos de formação com os processos de lutas. Essa articulação deu uma dinâmica positiva ao curso e animou a juventude, que se sentiu desafiada com os trabalhos de base dos tempos comunidades (TC), ou seja, eram tarefas que envolviam todos os educandos na sua construção e operação. O documento também aponta para o fato de que o processo de formação dos militantes “se tornou um retrato da organização do movimento na região, onde teve minimamente uma organização consolidada e uma direção com clareza, o processo ocorreu melhor” (MAB, 2011:2).

Conforme síntese avaliativa feita pelo coletivo de formação de Rondônia, a turma do curso de militantes sempre esteve ‘em movimento’, pois entre uma etapa e outra havia

mobilizações e lutas. Porém, o maior desafio foi o acompanhamento dos educandos na realização das tarefas definidas para o tempo comunidade. Tendo presente que a tarefa principal era fazer o trabalho de base e organizar o povo para as mobilizações, nem sempre foi possível fazer o acompanhamento e orientar os educandos nas suas tarefas. Nesse sentido E.P.D. do Coletivo Estadual de Rondônia, destaca que “militante é um formando o outro, não adianta você botar o militante dentro da sala e mandar ele lá pra comunidade que com o primeiro problema que ele se deparar e que ele não estudou na sala de aula fica aquela coisa técnica”.

Ao olhar para o quadro de militantes do MAB/RO o coletivo de formação observa que atualmente existe um grupo com sete militantes que faz parte da coordenação do MAB que foi formado no curso em questão. E há outros militantes que não estão atuando na coordenação, mas estão nas comunidades, fazendo parte de uma base do Movimento, porém esses militantes dependem de demandas, orientações e acompanhamento da direção para atuar.

Um modo que a coordenação do MAB/RO encontrou de envolver os militantes das comunidades está na regionalização dos cursos em 2012. Os cursos serão realizados em três regiões de atuação do MAB em Rondônia. Devido o aumento da demanda a região chamada Baixo Madeira tem a necessidade de fazer um grupo de lideranças de militantes; outra demanda que requer formação está nos reassentamentos¹¹⁶ para onde foram os atingidos foram removidos; e por fim teria um curso para atender os atingidos pela barragem de Samuel e do P.A. Joana D’Arc.

Em relação ao caráter externo, a avaliação é de que houve um avanço com qualidade na relação dos educandos do curso de militantes com as comunidades, o que levou a uma legitimação do MAB/RO nas comunidades das quais os educandos fazem parte. W.R.A do Coletivo Estadual de Formação aponta para a importância de existir aproximadamente 60 jovens espalhados nas comunidades que sabem o que o modelo energético brasileiro traz para as comunidades em que vivem, “podem não dominar todos os dados e valores, mas têm a compreensão de como se deu o processo de construção das barragens de Samuel, Jirau e de Santo Antônio e a relação delas com o capitalismo” diz o dirigente. Estão preparados para

¹¹⁶ Reassentamentos: Vila Teotônio, Santa Rita, São domingos, Riacho Azul, Novo Engenho Velho, Morrinhos e Parque dos Buritis.

debater o modelo de desenvolvimento que apresenta as barragens como sinônimo do progresso e de modernidade na região.

Outro aspecto diz respeito ao modo como a comunidade passou a ver os educandos que participaram do curso de militantes. À medida que as conquistas concretas¹¹⁷ acontecem a relação de confiança nos militantes e no MAB vai se consolidando, ao mesmo tempo em que ambos (militantes e MAB) passam a ser referência nas comunidades, principalmente no que diz respeito a fazer circular as informações sobre a construção das barragens e os direitos dos atingidos. Nessa direção o educando M.R.C. diz

[...] eu voltei pra comunidade e aí já fui sendo líder de sala (na escola local), comecei por aí, aí fui líder do grêmio estudantil, fui vice presidente da associação (ASPROJAM) na época, que foi em Jamari, e aí fui crescendo e as pessoas foram acreditando, e até porque você **vai melhorando politicamente, você vai sendo alguém na vida.** (os grifos são para destacar a ênfase que o educando deu ao falar)

Conforme o dirigente E.P.D. essa referência e confiança também é percebida como uma questão de identidade, uma vez que quando você está no MAB, junto com o MAB você deixa de ser mais um na comunidade e passa a ser o “fulano do MAB”, como uma espécie de sobrenome que te dá um respaldo, uma legitimidade para você falar perante o povo e fazer o trabalho na comunidade. O MAB passa a ser uma extensão da pessoa revelando uma relação de pertença entre a identidade pessoal e a identidade social.

7.7 Formação política do MAB no contexto da Educação do Campo

A Educação do Campo, que vem sendo construída pelos sujeitos coletivos dos movimentos sociais populares do campo surge, assim como o Movimento dos Atingidos por Barragens, no decorrer da década de 1990, num contexto social marcado por intenso conflito entre o capital e trabalho. É uma educação que se contrapõe ao modelo da atual política educativa, na qual o mercado determina e pauta o projeto pedagógico visando ao atendimento das demandas da acumulação capitalista, onde a educação deixa de ser direito e passa a ser mercadoria.

¹¹⁷ Estabelecem uma diferença entre conquistas políticas e conquistas concretas, que significa cesta básica, terra, estradas, escolas, posto de saúde, e outras melhorias nas comunidades.

Tendo presente que no campo existe uma diversidade de povos e de comunidades (indígenas, camponeses, pescueiros, extrativistas, agricultores, ribeirinhos, sem terra, quilombolas, entre outros) um dos desafios na construção da Educação do Campo é pensar uma educação que considere as diferentes realidades dos sujeitos que vivem no/do campo, que tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, com diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação.

Caldart (2010) destaca que a origem da Educação do Campo está na luta que os trabalhadores do campo, organizados em movimentos sociais fazem pelo direito à terra e à educação vinculados a um projeto de desenvolvimento do campo e do Brasil, mais especificamente no processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo a autora

A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda (CALDART, 2004:19).

No que diz respeito aos fundamentos teóricos da Educação do Campo, Caldart (2004) aponta três referenciais pedagógicos com os quais a Educação do Campo dialoga e que também estão presentes nos princípios pedagógicos que fundamentam a formação política do Movimento dos Atingidos por Barragens.

O primeiro diz respeito ao pensamento pedagógico socialista, que traz a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva e a reflexão sobre o sentido da cultura no processo histórico a partir de uma perspectiva humanista e crítica.

O segundo referencial diz respeito ao legado pedagógico decorrente das experiências da educação popular, que consideram o diálogo com as matrizes pedagógicas da opressão (dimensão educativa da condição de oprimido) e da cultura (cultura como formadora do ser humano), especialmente em Paulo Freire. Nesse sentido “A Educação do Campo talvez possa ser considerada uma das realizações práticas da pedagogia do oprimido, à medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório, e por isso mesmo, educativo” (CALDART, 2004:21).

E o terceiro vem de uma reflexão teórica mais atual, a Pedagogia do Movimento, que se produz a partir das experiências educativas dos movimentos sociais, e em especial do MST. Na Pedagogia do Movimento identifica-se o modo e a intencionalidade pedagógica por meio da qual o MST educa as pessoas que dele fazem parte, para além da escola. . E isto é bem mais amplo que uma escola. Mas descobrimos no caminho que a escola cabe e pode ter um lugar de destaque nesta pedagogia, desde que sintonizada com a intencionalidade pedagógica do próprio Movimento, e de seu projeto histórico (CALDART, 2005). Trata-se então de construir uma tradição pedagógica com referência no campo e nas lutas sociais. Ou seja, cada ocupação, marcha, acampamento e assentamento representa passos de um processo pedagógico e educativo no qual

[...] a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas *com* ele, nem muito menos *para* ele (CALDART, 2004:18, grifos da autora).

No MAB também está presente a matriz pedagógica que Caldart (2009) apresenta como Pedagogia do Movimento, no qual o princípio educativo acontece dentro da luta e da vivência da organicidade do movimento. No que diz respeito à experiência educativa do MAB podemos destacar que a Pedagogia do Movimento emerge no processo de construção do próprio Movimento. Cabe destacar aqui a especificidade da luta contra hegemônica no contexto da questão energética na qual está situado o MAB, onde a organicidade da classe trabalhadora se defronta com uma dinâmica veloz e agressiva do avanço do capital. Dessa forma, existe uma condição de urgência no processo da luta de classes que determina também a necessidade de um processo de formação mais intenso, que acompanhe e até mesmo se antecipe ao rápido avanço do capital sobre os territórios camponeses. É o que se expressa claramente no quadro histórico apresentado no Capítulo 6, onde se percebe a resposta simultânea na evolução da concepção de formação política do MAB em correlação com as mudanças no modo pelo qual o capital avança no setor energético.

Sobre a organicidade enquanto princípio educativo a educanda M.A.L em seu relato comenta sobre sua experiência no curso de militantes do MAB.

[...] quando eu entrei no Movimento pela primeira vez, que eu fui né, e vi o educador Mauro com aquele outro, o Ranulfo, na fila pra esperar o almoço, lavando banheiro, lavando prato, eu fiquei admirada, porque isso no meu lado, eu achava que quem tinha um estudo né, mais elevado que nem eles tem né, pra instruir as outras pessoas tinha que ter uma mesa separada, mas não, pelo contrário sabe, tudo na filinha, tudo trabalhando...eu disse: gente é aqui, é esse o meu lugar viu! Eu me achei, eu vou ficar aqui. Então foi isso, a primeira coisa que eu fiquei admirada nessa questão, porque não tem divisão, todo mundo é igual né, e nós tamo lutando por uma sociedade mais justa, igual. (M.A.L. educanda do P.A. Joana D'Arc)

A organicidade, a auto-organização dos educandos, os coletivos pedagógicos, a participação dos educandos na coordenação coletiva dos cursos de formação (CPP) são princípios pedagógicos que o MAB assume no seu processo de formação política que estão presentes na organicidade do próprio Movimento e também na concepção da educação do campo. Assim como, também são princípios que se aproximam da visão socialista de mundo e da escola humanista de Gramsci. Nesse sentido destacamos que as matrizes pedagógicas dos cursos de formação do MAB trazem consigo matrizes pedagógicas da Pedagogia do Movimento, como a luta social, a organização coletiva, a pedagogia da terra, a pedagogia da cultura, da história e da alternância (CALDART, 2009).

A Escola Nacional de Formação Política do MAB se inspirou na pedagogia da alternância¹¹⁸ da educação do campo para organizar os tempos e espaços educativos em dois momentos distintos, mas não excludentes: i) o Tempo Escola (TE) onde acontecem aulas teóricas e práticas; e ii) o Tempo Comunidade (TC) que é o momento no qual os educandos realizam atividades na sua realidade, na sua comunidade.

Na visão do educando W.R.A do curso de militantes do MAB/RO a formação do MAB e a Educação do Campo partilham princípios, pois o “processo de formação dentro do MAB é dialogar diretamente com a realidade do povo e a Educação do Campo tem isso também, dialogar diretamente com a realidade local”, e concluir afirmando que educação e formação andam juntas. Assim, a formação do MAB assume um caráter político e vai construindo e fortalecendo a identidade, a cultura, os valores coletivos, o trabalho, as territorialidades e a dignidade dos atingidos por barragens na perspectiva de construir um projeto socialista para o país.

Com relação ao debate político acerca da realidade do campo mediante o avanço do capital podemos afirmar que a formação política que o MAB vem construindo agrega

¹¹⁸ Esta pedagogia é trabalhada há mais de 30 anos no Brasil pelas Escolas-Famílias Agrícolas (EFAs).

forças ao paradigma da Educação do Campo ao trazer novas práticas, valores, saberes e temas para o debate, como a questão da disputa e mercantilização da água, do hidronegócio e do modelo energético brasileiro cuja matriz é hídrica, e com a construção das hidrelétricas expropriam populações gerando novos conflitos no campo.

8. CONSIDERAÇÕES (NEM TÃO) FINAIS

A partir do exposto, apresentamos aqui algumas conclusões (provisórias) depreendidas neste estudo de caso.

Na busca por identificar e caracterizar as intencionalidades político-pedagógicas do processo de formação de militantes do MAB surgiu a necessidade de entender a relação entre o Movimento e a expansão do capital, a política de construção de hidrelétricas e a trajetória do MAB, cruzando a linha histórica do setor elétrico brasileiro com a da organização e formação política do Movimento dentro da sociedade capitalista, procurando assim, demarcar a contradição da qual o MAB emerge.

Para tanto trouxemos os dados referentes ao setor elétrico brasileiro no contexto de reestruturação produtiva do capital com base no crescimento a todo custo e a todo preço, sem limites para sua expansão, o que o torna essencialmente destrutivo (Mészáros, 2011). Esse avanço do capital se configura num modelo de desenvolvimento que, no setor energético brasileiro, favoreceu grandes grupos econômicos nacionais e internacionais que ficaram com o controle da energia no país e se materializa na construção das usinas hidrelétricas para atender as demandas do capital em detrimento das demandas sociais.

E aqui cabe nos reportar a Carvalho (2008:21) que ao analisar a luta por direitos no Brasil contemporâneo destaca que nas duas últimas décadas houve uma mudança profunda no papel do Estado brasileiro. Segundo ela vivemos uma confluência contraditória de dois movimentos, tendo por um lado o que ela chama de Estado ajustador, no qual o Estado sob a égide do mercado ajusta-se à nova ordem do capital, apoiando a dominância do “pensamento único” e forjando um falso consenso visando inviabilizar qualquer alternativa de “outro caminho”. No caso o Estado opera na desregulamentação, na desnacionalização e na privatização dos bens priorizando as exigências das novas formas de valorização do capital financeiro e funcionando a serviço desse capital, como vem acontecendo no setor energético brasileiro.

Ainda segundo a autora, os processos de ajustes de subordinação do Estado ao capital têm gerado uma coletividade que não tem acesso aos direitos econômicos e sociais. Assim, ao delegar para as empresas construtoras de barragens a responsabilidade pela definição de quem é ou não atingido, assim como de quantificar a indenização que irão

receber, o Estado brasileiro assume o papel de Estado ajustador e se desresponsabiliza pelos direitos sociais dos atingidos por barragens, ao mesmo tempo em que explicita uma enorme contradição.

Por outro lado, Carvalho (2008) aponta que na sociedade brasileira também acontecem movimentos muito forte de um Estado democrático, de ampliação da luta por direitos, uma espécie de “cultura da recusa”, que aponta para a construção de um projeto de emancipação. Nesse sentido, em consonância com a autora, entendemos que o fortalecimento e o crescimento dos movimentos sociais na sociedade brasileira nas duas últimas décadas estão relacionados a esse processo.

E, portanto, constatamos que é nesse contexto de contradição, onde o capital cada vez mais avança para dentro do Estado, usando o Estado como um espaço de acumulação, no caso aqui destacamos a transformação da energia numa mercadoria, que se tem também a resistência da sociedade a esse processo, e aqui destacamos a organização das populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos no Movimento dos Atingidos por Barragens, espaço no qual se dá o processo da transformação do sujeito de vitimização para sujeito de direito, que se organiza e luta por direitos sociais que estão em permanente disputa entre o poder estatal e o poder popular,

[...] a busca dos direitos sociais se situa como uma instância de lutas coletivas. Assim, personagens que viviam submersos em processos de discriminação, encobertos nas teias da filantropia, organizam-se, transformando-se em sujeitos de direito, que se pronunciam sobre os parâmetros de equidade nas questões que lhes dizem respeito; posicionam-se, ativamente, sobre as regras da vida em sociedade; regras da convivência pública, demarcando a medida do justo e do injusto.

Ainda nessa direção, Sousa Junior (2002:53-60) ao abordar os movimentos sociais enquanto sujeitos coletivos de direito no diz que a emergência desses novos sujeitos instaura novas práticas políticas revelando e abrindo espaço para novos atores que são “capazes de se auto-organizarem e de se autodeterminarem, à margem ou até mesmo em contraposição aos espaços constituídos para a sua expressão tradicional”. Para tanto, o povo ao se organizar em movimentos sociais se transforma e ao construir uma consciência crítica em relação a sua situação de marginalização, elabora um projeto de futuro e se mobiliza para mudar a realidade que vive. Assim, o surgimento do sujeito coletivo se dá “num processo pelo qual a carência social é percebida como negação de um direito que provoca uma luta para conquistá-lo” como podemos constatar nesse estudo de caso e no dizer do educando XXX ao afirmar que a

construção de uma barragem termina com a subsistência das pessoas, com a cultura, com o acesso a saúde e educação, pois

[...] quando a gente tá num local onde tenha isso, às vezes não é muito boa, mas a gente tem, e quando a barragem chega isso muda totalmente, às vezes tira professor, tira uma merendeira, ou tira um diretor de uma escola ou de um posto de saúde, aquilo fica isolado, as pessoas não tem pra onde ir e nem mais o direito ao que tinha antes, mesmo que não fosse muito.

Em consonância com Sousa Junior (2002:61) observamos na trajetória de luta e organização dos atingidos por barragens que os movimentos sociais, enquanto novo sujeito social, “passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas”. Assim, de acordo com o autor, numa perspectiva jurídica, a prática social do MAB estabelece novas configurações sociais a partir das quais “enunciam direitos novos, a constituição de novos processos sociais e de novos direitos e a afirmação teórica do sujeito coletivo de direito” (SOUSA JUNIOR, 2002:63).

Uma das questões que a história do MAB traz presente é que quando os grandes projetos são implementados numa determinada região, com destaque para as hidrelétricas, as comunidades e população local são desconsideradas em detrimento do desenvolvimento que o capital irá gerar. Porém, do ponto de vista do MAB, é preciso questionar o discurso que apresenta as barragens como sinônimo de progresso e de desenvolvimento. No que diz respeito a esse processo, Haesbaert (1997:116) o identifica como uma territorialização do capital que provocando a des-territorialização e re-territorialização das comunidades que ali vivem, uma vez que a dinâmica do capital tem “caráter intrinsecamente des-territorializador e “sem pátria”.

Portanto, tendo como pano de fundo essa conjuntura, procuramos analisar durante o presente estudo como se dá a construção da concepção de formação política do Movimento dos Atingidos por Barragens, tratando essa questão a partir de duas abordagens complementares. A partir da correlação entre o avanço do capital sobre os recursos energéticos e a formação contra-hegemônica do MAB, nos desafiamos a conhecer e estudar a realidade dos atingidos por barragens a partir de suas práticas expressas nas lutas, assim como no processo de formação política. Por outro lado, a partir de uma experiência regional de formação de militantes no estado de Rondônia, procuramos analisar o curso a partir da

realidade e na realidade na qual ele aconteceu, focalizando a sua proposta político-pedagógica na formação de militantes, na dimensão política e na luta social.

A abordagem macro histórica revela um processo de simultaneidade entre a expansão do capital e a evolução política e sócio organizativa do MAB, por meio de atividades que se desenrolam em nível regional/local, nacional e internacional. Enquanto as atividades locais/regionais estavam relacionadas com as lutas referentes às barragens construídas e/ou em construção, as nacionais iam contribuindo para o crescente amadurecimento político da vontade coletiva, unificando a luta contra o modelo energético e de desenvolvimento do país; e as atividades internacionais atuavam no sentido de uma frente dos trabalhadores e grupos críticos ao capitalismo em escala latino-americana e global.

Assim, nesse estudo identificamos dois momentos distintos na trajetória histórica e na formação política do MAB, conforme mencionamos anteriormente, que compreende inicialmente os anos de 1980/1990, a resistência à construção das barragens, a luta por direito a reassentamentos e indenizações justas. Destacamos que nesse período a formação política tinha como referência setores progressista das igrejas católica e luterana e o sindicalismo. Posteriormente, principalmente a partir do ano de 2000, após ter vivenciado um período de intensas atividades na década de 1990, conforme demonstra o quadro da “linha histórica do setor elétrico e a organização do MAB no contexto do avanço do capital”, no Capítulo 6, o MAB passou a debater a construção de um novo projeto energético e de uma sociedade socialista. Nesse sentido, como descrevemos nos Capítulos 3 e 6, o MAB se constituiu num movimento popular com capacidade de organizar o povo para discutir os elementos necessários para a construção do novo modelo energético ao mesmo tempo em que realiza um enfrentamento ao capital numa disputa de hegemonias entre classes. Gramsci (1995, 2011)

Em relação à formação política desse período, entendemos que merece destaque a decisão do MAB em criar espaços de educação próprios que possibilitasse a construção da (própria) cultura dos atingidos por barragens enquanto classe trabalhadora. Nessa perspectiva o Movimento busca a formação de uma cultura geral sem a separação entre a teoria e a prática, reafirmando assim Gramsci (1995:136) quando assevera que se cada grupo social tem um tipo de escola própria, as classes subalternas, para serem hegemônicas, também precisam construir sua própria cultura e seus intelectuais orgânicos.

A partir dessa nova postura, o MAB passou a compreender que a formação política tem que estar a serviço da estratégia do Movimento, tendo como base o tripé:

organização – formação e luta – que nos cursos de formação se desenvolve a partir de três eixos: “A história do MAB com sua organicidade e estratégia de ação; a economia política e o processo de exploração do trabalho; e o modelo energético”. Nessa dimensão identificamos a concepção de escola unitária de Gramsci (1995), enquanto um instrumento para formar os intelectuais de diversos níveis visando a construção de uma consciência crítica num trabalho educativo-formativo que proporcione as condições de todos serem dirigentes, ou de estarem em condições de assumirem funções de dirigentes.

Esta postura demonstra, conforme mencionamos no Capítulo 6, que o processo de amadurecimento político do MAB transitou entre uma fase inicial de caráter econômico-corporativo, para uma consciência de solidariedade de interesses entre os membros do mesmo grupo social, até chegar ao momento em que os atingidos adquirem a consciência de que os próprios interesses podem se transformar em interesses de outros grupos subalternos, superando então o círculo corporativo que inicialmente o grupo tinha.

Com relação à experiência regional de formação de militantes no estado de Rondônia, ao analisar os relatos sobre as aprendizagens que os educandos pesquisados adquiriram durante o curso que participaram entre 2008-2010, percebemos que as práticas educativas que vivenciaram contribuíram na construção de novos conhecimentos acerca do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que possibilitou que se percebessem enquanto sujeitos de direitos. No decorrer desse processo, que não se deu ao mesmo tempo e do mesmo modo para todos, os educandos foram construindo uma consciência crítica sobre a condição de atingido por barragem a que estavam submetidos e sobre o modelo de desenvolvimento que, ao contrário do que propagava, gerava, entre outros impactos, a expropriação deles próprios, a violação aos direitos humanos e ambientais e o aumento da violência, principalmente em relação a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes¹¹⁹, conforme trecho da notícia publicada no jornal Folha de São Paulo transcrita na Introdução desse trabalho.

De acordo com os relatos das ações educativas que aconteceram no decorrer do curso de militantes em Rondônia, com destaque para as atividades realizadas junto aos grupos de base nas comunidades, foi possível identificar a presença do MAB enquanto intelectual

¹¹⁹ Em virtude da gravidade das denúncias sobre violência sexual de crianças e adolescentes no decorrer da construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau foi realizado em Porto Velho/RO, em 22/08/2011 o Encontro Nacional “O Impacto das Grandes Obras e a Violação dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Desafios para a Prevenção da Violência Sexual”.

orgânico, uma vez que o Movimento assumiu a tarefa de conscientizar a classe trabalhadora e de construir vontades coletivas a partir uma educação popular libertadora visando à construção de outra cultura e a transformação radical da sociedade capitalista numa sociedade socialista. (Gramsci 1995; 2011)

Nesse estudo, ao analisar a intencionalidade da formação política que o MAB assumiu a partir de 2006, encontramos nela o mesmo sentido do existir da educação popular na concepção de Paulo Freire: a necessidade que o povo tem de elaborar o seu próprio saber articulado a um projeto social transformador. Ou seja, uma educação que sirva de instrumento para que o povo se organize e se mobilize para estabelecer um novo sistema de relações sociais (BARREIRO, 2000:38). Em consonância com essa concepção também está Mézáros (2005), para quem a educação desempenha um papel importante antes mesmo da conquista do poder político, quando é necessária a elaboração de estratégias para mudar as condições objetivas de reprodução do capital, assim como para a construção de uma consciência crítica dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente da capitalista.

Nesse sentido, constatamos que os educandos pesquisados em Rondônia, ao participarem do curso de militantes passaram a ter consciência da existência da luta de classe, de qual o lugar que ocupam e o papel que lhes cabe nesse contexto de conflitos e de disputa por hegemonia. Assim, ao tomarem consciência de si e da condição na qual se encontram, e ao se constituírem enquanto identidade coletiva, sentem-se desafiados a romper com a condição de vítimas do sistema se colocando enquanto sujeitos de direitos na luta por um novo modelo de sociedade, ou seja, da situação de atingidos pelo sistema passam a atacar o sistema perverso que os gerou/gera. Portanto, tendo presente o percurso histórico do MAB, sem desconsiderar os limites do estudo de caso, podemos afirmar que essa tomada de consciência, com tempo e compreensão distintas, se estende ao Movimento em geral.

Por meio das narrativas dos educandos pesquisados foi possível identificar uma das principais estratégias metodológicas do curso de militantes. Ao trazerem presente as percepções construídas sobre si e sobre a realidade em que vivem, eles apontam também que essa construção se deu a partir de suas próprias histórias de vida articulada com o conhecimento adquirido nas atividades educativas das quais participaram durante o curso de militantes. Em outras palavras, podemos dizer que construíram a capacidade de recusar os princípios e os valores impostos pelo modelo de desenvolvimento do capital, o que não significa a superação total dos valores da sociedade em que vivem, mas sim, a possibilidade

de construir os seus próprios princípios e valores enquanto grupo social, enquanto coletividade.

Em relação a esse aspecto destacamos a compreensão referente ao conceito de atingido por barragem. Conforme apresentamos no Capítulo 5 a construção do conceito e da identidade de atingido por barragem se dá em quatro dimensões: na perspectiva das empresas construtoras de barragens, das organizações multilaterais, do Estado e do MAB. No tocante a construção do conceito a partir da concepção do MAB, o conceito nasce do próprio processo de formação política e das lutas dos atingidos. Conforme descrevemos nesse trabalho, o conceito que, inicialmente representava a condição de vítimas e de excluídos de um modelo energético e de desenvolvimento hegemônico, no decorrer das lutas e da formação política que os atingidos vivenciam foi se transformando num conceito que aponta para a constituição de um sujeito social coletivo que luta por seus direitos capaz de atacar o próprio sistema que o criou.

No que diz respeito à luta para romper com as formas de hegemonia na sociedade civil, Gramsci (1995) afirma que é necessário gestar uma nova hegemonia com a participação de diferentes e diversos sujeitos políticos. Nessa direção, observamos que o MAB, tanto em nível nacional quanto em nível local (Rondônia), ao se articular com outros movimentos sociais e populares, sindicatos, pastorais sociais, instituições e organismos internacionais, estabelece relações políticas com outros sujeitos sociais coletivos, ao mesmo tempo em que abre novas frentes de lutas, que vão desde a luta pela terra e contra as barragens até a luta pela construção de um novo modelo energético e de um projeto socialista para o país.

Em relação a esse ponto, merece nossa atenção o fato de que o avanço do capital através da construção das UHEs na Amazônia propiciou a articulação de indígenas, camponeses e populações urbanas junto ao MAB/RO, agregando mais força nas lutas, como mencionamos no Capítulo 4. Por meio da correlação entre as dimensões históricas nacional e regional/local que adotamos nesta pesquisa, identificamos que as ações e lutas que aconteceram em Rondônia entre 2008 e 2010 devem ser entendidas como parte de um processo maior no qual o curso de militantes teve destaque ao impulsionar a organização, articulação e mobilização do povo atingido para mudar a correlação de forças na região atingida pelas UHE de Santo Antônio.

Nesse sentido, podemos entender que a idéia de formação política do MAB, seja em nível da base, dos militantes e dirigentes, tem como finalidade a formação de quadros

visando à implementação da estratégia do Movimento, que por sua vez tem relação com a ideia de Gramsci de intelectuais orgânicos na perspectiva de construir e difundir o consenso do ponto de vista dos subalternos, dos oprimidos, no caso específico, dos atingidos por barragens.

Podemos dizer então, que os atingidos por barragem ao se organizarem enquanto sujeitos coletivos e vivenciarem processos formativos intencionalizados, com base em princípios do socialismo, elaboram uma consciência crítica em relação à situação que se encontram sendo então capazes de construir práticas que confrontam o modelo capitalista de sociedade, numa luta contra o que consideram os inimigos da classe trabalhadora, no caso específico, as relações sociais que se expressam através das empresas construtoras das barragens.

Nesse percurso de estudo constatamos que em virtude do intenso avanço do capital no campo, seja através do agronegócio e/ou do hidronegócio, os sujeitos do campo vem sofrendo mudanças no seu modo de vida (desterritorialização) que remetem a perda de direitos, com destaque principalmente ao direito à terra, à água, ao trabalho e à justiça social. Nesse sentido compreendemos que o processo de formação política do MAB pode contribuir com a construção do paradigma da Educação do Campo naquilo que lhe é constitutivo, ou seja, as lutas e os conflitos que acontecem no campo e as ações dos movimentos sociais e sindicais na direção da construção de outro projeto de campo e de sociedade. Nessa direção identificamos que tanto MAB quanto a Educação do Campo demarcam sua posição ideológica não só nos espaços tidos como próprios – movimento social e academia – mas perante toda a sociedade, explicitando projetos distintos de disputas nos quais a formação política deve estar a serviço da estratégia de suas lutas. E, portanto, é certa a presença de conflitos e tensões que “devem ser trabalhados politicamente, pois são eles a possibilidade de construção de superações, de mudanças, de transformações”. (MOLINA, 2010:138)

De acordo com Molina (2010:140), os Movimentos Sociais e sindicais ao levarem para a Educação do Campo suas bandeiras de lutas e a diversidade de práticas educativas que desenvolvem, revelam e reforçam que a Educação do Campo é mais que escolarização, é mais que um projeto educativo ou uma modalidade de ensino. Nessa perspectiva é que percebemos a vinculação entre a formação política do MAB e o princípio pedagógico da Educação do Campo enquanto educação para a vida, para além dos muros da escola, sem separar conhecimento e vida, teoria e prática. O estudo em pauta revelou que na visão dos educandos o curso foi uma Escola, e tal entendimento remete para um processo de educação articulado a

um projeto de emancipação humana que considere conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos construídos no processo educativo e acumulados pelas experiências de vida dos educandos. Nesse sentido, Caldart (2009) destaca a importância de uma educação que tem como concepção a formação humana, entendida como um processo de transformação e emancipação necessário para a implementação do projeto de campo e de sociedade que integra o projeto de Educação do Campo.

Conforme Molina (2010:140) e Caldart (2010:110) o pensamento pedagógico socialista, as experiências da educação popular e a participação dos movimentos sociais e de suas lutas (Pedagogia do Movimento) são referenciais pedagógicos da Educação do Campo. Essa matriz pedagógica, também presente na formação política do MAB, explicita a vinculação da Educação do Campo com uma “perspectiva de transformação social, um horizonte de mudanças nas relações sociais não só do campo, mas na sociedade brasileira, projetada pelos sujeitos coletivos de direitos que a protagonizam”. Nessa direção, a formação política que o MAB vem fazendo assume como tarefa a construção de uma outra ética, que não a do mercado, baseada nos princípios e valores do próprio Movimento e da Educação do Campo, o que aponta para a concepção de formação humana com práticas educativas visando a luta contra hegemônica.

Entre os princípios pedagógicos da formação política que o MAB vem desenvolvendo a partir de 2008, presentes também na Educação do Campo, destacamos a auto-organização dos educandos e os coletivos pedagógicos enquanto princípios que procuram envolver os educandos em atividades nas quais possam vivenciar experiências de gestão numa concepção de direção coletiva. Assim que, no curso de militantes estudado os educandos aprenderam a ser dirigente dirigindo o seu próprio processo de formação e continuaram a exercitar essa ação de ser dirigente nas suas comunidades ao realizarem as atividades planejadas para o tempo comunidade. Nessa direção, Caldart (2009:116) traz presente que a escola ajuda a formar lutadores do povo com dois elementos básicos: raiz e projeto. Para a autora “os lutadores do povo se formam nas lutas sociais que tem raiz e projeto e que enraízam as pessoas, devolvendo-lhes perspectivas de futuro”.

Outro aspecto presente na Educação do Campo que identificamos no curso de militantes de Rondônia diz respeito aos espaços e tempos de formação dos educandos, que nos remete a compreensão de que a Educação do Campo ocorre tanto em espaços escolares quanto fora deles e abrange saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. No caso do curso do MAB destacamos as atividades realizadas na organização das lutas e dos grupos

de base nas comunidades, onde os saberes construídos e apreendidos na sala de aula estão vinculados aos saberes construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e no próprio Movimento. E, assim, a formação política de militantes do MAB reforça o princípio pedagógico da escola vinculado à realidade dos sujeitos e às suas experiências de vida.

Destacamos também que nesse estudo foi possível identificar os principais elementos presentes na construção da concepção da formação política que a Escola Nacional de Formação Política do MAB vem desenvolvendo. Como vimos, a concepção emerge no decorrer do processo de construção e organização do próprio Movimento, numa conjuntura marcada pelos conflitos provocados pelo avanço do capital por um lado, materializado na construção das usinas hidrelétricas, e, por outro lado pela organização e luta dos povos atingidos por esses empreendimentos.

Em relação ao processo de formação política do MAB que estudamos destacamos quatro características: i) formação de quadros, a partir da formação de base (massiva); ii) processo permanente e contínuo de formação com estudos teóricos e ações práticas; iii) formação dentro dos princípios e valores do Movimento; e, iv) formação para fortalecer a unidade nacional e implementar a estratégia do Movimento.

No entanto, considerando a complexidade e os limites existentes na implementação do processo de formação política que o MAB se propôs a realizar, destacamos que o caminho que a formação política do Movimento seguirá é um tema que está em constante avaliação, aberto a novas possibilidades, a revisão das estratégias de lutas e formativas, uma vez que a dinâmica do avanço do capital no campo demanda constante mudança nas ações contra hegemônicas. Para tanto, assim como para Gramsci, Freire, Mészáros, Caldart, entre outros, é preciso que o MAB continue considerando a educação como um componente básico à luta entre as classes sociais pela hegemonia.

E para finalizar, apontamos como possibilidades para novas pesquisas alguns temas com os quais nos deparamos no transcorrer desse estudo e que merecem um estudo mais aprofundado: a questão da violação dos direitos humanos ambientais; a violência, prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes nas construções das barragens; a questão da educação no MAB na promoção da alfabetização de jovens e adultos e de cursos temáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA. "Base de dados das regiões hidrográficas do Brasil." Brasília: ANA, 2003.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. "Atlas de Energia Elétrica do Brasil." 2008. Site da ANEEL. fevereiro de 2012 <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/livro_atlas.pdf>.
- ANDRÉ, Maria Eliza Dalmazio Afonso de. Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional. 3ª edição. Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. "As formas diferenciadas da reestruturação produtiva do capital e a nova morfologia do trabalho." ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006. 115-145.
- ARROYO, Miguel González e Bernardo Mançano. FERNANDES. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: Coleção por uma Educação Básica do Campo nº2, 1999.
- ARROYO, Miguel González. Ofício de Mestre Imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2004.
- . "Pedagogias em movimento - o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?" Revista Currículo sem Fronteiras 3 (2003): 28-49.
- BARRAGENS E PETRÓLEO: A QUESTÃO SOCIAL DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA. Dir. UNB - Projeto Quintas Urbanas - MAB. 2009.
- BARREIRO, Júlio. Educação Popular e Conscientização. Ed. Luis Gomes. Trad. Carlos Rodrigues Brandão. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- BECKER, Bertha. "Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?" Revista Parcerias Estratégicas nº 12 vol. 6 (2001): 135-158.
- BENINCÁ, Dirceu. Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENJAMIN, César e Roseli Salette. CALDART. Projetos e Escolas do Campo. Por uma Educação Básico do Campo. Brasília: Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 3, 2000.
- BERMANN, Célio. Brasil: um país cheio de energia. Mas qual é o destino de toda essa energia? com Instituto Humanitas Unisinos. IHU on line. São Leopoldo. abril de 2009.

—. “Energia, meio ambiente e miséria: os paradigmas da nova ordem.” Revista São Paulo em Perspectiva vol. 6 nº 1 e 2 (1992): 43-51.

—. “Impasses e controvérsias da hidreletricidade.” 19 de 02 de 2007. Portal PCH. 13 de 02 de 2011 <http://www.portalpch.com.br/index.php?option=com_content&view=category&id=13&Itemid=134>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação Popular. 1ª. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. “Constituição Federal de 1988.” ed. at. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 05 de outubro de 1988.

—. “Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010.” Brasília: Imprensa Nacional, 27 de outubro de 2010.

—. “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96.” 20 de dezembro de 1996.

—. “Lei nº 9.074/95.” 07 de julho de 1995.

BUTTIGIEG, Joseph A. “Educação e hegemonia.” COUTINHO, Carlos Nelson. e TEIXEIRA André P. (Orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 39-49.

CABRAL, Ligia Maria Martins. O meio ambiente e o setor de energia elétrica brasileiro. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2009.

CALDART, Roseli Salette. “A Escola do Campo em Movimento.” ARROYO, et al. Por Uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2009. 87-133.

—. “Concepção de Educação do Campo.” Síntese produzida para exposição sobre Licenciatura em Educação do Campo. Porto Alegre: ENDIPE, 29 de abril de 2008.

___. “Educação do Campo: notas para uma análise de percurso.” MOLINA, Mônica Castagna (org). Educação do Campo e Pesquisa II - questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. 103-126.

—. “Educação Profissional na perspectiva da Educação do Campo.” Veranópolis, 2009a (digital).

___. “Elementos para a Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo.” Orgs. MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. Contribuições para a

- Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília: Coleção Por uma Educação do Campo nº 5, 2004. 13-52.
- ___ . “Sobre Educação do Campo.” III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Brasília, outubro de 2007.
- CAMPIONE, Daniel. “Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina.” COUTINHO, Carlos Nelson. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 51-66.
- CARVALHO, Alba Maria Pinto de. “A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo.” Revista de Ciências Sociais v. 39 (2008): 16-26.
- CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CERVINSKI, Gilberto Carlos. “A constituição do setor elétrico brasileiro.” Monografia (Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores) - Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2003.
- COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - CMB. Barragens e Desenvolvimento: Um novo modelo para tomadas de decisões. London: Earthscan Publications, 2000.
- CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH. Comissão Especial "Atingidos por Barragens" - Relatório. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010.
- CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial rural na Amazônia: uma leitura a partir da pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragens. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.
- . “O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.” Revista NERA 15 (2009): 34-65.
- COUTINHO e TEIXEIRA, Carlos Nascimento. Andréa de Paula. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

___ . (org) . O leitor de Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. Trad. Magda França Lopes. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, Ana Patrícia. "Trabalho, precarização e qualificação profissional." ALVES, Ana Elizabeth Santos et al (orgs). Interfaces entre História, Trabalho e Educação. Campinas: Alínea, 2009. 97-113.

ELETROBRÁS. História da Eletrobrás. s.d. 19 de fevereiro de 2011 <http://www.eletronbras.gov.br/Em_Biblioteca_40anos/default.asp>.

FAILLACE, Sandra. Comunidade, Etnia e Religião: um Estudo de Caso na Barragem de Itá (RS/SC). Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1990.

FEARNSIDE, Philip M. A hidrelétrica de Balbina: o faronismo irreversível versus o meio ambiente na amazônia. São Paulo: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (Estudos IAMÁ 1), 1990.

—. "Impactos Ambientais da Barragem de Tucuruí: lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na amazônia." (2002).

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Diretrizes de uma caminhada." ARROYO, Miguel Gonzalez e et al (orgs). Por Uma Educação do Campo. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009. 133-146.

FOSCHIERA, Antônio Atamis. Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" UNESP. Presidente Prudente, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

—. Pedagogia do Oprimido. 25ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FUSP. A História da Eletricidade no Brasil. s.d. 15 de fevereiro de 2011 <<http://www.sel.eesc.sc.usp.br/protecao/conteudodehistoricobrasil.htm>>.

- GARZON, Luis Fernando Novoa. "O significado da privatização do rio Madeira: monoculturas hídricas e o cercamento das bacias hidrográficas da Amazônia." Almeida, In: Alfredo Wagner Berno de. Conflitos Sociais no Complexo Madeira. 1ª ed. Manaus: UEA Edições, 2009. 149-182.
- ___ . "O licenciamento automático dos grandes projetos de infra-estrutura no Brasil: o caso das usinas do rio Madeira." Revista Universidade & Sociedade Nº 42 (2008): 37-58.
- . "Usina Hidrelétricas aceleram "territorialização corporativa" da Amazônia." 18 de dezembro de 2010. Correio da Cidadania. março de 2011 <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/5310/9/>>.
- GOHN, Maria da Glória. "Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina." Revista Quadrimestral de Ciências Sociais - Caderno CRH nº 54 21 (2008): 439-455.
- ___ . Movimentos Sociais e lutas sociais na história do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995.
- . Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.
- GOMES, Romeu. "A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa." MINAYO. Maria Cecília de Souza, (org.). Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. 80.
- GONÇALVES, Dorival Junior. "Reestruturação do setor elétrico brasileiro: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?" Dissertação (Mestrado) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo. 2002.
- . "Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas "fontes" e o controle dos excedentes." Tese (Doutorado em Energia) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcer, Volume 3 - Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson COUTINHO. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- ___ . Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis: Vozes, 1990.

HAESBAERT, Rogério. "Concepções de território para entender a desterritorialização." SANTOS, Milton et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006. 43-70.

—. Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HOURTAT, FRANÇOIS. "Os Movimentos Sociais e a construção de um novo sujeito histórico." BORON, Atlio A. et al (orgs). A Teoria Marxista Hoje Problemas e Perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 421-430.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. "Parecer Técnico Nº 014/2007." Brasília, 21 de março de 2007.

LEHER, Roberto. "Para silenciar os campi." Educação & Sociedade Revista de Ciência e Educação 25 nº 88 (2004): 867-891.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. "A Luta dos Atingidos por Barragens contra as Transnacionais, pelos Direitos e por Soberania Energética." Estratégias e Táticas usadas pelas multinacionais na construção das hidrelétricas. São Paulo, dezembro de 2008.

—. "Caderno de Formação nº 5." A organização do Movimento dos Atingidos por Barragens. MDA Comunicação, agosto de 2004. 20.

—. "Caderno de Textos - Escola Nacional de Formação Política do MAB." As características do atual modelo energético. São Paulo, março de 2009. 1-56.

—. "Documento Resumo do Plano da Escola Nacional de Formação Política do MAB." Subsídios para reunião da Equipe de Formação. São Paulo: SP, março de 2009.

—. "Escola Nacional de Formação do MAB." A Formação e o Processo Organizativo. maio de 2008a.

—. "MAB Caderno nº 6." A crise do modelo energético. Vol. Caderno nº 6. São Paulo, s/d.

—. "MAB: Uma História de Lutas, Desafios e Conquistas." Um pouco da Nossa História. São Paulo, 2002. 14.

—. "Manual do Atingido." Setor Elétrico Brasileiro: uma breve história de "ligações perigosas" entre o público e o privado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa/ADIA, 2005.

- . “Os planos de hidrelétricas no Brasil, na Amazônia e Rondônia.” Hidrelétricas no rio Madeira: Energia para quê e para quem? 2ª (2008): 28.
- . “Plano de Construção Nacional.” A Luta e a Organização do MAB. São Paulo: SP, 2006.
- . “Quem é o movimento dos atingidos por barragens?” Hidrelétricas no Rio Madeira: energia para quê e para quem? (2007): 24.
- ___. O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens. São Paulo, 2011.
- MALVEZZI, Roberto. “Hidronegócio.” CALDART, Roseli Salete et al (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 395-400.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª. São Paulo: Contexto, 2009.
- . Os camponeses e a política no Brasil. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. A Taipa da Injustiça - Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2ª edição. Curitiba: Edições Loyola, 2003.
- MÉSZÁROS, István. A Educação Para Além do Capital. Trad. Isa Tavares. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ___. O século XXI socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2006.
- ___. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. “Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social.” MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. 80.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. Gramsci e a Escola. 3ª edição. São Paulo: Ática, 2004.
- MOLINA, Mônica Castagna e FERNANDES, Bernardo Mançano. “O campo da Educação do Campo.” Orgs. MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília: Coleção Por uma Educação do Campo nº 5, 2004. 53-90.

- MORAES, Maria Stela Marcondes de. No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) - 1978/1990. Tese de Doutorado. PUC/RJ. Rio de Janeiro, 1994.
- . “O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores.” Revista Brasileira de Educação (1996): 80-92.
- MORET, Arthur de Souza e Iremar Antônio FERREIRA. “As hidrelétricas do rio Madeira e os impactos socioambientais da eletrificação do Brasil.” Ciência Hoje SBPC 15 vol. (2009): 46-52.
- MORET, Arthur de Souza. “Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau - Rio Madeira - RO.” Parecer Técnico sobre Energia e Desenvolvimento. s.d.
- NETO, Otávio Cruz. “O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação.” MINAYO. Maria Cecília de Souza, (org.). Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. 80.
- NÓBREGA, Renata da Silva. Contra as 'invasões bárbaras', a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas . Campinas SP, 2008.
- PAIVA, Angela. Campanha "Na floresta tem direitos: Justiça Ambiental na Amazônia". Cadernos Seminário Internacional de 2006. Processo de Articulação e Diálogo - PAD. Rio de Janeiro: Grafitto Gráfica e Editora, 2007.
- PALUDO, Conceição. “Da raiz/herança da educação popular à pedagogia do movimento e a educação no e do campo: um olhar para a trajetória da educação no MST.” Texto apresentado na ANPED, GT: Educação Popular nº 06. 2006.
- __. “Educação Popular - dialogando com redes latino-americanas (2000-2003).” UNESCO, MEC, CEAAL. Educação Popular na América Latina: desafios e perspectivas. Brasília: Coleção Educação para Todos; 4, 2005. 268.
- __. “Educação, Escola e Desenvolvimento.” In FIOREZE, C. e T. MARCON. O Popular e a Educação do Campo. Ijuí: Editora Ijuí,, 2009.
- . “Movimentos Sociais e Educação Popular: atualidade do legado de Paulo Freire.” Anais do II Seminário Diálogos com Paulo Freire. Pelotas: SEIVA PUBLICAÇÕES, 2008.

- PAULINO e ALMEIDA, Eliane Tomiasi; Rosemeire Aparecida. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PERDIGÃO, Franciente e BASSEGIO, Luiz. Migrantes Amazônicos - Rondônia: a trajetória da ilusão. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- PICOLI, Fiorelo. O capital e a devastação da Amazônia. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PLATAFORMA DHESCA BRASIL. “Violações de Direitos Humanos Ambientais no Complexo Madeira.” Missão realizada ao estado de Rondônia entre os dias 15 e 19 de novembro de 2007. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, 2008.
- REVISTA PROBLEMAS BRASILEIROS, nº 365. “SESCSP.” set/out de 2004. www.sescsp.org.br. Ed. Carlos Juliano BARROS. março de 2011 <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=193&Artigo_ID=3045&IDCategoria=3277&reftype=1#box>.
- REY, Fernando González. Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios. Trad. Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- . Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. Trad. Raquel Souza Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- RIBEIRO, Marlene. “Educação Popular: um projeto coletivo dos Movimentos Sociais Populares.” Revista Perspectiva v.26 (2008): 41-67.
- ROSA, Luiz Pinguelli. “Hidrelétricas e meio ambiente na Amazônia: análise crítica ao Plano 2010.” Revista Brasileira de Energia (1989): 1-11.
- ROTHMAN, Frankil Daniel. “A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens do rio Uruguai, 1979-1983.” NAVARRO, Z. (org.). Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. 106-136.
- SÁ, Laís Mourão. O Pão da Terra: Propriedade Comunal e Campesinato Livre na Baixada Ocidental Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2007.

- SANTOS, Milton. "O dinheiro e o território." SANTOS, Milton et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. 13-21.
- . Território e Sociedade entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (Orgs.). Uma Revolução no Cotidiano? Os novos Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense S.A., 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Rede de Movimentos Sociais. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- . "REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA - caminhos para uma política emancipatória?" CADERNO CRH, n. 54 v. 21 (2008): 505-517.
- . "Das mobilizações às redes de movimentos sociais." Sociedade & Estado. nº 1, vol.21 (2006): 109-130.
- SEVÁ FILHO, Antônio Oswaldo. (org.). Tenotã-mõ - Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.
- SHANIN, Teodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista." Revista NERA Ano 8 nº 7 (2005): 1-21.
- SIGAUD, Lygia (coord). "Avaliação dos aspectos sociais da produção de energia hidrelétrica." Relatório de Pesquisa. Museu Nacional - PPGAS, 1989.
- SILVA, Adnilson Almeida et all. "As políticas públicas na Amazônia diante do empreendimento das usinas hidrelétricas do rio Madeira: a situação na vila da Cachoeira de Teotônio em Rondônia." Revista Estudos Amazônidas: Fronteiras e Territórios vol.1 nº 01 (2009): 62-74.
- SOUSA JR, José Geraldo. "Movimentos Sociais - Emergência de Novos Sujeitos: O Sujeito Coletivo de Direito." In Sociologia Jurídica: Condições Sociais e Possibilidades Teóricas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
- SOUZA, Mariluce Paes de et al. Agricultura Familiar: Assessoria Técnica, Social e Ambiental nos Assentamentos em Rondônia. Porto Velho: IEPAGRO, 2008.

- SWITKES, Glenn (org.). Águas turvas: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. São Paulo: Internacional Rivers, 2008.
- TRINDADE, Gestine C. et al. Caderno Pedagógico: A Educação no Movimento dos Atingidos por Barragens. 2ª. Tramandaí: Ísis, 2005.
- UFRJ, IPPUR, ETTERN. Sobre o Observatório Sócio-Ambiental de Barragens. Ed. IPPUR, ETTERN UFRJ. s.d. fevereiro de 2011 <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>>.
- VAINER, Carlos B. "O conceito de Atingido: uma revisão do debate e diretrizes." IPPUR/UFRJ, 2003.
- VAINER, Carlos e Frederico Guilherme Bandeira ARAÚJO. Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- . "Observatório Sócio-Ambiental de Barragens." 2002. Águas para Vida, não para Morte. Notas para uma história do Movimento dos Atingidos por Barragens. março de 2011 <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes>>.
- . "Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais." Estudos Avançados 21 (2007): 119-137.
- VEPPO, Luiz Guilherme. "Avaliação dos impactos no assentamento Joana D'Arc decorrentes da construção da Hidrelétrica de Santo Antônio." PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO: "DESESTRUTURAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS URBANAS E RURAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO 2010.
- VIANA, Raquel de Mattos. Grandes Barragens, Impactos e Reparações: Um estudo de caso sobre a barragem de Itá. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.
- VIEIRA, Flávia Braga. "Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores." Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Rural. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- VIZEU, Rodrigo. VARGAS, Rodrigo. "Usina hidrelétricas levam criminalidade a Rondônia." 23 de março de 2011. Site da Folha.com. 23 de março de 2011 <<http://www.folha.com.br/me892719>>.
- ZEN, Eduardo Luiz. Movimentos Sociais e a questão de classe: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

ANEXO A

ROTEIRO PARA PESQUISA DE CAMPO

CATEGORIAS DE PESQUISA		PEDAGÓGICO	LUTA SOCIAL	INSTRUMENTOS
Estudantes/militantes		Significado do curso Atividades realizadas Temas trabalhados Conhecimentos e aprendizagens adquiridas Avaliação do curso	Papel desempenhado junto ao coletivo Valores e compromissos Atuação na comunidade e no Movimento	Ficha perfil (origens, identidade, modo de vida) Grupo focal Entrevista com alguns, caso seja necessário.
COLETIVO FORMAÇÃO DO MAB	Nacional	Construção processo de formação Práticas e princípios pedagógicos Educação popular Visão de totalidade Papel da assessoria Processo avaliativo	Papel desempenhado junto ao coletivo Valores e compromissos Atuação na comunidade e no Movimento Articulação com a Educação do Campo	Ficha perfil (origens, identidade, modo de vida) Entrevistas Grupo focal
	Local/RO	Formação política Construção do processo de formação Concepção de coordenação Relação com nacional: autonomia Práticas formativas Processo avaliativo	Repercussão das ações do MAB nas comunidades Articulação com Educação do Campo	
Professores do curso		Visão de totalidade Construção processo de formação Processo avaliativo	Articulação com Educação do Campo Articulação com MAB Envolvimento institucional da universidade	Ficha perfil (histórico da relação pessoal com o MAB) Entrevista
Assessoria – CEPIS		Papel da assessoria Construção processo de formação Educação popular Processo de formação pedagógico e luta social, luta de classe Processo avaliativo e mudanças na realidade	Articulação com Educação do Campo Articulação com MAB	Ficha perfil (histórico da relação com o MAB) Entrevista
Buscar a identidade/concepção de atingido por barragem em todas as categorias de pesquisa				

ANEXO B**DECRETO Nº 7.342, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996,

DECRETO:

Art. 1º Fica instituído o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

Parágrafo único. Deverá ser assegurada ampla publicidade ao cadastro de que trata este Decreto.

Art. 2º O cadastro socioeconômico previsto no art. 1º deverá contemplar os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;

II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;

III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;

IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;

V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;

VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e

VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste Decreto, o polígono do empreendimento abrange áreas sujeitas à desapropriação ou negociação direta entre proprietário ou possuidor e empreendedor, incluindo as áreas reservadas ao canteiro de obras, ao enchimento do reservatório e à respectiva área de preservação permanente, às vias de acesso e às demais obras acessórias do empreendimento.

Art. 3º Fica instituído o Comitê Interministerial do Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, com as seguintes funções:

I - apresentar, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, os requisitos para que o responsável pelo empreendimento elabore o cadastro socioeconômico da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica; e

II - acompanhar a elaboração do cadastro socioeconômico, a ser realizada pelo responsável pelo empreendimento, e manifestar-se sobre sua adequação.

§ 1º O Comitê será composto por representantes dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Pesca e Aquicultura e da Secretaria-Geral da Presidência da República, cabendo ao Ministério de Minas e Energia a sua coordenação.

§ 2º O Comitê será integrado, ainda, por representantes dos órgãos e entidades federais com atribuições relativas à população atingida pelo empreendimento analisado, quanto aos impactos referidos no art. 2º.

Art. 4º O cadastro socioeconômico e o funcionamento do Comitê serão disciplinados em ato conjunto dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura.

Art. 5º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL incluirá, nos contratos de concessão de uso do bem público e nos editais de leilão, cláusula específica sobre responsabilidades do concessionário, frente ao cadastro socioeconômico da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

Art. 6º Este Decreto se aplica aos empreendimentos a serem licenciados a partir de janeiro de 2011.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de outubro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Wagner Gonçalves Rossi
Marcio Pereira Zimmermann
José Machado
Guilherme Cassel
Cleberson Carneiro Zavaski
Luiz Soares Dulci



ANEXO C

PAUTA DOS 30 PONTOS DO MAB/RO

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

E-mail:

Fone/Fax: (69)3213 4982

Rua Osvaldo Aranha, 1611 – B. Nova Floresta/PVH - Rondônia

Neste Documento, nós atingidos por barragens, que fazemos parte do Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, apresentamos diversas reivindicações para atender aos nossos direitos e melhorar a vida da população ribeirinha e da população da região contribuindo com um bom desenvolvimento.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELAS HIDRELÉTRICAS DO RIO MADEIRA E SAMUEL

1. Suspensão das Licenças que autorizam a construção e funcionamento das usinas. Exigimos a imediata penalização pelos crimes ambientais que as empresas estão cometendo.
2. Suspensão imediata do processo de privatização do Rio Madeira e da energia, inclusive com direito de todas pessoas ao acesso e uso do Rio Madeira e dos lagos sem ameaças, sem perseguição e sem custos. Propomos que o Governo através de suas Estatais assumam o controle das hidrelétricas.
3. Suspensão imediata dos subsídios aos grandes consumidores de energia elétrica, em particular às indústrias eletrointensivas/exportadoras.
4. Diminuição imediata nos preços da energia elétrica, com isenção no pagamento de até 100 kwh/mês para todas as famílias, e que o preço do que for consumido acima dos 100 Kwh/mês seja baseado no custo real de produção. Queremos igualdade com o valor pago pelos grandes consumidores.
5. Queremos participação e controle social/popular no planejamento, nas tomadas de decisões e na execução no destino da energia e também nos programas sociais e ambientais referentes às obras e a energia.
6. Queremos que o BNDES deixe de financiar as empresas multinacionais e abra imediatamente uma linha de crédito nas mesmas condições e valores para investimentos diretos em questões sociais na região onde as famílias, a pequena e média indústria e o comércio de Rondônia tenham acesso.
7. Que todo tratamento e solução sejam centralizados e coordenados pelas empresas estatais e pelo Governo. Inclusive queremos a solução imediata de todas as pendências nas hidrelétricas já construídas, como é o caso da UHE Samuel.
8. Há fortes indícios de povos indígenas na região do Rio Madeira em situação de isolamento e risco. Exigimos a imediata averiguação e a garantia de seus direitos constitucionais.
9. Cabe aos chamados 'donos das hidrelétricas' arcar com todos os custos previsíveis e imprevisíveis – sociais, ambientais, culturais e econômicos – decorrentes da construção das hidrelétricas.

10. NOSSAS REIVINDICAÇÕES IMEDIATAS NA ENERGIA

- Queremos a **diminuição do preço da energia elétrica** cobrado das famílias brasileiras, em especial, às famílias mais pobres.
- Que o governo federal e as empresas instalem **luz para todas as famílias** da região que não tenham energia elétrica nas suas casas, sem precisar pagar pela instalação.
- Direito a **Tarifa Social** imediatamente a todas as famílias com consumo médio abaixo de 140 kw/mês.
- Melhoria nos serviços e na qualidade da energia. Inclusive fazer e refazer as redes de transmissão nas comunidades, bairros e distritos, instalação de sub-estações.
- Reabrir postos de atendimento da distribuidora em todas as cidades e locais necessários.
- Isenção no pagamento de 100 kw/mês para todas as famílias.
- Aos que consomem acima de 100 kw/mês queremos igualdade de preços entre as famílias e as grandes empresas consumidoras, ou seja, 3 a 10 centavos por quilowatt.
- Acabar com a “farra” dos aumentos de preço da energia elétrica.
- Amplo programa de economia de energia, com redução de perdas, uso racional e conservação.
- Incentivar e priorizar as potencialidades locais e comunitárias de produção de energia, principalmente aproveitar as energias renováveis (uso da biomassa, placas solares, etc).

11. QUEREMOS TERRA PARA QUE TODAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELAS BARRAGENS POSSAM SER REASSENTADAS

Queremos terra fértil e de boa qualidade, situada próximo ao lago e onde as pessoas vivem, com as condições dignas para morar, trabalhar e gerar renda. O reassentamento deve conter as seguintes condições:

- Garantir o direito a todas famílias, proprietários de terra ou não proprietários (extrativistas, posseiros, pescadores, arrendatários, assalariados, garimpeiros, quilombolas, etc).
- Garantir direito a reassentamento a todos jovens (homens/mulheres) solteiros acima de 18 anos.
- **Localização das terras:** que sejam férteis e de boa qualidade, na região e próxima ao lago sendo que a compra das áreas deverá passar pela aprovação de todas as famílias.
- Garantir no mínimo o módulo de terra determinado pelo INCRA (tamanho mínimo de cada lote: 25 alqueires). Mínimo 10 alqueires por pessoa (Força de Trabalho).
- Priorizar áreas com capacidade de colocar mais de 20 famílias num mesmo Reassentamento.
- Priorizar o remanejamento de todas as famílias para mesma região, se assim quiserem. Inclusive a distribuição da vizinhança deve ser determinada conforme o interesse das famílias.
- Garantir a participação das famílias no planejamento, na tomada de decisões e na execução de todas as atividades de remanejamento.
- Garantir uma equipe de apoio técnico não privado durante 5 anos, comandada pelas famílias.
- Garantir a indenização de todas as benfeitorias, cercas, frutíferas (inclusive as nativas), pela perda do pescado, etc.
- **Moradia:** casa de boa qualidade, adequada às características da região, conforme o número de pessoas em cada família.
- Benfeitorias de apoio: galpão, chiqueiro, etc.
- Água potável instalada para todas as famílias sem necessidade de pagar para tê-la.

- Estradas boas com acesso a todas as famílias.
- Energia elétrica a todas as famílias.
- Preparo de solo com as condições de plantio das lavouras, inclusive com calcareamento.
- Viabilização de máquinas agrícolas para uso coletivo das famílias.
- Direito a receber mudas de diferentes tipos de plantas e frutíferas para florestamento.
- Verba para manutenção das famílias durante o período inicial da transição (até a primeira colheita).
- Infra-estrutura comunitária: centro comunitário, escola, igreja, cemitério (inclusive o remanejamento correto dos entes), telefone, estradas de acesso, posto de saúde, creche, campo de futebol, quadra de vôlei.

12. EXIGIMOS UM PLANO DE “RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES, DISTRITOS, BAIRROS, MUNICÍPIOS E REGIÃO” PARA ATENDER E MELHORAR, EM PRIMEIRO LUGAR, A VIDA DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA E DA REGIÃO:

Investimentos imediatos para **recuperação, preservação e desenvolvimento das comunidades, distritos, bairros, municípios e região**. Recursos investidos num conjunto de medidas/ações nas áreas da produção, geração de renda, educação, cultura, saúde e infra-estrutura como:

- Garantir prioritariamente a permanência das famílias nas localidades ribeirinhas.
- Estradas: asfaltamento, melhorias e abertura de novas estradas e ramais para deslocamento e escoação da produção.
- Viabilização de máquinas agrícolas para uso comunitário das comunidades, para auxiliar na realização das lavouras.
- Saneamento básico a todas famílias dos bairros, distritos e comunidades.
- Ampliação e melhoria no transporte público coletivo barato e regular.
- Abertura de postos de saúde em todos os distritos e bairros com médicos, dentistas e agentes de saúde que realizem atendimento e realização de exames gratuitos, com ambulâncias e ambulanchas (fluvial).
- Apoio técnico público e de qualidade sem intervenção das empresas privadas.
- Amplo programa de educação e alfabetização de jovens e adultos.
- Água: instalação de água potável à todas as famílias em todos as comunidades, distritos e bairros.
- Construção de escolas, reformas e ampliação de salas para o ensino fundamental e ensino médio, com transporte escolar público, gratuito e de qualidade para todas as crianças e o ano todo tanto em terra como situações de barcos.
- Construção ou melhorias em infra-estrutura comunitária como centro comunitário, escola, igreja, cemitério, telefone, estradas de acesso, posto de saúde, campo de futebol.
- Regularização dos ribeirinhos com concessão de uso das terras em todas as comunidades.
- Liberação do Pronaf A e direito ao Pronera a todas as famílias ribeirinhas e reassentadas. O investimento dos recursos que seja aplicado conforme a realidade e necessidade das famílias.
- Crédito de investimento a fundo perdido (Projeto Piloto) à todas famílias ribeirinhas, pescadores e extrativistas para que possa ser usado para geração de renda e emprego já neste ano de 2009.

13. Programa de habitação camponesa e urbana:

- Moradia para todas as famílias que necessitem de forma planejada e discutida em acordo com as famílias e com sua realidade. Para as famílias camponesas, as moradias devem ser adequadas à realidade de cada família e a região (ribeirinhos e Amazônica)
- Moradias novas ou reformas para quem necessitar.
- Em caso de programas de moradia vindas do governo, os custos de contrapartida devem ser garantidos pela empresa.
- Que toda madeira existente na área a ser alagada, seja utilizada na construção de moradias populares para as famílias pobres dos municípios atingidos.

14. Recursos para implementação de programa de pequenas e médias agroindústrias familiares, comunitárias, cooperativadas, descentralizadas nas diferentes comunidades, distritos e bairros, para beneficiamento dos alimentos, gerando emprego e mantendo a juventude nas diferentes regiões e municípios.

15. Programas na área cultural: criação e viabilização de tele centros, com internet; viabilização de equipamentos e infra-estrutura para programa de “Cinema Itinerante” e também Teatro Popular, aulas de músicas, danças, etc. Também queremos a recuperação e revitalização da Ferrovia Madeira Mamoré como patrimônio histórico e cultural.

16. Criação e viabilização de um programa de formação e informação da população ribeirinha, sem interferência das empresas privadas, para que todas as famílias possam saber sobre as verdadeiras conseqüências que as obras causarão na região e sobre todos os direitos que a população possui.

17. Abertura e criação de creches comunitárias, públicas e gratuitas para que as famílias possam deixar seus filhos durante o tempo de trabalho, em todos os bairros e distritos.

18. Criação de Escolas Federais de ensino técnico de nível médio na região (técnico agrícolas) para capacitação da juventude, com laboratórios de informática, bibliotecas, etc.

19. Criação de Universidade Federal para nossa região ou ampliar a atual com mais cursos, mais vagas, mais professores, mais laboratórios, bibliotecas e com Campus descentralizados nos demais municípios. Inclusive abertura de vagas especiais aos filhos dos atingidos.

20. Programa Água para Todos - abastecimento de água potável para todos, gratuita, regular, com coleta e tratamento de esgoto.

21. Propomos abertura de postos de saúde em todos os distritos e bairros, com médicos, com dentistas e agentes de saúde, com atendimento e realização de exames gratuitos, com ambulâncias e ambulanchas (fluvial), etc.

Além disso, queremos a criação de um **Programa permanente de prevenção, controle e combate das epidemias** mais freqüentes como dengue, malária, febre amarela, infestação de mosquitos e outras doenças que tendem a aumentar com as barragens.

22. Criação de Hospitais Públicos com ampla capacidade de atendimento em qualidade e em quantidade, e com postos de saúde descentralizados em todos os bairros, distritos, que possa dar conta a toda demanda que está tendo em nossa região.

23. Criação de um programa para todas as cidades ribeirinhas de coleta seletiva, tratamento, reciclagem e destino correto do lixo urbano.

24. Programa de fortalecimento da pesca artesanal: com condições para compra e melhoria de barcos (e equipamentos), câmara fria, fábrica de gelo, beneficiamento, seguro defeso a todos, repovoamento das espécies nativas, etc.

25. **Programa de mecanização**, para disponibilização de máquinas e equipamentos adaptados às necessidades dos ribeirinhos, dos pescadores e camponeses.
26. **Programa de florestamento e reflorestamento** com remuneração pelo serviço ambiental prestado a todas as famílias que aderirem ao programa.
27. As empresas e os governos devem criar um **plano de emergência para garantir a segurança da população que vive abaixo das hidrelétricas**. Em caso de ruptura das hidrelétricas, para que a população possa ser removida sem perda de vidas e em caso de abertura brusca das comportas, exigimos um sistema de comunicação para aviso prévio à todas comunidades e famílias ribeirinhas do baixo Madeira.
28. **Fim da perseguição e criminalização** e também dos processos e das multas aplicadas sobre as famílias ribeirinhas e principalmente sobre os pescadores e extrativistas.
29. **Criação de linhas de créditos especiais:**
 - Criação de um **“Fundo Especial de Crédito” sob controle social** e a juros baixíssimos, vindo dos investimentos e dos lucros das obras, e com parte também do BNDES e da Eletrobrás e que possa ser aplicado prioritariamente no conjunto destas reivindicações.
 - Para reparar as perdas e **prejuízos imprevisíveis**, propomos a criação de um **“Fundo social e ambiental” sob controle social**, sem interferência das empresas privadas. Este fundo deve ser constituído com recursos vindos de parte do dinheiro investido para construção da obra (vindos do BNDES) e com parte do lucro que a obra vai gerar.
30. Continuidade e ampliação do repasse de **cestas básicas** para as famílias necessitadas da região atingida.

Água e energia não são mercadorias.